

**ALEXANDRE FABIANO BENVENUTTI**

***As Reclamações do Povo na Belle Époque:***  
**a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)**

**Trabalho apresentado como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre. Curso de  
Pós-Graduação em História, Setor de  
Ciências Humanas, Letras e Artes, da  
Universidade Federal do Paraná.  
Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Judite Maria Barboza  
Trindade.**

**CURITIBA**

**2004**

**ALEXANDRE FABIANO BENVENUTTI**

***As Reclamações do Povo na Belle Époque:***  
**a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)**

**Trabalho apresentado como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre. Curso de  
Pós-Graduação em História, Setor de  
Ciências Humanas, Letras e Artes, da  
Universidade Federal do Paraná.  
Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Judite Maria Barboza  
Trindade.**

**CURITIBA**  
**2004**

ALEXANDRE FABIANO BENVENUTTI

***As Reclamações do Povo na Belle Époque:***  
**a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)**

BANCA EXAMINADORA:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Judite Maria Barboza Trindade (Orientadora)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela Brandão

Prof. Dr. Rafael Augustus Sêga

Curitiba, 03 de setembro de 2004.

*A cidade de Paris ingressou neste século sob a forma que lhe foi dada por Haussmann. Ele realizou sua transformação da imagem da cidade com os meios mais modestos que se possa pensar: pás, enxadas, alavancas e coisas semelhantes. Que grau de destruição já não provocaram esses instrumentos limitados! E como cresceram, desde então, com as grandes cidades, os meios de arrasá-las! Que imagens do porvir já não evocam!*

Walter Benjamin

### *Curityba progride!*

*Curytiba está sendo poucamente exalcerada da sua monotonia. Não só as competentes autoridades como as poderosas Companhias de Melhoramentos, estão encarando com seriedade a iniciativa de dotar a “lyrial rainha do sul” de novas formas, dando-lhes, assim, um aspecto encantador.*

*Tanto é, que nota-se diariamente um grande numero de operarios que distribuidos em turmas pelos diversos pontos da cidade, entregam-se com afan não só no alinhamento como também no calçamento das nossas principais ruas, que estão sendo fartamente illuminadas com poderosas lampadas electricas, dispostas com alinho no centro das mesmas. As avenidas, por sua vez, estão sendo alongadas e ajardinadas com arte e capricho. Não continuam no ostracismo os arrabaldes, estando em reparos os trechos intransitaveis e illuminados outros que até então achavam-se as escuras...*

*São diariamente demolidas as construções antigas que são substituidas por predios collossaes, com ricas e maravilhosas architecturas, notando-se, desde já, varias ruas e edificios dignos de admiração, pelo moderno e deslumbrante aspecto que representam.*

Tomencisna. *Curityba progride!* In: A República: 23/06/1913. p. 01.



## **Agradecimentos**

Meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram e auxiliaram no presente trabalho, especialmente a Dr<sup>a</sup>. Judite Maria Barboza Trindade, pela orientação; Dr<sup>a</sup>. Roseli Boschilia, Dr<sup>a</sup>. Ângela Brandão, Dr. Rafael Augustus Sêga, Dr. Antonio César de Almeida Santos, Viviane Maria Zeni Leão, Marcos Gonçalves, Roberson Maurício Caldeira Nunes, funcionários e estagiários da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, Casa da Memória, Walmir Jacob Benvenutti, Renate Imhof Benvenutti e Vanessa Benvenutti.

## RESUMO:

Nas primeiras décadas do século XX, Curitiba passou por intensas transformações. Em menos de duas décadas a sua população aumentara de forma considerável, saltando de 24.553 habitantes em 1890 para 65.000 em 1912. As atividades comerciais e industriais e o quadro urbano também cresceram; mas os serviços básicos, como abastecimento de água, sistema de esgoto, limpeza, transporte e os melhoramentos na estrutura viária, por exemplo, não acompanharam esse desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a cidade vivia a febre das reformas urbanas da administração do prefeito Cândido Ferreira de Abreu (1913-1916).

Logo que assumiu a prefeitura, Abreu teve autorização da Câmara Municipal para desapropriar terrenos e prédios e criar uma comissão para realizar *melhoramentos* na estrutura urbana. Com a concessão de poderes especiais ao prefeito e com uma aplicação mais rígida do Código de Posturas, foram colocadas em prática medidas e obras necessárias à modernização da capital paranaense, sintonizando-a com o *mundo civilizado*. Entre as obras almejadas estavam: calçamento das ruas centrais; arborização das ruas; abertura de avenidas; embelezamento de praças; ampliação do sistema de bondes elétricos; demolição das construções consideradas *insalubres e feias*; construção de um novo mercado, um teatro e do prédio próprio para a prefeitura, entre outras.

Em meio às transformações e aos contrastes, um dos maiores jornais locais, o *Diário da Tarde*, publicou, entre os anos de 1909 e 1916, a coluna *Reclamações do Povo*, exclusivamente com queixas dos cidadãos. Apesar do seu pequeno espaço em relação às demais colunas e de sua periodicidade irregular, era palco para discussão de inúmeras questões cotidianas. Em seis anos foram publicadas cerca de 228 colunas, das quais podem ser extraídas centenas de queixas.

Partindo desses registros e do contexto histórico, o presente trabalho analisa o imaginário, os sonhos e a sociabilidade de uma população que desejava ser moderna a exemplo dos chamados *grandes centros urbanos*.

**Palavras-chave:** cidade; modernização e urbanização.

## ABSTRACT:

Curitiba was under intense transformation in the beginning of the 20<sup>th</sup> Century. Over less than two decades the city population grew considerably from 24.553 inhabitants in 1890 to 65.000 in 1912. The commercial and industrial activities expanded, as well as the urban frame. However, the basic sanitation (for instance the water supply, sewage system, transport system, roads, etc.) did not develop in the same way. At the same time, the city was under an intense urban transformation during the administration of mayor Candido Ferreira de Abreu (1913-1916).

As soon as he take over the City Hall, Abreu received from the Municipal Chamber the permission to create a committee to improve the urban structure of the city. With special powers and the strict application of the *Código de Postura*, Posture Code, the Mayor started the modernization of Paraná capital, to conform the city to the *civilized world*. Among the works were the floor of the central streets, the opening of new avenues, the gardening of parks, the street cars system improvement, the demolition of old and unsanitary buildings, the construction of a new Market building, a Theatre, and the City Hall building.

During this time of urban transformation, one of the most important local papers, the *Diário da Tarde*, The Evening Diary, published a column called *Reclamações do Povo*, People's Claims. This column was an important stage for discussion of many diary issues. In six years and almost 228 columns, hundreds of claims were published.

Starting from these registers and this historical context this paper analyses the dreams and the sociability of a population who wanted to be modern like the so called *big urban centers*.

**Key words:** city, modernization and urbanization.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
------------------------	-----------

### Parte I

1 - Uma cidade suja, feia e desorganizada... e uma população que sonha ser moderna .....	06
1.1 - Ruas, praças e construções .....	33
1.2 - Iluminação elétrica e transporte .....	48
1.3 - Meretrizes e jogadores: a segurança da <i>moral</i> e dos <i>costumes</i> .....	60
1.4 - Saneamento .....	70
1.5 - Gestão higiênica da cidade moderna .....	81

### Parte II

2 – <i>Planos de Remodelação</i> para Curitiba .....	90
2.1 - Entre o <i>esplendor das obras</i> de Abreu e a <i>realidade dos factos</i> .....	116
2.2 - <i>As coisas na nossa cidade andam tão a matroca</i> .....	122
2.3 - Quando as reformas urbanas incomodam!.....	129
2.4 - <i>Os estrangeiros é que sabem dar valor aos trabalhos da Comissão de Melhoramentos.</i>	135

<b>Conclusão .....</b>	<b>142</b>
------------------------	------------

<b>Fontes .....</b>	<b>145</b>
---------------------	------------

<b>Bibliografia .....</b>	<b>147</b>
---------------------------	------------

<b>Anexos .....</b>	<b>154</b>
---------------------	------------

## Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, a imprensa, mormente os jornais diários, constituía-se como principal meio de comunicação. Assim como no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Porto Alegre e outras cidades importantes, existia em Curitiba uma grande circulação de publicações, jornais e revistas, ligados a grupos literários, artísticos, educativos, operários e científicos, entre outros. Os periódicos diários atraíam certa atenção e ocupavam lugar de destaque entre os demais por colocarem os cidadãos locais em sintonia com os acontecimentos econômicos, políticos, sociais e culturais que ocorriam nas demais capitais brasileiras e internacionais.

O mais incrível para os leitores era que as informações chegavam quase que ao mesmo tempo em que ocorriam os acontecimentos e os fatos. E isso graças ao telégrafo, que o jornal *Diário da Tarde* fazia questão de enfatizar logo em suas primeiras páginas. Era a modernidade que chegava, para auxiliar, beneficiar e confortar os cidadãos.

Mas seria um erro supor que as atrações de um jornal estavam somente nas notícias que chegavam de lugares remotos. Naquele início de século, Curitiba se desenvolvia. Em 1912, a cidade tinha uma população de 65 mil habitantes, e seu quadro urbano era composto por cinco a seis mil prédios. Relativamente pequena, em relação a centros como Rio de Janeiro, Paris ou Londres, mas no imaginário dos cronistas e de muitos outros cidadãos, a cidade despontava como futura metrópole.

A população estava crescendo, o número de construções aumentava, surgiam os cinematógrafos, a iluminação elétrica, o telégrafo; a fotografia popularizava-se; os cafés, bares, restaurantes, estabelecimentos comerciais multiplicavam-se; as fábricas, oficinas, barricarias e os engenhos de mate se desenvolviam; alguns automóveis já circulavam pelas ruas, sem falar nos bondes elétricos que em breve estariam instalados. Ora, as novidades surgiam dentro da própria urbe, e o jornal não poderia ficar indiferente ao novo ritmo que impulsionava a cidade. A atualidade política, a economia local, a situação do comércio e da indústria, a programação dos cinemas, dos teatros, os espetáculos internacionais que se apresentariam por aqui, o horário dos bondes, as tendências da moda constituíam informações diárias importantes e necessárias aos cidadãos.

Contudo, o cotidiano também era marcado por contradições. Paralelamente aos indícios de *progresso*, conviviam-se com: ruas esburacadas e cheias de lama, restrito sistema de

abastecimento de água e de esgoto, falta de higiene; as doenças, o lixo que se acumulava pelas ruas e outras precariedades que se somavam ao elevado custo de vida.

Esses problemas não eram exclusividade de Curitiba. De forma geral, as principais capitais brasileiras herdaram da época colonial uma estrutura urbana insuficiente, que se tornou crítica com o crescimento populacional na virada do século XIX para o XX. Em meio a essa realidade ocorreram as reformas urbanas, idealizadas e projetadas pelos setores dominantes da sociedade, que buscavam construir uma nova imagem para a jovem república, adequar a estrutura das cidades às novas necessidades capitalistas e efetivamente garantir a continuidade do seu poder político e econômico. O grande modelo inspirador estava nas metrópoles, entre os quais figurava *a cidade das luzes*: Paris. Em tal sentido a administração do prefeito Cândido Ferreira de Abreu destacou-se das demais até então, propondo a primeira grande reforma urbana de Curitiba, entre 1913 e 1916.

Logo que assumiu, Abreu teve autorização da Câmara Municipal para desapropriar terrenos e prédios e criar uma comissão para realizar os melhoramentos na estrutura urbana. Com a concessão de poderes especiais ao prefeito e com uma aplicação mais rígida do Código de Posturas, foram colocadas em prática medidas e obras necessárias à modernização da capital paranaense, colocando-a em sintonia com o *mundo civilizado*. Entre as obras almejadas estavam: o melhoramento das ruas, principalmente calçamento; abertura de novas avenidas, embelezamento de praças, arborização, ampliação do sistema de bondes elétricos, construção de novos mercados, teatro e prédio próprio da prefeitura, entre outros.

Em meio às intensas transformações e contradições presentes na sociedade, o jornal acabou tornando-se um espaço para o debate e para as reclamações da população. Foi nesse momento que um dos maiores jornais de Curitiba, o *Diário da Tarde*, publicou entre os anos de 1909 e 1916 uma curiosa coluna chamada de *Reclamações do Povo*. Como o próprio nome indica, a coluna era editada exclusivamente com as queixas que os cidadãos enviavam através de cartas ou comunicavam diretamente às agências do jornal, localizadas nas ruas 15 de Novembro, Marechal Floriano, Visconde de Nácar ou nos bairros Portão, Batel e Ahu. Apesar de seu pequeno espaço em relação às demais colunas jornalísticas e de sua periodicidade irregular, apresentando interrupções que muitas vezes perduravam por semanas, ela acabou tornando-se um espaço aberto para discussão de inúmeras questões cotidianas da cidade. Nos seis anos foram publicadas 228 colunas, das quais foram extraídas 547 reclamações.

A coluna *Reclamações do Povo* chama a atenção por centrar seu conteúdo em discussões pertinentes ao viver urbano daquele momento e por acompanhar temporariamente a

reforma urbana. Assim, mais do que descrever Curitiba em um momento de intensas transformações a partir de um olhar mais próximo da população, ou seja, saindo um pouco do campo da documentação governamental, como relatórios de governo, relatórios dos médicos sanitaristas ou policiais, objetivamos ir além da queixa em si e justamente captar a mentalidade e a cultura que permeiam tais registros. Como enfatiza DARNTON, o burguês do século XVIII descreve a cidade de acordo com o contexto, a vivência, a forma como ele se relaciona e a posição que ocupa dentro dela. Logo, a visão sobre o urbano *pode estar carregada de emoções, valores e visão de mundo*.<sup>1</sup>

Da mesma forma é impossível pensar em um cidadão curitibano completamente à parte dos valores culturais e emoções que emergiam da modernidade naquele início de século XX. A distância espacial, as diferenças históricas e materiais entre a jovem república brasileira e os grandes centros industriais europeus não representavam empecilhos ao sonho e ao desejo de usufruir das novidades tecnológicas, das descobertas científicas, das concepções higiênicas e de organização espacial, modas, arte, produtos, formas de lazer; de um modo de vida irradiado pelas metrópoles internacionais como Paris e Londres. A população de Curitiba também queria fazer parte do mundo dito *civilizado*.

Partindo dessa perspectiva, uma simples queixa expressa muito mais do que um simples fato, notícia ou acontecimento em si, podendo revelar o imaginário e uma concepção de sociabilidade da população a respeito do que era viver em uma *cidade moderna* naquele momento.

A pesquisa que apresentamos tem como objetivo captar, através de tais queixas, as dimensões da modernidade sobre a cidade, tanto na esfera de organização espacial como de comportamento, que chegavam a Curitiba e eram captadas pela população; investigando qual a sua relação com as reformas urbanas da administração Abreu: como os demais cidadãos curitibanos reagiram e interagiram ao processo de intervenção urbana naquele momento? Se a modernização correspondia a um desejo e necessidade dos setores dominantes de sanar os inconvenientes *problemas urbanos*, o que diziam os demais cidadãos? Os *problemas* detectados pela administração Abreu correspondiam aos *problemas* enfrentados por esses cidadãos? Em contrapartida, quais eram as questões que afetavam os cidadãos naquele momento em que ruas eram alargadas, prédios demolidos e a cidade embelezada?

---

<sup>1</sup> DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 143.

Longe de se prender a determinismos históricos, nossa discussão procura compreender essas reclamações não apenas com relação à situação econômica, mas interligadas diretamente ao desejo de modernidade.

O presente trabalho está organizado e dividido em duas partes. Na primeira parte Curitiba será apresentada através de duas perspectivas: a cidade que cresce e se desenvolve, que é abraçada pela modernidade, e a cidade que enfrenta inúmeros *problemas* estruturais, ou seja, a cidade das queixas.

Entretanto, como a construção deste cenário contraditório está intrinsecamente ligada à modernidade, o capítulo tem início com um de seus maiores espetáculos do século XIX, as Exposições Internacionais, a partir das quais serão analisados os processos de transformação pelos quais passaram os grandes centros como Paris, Rio de Janeiro e a própria Curitiba.

Especificamente para apresentar Curitiba no período proposto (1909-1916), é necessário voltar às últimas décadas do século XIX, justamente porque fatores como a economia da erva mate e o movimento imigratório impuseram uma nova dinâmica, a qual é indispensável apresentar para compreendermos a conjuntura e a realidade nas duas primeiras décadas do século XX.

A cidade será analisada através das *Reclamações do Povo*, cujas reivindicações, necessidades e queixas levantadas serão não apenas expostas, mas das quais se buscará extrair as *emoções*, os *valores* e a *visão de mundo* que permeiam esses registros. Em outras palavras, extrair os desejos dessa população queixosa de viver em uma *cidade moderna*, destacando os problemas enfrentados. Assim como BENJAMIN investiga os sonhos coletivos e o imaginário social da população parisiense do século XIX através das obras de literatos e poetas como Baudelaire<sup>2</sup>, procuramos aqui decifrar o sonho de *cidade ideal* que emerge da seção de queixas publicadas pelo *Diário da Tarde*. Portanto, objetivando mostrar que as reclamações têm como paradigma o modo de vida dos grandes centros urbanos, tanto nacionais como internacionais, trabalha-se com *imagens do desejo*, e a contribuição do autor oferece suporte na investigação desses sonhos, pois

...a fisionomia benjaminiana é uma espécie de “especulação” das imagens, no sentido etimológico da palavra: um exame minucioso de imagens preñes de história. Ela tem sua razão de ser na especificidade do seu pensamento, que se articula não tanto por meio de conceitos e sim de imagens. A “imagem” é a categoria central da teoria benjaminiana da cultura: “alegoria”, “imagem arcaica”, “imagem de desejo”... A imagem possibilita o acesso a um saber arcaico e as formas primitivas de conhecimento, às quais a literatura sempre esteve ligada, em virtude de sua qualidade mítica e mágica.

---

<sup>2</sup> BENJAMIN, Walter. *Paris, capital do século XIX*. In: KOTHE, Flávio. Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1985; *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.



Por meio de imagens – no limiar entre a consciência e o inconsciente – é possível ler a mentalidade de uma época. Partindo da superfície, da epiderme de sua época, ele atribui à fisionomia das cidades, à cultura do cotidiano, às imagens do desejo e fantasmagorias, aos resíduos e materiais aparentemente insignificantes a mesma importância que às “grandes idéias” e às obras consagradas. Decifrar todas aquelas imagens e expressá-las em imagens “dialéticas” coincide, para ele, com a produção de conhecimento da história.<sup>3</sup>

Na segunda parte adentraremos uma cidade que está sendo reformada sob a administração do prefeito Abreu (1913 – 1916). Portanto, a atenção estará voltada para vários documentos ligados à sua gestão, como Atas da Câmara da Prefeitura, Livro de Atos da Prefeitura, Mensagens dirigidas ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, Regulamento Sanitário, Relatórios do Serviço Sanitário, Código de Posturas, relatórios da *Comissão de Melhoramentos* e as colunas *Melhoramentos da Capital* publicadas pelos jornais *Diário da Tarde* e *A República*, que divulgavam as obras e os projetos urbanísticos. Aqui não buscamos unicamente retratar as obras em si, como a abertura de uma *imponente* avenida, a construção de prédios *monumentais*, o calçamento das ruas ou a demolição das construções *feias* e *insalubre*, por exemplo, mas captar o ideal de *cidade moderna* e as *imagens de desejo*.

A Curitiba *regenerada* e *civilizada* que emergiu das reformas urbanas será então contraposta com outras imagens dessa mesma cidade, extraídas da própria coluna de queixas publicadas especificamente no período da reforma urbana. Afinal, a imagem de *cidade moderna* projetada pelas reformas urbanas coincidiram com a *imagem do desejo* da população queixosa?

---

<sup>3</sup> BOLLE, Willi. *Fisionomia da Metrópole Moderna: representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 42.

## Parte I

### 1 - Uma cidade suja, feia e desorganizada... e uma população que sonha ser moderna.

Durante o século XIX, as exposições universais foram sem dúvida o maior exemplo do espetáculo da modernidade que se descortinava ao mundo. Sediadas nas principais capitais européias e norte-americanas, como Londres, Paris, Viena, New York e Chicago entre outras, esses grandiosos eventos eram organizados pela burguesia industrial, comercial e financeira, exibindo ao mundo todo o seu poderio tecnológico: produção em massa, máquinas, mercadorias industrializadas, cinematógrafos, luzes, fotografia, telégrafo, telefone, riquezas, modas e inúmeras outras novidades. Mais do que um evento destinado a venda, lucro ou diversão, eram ocasiões em que as grandes potências estrategicamente se colocavam como modelo universal a ser seguido:

As exposições universais se constituíram, neste contexto, poderosa e fascinante arma para o capitalismo triunfante demonstrar a sua exemplaridade.

As exposições funcionavam como síntese e exteriorização da modernidade dos “novos tempos” e como vitrina de exibição dos inventos e mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica. No papel de arautos da ordem burguesa, tiveram o caráter pedagógico de “efeito - demonstração” das crenças e virtudes do progresso, da produtividade, da disciplina do trabalho, do tempo útil, das possibilidades redentoras da técnica etc.

Por meio das exposições, a burguesia encontrou um veículo adequado para a circulação não só de mercadorias, mas de idéias em escala internacional. Ou seja, as exposições não visavam apenas ao lucro imediato, advindo do incremento das vendas ou do estímulo à produção industrial pela comparação entre as potências das diferentes nações. As exposições foram também elementos de difusão/aceitação das imagens, ideais e crenças pertinentes ao *ethos* burguês.<sup>4</sup>

Desde o período imperial, o Brasil já buscava de certa forma fazer parte daquele mundo espetacular, tanto é que esteve presente nas exposições de 1862 (Londres), 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadélfia) e 1889 (Paris), além de outras exposições internacionais realizadas em Buenos Aires em 1882 e São Petesburgo em 1884.<sup>5</sup> Em alguns desses eventos o Paraná participou exibindo a sua *folha de ouro*, a erva mate, na tentativa de ganhar novos mercados.<sup>6</sup>

Contudo, não eram apenas as novidades tecnológicas e científicas que estavam sendo vendidas ou expostas ao mundo. Por detrás desses eventos irradiava-se uma nova cultura, um

---

<sup>4</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 14.

<sup>5</sup> HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>6</sup> BERBERI, Elizabete. *Impressões: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 36.

modo de vida dito *civilizado, racional*, regido pela ciência; e as metrópoles dessas potências industrializadas, principalmente Paris, Londres e Nova Iorque, representavam o expoente daquele progresso.

Com o crescimento populacional e industrial, essas cidades adquiriram uma relativa distinção em relação à vida rural. Enquanto o campo foi relegado ao lazer, a metrópole tornou-se local das fábricas, do movimento, da velocidade, da circulação intensa de pessoas, mercadorias, automóveis e bondes. As largas e retilíneas ruas e avenidas abrigam uma infinidade de estabelecimentos comerciais, como cafés, salões dançantes, restaurantes, bancos, lojas, teatros e cinemas, entre outros. As vias públicas tornaram-se lugares para galerias e vitrines, palco para o exibicionismo da moda e a ostentação da riqueza.

Enquanto no campo a escuridão da noite retraía a vida, na metrópole a iluminação permitiu sua continuidade. BENJAMIN destaca que a utilização de lâmpões a gás fez surgir uma agitada vida noturna em Paris, pois a luz fez com que *a multidão se sentisse em casa no meio da rua; suprimia o céu estrelado na paisagem da cidade grande de um modo mais total do que ocorria através dos seus prédios elevados*. Ironicamente e com certo pesar, o autor conclui que a própria modernidade acabou suprimindo a beleza da noite, pois a partir daquele momento *lua e estrelas já não merecem mais ser mencionadas*<sup>7</sup> pelos poetas e habitantes da cidade.

A multidão que as habitava constituía um espetáculo à parte. Paris em 1866 já tinha 1.823.000 habitantes, e Londres apontava para 2.300.000 no ano de 1872. Os milhares e milhares de pessoas que percorriam, ou melhor, desfilavam pelas ruas suscitaram inúmeros comentários de cronistas, viajantes, poetas e literatos. Para Percy Shelley, Londres era um *inferno, uma cidade toda cheia de fumaça e gente*. Victor Hugo definiu essa multidão como *caos e plebe sem nome, enxames de abelhas*. O aglomerado humano exerceu perplexidade, medo e também solidão. Estar em meio àquela massa formada por *vozes, olhos e pernas* era estar entre desconhecidos, pois a própria massa esconde a identidade dos indivíduos; aliás, esconderijo perfeito para um criminoso ou assassino, como diria Edgar Allan Poe.<sup>8</sup>

A fotografia popularizou-se. O cinematógrafo trouxe imagens de outras cidades, lugares distantes e exóticos, para bem próximo do espectador, e a magia de registrar o próprio cotidiano. A primeira projeção ocorreu em 1895, com o histórico filme *A chegada do trem na*

---

<sup>7</sup> BENJAMIN, Walter. *Paris, capital do século XIX*. In: KOTHE, Flávio. *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985. p. 78.

<sup>8</sup> Ibid. p. 88.

*estação*, onde era exibida a imagem de uma locomotiva em movimento. Contudo, o que atraía e fascinava a multidão não era somente o conteúdo que estava sendo exibido, fato aliás bastante comum, mas o *movimento combinado com absoluta dissociação das imagens em relação aos corpos*.<sup>9</sup>

Os bondes elétricos e automóveis tomaram o lugar das carroças e animais, oferecendo maior conforto e rapidez à população. A grande circulação de jornais e revistas, além do telefone e do telégrafo, davam às cidades ares cosmopolitas. Esses novos meios de comunicação permitiam que seus cidadãos ficassem em sintonia com os últimos acontecimentos locais e internacionais. Os aprimoramentos estiveram presentes também nas construções, que graças ao domínio da técnica e da engenharia tornou o aço maleável, sendo utilizado em grande escala assim como o vidro.

Partindo dos países com processo de industrialização já consolidado, as inovações, as descobertas científico-tecnológicas, as imagens e discursos do *progresso* são rapidamente difundidas pelo mundo, alcançando os países distantes e com as mais diferentes realidades econômicas, políticas e sociais.

Um dos melhores exemplos talvez esteja no próprio cinema. Um ano após a exibição do filme de *Louis Lumière*, as imagens em movimento já haviam chegado ao Brasil. A primeira mostra ocorreu em 08 de julho de 1896, no Rio de Janeiro, atraindo centenas de pessoas e causando grande euforia. O espetáculo proporcionado pelo *omniógrafo*, como era chamado o aparelho de projeção, fora descrito como sonho, fantasia, maravilhoso espetáculo e até mesmo como *vivo demônio*.<sup>10</sup>

As mercadorias, novidades industrializadas, as imagens desses grandes centros e das exposições universais que chegavam ao Brasil eram *fetichizados* pela maioria da sociedade. Afinal, *quem não desejaria que os frutos do progresso fossem distribuídos, que se concretizasse a construção de um mundo melhor e que a tecnologia suavizasse a vida?*<sup>11</sup>

A modernidade implicou não apenas o desejo de consumir mercadorias industrializadas e modas, mas também profundas mudanças no viver urbano. As questões relacionadas a higiene e salubridade nas cidades grandes ou em rápido crescimento tornam-se vitais. Estrutura sanitária adequada, água potável, limpeza e higiene eram necessárias para a sobrevivência do contingente populacional e do próprio incremento industrial e comercial.

---

<sup>9</sup> KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *A crise do século XX*. São Paulo: Ática, 1991. p. 09.

<sup>10</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>11</sup> PESAVENTO, *Exposições Universais...* 1997. p. 15.

Advêm daí as preocupações em disciplinar os hábitos da população, arejar os espaços, afastar a sujeira, o lixo e a doença para longe, bem como implementar e impor uma série de normas e regulamentos higiênicos para esse mesmo fim.

As preocupações higiênicas, sanitárias e de reorganização dos espaços urbanos são inerentes ao próprio crescimento das cidades. O desenvolvimento industrial impulsionou profundas transformações nas cidades, que passaram a concentrar fábricas, atividades comerciais diversas e contingentes humanos crescentes. Esse aumento demográfico e desenvolvimento urbano chocavam-se com uma estrutura deficiente.

A falta de sistemas de esgoto e rede de abastecimento de água potável, as péssimas condições das habitações operárias e das fábricas e a aglomeração cada vez mais intensa de uma multidão miserável necessária às fábricas e às indústrias geravam, por sua vez, inúmeros *problemas* de ordem higiênica, como a proliferação de doenças e epidemias e *problemas* de ordem social como as revoltas e os movimentos populares, que não raramente explodiam em violência.

Como enfatiza MUMFORD, as cidades industriais que cresceram sobre fundações antigas, como Londres e Paris, encontraram inúmeras limitações que acabavam por colocar em risco o seu próprio desenvolvimento e sustentabilidade econômica e política.

Com a falta de moradia, os operários tinham como única alternativa a habitação nos alojamentos coletivos ou cortiços, que nada mais eram do que casas familiares precariamente reconstruídas e subdivididas com o maior número possível de quartos. Ali, em cada minúsculo compartimento residiam famílias. Esses ambientes escuros, úmidos, mal arejados e superlotados transformavam-se em locais ideais para bactérias, para proliferação de ratos que transmitiam a peste bubônica, para piolhos que difundiam o tifo, para moscas e insetos que visitavam privadas, lixos e dejetos e posteriormente os alimentos de crianças e adultos.

O sistema de abastecimento de água das cidades não sofrera qualquer expansão e conseqüentemente grande parte das habitações estava desprovida de água, comprometendo severamente a higiene. A falta de esgoto, por sua vez, obrigava a população a atirar restos de comida e dejetos nos corredores e ruas, onde permaneciam até que *o acúmulo induzisse alguém a levá-los embora para servir de esterco*.<sup>12</sup>

Até as residências mais abastadas apresentavam os mesmos inconvenientes das habitações pobres, sendo chamadas de *supercortiços*. As casas eram geralmente construídas

---

<sup>12</sup> MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 500.

com o fundo voltado para pátios escuros, sem ventilação ou protegidos de quaisquer contato solar. A utilização dos porões como moradia também era bastante difundida.

A estrutura viária das cidades apresentava outros inconvenientes. Quando foram traçadas e construídas, muitas décadas antes do processo industrial, as ruas tinham o objetivo único de servir como linha de comunicação para os pedestres, ficando o transporte sobre rodas relegado a segundo plano. A forma labiríntica e estreita de muitas ruas também se explicava, pois seu traçado irregular protegia a população contra os ventos gelados do inverno.

De fato, aquele modelo de cidade com resquícios medievais mostrava-se inviável e insustentável para a nova cidade que surgia, para a cidade da lógica industrial.

Dentro desse contexto, não foi por acaso que Haussmann, entre 1853 e 1870, submeteu Paris às reformas urbanas, rasgando avenidas sobre os caminhos tortuosos, escuros e ambientes fechados, construindo *boulevards*, praças, erguendo monumentos e prédios artísticos, higienizando os espaços, expulsando a pobreza e os operários do centro, confinando-os em áreas específicas. A estética, a funcionalidade, a higiene e os interesses do capital industrial nortearam a organização do espaço urbano:

Ora, a legitimidade de tais intervenções não se dão apenas em torno de exigências científicas, mas também de uma lógica econômica e financeira do capitalismo triunfante. Demolir, construir, desenvolver as comunicações e otimizar a prestação de serviços públicos configuram-se como oportunidades lucrativas para o investimento dos capitais. Portanto, a idéia do lucro se conjuga e reforça os imperativos da estética, da higiene e da técnica.<sup>13</sup>

A multidão miserável e faminta que habitava e percorria as ruas de Paris e Londres, chamada por Marx de *exército industrial de reserva*, passou a ser temida. A imagem da multidão incontrolável que agiu nos anos da Revolução Francesa estava presente no cotidiano parisiense, para horror da burguesia e constituía uma força em repouso localizada em pleno coração da cidade, podendo a qualquer momento levantar-se e agir. As classes pobres tornam-se *perigosas*, e sobre essa multidão, projetou-se o desejo de controle.

Nesse sentido, eram objetivos do plano de Haussmann

destacar os grandes edifícios (...) de maneira a lhes dar um aspecto mais agradável à vista (...) e uma defesa mais fácil nos dias de revoltas (...) Assegurar a tranquilidade pública pela criação de grandes boulevards, que deixariam circular não somente o ar e a luz, mas as tropas e, por uma engenhosa combinação, dariam melhorias ao povo e com isso menos disposição para a revolta.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> PESAVENTO, *O imaginário da Cidade...* 1999. p. 93.

<sup>14</sup> RAGON, Michel. *Histoire de l'architecture et de l'urbanisme modernes*. Citado por PESAVENTO, *O imaginário da cidade...* 2002. p. 94.

As aglomerações formadas por casas populares, ruelas e becos, que impediam passagem de tropas policiais e facilitavam a improvisação de barricadas e trincheiras, foram destruídas. As áreas referentes a moradia popular, comercial e residencial foram cuidadosamente esquadrihadas e separadas.

As grandes avenidas que cortavam toda a cidade permitiam não só a rápida circulação, mas também o deslocamento de tropas policiais. Essa divisão e segregação do espaço urbano entre os bairros operários, burgueses, área comercial e fábricas permitiu não só maior funcionalidade mas um controle eficiente sobre as pessoas. Essa nova organização dos espaços da cidade era *necessária às novas funções urbanas promovidas pelo capitalismo industrial*.<sup>15</sup>

Para os analistas das reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro<sup>16</sup>, Porto Alegre<sup>17</sup>, Salvador<sup>18</sup>, Recife<sup>19</sup>, Belo Horizonte<sup>20</sup> e Manaus<sup>21</sup>, a remodelação de Paris realizada por Haussmann constituía-se para as elites dessas principais capitais brasileiras *o grande modelo de cirurgia material e social*<sup>22</sup> a ser aplicada a uma cidade.

O Rio de Janeiro, a cidade mais importante, sede do governo, porta de entrada e vitrine da jovem República brasileira, enfrentava problemas de ordem sanitária e higiênica, de circulação, transporte e de crescimento de uma população miserável. O pequeno porto e as ruas estreitas eram fatores que dificultavam a circulação das mercadorias, prejudicando diretamente o intenso comércio. Em seu centro as moradias pobres misturavam-se aos estabelecimentos comerciais e residências ricas, gerando inúmeros problemas.

Para a elite, a localização e a superlotação desses espaços representava uma instabilidade permanente devido às constantes ameaças de revoltas populares e à propagação de doenças, uma vez que não havia estrutura sanitária e de abastecimento para um grande número

<sup>15</sup> MARINS, Paulo Cezar Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 136.

<sup>16</sup> Sobre a reforma urbana no Rio de Janeiro ver: BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro, 1982. Dissertação – UFRJ.

<sup>17</sup> Sobre a reforma urbana em Porto Alegre ver: MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade; a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

<sup>18</sup> Sobre a reforma urbana em Salvador ver: MARINS, *Habitação e vizinhança...* 1998.

<sup>19</sup> Ibid.

<sup>20</sup> Belo Horizonte foi a primeira cidade brasileira a sofrer a influência do urbanismo de Haussmann. Ver: GUIMARÃES, Berenice Martins. *A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis*. In: CIDADE, POVO E NAÇÃO: GÊNESE DO URBANISMO MODERNO. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 123-140.

<sup>21</sup> Sobre a reforma urbana em Manaus ver: COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando viver ameaça a ordem urbana - Manaus 1900-1915*. In: CIDADES: PESQUISA EM HISTÓRIA. Publicação do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. São Paulo: Editora Olho d'Água, Novembro/1999. p. 85-127.

<sup>22</sup> MARINS, *Habitação e vizinhança...* 1998. p. 134.

de habitantes. Em seus arredores existiam muitas áreas pantanosas, onde proliferavam doenças como a febre amarela, um dos principais empecilhos à imigração européia.

A reforma urbana iniciada na Capital Federal em 1902, conhecida como *Bota abaixo*, buscava construir uma imagem de cidade higiênica, que oferecesse estabilidade e credibilidade para o comércio crescente e para atrair o fluxo de capital internacional. O prefeito Pereira Passos abriu grandes avenidas, alargou, alinhou e arborizou as ruas, remodelou o porto; impôs a campanha contra a varíola com a vacina obrigatória e promoveu a higienização. A área central ficou reservada à elite, que ergueu inúmeros palácios de mármore e jardins nos lugares anteriormente ocupados pelos cortiços. As camadas pobres e menos abastadas da população que residiam no centro foram obrigadas a fixar-se nos morros ou em bairros distantes.

Assim como Haussmann, a administração Passos ditou medidas *tirânicas*: fechou a Câmara em 1903 e impôs uma legislação com normas para as construções e regulamentos para as moradias. Essa legislação fazia exigências quanto à forma de construir e o material a ser utilizado, delimitava o tipo de fachada, as medidas dos prédios; obrigava a instalação de sistema de água e esgoto e, numa evidente medida para expulsar os cortiços ou moradias populares na área central, proibia a construção de casas em terrenos com menos de seis metros de largura.

As reformas urbanas procuraram redesenhar a cidade, *civilizando* e disciplinando os hábitos da população através da divisão espacial e de uma série de regulamentos. A cidade teria seus espaços específicos e bem delimitados: o centro constituía a área principal, com os prédios do Senado Federal, da Biblioteca Nacional, do Museu de Belas-Artes e do Teatro Municipal. As áreas ao sul ficaram reservadas às residências luxuosas. A área norte ficou destinada à população média, aos imigrantes e aos miseráveis que foram expulsos do centro.

Para enquadrar o país ao projeto *civilizador*, cujo horizonte estava na Europa, era necessário apagar ou pelo menos afastar dos centros urbanos as manifestações e tradições culturais de um Brasil imperial, bem como os hábitos considerados *anti-sociais* para uma sociedade moderna.

Assim, inúmeras medidas foram impostas para esse fim. O uso do violão, instrumento popular indispensável para as modinhas, serenatas e rodas de boêmios, foi considerado sinônimo de vadiagem. As festas religiosas e populares, como Judas, Glória e Bumba-meu-boi; os curandeiros, feiticeiros e o candomblé foram proibidos ou sofreram restrições. No carnaval os batuques, os cordões, as pastorinhas e as fantasias de índio cederam lugar ao *carnaval versão*



*européia, com arlequins, pierrôs e colombinas de emoções comedidas.*<sup>23</sup> A imagem do índio, os batuques, as danças e as manifestações culturais afro-brasileiras eram vistas como representações incompatíveis com a nova sociedade cosmopolita e moderna que nascia.

Padronizações e normas de conduta recaíam até mesmo sobre a vestimenta da população. Campanhas foram organizadas através da imprensa para regulamentar o uso de paletó e sapatos a todos os cidadãos sem distinção e para reprimir aqueles que se portassem com camisetas, roupas sujas e mau cheirosas ou andassem sem calçados nas áreas elegantes da cidade.<sup>24</sup>

Também era necessária atenção à conduta da população pobre e marginalizada. Em uma sociedade moderna, isto é, que se adequava à *nova razão de um estado industrial e capitalista que se implementava*<sup>25</sup>, determinados comportamentos tidos como ociosos ou contraditórios a essa razão deveriam ser disciplinados. Vadiagem, mendicância, prostituição, jogatina e capoeiragem foram alvos constantes da repressão e da vigilância exercidas pelas autoridades policiais. Desta forma,

o enquadramento da população lúmpen urbana nos dispositivos penais e em outras leis e decretos correlatos, casuisticamente elaborados, proporcionaram às autoridades do governo o desempenho primordial de seu papel de vigilância e repressão. Entendiam os republicanos ser necessário o policiamento da sociedade, para a sua adequação ao progresso e à modernidade.<sup>26</sup>

Como demonstra NEEDELL, a reforma de Pereira Passos não objetivava apenas destruir as ruelas estreitas, imundas e os casarões coloniais, mas *abraçar a Civilização significava deixar para trás aquilo que muitos na elite carioca viam como um passado colonial atrasado, e condenar os aspectos raciais e culturais da realidade carioca que a elite associava ao passado.*<sup>27</sup>

Enfim, toda uma sociabilidade popular foi relegada em troca dos novos valores culturais comprometidos com o mundo moderno. A vida e a cultura que pulsava intensamente entre as ruas mal iluminadas e esburacadas, nos cafés, nos botequins, nos restaurantes, nos cortiços e nas pensões superlotados foram desmanteladas com as demolições do *Bota Abaixo*.

<sup>23</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 32-33.

<sup>24</sup> Ibid.

<sup>25</sup> TRINDADE, Judite Maria Barboza. *Metamorfose: de criança para menor. Curitiba – início do século XX*. Tese de Doutorado em História, UFPR, 1998. p. 104.

<sup>26</sup> ALVES, Paulo. *A República e a construção da ordem*. In: Revista História: 100 anos de República. São Paulo: Editora UNESP, 1989. p. 11.

<sup>27</sup> NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 70.

Da reforma urbana de Pereira Passos emergiu uma cidade burguesa, higienizada, salubre, com avenidas largas, jardins, palacetes, *art nouveau*, vitrines, lojas de moda, cafés chiques e caros, bondes elétricos, novas formas de lazer, como o *footing*, os espetáculos do Teatro Municipal, cassinos e as corridas do *Jockey Club*.

Contudo, em meio a tantas transformações pelas quais passou a capital federal entre fins do século XIX e início do XX, sua população não pode ser vista como passiva em relação ao novo regime republicano instalado e às imposições disciplinares. Como salienta CARVALHO ao analisar o Rio de Janeiro e a vivência popular nos anos seguintes ao advento da República, um dos motivos para que a população se afastasse ou não demonstrasse interesse pelos processos de decisão política estava na descrença para com o sistema republicano. Porém, essa população, a que Aristides Lobo chamou de *bestializada* devido a sua *apatia* na proclamação da República em 1899, mostrara-se em outras ocasiões ativa e organizada.

Quando o prefeito Pereira Passos e o médico Oswaldo Cruz colocaram em prática o projeto de saneamento da Capital Federal e a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, no qual previa a invasão das moradias e a vacinação compulsória dos habitantes, ocorreu um grande levante popular conhecido como a Revolta da Vacina. Contra os poderes discricionários das autoridades sanitárias barricadas foram levantadas em vários pontos da cidade, delegacias e casas de armas atacadas, bondes incendiados, calçamento das ruas revirado, postes de iluminação destruídos, além dos enfrentamentos com a polícia. Alarmadas com os violentos confrontos, as autoridades decretaram o estado de sítio e solicitaram apoio aos batalhões dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. A mobilização popular que perdurou por oito dias, além da destruição material resultou em 30 mortos, 110 feridos, 945 prisões e 461 deportações.<sup>28</sup>

Por outro lado, as muitas tentativas de *haussmanização* do Rio de Janeiro acabaram fracassando por vários fatores: a falta de fiscalização eficiente, a limitada intervenção do poder oficial e a própria realidade econômica e social, muito diferente daquela dos países europeus, com seu processo industrial já consolidado.

Uma das características da Paris de Haussmann foi a criação de espaços homogêneos. No Rio de Janeiro as reformas urbanas não conseguiram manter por muito tempo uma distinção espacial, uma vez que não houve medidas no sentido de prover moradia para a população

---

<sup>28</sup> Os dados são de CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 126.

expulsa do seu centro. Essa população, por sua vez, acabou ocupando os morros na área central e nos bairros que, inicialmente, foram projetados para a elite.<sup>29</sup>

Apesar de Curitiba ser uma cidade pequena e de ter um contexto histórico diferente em relação às grandes cidades como a Capital Federal, ou aos grandes centros industriais europeus, as mudanças que sofreu a partir de metade do século XIX suscitaram inúmeras preocupações pertinentes à higiene, à salubridade e à eficiência da estrutura urbana.

Em 1872, ao observar Curitiba de algum ponto alto da região, o viajante e engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither descreveu que a cidade mais parecia um *aglomerado de tendas e cabanas*, pois não haviam chaminés ou prédios altos. Com seus 12.651 habitantes, o vilarejo tinha construções simples, dentre as quais se destaca a igreja pelo seu tamanho, pois sua arquitetura *era muito fraca*. A casa da autoridade mais importante, o presidente da província, era descrita como *simples*, sendo chamada de palácio *por cortesia*. Ao lado de tal residência estavam concentrados os estabelecimentos comerciais, pertencentes a portugueses, brasileiros e alemães.<sup>30</sup>

Para termos uma idéia da extensão e do aspecto da cidade naquele momento, não muito longe do hotel em que o viajante estava hospedado, *entre as atuais ruas Marechal Deodoro, Barão do Rio Branco e XV de Novembro, onde, no começo deste século, se instalaria o Grande Hotel do italiano Gino Zanchetta*<sup>31</sup>, era possível caçar narcejas:

Após o almoço... tomamos nossas espingardas e cartucheiras e saímos para o campo da vizinhança, a fim de ver se conseguíamos matar algumas narcejas. Meu hoteleiro de Antonina não se tinha enganado quando disse ser possível matar bicudos na soleira das casas. **Não havíamos caminhado cem jardas do término da rua principal e uma narceja já estava na sacola.**<sup>32</sup>

Embora o viajante descrevesse a cidade como relativamente pequena, Curitiba já estava sentindo os efeitos das mudanças impulsionadas pela erva mate e pelo movimento imigratório. A extração em maior escala do mate, desencadeada para atender a demanda de um mercado internacional, principalmente Argentina, Chile e Uruguai, proporcionava mudanças gradativas no cotidiano e na estrutura urbana da cidade:

Na onda da economia ervateira expandiu-se o comércio varejista, dando espaço a muitos outros personagens urbanos, desde os caixeiros, que a legislação curitibana proibia que fossem escravos, aos

<sup>29</sup> MARINS, *Habitação e vizinhança...* 1998.

<sup>30</sup> MARTINS, R. *Quantos somos e quem somos*. Curitiba: Empresa Paranaense, 1941.

<sup>31</sup> DESTEFANI, C. *Hotéis que marcaram o passado de Curitiba*. Gazeta do Povo, Curitiba, 01 fev. 1999. Caderno Turismo, p. 05.

<sup>32</sup> BIGG-WITHER, T. P. *Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná (três anos de vida em suas florestas e campos 1872/1875)*. Curitiba: UFPR, 1974. p. 50. Sem grifos no original.

grandes comerciantes enriquecidos. As aglomerações urbanas criaram ainda um mercado de pequenos serviços urbanos e de criadagem doméstica...<sup>33</sup>

Com o aumento das exportações e o domínio desse mercado, as cidades adquiriram certa importância, pois passaram a abrigar engenhos de mate transferidos do litoral e inúmeras atividades, como olarias, serrarias, cerâmicas, metalurgia, barricarias e fábricas. O mate iria constituir-se até a primeira década do século XX como a principal atividade industrial da capital.

Outro fator que imprimiu sensível mudança no cotidiano era a imigração. Até meados do século XIX, o fluxo imigratório e os núcleos aqui instalados careciam de maior apoio do próprio governo. Mas foi durante a administração do Dr. Laménha Lins, entre 1875 e 1877, que ocorreu o grande fluxo da imigração para o Estado e principalmente para Curitiba.

Em sua administração foi projetado o chamado *cinturão verde*, formado por doze colônias, entre elas D. Pedro, Orleans, D. Augusto, Santa Cândida, Tomás Coelho, Laménha, Santo Inácio e Riviere, todas localizadas nos arredores de Curitiba:

...em 1876, o governo Laménha Lins havia estabelecido 12 colônias aos arredores de Curitiba, onde se fixaram 4.000 colonos. Os 509 lotes ocupados mediam 8 hectares cada, com casas edificadas (ainda que provisórias). Dentro do novo plano de colonização agrícola foram construídos 103 quilômetros de estradas de rodagem, gerais e vicinais, sendo que as gerais possuíam 6 metros de largura com a finalidade de unir as colônias a Curitiba, e as vicinais possuíam 4,40 metros de largura para ligar os lotes entre si.<sup>34</sup>

Essa política de imigração estava inserida em um projeto de modernização, que procurava trazer o progresso para a região, ameaçada até então pela crise de abastecimento provocada principalmente pelo surto da atividade ervateira e da criação de gado, que acabavam por concentrar a grande parte da mão-de-obra livre e escrava. Em outras palavras, como a extração do mate mostrava-se mais rentável, a agricultura foi relegada a segundo plano e passou-se a produzir menos, ocasionando conseqüentemente a falta de gêneros alimentícios em vilas e cidades. Ao mesmo tempo, a utilização de técnicas rudimentares para a agricultura e a falta de um sistema de integração entre as regiões agrícolas também contribuíram para o agravamento da situação.

---

<sup>33</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso; ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. p. 111.

<sup>34</sup> SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural: 1995. p. 75.

A falta de organização e incentivo de uma agricultura voltada para o abastecimento comprometia não só as principais atividades, como extração do mate e pecuária, mas o próprio desenvolvimento e crescimento da região.

Diferentemente de outras localidades, como São Paulo, a imigração promovida no Paraná e as colônias do *cinturão verde* foram organizadas para cultivar e produzir apenas gêneros de subsistência, cujos excedentes abasteceriam Curitiba, ao mesmo tempo em que *o sistema de colonização inaugurava nova forma de propriedade (a pequena produção), nova unidade econômica (a família), novo tipo de relação de produção (o campesinato autônomo e o Estado) e novo padrão de produção (através das técnicas trazidas pelos imigrantes estrangeiros)*.<sup>35</sup>

Além de os imigrantes serem responsáveis pelos produtos originários do cinturão verde, que produziam milho, batatas, feijão, frutas e aves, sua presença refletia-se no cotidiano da cidade, nas ruas, nos clubes, na imprensa e nos estabelecimentos comerciais. Pelas manhãs, nas ruas Aquidabam, Flores, Riachuelo, no Pátio da Matriz e nas proximidades do mercado, era comum encontrar polacos e russos, com seus trajes típicos e carroças, trazendo os produtos e alimentos para vender. Estar entre essa multidão, descreve Nestor Victor, era *caiar-se igualmente em pleno meio estrangeiro, sobretudo de polacos e russos*.<sup>36</sup> Para seu espanto, situações curiosas aconteciam muitas vezes ao percorrer a cidade. Era freqüente ouvir-se *yas e nichts*, dos grupos de crianças que brincavam e corriam pelas ruas. Muitas vezes, quando optava por uma diligência, o cronista reclamava que era comum fazer a *viagem sem trocar palavra com o cocheiro, porque este só sabia alemão*.

Entre os inúmeros estabelecimentos comerciais dirigidos por imigrantes, como cervejarias, padarias, ferrarias, açougues, salsicharias e construtoras de carros (carroças), entre outros, os nomes bastante sugestivos dos hotéis da época evidenciavam uma cidade que se tornava cosmopolita pela intensa presença de *estrangeiros*. Entre propagandas e notícias do jornal *Dezenove de Dezembro*, podemos encontrar anúncios do *Hotel Cosmopolita*, *Hotel dos Estrangeiros e Paranaenses*, *Hotel Francez*, *Hotel Franco-Brazileiro* e *Hotel das Quatro Nações*. Este último, além dos serviços como almoço e jantar, oferecia intérprete em alemão, inglês e francês.

A presença imigrante estava também nos clubes, na imprensa e na arquitetura. Nomes como *Lindmann*, *Tívoli*, *Strobel*, *Menssing* e a *Sociedade Heimat* estavam entre os principais

---

<sup>35</sup> Ibid. p. 73.

<sup>36</sup> SANTOS, Nestor Victor dos. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1996.

clubes e salões dançantes. Entre os jornais que circulavam, três eram editados em italiano, como o *XX Settembre* (1892), *Il Lavoratore* (1893) e *Il Diritto* (1899). Na arquitetura, os novos elementos, inovações, métodos e técnicas introduzidos principalmente por alemães e italianos, foram responsáveis pela progressiva substituição da *velha construção colonial dos prédios*<sup>37</sup> por uma arquitetura eclética<sup>38</sup>, onde se destacavam elementos góticos, barrocos, neoclássicos e renascentistas nas novas construções.

E foi naquele momento de preocupação com o desenvolvimento da Província que a cidade passou a sofrer várias intervenções urbanas. A administração de Alfredo D'Escagnole Taunay (1885) destacou-se pela realização de importantes obras. Taunay cuidou da principal área, a Praça D. Pedro II<sup>39</sup>, fazendo a limpeza pública e obrigando a retirada dos animais que até então pastavam livremente pelo local. As ruas próximas foram alinhadas, e a Catedral Nossa Senhora da Luz recebeu a sua reforma. Não muito longe dali, onde anteriormente estava localizado o banhado do Rio Belém, foi construído o Passeio Público. Entre outras obras e medidas destacam-se os *melhoramentos* na Rua da Imperatriz, o projeto de cobertura do Rio Ivo e a organização e os investimentos na Biblioteca Pública, que teve seu acervo ampliado de 556 volumes para 2.671, além de verbas destinadas para novas aquisições. E dois anos mais tarde a cidade receberia o seu primeiro sistema de transporte com a inauguração dos bondes de mula.

Apesar de limitada, a intervenção de Taunay naquele momento foi como um *ensaio de remodelação da urbe*<sup>40</sup>, a qual voltaria a ocorrer duas décadas depois, dentro de um novo quadro marcado pelo acirramento das contradições capitalistas, presentes tanto em Curitiba como nas demais capitais republicanas.

Em 1912 a cidade tinha uma população de 65.000 habitantes.<sup>41</sup> Um número muito expressivo para Curitiba, onde as estatísticas registram cerca de 24.553 habitantes no ano de 1890 e de 50.124 habitantes em 1900.<sup>42</sup> Analisando os dados demográficos notamos que em duas décadas a população aumentou consideravelmente. Esse crescimento ocorreu por vários motivos. Para o período de 1870 a 1890, as causas estariam no próprio movimento imigratório, ou seja, bem no momento da formação do

<sup>37</sup> Ibid. p. 71.

<sup>38</sup> Sobre o ecletismo em Curitiba, ver: SUTIL, Marcelo Saldanha. *O espelho e a miragem: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século*. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR.

<sup>39</sup> Os nomes atuais das praças, ruas e logradouros citados neste trabalho encontram-se anexos.

<sup>40</sup> TRINDADE, *Metamorfose: de criança para menor...* 1998. p. 107.

<sup>41</sup> Directoria do Serviço Sanitario do Paraná; Anuario de Estadística Demographo-Sanitaria do Municipio de Corityba: 1913, 1914, 1915. Coritiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1915. p. 09.

<sup>42</sup> MARTINS, *Quantos...* 1941.

*cinturão verde* já comentado. Mas entre 1888 e 1909, não podemos apontar o mesmo motivo, pois nenhuma colônia foi estabelecida, mas houve um elevado índice de nascimentos e baixo número de óbitos. Portanto, concluiu-se que para esse período a razão estaria *no próprio desenvolvimento do ciclo das famílias curitibanas*.<sup>43</sup>

O quadro urbano também crescera. Se em 1886 Romário Martins citava a existência de 1.283 prédios, em 1912 Nestor Victor descreve que

Curitiba já tem de 5.000 a 6.000 prédios, e teria muito mais se não faltassem quase que absolutamente empresas construtoras. Calcula-se que nestes últimos dez anos se tenham construído para mais de 1.500 prédios. Ultimamente estão-se construindo cerca de 400 por ano, a décima parte dos que se constroem no Rio e em São Paulo.<sup>44</sup>

Esse crescimento e esse desenvolvimento da cidade estavam ligados à indústria da erva mate, também chamada de *a nossa folha de ouro*. Em 1912 funcionavam 12 usinas de mate, entre as quais o Engenho David Carneiro & Cia, Engenho do Dr. Bernardo Veiga, Fábrica Leão Júnior, Fábrica Santa Maria, Engenho Miró, Fábrica Iguaçu e Fábrica União, além das 20 oficinas de tanoeiros e *barriqueiros* derivadas dessas indústrias. A maioria dessas fábricas atendia às exportações para o mercado internacional, as quais geraram entre 1910 e 1911 nada menos que uma receita de 22:613:873\$500 réis.

Em segundo lugar destacava-se a indústria madeireira, que atendia os mercados internacionais, como o de Buenos Aires e Montevideu, e vários estados brasileiros, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Natal, Aracaju, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba e Pará.

Além do mate e da madeira, funcionavam várias outras indústrias: três fábricas de fósforos, dez oficinas de curtume, quinze oficinas de selaria, trinta olarias, duas fábricas de mosaico e ladrilho, dezesseis tipografias, quinze moinhos para o trabalho com centeio, trigo e milho, oito cervejarias e fábricas de tecidos e vestuário, vinho, vinagre, cinco fábricas de carro, sete de cigarros, fábrica de presunto, marcenarias e várias oficinas de fundição que produziam peças para engenhos de mate, serrarias e moinhos.

Em parte Curitiba também adquirira importância em relação aos demais municípios do Paraná por dois fatores. Primeiro porque a estrada de ferro tornou-a ponto de passagem obrigatório para os produtos vindos do interior com destino aos demais estados brasileiros ou

---

<sup>43</sup> DE BONI, Maria Ignês Mancini. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 08.

<sup>44</sup> SANTOS, *A Terra do futuro...* 1996.p.83.

portos de Paranaguá e Antonina. Segundo porque como sede administrativa do Estado a cidade reunia toda uma estrutura que ia desde bancos até estabelecimentos comerciais e industriais, tornando-a local estratégico para as negociações capitalistas:

...na maioria das vezes boa parte das mercadorias, ao tomarem o rumo dos portos, via Estrada de Ferro do Paraná, passavam por Curitiba. Com isso, a cidade adquiriu relevância não só como “ponto nodal” nas estradas de transporte paranaense, mas também pelo fato de grande parte dos produtores virem se instalar na capital, já que aqui ocorriam as transações comerciais internas e externas.<sup>45</sup>

O desenvolvimento das atividades industriais, o crescimento populacional e urbano, a circulação de riquezas, a popularização da fotografia, da luz elétrica, do telégrafo, dos aparelhos musicais, como os *gramaphones*, e dos cinematógrafos instalados no *Colyseu Curitybano*<sup>46</sup>, *Eden*, *Central Park* e Teatro Guairá, eram vistos como evidências culturais e materiais dos países industrializados, tidos como *civilizados*, que começavam a fazer-se presentes no Brasil. As técnicas, os produtos e as novidades até então presentes apenas nas exposições universais e nas *capitais modernas*, como Rio de Janeiro e Paris, estavam cada vez mais presentes no cotidiano curitibano.

Mas, se por um lado Curitiba apresentava indícios de *progresso*, por outro, a cidade também enfrentava problemas e contradições semelhantes àqueles presentes nos grandes centros urbanos.

Na verdade, tais preocupações já estavam de certa forma presentes desde pelo menos a metade do século XIX. Observando as páginas do jornal *Dezenove de Dezembro*, por exemplo, é possível encontrar, já na década de 1850, exigências e reclamações dos setores letrados da sociedade paranaense sobre calçamento, iluminação e transporte e os perigos advindos dos *miasmas deletérios*.<sup>47</sup> Naquele momento, antes das descobertas científicas de Pasteur, o perigo para a saúde vinha de águas estagnadas, charcos e banhados, vistos como focos potenciais de doenças e que eram transmitidas via atmosfera.

Contudo, essas preocupações aumentaram consideravelmente à medida que a própria cidade foi crescendo. O aumento populacional, o desenvolvimento de atividades comerciais e

<sup>45</sup> CUNHA FILHO, Valter Fernandes da. *Cidade e sociedade: a gênese do urbanismo moderno em Curitiba (1889-1940)*. Dissertação (Mestrado em História), UFPR, Curitiba, 1998. p. 74.

<sup>46</sup> O *Colyseu* foi um dos principais parques de diversões de Curitiba, que, além das apresentações artísticas internacionais e bandas musicais, exibia várias novidades técnicas do momento, como o *carrossel mecânico*, o *Skating rink* (patinação), *Kolloscopo automático* (com imagens das principais cidades do mundo) e o cinematógrafo. Ver: BRANDÃO, Ângela. *A fábrica de ilusão: o espetáculo nas máquinas num parque de diversão e a modernização de Curitiba (1905-1913)*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba / Fundação Cultural de Curitiba, 1994.

<sup>47</sup> PEREIRA, Semeando iras... 1996. p. 114.



industriais colocavam em xeque a estrutura urbana oferecida pela *velha cidade*. Em outras palavras, o sistema de abastecimento de água e o de esgoto ou as formas de moradia não eram ampliadas ou melhoradas, não acompanhavam o ritmo do crescimento urbano. Doenças e epidemias encontravam assim um terreno propício e inevitavelmente faziam dezenas de vítimas. Entre 1885 e 1910, Curitiba foi atingida por inúmeras doenças e epidemias, como coqueluche, disenteria, tifo, pneumonia; *erysipela*, febre dengue, *sarampão*, varíola, escarlatina e difteria.<sup>48</sup>

Mais do que medidas para tratar dos doentes ou das vítimas no momento em que tais epidemias ou *problemas* atingiam seu ápice, era necessário impor medidas profiláticas que buscassem efetivamente impedir o surgimento desses *problemas*. Autoridades, intelectuais, cientistas e outros cidadãos passaram a apontar não apenas os potenciais focos de doença ou de ameaça presentes na sociedade, mas a condenar os comportamentos humanos e as estruturas *arcaicas* da cidade, que colocavam em risco a salubridade, a saúde da população e o próprio *progresso*. Os apontamentos dos higienistas são bastante claros nesse sentido.

Como representantes do *saber* médico na capital paranaense estavam os doutores Trajano Joaquim dos Reis, que ocupou o cargo de *Inspetor de Hygiene do Paraná* em fins do século XIX e publicou o livro *Elementos de Hygiene Social* em 1894; e Jayme Dormund dos Reis, que apresentou no Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1898, a tese *Das principais endemias e epidemias de Curityba*.<sup>49</sup>

A atenção desses cientistas se voltava para as condições higiênicas da cidade. Ambos estudos não apenas diagnosticavam as doenças e moléstias que atingiam Curitiba, como varíola, sarampão e escarlatina, entre tantas outras, mas enfatizavam a necessidade de medidas profiláticas em relação a higiene corporal, alimentação, água potável, águas servidas, roupas, cama e banho. Em relação à cidade, tal *saber* apontava tanto as precariedades de Curitiba naquele momento, como uma série de *intervenções* que deveriam ser feitas pela municipalidade em relação a ruas, calçamento, arborização, limpeza, matadouros, estrebarias, mercados, hospedarias, escolas, hospitais, internatos, habitações coletivas, habitações privadas, estabelecimentos industriais, alojamentos para operários, hospitais, cadeias, igrejas, teatros, quartéis e cemitérios, a fim de garantir a higiene e a salubridade urbana.

A figura do engenheiro, portador do saber científico e da racionalidade, também ganhava crescente prestígio entre setores da população que se deparavam com lama, sujeira,

---

<sup>48</sup> DE BONI, *O espetáculo...* 1998. p. 27.

<sup>49</sup> Ibid. p. 25.

inundações, falta de calçamento, de áreas de lazer e de transporte. A crença no *espírito científico*, que alguns setores urbanos nutriam, estava imbuída do ideário positivista *comteano*.<sup>50</sup>

Assim,

se anteriormente os fenômenos naturais como enchentes dos riachos, alagamentos, o odor fétido dos dejetos, as águas dos poços, a lama nas ruas e a estrutura física da cidade totalmente despreocupada com o rigor estético, agora começaram a sofrer o crivo das análises racionais e das propostas de soluções científicas. Não demorou muito e esses fenômenos, tão naturais e tão comuns desde pelo menos o aparecimento do homem na terra, alcançaram o *status* de “problemas”.<sup>51</sup>

Logo o modelo da cidade colonial, com suas ruas estreitas, quadras desalinhadas, aglomerações habitacionais insalubres e escuras; com seus sobrados e palacetes localizados ao lado de cortiços imundos e da pobreza; com seus animais sendo criados nos quintais ou vagando pelas ruas; desprovida de calçamento, de rede de esgoto, de abastecimento e de iluminação, passa a ser cada vez mais questionado pela própria modernidade. A *cidade velha* mostrava-se como um modelo inviável para a *cidade moderna*, cujo futuro, no imaginário dos cidadãos e das autoridades, apontava para a industrialização.

É possível perceber no Código de Posturas essa preocupação que passa a projetar-se sobre o viver urbano. As posturas de 1895, aprimoradas sob a administração de Cyro Persiano de Almeida Velloso, mostram uma série de exigências referentes a limpeza, tranquilidade e segurança pública; higiene e salubridade públicas; quadro urbano; edifícios ruinosos e escavações; servidões; comércio; fábricas, oficinas e curtumes; casas de jogos e divertimentos públicos; mercado; matadouro público, seu asseio e economia, açougues, condução de carne verde e deveres do veterinário; cemitérios e enterramentos; rocio; estradas, caminhos, conservação de árvores e extinção de formigueiros; cercas; agricultura e criação, numa nítida preocupação em intervir nos hábitos e nos espaços da população.

A ideologia da modernização desempenhou papel fundamental na forma como a sociedade percebeu a sua cidade:

Na sociedade curitibana, os desdobramentos da ideologia da modernização foram significativos. O período entre séculos, foi marcado por uma intensa campanha pela cura das “doenças sociais”. Os loucos, as prostitutas, os vagabundos, os pobres e os trabalhadores, se tornaram objetos tanto do discurso “científico”... como da ação “neutra” do poder público. Neste particular, caberia destacar a imprensa, os educadores, a justiça e a polícia, juntamente com seus respectivos especialistas, na identificação e combate às “enfermidades” do corpo social. ...eliminar os “vícios” incompatíveis com a

<sup>50</sup> SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Ideário do progresso e cidades: uma Curitiba das primeiras décadas do século XX*. In: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, V. XXIV, n. 01, junho 1998. p. 75-94.

<sup>51</sup> CUNHA FILHO, *Cidade e sociedade*... 1998. p. 93.

nova ordem social: a vida disciplinar do trabalho. Assim, o jogo, a bebedeira e a vadiagem deviam ser banidos da sociedade “civilizada”.

Contudo, a visão do corpo, fruto do biologismo interiorizado pela ideologia da modernização, também foi estendida ao símbolo máximo da civilização: a cidade. Nela, tudo o que era tido como “atraso”, ao contrário a civilidade e ao “progresso”, era identificado como “doença”. Foi precisamente neste ponto que se deu o aparecimento dos chamados “problemas urbanos” em Curitiba. “Problemas” esses que, até não muito tempo atrás, ou não se configuravam desse modo ou não eram percebidos como tal.<sup>52</sup>

O cidadão curitibano não estava alheio aos valores culturais e às emoções que emergiam da modernidade naquele início de século XX. Diferenças históricas e materiais entre a pequena Curitiba e a Capital Federal ou aos grandes centros industriais europeus não representavam empecilhos ao desejo de usufruir das novidades tecnológicas, das descobertas científicas, das concepções higiênicas e de organização espacial, moda, arte, produtos, formas de lazer, enfim, de um modo de vida irradiado pelas metrópoles. A população de Curitiba também queria fazer parte do mundo dito *civilizado*.

Os jornais e as crônicas locais daquele início de século XX não dispensavam elogios ao Rio de Janeiro, às cidades européias e à capital norte-americana por suas belezas, indústrias e estrutura urbana.

Nova Iorque era apontada em 1913 como exemplo de cidade higiênica, que através das reformas urbanas conseguira superar as doenças e a sujeira. Décadas atrás, o seu estado sanitário era descrito como *gravíssimo*. A média de vida de seus habitantes não passava dos trinta anos. A mortalidade atingia 34,55 por mil habitantes, e em 1900, cerca de 20,57. As condições de moradia eram extremamente precárias. Calculava-se que em torno de 20 mil pessoas habitavam porões na área central. Não existia rede de esgoto ou de água potável, sendo essa obtida através de poços geralmente contaminados.<sup>53</sup>

Entretanto, devido à reestruturação do quadro urbano, *com grandes esforços e sommas consideráveis Nova York chegou a bella situação de salubridade em que hoje se acha*: saneada, limpa e moderna. A média de vida passou para 66 anos, o índice de mortalidade caiu para 14,11 por mil habitantes; foram instalados os sistemas de abastecimento de água e de esgoto; uma legislação proibiu a habitação nos porões e demais locais úmidos e sem ventilação, e desde 1904 foram instalados mais de 29 clínicas especificamente para combater a tuberculose e as doenças infantis.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> CUNHA FILHO, *Cidade e sociedade...* 1998, p. 88.

<sup>53</sup> Diário da Tarde. *As conquistas da hygiene em Nova York*: 02/10/1913. p. 01.

<sup>54</sup> Ibid.

Entre 1912 e 1913 o governo fez consideráveis investimentos nas áreas de saúde e saneamento. Quinze milhões de *francos* foram destinados ao Departamento de Saúde, três milhões à higiene infantil, com destaque para o *Comitê do Bom Leite*, e em torno de 10 milhões foram destinados a setenta organizações privadas responsáveis pelos trabalhos de saneamento. Em termos de recursos humanos o Estado americano prontificou-se em abrir concurso para sete mil médicos.<sup>55</sup>

As referências a Paris também eram constantes em jornais e obras literárias que circulavam pela capital paranaense, a começar pelas próprias exposições internacionais sediadas em Paris, na qual o Brasil e o Paraná estiveram presentes. Moda, riqueza, produção literária, vida noturna, crescimento populacional, traçado da cidade, seus jardins, as grandes avenidas, os monumentos, os palacetes, a *Torre Eiffel*, os espetáculos teatrais, as artes e as indústrias, entre outros aspectos, eram freqüentemente enfatizados. Os literatos da época não poupavam elogios. Nestor Victor, após viagem à *cidade das luzes*, chegou mesmo a publicar em meados de 1912 um livro intitulado *Pariz*, no qual registra suas impressões e sua admiração.<sup>56</sup>

As menções não paravam por aí. Uma das colunas publicadas pela redação do *Diário da Tarde*, por exemplo, levava o sugestivo título *Porque adoro Paris*, onde também eram relatadas a viagem e as experiências de cidadãos curitibanos naquela cidade:

Julgamos não nós enganar dizendo que se pode observar o trabalho diario de Paris e da França pelas suas exposições contínuas; e em Paris que se julga quasi mensalmente desses certamens onde dominam em conjunto: trabalho, actividade, organização, inteligencia e bom gosto. As flores com que carinho são tratadas e quanta harmonia creada para nosso extase! As aves, os cães, os fructos, os automóveis e o mecanismo que empresta ao homem agilidade e o delírio de se perder no espaço, tudo, tudo isso se pode acompanhar em seu desenvolvimento extraordinário e contínuo.<sup>57</sup>

A organização de Paris chamava muito a atenção. Parecia incrível como aquela cidade conseguia abrigar flores, árvores, jardins, indústrias, milhares de pessoas, juntamente com cães, aves e mecanismos velozes, como os automóveis e bondes; tudo coexistindo de forma pacífica e disciplinar, sem prejuízos aos transeuntes, sem perigo à população. Cada atividade, trabalho, serviço e espaço tinha sua regulamentação graças ao policiamento, às leis e aos regulamentos; e à própria divisão espacial urbana, projetada por Haussmann entre 1853 e 1870. Dentro dessa concepção espacial e organizacional, cada classe também tinha seu espaço específico: o

<sup>55</sup> Diário da Tarde. *As conquistas da hygiene em Nova York*: 02/10/1913. p. 01.

<sup>56</sup> ROSA, Gama. *Pariz, por Nestor Victor*. Diário da Tarde: 05/01/1912. p. 01.

<sup>57</sup> Diário da Tarde. *Porque adoro Paris*. 18/02/1913. p. 01. Todas as transcrições respeitaram a originalidade dos documentos e das reclamações, mantendo-se a ortografia vigente à época.

comércio, os estabelecimentos luxuosos e aqueles mais abastados financeiramente poderiam permanecer no coração de Paris, enquanto a pobreza, os trabalhadores e os operários foram relegados aos subúrbios ou confinados em bairros específicos.

As imagens da modernidade também vinham da Capital Federal. O prefeito Pereira Passos era referenciado como *homem civilizado, ilustre e brilhante*, devido às reformas urbanas implementadas em sua administração a partir de 1902. O que não deixava de ser surpreendente, e o que de fato motivou os espectadores curitibanos a também chamá-lo de *águia*, foi a rapidez com que foram efetuados os melhoramentos e a rápida transformação da cidade, que deixou de ser insalubre e feia para tornar-se a *nossa formosa capital* da República.

Depois de três anos de intensos trabalhos o Rio de Janeiro possuía um novo porto, vias públicas calçadas e iluminadas, jardins e praças embelezadas. No lugar dos cortiços e construções *insalubres* foram construídos prédios com fachadas arquitetônicas. As ruas antes estreitas e sujas deram lugar às grandes avenidas onde circulavam os bondes elétricos.

A administração de Passos mereceu destaque nas páginas do *Diário da Tarde*. Cada obra e ação era geralmente descrita como *grandiosa* e benéfica à cidade e ao próprio país. A população de Curitiba, por sua vez, também acompanhava pela imprensa a abertura, o alargamento e o prolongamento de inúmeras avenidas, ruas, a canalização dos diversos rios e córregos, enfim, observava o desenrolar dos inúmeros melhoramentos que transformavam a Capital Federal em uma *cidade modelo e moderna* para o Brasil.

A obra de saneamento da Praia do Botafogo era descrita como *gigantesca* devido à grande movimentação de terra, estimada em 270.509.000 metros cúbicos, utilizada para enterrar a *enseada imunda de águas podres e infectas*. As avenidas Beira Mar e Central eram obras igualmente vistas como *grandiosas*. A primeira estendia-se por 5.200 metros, tendo 39 metros de largura; e a segunda, 1.996 metros de extensão por 33 metros de largura. As ruas centrais, anteriormente descritas como *feias, tortuosas e intransitáveis*, se transformaram por completo, não tendo guardado a menor recordação do que foram.<sup>58</sup>

Logo a infra-estrutura e o modo de vida desses centros eram, como diria BENJAMIN, *fetichizados* pela população de Curitiba, que também desejava fazer parte do mundo moderno:

A forma de um meio em construção que, no começo, ainda é dominada pela do modo antigo, correspondem imagens na consciência coletiva em que o novo se interpenetra com o antigo. Essas imagens são imagens do desejo e, nelas, a coletividade procura tanto superar quanto transfigurar as carências do produto social, bem como as deficiências da ordem social de produção. Além disso, nessas imagens desiderativas aparece a enfática aspiração de se distinguir do antiquado - mas isto quer dizer:

---

<sup>58</sup> Diário da Tarde. *O que o Dr. Pereira Passos fez no Rio de Janeiro*. 10/03/1913. p. 01.

do passado recente. Tais tendências fazem retroagir até o passado remoto a fantasia imagética impulsionada pelo novo. (...) Depositadas no inconsciente da coletividade, tais experiências, interpretadas pelo novo, geram a utopia que deixa o seu rastro em mil configurações da vida, desde construções duradouras até modas fugazes.<sup>59</sup>

Desta forma, as imagens refletidas pelas metrópoles como o Rio de Janeiro, Nova Iorque e Paris estavam presentes no sonho coletivo de uma população que enfrentava aqui inúmeras *precariedades* de ordem urbana. As configurações que surgem desses sonhos estão presentes nas atitudes dos cidadãos em exigir determinados melhoramentos, regulamentações e sociabilidade.

Para aquele cidadão curitibano sintonizado e que demonstrava simpatia com as obras e melhoramentos que ocorriam nesses grandes centros, as administrações municipais vigentes até então não estavam correspondendo aos seus sonhos e desejos de modernidade:

#### Incuria municipal

Parece uma verdadeira ironia: enquanto o esforço particular, por uma lado, se manifesta, de uma maneira brilhante, em Curitiba, o poder público municipal timbra em salientar-se pela inércia, pelo descaso, pela incuria assombrosa, seguindo o mesmo rastro das administrações que se findaram, com o estigma da incompetência e do desleixo.

Em assumptos municipais, Curitiba sempre foi e é ainda uma cidade infeliz. A nossa secção – Reclamações do Povo – vem sempre repleta de queixas... ora contra isso, ora contra aquilo, sempre pondo em evidencia que o municipio em Curitiba não tem tempo para curar do interesse do povo e a prefeitura ao envez de lançar um pequenino olhar para os problemas do municipio, regala os olhos para fazer nomeações a torto e a direito. É o que se tem visto.

É preciso que o municipio tenha alguém que por ele se responsabilise e que delle cuide, como é necessario, porque nossa capital é uma cidade que prospera, uma cidade culta, o “pivot” da vida politica, industrial, commercial e mental de todo o Estado e não pode continuar assim...

Quando vira o novo prefeito?<sup>60</sup>

Enquanto Paris, Londres e Rio de Janeiro ostentavam a riqueza, o conforto, a elegância e ofereciam às suas populações serviços essenciais, Curitiba parecia acompanhar com certa dificuldade a marcha para o *progresso* e para a modernidade. A maioria das ruas estava desprovida de calçamento. Os serviços de limpeza eram deficientes e o lixo acumulava-se pelas esquinas. As vias públicas não eram varridas, entulhos e animais mortos ficavam expostos ao ar livre.

A água era um problema constante, por escassez ou excesso. Uma breve estiagem bastava para comprometer o abastecimento de água e para a poeira tomar conta das ruas. Uma simples chuva transformava as ruas sem calçamento em verdadeiro mar de lama, impedindo muitas vezes o trânsito por completo. Os rios e os córregos que cortavam a cidade

<sup>59</sup> BENJAMIN, Walter. *Paris...* 1985. p. 32.

<sup>60</sup> Diário da Tarde. *Incuria Municipal*: 13/01/1913. p. 02.

transbordavam, causando inundações. Os racionamentos de água eram comuns. Em determinadas regiões a falta de água perdurava por semanas, e quando chegava às residências era suja e de terrível aspecto.

A falta de fiscalização e regulamentação comprometia a saúde da cidade. Animais como porcos, galinhas e cabras eram criados em várias residências, muitas das quais estavam localizadas ao lado de hospitais e escolas. Nos estabelecimentos comerciais o consumidor encontrava freqüentemente alimentos estragados ou sem as devidas condições higiênicas exigidas. Na falta de uma ampla rede de esgoto, as águas servidas eram despejadas nas fossas cavadas nos quintais ou diretamente em ruas e calçadas. A iluminação, quando tinha, era fraca. Os bondes que circulavam pela urbe ainda eram puxados por burrinhos.

Enfim, a imagem de riqueza, de beleza e de ordenamento burguês tão necessários a uma *cidade moderna* era quebrada pela sujeira, pelos *odores fétidos*, lama, doenças, cortiços e pela pobreza presente em pleno centro daquela que era a capital do Estado do Paraná.

A solução estaria em uma administração voltada não só para atender os reclames da população, mas que estivesse de fato preocupada em modernizar a cidade. O processo de escolha do novo prefeito, indicado pelo presidente do Estado sem nenhuma participação direta da população, pouco importava. O crucial era que assumisse o mais breve possível e, a exemplo de Pereira Passos, impusesse medidas transformadoras para sanar os *problemas* de Curitiba, colocando-a como uma capital expoente do *progresso* e *civilização*.

Como principal meio de comunicação, a imprensa não só registrou essas mudanças e contrastes como também tornou-se um espaço privilegiado para discussão. Assim como no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, existia em Curitiba uma grande circulação de publicações, jornais e revistas, ligados a grupos literários, artísticos, educativos, operários e científicos, entre outros. Mas eram os periódicos de circulação diária, como *A República*, *O Commercio*, *A Tribuna*, *A Notícia* e o *Diário da Tarde* que de certa forma atraíam maior atenção justamente por colocarem a população em sintonia com os acontecimentos políticos, econômicos e sociais que estavam ocorrendo nas demais capitais brasileiras e nos países mais distantes. Este último fazia questão de destacar em sua primeira página que tinha serviço *telegraphico especial*:

O Diário da Tarde, desde a sua inauguração, trazia vaidosamente no alto da primeira página: o único com serviço telegráfico. O telégrafo, via agências de notícias britânicas, despejava fragmentos de fatos mundiais no jornalzinho da pacata cidade.<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> BRANDÃO, *A fábrica de ilusão...* 1994. p. 49.

Não menos importantes eram as notícias e informações publicadas sobre o dia-a-dia da própria cidade, a política, a economia, a situação do comércio e da indústria, a programação dos cinemas, teatros, os horários dos bondes, a última moda e os problemas que afetavam Curitiba naquele momento. Sobre o envolvimento da imprensa com o cotidiano das cidades brasileiras, Lier Ferreira Balcão enfatiza que

No início do século, esses jornais diários, constituindo-se em meios de comunicação privilegiados, buscariam inúmeras formas de penetrar e difundir-se em diferentes territórios culturais e políticos da cidade, assumindo o papel de responsáveis pela formação de opinião pública, de veículos renovadores dos sentidos das práticas de leitura e de espaços para a ampliação das parcelas leitoras e consumidoras. Nesse processo alinham-se aos grupos da elite urbana e buscam ampliar seus círculos de difusão e formação de públicos leitores. Estabelecem-se cumplicidades entre texto jornalístico e leitor.<sup>62</sup>

Tendo como fundador Estácio Correia, o jornal *Diário da Tarde* publicou seu primeiro número em 18 de março de 1899. A redação estava localizada na Rua 15 de Novembro nº 11. O número inaugural tinha as seguintes dimensões: 42 cm de altura por 27 cm de largura, quatro páginas, e era vendido ao preço de 100 réis.<sup>63</sup>

De 1899 até 1913, quando o *Diário* inaugurou suas novas instalações, a direção do jornal passara sucessivamente para a propriedade de Bernardo Veiga, Manoel Ferreira Correa, Celestino Junior, Arthur Obino e Jayme Ballão. Na galeria de seus redatores chefes figuravam personalidades como Euclides Bandeira, Ermelino de Leão e Leoncio Correia, além da contribuição de Dário Vellozo e Nestor Victor, entre outros.

De acordo com o seu primeiro editorial, o jornal surgira *em virtude da necessidade que sente o nosso Estado de uma folha que seja, entre as luctas partidarias, um elemento ponderativo*,<sup>64</sup> fazendo-se presente em inúmeras questões políticas locais e estaduais. Ao contrário do seu rival, o jornal *A República*, órgão então do *Club Republicano* e do Partido Republicano Paranaense, o *Diário da Tarde* colocava-se muitas vezes como oposição ao governo. Durante a *Campanha Civilista*, por exemplo, ao lado dos liberais apoiou o nome de Rui Barbosa como oposição ao Marechal Hermes de Fonseca, mas acabou sendo derrotado pelo militar que ocuparia a presidência da república de 1910 a 1914.

<sup>62</sup> BALCÃO, Lier Ferreira. *A cidade das reclamações*. In: PESQUISA EM HISTÓRIA: Cidades. São Paulo: PUC/SP e Olho d'Água, novembro/1999. p. 226.

<sup>63</sup> O preço do jornal durante as duas primeiras décadas do século XX não apresentou grandes variações. Em 1909 o exemplar atrasado estava sendo vendido a 200 réis; em 1913, 1914 e 1916, a 300 réis.

<sup>64</sup> *Diário da Tarde*: 18/03/1899. p. 01.



Entre os outros acontecimentos não menos importantes em que o jornal articulou intensos debates e discussões estavam a Primeira Guerra Mundial e os conflitos na região do Contestado, envolvendo os estados do Paraná e Santa Catarina.

No âmbito local, principalmente em se tratando de assuntos a respeito da municipalidade e serviços públicos, não foram poucas as ocasiões em que o jornal manifestava franca oposição ao governo estadual. A própria publicação da coluna *Reclamações do Povo* é um exemplo de seu posicionamento. Contudo, vale destacar que esse posicionamento várias vezes se intercalava com elogios à administração municipal ou ao governo estadual. Durante as reformas urbanas de Abreu, o *Diário da Tarde* publicava mensalmente a coluna *Os Melhoramentos da Capital*, referentes às obras realizadas, bem como entrevistas e matérias com o próprio prefeito.

De qualquer forma, é possível notar que o *Diário da Tarde* se destacou dos demais jornais diários locais pela atenção com que tratava os assuntos e problemas pertinentes ao cotidiano curitibano, colocando-se como órgão defensor dos interesses e direitos do cidadão. Foi nesse sentido que entre 1909 e 1916 o jornal publicou uma coluna voltada exclusivamente para as queixas da população, intitulada sugestiva e sucessivamente como *Reclamações do Povo*, *Queixas do Povo*, *Queixas e reclamações do povo* ou *Desabafos do Povo*. As reclamações podiam ser enviadas por carta, comunicadas pessoalmente ou registradas diretamente nos *Livros de queixas* deixados à disposição em suas agências localizadas nas ruas 15 de Novembro, Marechal Floriano, Visconde de Nacar e nos bairros Portão, Batel e Ahu.<sup>65</sup>

#### Reclamações do povo

Folha essencialmente popular, o *Diário da Tarde* nunca deixou de atender as queixas que o público lhe traz e assim continuará, com a diferença apenas que de hoje em diante nesta secção especial incluirá as reclamações justas que lhe forem remetidas. As reclamações anônimas não serão atendidas.<sup>66</sup>

A secção “Reclamações do povo” do *Diário da Tarde* se destina essencialmente, a registrar, sem comentários, na forma que nos trazem, as reclamações justas de qualquer espécie que, por nosso intermédio, deseje fazer o povo.

Para regularização desse serviço deixamos desde hoje, na gerência do nosso jornal, um livro onde, com fidelidade, elas serão anotadas.

A redação, diariamente, as redigirá, inserindo-as sob o título genérico adoptado para distinguir esta secção das mais importantes num órgão que se presa de ser um genuíno representante da opinião pública. Estamos prontos para, em qualquer terreno, esposar e defender, com ardor e com vehemência todas as causas justas. ...os informantes devem deixar, no livro a que acima nos referimos o nome e a residência.<sup>67</sup>

<sup>65</sup> *Diário da Tarde*: 07/11/1913. p. 04.

<sup>66</sup> *Diário da Tarde*. *Reclamações do povo*: 28/04/1909. p. 01.

<sup>67</sup> *Diário da Tarde*. *Reclamações do povo*: 04/06/1913. p. 04.

Apesar das garantias quanto à fidelidade, surgem dúvidas no que se refere à questão da integridade das queixas publicadas. Em 1911, por exemplo, alguns cidadãos escreveram ao jornal para reclamar que seu protesto contra o Correio não havia sido publicado, pois *essa ilustre Redacção achou, talvez, não valer a pena a reclamação que fizemos, pois onte-hontem nem hontem tivemos o prazer de le-la no popular Diario*.<sup>68</sup> Para esses cidadãos que se viram prejudicados com o péssimo atendimento de um estabelecimento público, a suposta recusa em registrar o ocorrido não deixou de causar indignação, uma vez que o próprio jornal intitulava-se como *essencialmente popular* e que nunca deixou de atender suas queixas. A julgar por esse episódio, o único encontrado em todo o período e talvez publicado por descuido, pode-se cogitar que de fato existia uma seleção das queixas.

Mais que divulgar esse novo espaço jornalístico era preciso estimular a participação dos leitores; portanto, era necessário, primeiramente, convencê-los da eficiência e da segurança desse novo serviço prestado pela imprensa. Se a queixa ou reivindicação fosse *justa* e nela constasse a devida autoria, o cidadão poderia tranquilamente usar a coluna, que o jornal garantiria a integridade da denúncia. Porém, se o jornal enfatizava o ardor e a veemência com que seriam defendidos os reclames não havia um maior esclarecimento a respeito de como seriam feitas essas defesas. Ao que parece, tal defesa limitava-se a publicar as queixas na referida coluna e às vezes comentá-las no editorial.

Por mais que o *Diário da Tarde* lançasse críticas à administração municipal em suas páginas, havia uma certa preocupação em enfatizar que essas críticas vinham da população e não diretamente da redação. Assim, além de garantir a veracidade da informação, a exigência da identificação era uma estratégia de resguardar a própria imagem e o trabalho do jornal, que não desejava posicionar-se contra a administração pública, mas sim como um mediador entre ela e o cidadão. Dessa forma, ao publicar uma queixa, em geral havia a preocupação de apontar que a denúncia partia do outro, cujo identidade era mantida em sigilo ou era anônima, e não do jornal:

Dois cavalheiros vieram ao nosso escriptorio **pedir que reclamemos**...<sup>69</sup>

Hoje, pela manhã, veio uma senhora a nossa redacção e **nos disse**...<sup>70</sup>

**Escrevem-nos:** Sr. Redactor. Peço-vos a inserção destas linhas...<sup>71</sup>

<sup>68</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 20/12/1911. p. 01.

<sup>69</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 19/06/1909. p. 02. Sem grifos no original.

<sup>70</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 22/05/1912. p. 02. Sem grifos no original.

<sup>71</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 23/07/1914. p. 02. Sem grifos no original.

Nos seis anos em que foi editada, a coluna seguiu uma periodicidade irregular. Em determinados momentos era publicada em ritmo quase diário e às vezes apresentava inexplicáveis intervalos que podiam variar de semanas até meses. Durante o período de 1909 a 1916 foram encontradas 243 colunas, sendo que a maioria, cerca de 228, referem-se a Curitiba e as restantes a outras localidades como Araucária, Paranaguá, Porto de Cima, Iraty, Rio Branco, Castro, Ponta Grossa, Marechal Mallet e Ilha do Mel. Como a pesquisa está restrita à capital paranaense, o trabalho concentrou-se naquelas 228 colunas, das quais foram extraídas 547 queixas.

Mas afinal, quem era esse *povo* que ocupava as colunas do *Diário da Tarde* para reclamar da cidade? A maioria dos queixosos mantinha anonimato, apesar da constante exigência de identificação por parte do jornal. Apenas 35 reclamações apresentaram as devidas assinaturas com o nome completo. Os dados a respeito dos cidadãos e usuários da cidade são escassos. Em grande parte eram identificados como *moradores* de determinada rua ou bairro, ou então como usuário de determinado serviço. Das 547 reclamações, apenas 3,96% fazem referência aos queixosos, indicando operários, ferroviários, carroceiros, militares, comerciantes, artistas, profissionais liberais e industriais.

Como destaca HILL, ao analisar as relações sociais e políticas da Inglaterra durante o século XVII, o emprego lingüístico da palavra *povo* não tinha o mesmo significado que tem hoje, no sentido de incluir toda a população de determinada cidade ou país. O autor enfatiza que *havia distinções estabelecidas entre povo e povo*.<sup>72</sup> Quando governantes, políticos e intelectuais referiam-se ao *povo*, não se reportavam à multidão vil ou à plebe, mas apenas àqueles que faziam parte do parlamento, que tinham direito ao voto e aos que possuíam propriedades. Portanto, a minoria.

Ao analisar a Constituição brasileira de 1891, CARVALHO também enfatiza a distinção entre *cidadãos simples* e *cidadãos ativos*. Somente estes últimos possuíam direitos civis e políticos como o voto. Esse *povo* de *cidadãos ativos* correspondia, sem dúvida alguma, a uma minoria, pois como destaca o autor, foram feitas poucas alterações em relação à participação da população na política partidária. No que se refere aos direitos ao voto, se por um lado fora alterada a idade, de 25 para 21 anos, e extinguido o fator da renda, por outro lado foi mantida a exigência de alfabetização para exercê-los. E assim, tanto *no Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pelo censo, seja pela exigência da alfabetização)*,

---

<sup>72</sup> HILL, Christopher. *Os Pobres e o Povo na Inglaterra do Século XVII*. In: A Outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 38.

*os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas. Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população.*<sup>73</sup> Logo, os cidadãos a que a República se refere não englobava toda a população de fato.

Portanto, deve-se questionar até que ponto o termo *povo* utilizado pelo jornal *Diário da Tarde* correspondia realmente a toda a população de Curitiba.

Para esse *povo* que utilizava as páginas do jornal, as queixas e reclamações sobre as condições da cidade convergiam para a administração municipal. Para todos os problemas reclamados ela era chamada a intervir, fosse para punir, regularizar, fazer determinadas melhorias ou para garantir o bem-estar da população. Afinal, para o cidadão que pagava seus impostos, cuidar da cidade era dever da municipalidade. E esse era justamente o grande problema: a prefeitura não estava cumprindo suas obrigações.

A República que fora proclamada em 1889 colocou em questão a própria idéia de cidadania. As queixas estavam fundamentadas em uma idéia de direito legítimo dos reclamantes e ao mesmo tempo no dever e na obrigação do prefeito, do Estado e das autoridades para com a sociedade. Nesse sentido, um dos pilares que davam sustentação para os indivíduos lançarem suas denúncias e protestos na *Reclamações do Povo* seria um tipo de *consenso popular a respeito do que eram praticas legítimas e ilegítimas... uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade*, mais propriamente chamada de *economia moral*.<sup>74</sup>

Este consenso de o que seriam as práticas e direitos legítimos ou ilegítimos estava relacionado aqui não aos costumes ou tradições, mas à idéia e a valores culturais pertencentes à República. Obrigações sociais deveriam ser cumpridas pelos governantes e autoridades, pois a República *foi proclamada em nome também da abolição dos privilégios do nascimento e a palavra cidadania tinha um sentido precioso de extensão de direitos ao povo, estabelecendo uma relação entre os governados, que pagavam impostos, obedeciam às leis e votavam, e o Estado, que administrava os serviços públicos e controlava a política.*<sup>75</sup>

As administrações municipais de Curitiba estariam então desrespeitando os cidadãos e não cumprindo com suas obrigações: cuidar dos bens públicos e prezar pelo bem-estar da

<sup>73</sup> CARVALHO, *Os bestializados...* 1987. p. 44.

<sup>74</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 152.

<sup>75</sup> PESAVENTO, *O cotidiano da república: elite e povo na virada do século*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 41.

sociedade. Através das colunas *Reclamações do Povo*, a população acusava-as de *incompetentes, atrasadas* e de fazerem *apologia à imundície*.<sup>76</sup>

O cidadão curitibano desejava que todos os benefícios do progresso, como calçamento, iluminação, meios de transporte eficientes, sistema de esgoto, rede de abastecimento de água potável e serviços de limpeza, entre outros, fossem implantados. Ele demonstrava preocupação com a imagem de sua cidade, pois ela era a capital, e portanto deveria representar o que de mais moderno havia no Estado. Era como se Curitiba fosse a porta de entrada para o Paraná, e portanto deveria exibir sua riqueza, poder e valores *civilizados*.

A administração municipal, por sua vez, teria a obrigação de fazer os esforços necessários para torná-la uma urbe *civilizada*, portadora de todos os ícones e símbolos da modernidade.

Daí a constante exigência da população para a realização de inúmeros melhoramentos e para uma fiscalização ampla e rigorosa sobre os estabelecimentos comerciais, mercados, construções, serviços públicos, como transporte, iluminação, saneamento e comunicações (correio e telefonia), a fim de garantir um padrão estético, higiênico e a funcionalidade, fatores imprescindíveis à vida urbana que se desenvolvia.

### 1.1 - Ruas, praças e construções

Apenas um reduzido número de ruas estavam calçadas.\* A maioria estava entregue ao pó e bastava uma chuva para transformá-las em um *mar de lama fétida*. Na Rua Marechal Floriano, próximo à Sete de Setembro; na Travessa da Ordem, entre as ruas Paula Gomes e Ignacio Lustosa; na Rua Nunes Machado, entre Sete de Setembro e Silva Jardim; na Rua Comendador Araújo, entre a casa Vicente Machado e a Impressora Paranaense; na Rua Iguaçu, esquina com Marechal Floriano e entre Iguaçu e Sete de Setembro; na Rua Vicente Machado, entre Ângelo Sampaio e Montevideu; na Rua Barão do Serro Azul, entre Ignacio Lustosa e Paula Gomes; na Rua Carlos de Carvalho; Rua Garibaldi; Rua Ermelino de Leão e na estrada de rodagem do Portão, o trânsito de carroças, veículos e pedestres era dificultado pela lama e por inúmeros buracos, também *apelidados pelo povo com a característica denominação de Sumidouro*.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 15/08/1912. p. 01.

\* Reclamações sobre ruas, praças e logradouros totalizam 107 queixas, representando 19,56%.

<sup>77</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 16/09/1911. p. 01. Sem grifos no original.

A situação mais crítica parecia ser na Travessa da Ordem e nas ruas Marechal Floriano e Cruzeiro. Na primeira via, em uma extensão de 20 metros foram contados *mais de uma dúzia de caldeirões* e freqüentemente viam-se carroças quebradas ou com *as rodas mergulhadas até os eixos na lama, com os cavalos lutando para as por fora do atoleiro*.<sup>78</sup>

A Marechal Floriano era cenário propício a inúmeras tragédias. Ao fim da tarde de 16 de setembro de 1911, uma carroça ficou atolada de tal modo que seu proprietário apenas conseguiu retirá-la na manhã seguinte. Argumentaram os reclamantes que a tragédia só não foi maior porque o cavalo que ficou preso a noite inteira na lama conseguiu sobreviver.

Casos dramáticos como esse eram rotineiros e já havia até muitos *amadores que divertiam-se em apanhar fotografias dos veículos quando encalhados*. Os moradores indignados com a perigosa situação e com o descaso dos *homens da Camara* [Municipal] que *não enxergavam* a precariedade daquela via pública, solicitavam aos fotógrafos que enviassem suas imagens captadas para o prefeito.<sup>79</sup> A idéia era lembrá-lo de suas obrigações para com os cidadãos que pagavam seus impostos em dia, mas continuavam privados de melhorias urbanas básicas como o calçamento.

A economia e o abastecimento da cidade eram diretamente atingidos. As carroças que utilizavam a estrada de rodagem Curitiba-Campo Largo para fazer o transporte de produtos agrícolas e tijolos enfrentavam grandes dificuldades devido à lama e ao estado precário das pontes sobre os rios Bariguy e Passauna, as quais ameaçavam desabar. O estado *ruinoso* das pontes e da estrada era tal que muitas vezes chegava-se *quasi a obrigar a paralisação do tráfego para aquela zona suburbana*.<sup>80</sup>

Na Rua Ignácio Lustosa, além de a lama prejudicar o trânsito de veículos e pedestres, os moradores eram afetados no abastecimento, pois os carrinhos de pão, lenha e verdura deixavam de atender aquela freguesia. Na Rua Garibaldi, no trecho entre as ruas 13 de Maio e Serrito, um *mar de lama* deixava os moradores *ilhados* e também privava-os do fornecimento de lenha. No conceito dos moradores, a Prefeitura deveria lançar *as suas vistas para aquelle quarteirão, onde os impostos são os mesmos que para os demais habitantes da cidade*.<sup>81</sup>

Mesmo quando a prefeitura parecia lembrar-se de suas obrigações e empreendia obras nas ruas esburacadas, os resultados eram insatisfatórios. Na Rua Cruzeiro, por exemplo, para eliminar os buracos os trabalhadores municipais limitaram-se a tapá-los com terra solta. Com a

---

<sup>78</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 11/10/1911. p. 02.

<sup>79</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 16/09/1911. p. 01.

<sup>80</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 21/01/1913. p. 01; e 27/05/1913. p. 04.

<sup>81</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 21/02/1911. p. 02.

chuva tais buracos transformavam-se em perigosas poças de lama, pois era difícil percebê-los. O *landau* do Sr. Forbeck, que passava pela rua às 11 horas da noite de 09 de dezembro de 1911, teve a *infelicidade de ser apanhado por uma dessas armadilhas dos trabalhadores municipais*.<sup>82</sup> Apesar de todos os esforços, o veículo só foi retirado às 7 horas da manhã seguinte e seus passageiros tiveram de enfrentar a lama e a escuridão para voltar para casa.

O fato de ser um calhambeque que estava atolado e não uma carroça impõe peso significativo na reclamação. O *landau* constituía-se uma *alegoria* da modernidade, um meio de transporte bastante comum nos centros industrializados, assim como os bondes elétricos. A imagem do automóvel emperrado na lama, impedido de continuar sua viagem, figurava no imaginário dos espectadores do infeliz acontecimento que a cidade estava andando na contramão do *progresso*. Enquanto em outras cidades as ruas eram alargadas e calçadas para dar espaço aos veículos e pedestres, em Curitiba o estado das vias públicas impedia o tráfego.

Outras reclamações também enfatizavam a situação precária das pontes construídas para a passagem dos pedestres, em razão dos vários córregos e rios que atravessavam o centro. A maioria dessas pequenas pontes, como as localizadas na Rua Misericórdia, Rua Iguaçu, esquina com João Negrão; Praça Zacarias e na Rua Ermelino de Leão, estavam com seu madeiramento podre. Outras, como a da Rua Voluntários da Pátria, eram mal construídas, representando uma séria ameaça aqueles que se arriscassem a atravessá-las:

Sr. Redactor. Hontem, por um triz que não cahi na rua Voluntários da Patria. Há ali uma pontesinha estreita, que mal da passagem aos transeuntes e além disso os barrancos, aos lados, estão de tal modo que a gente para passar precisa encomendar a alma ao Satanaz. Eu escorreguei perto de um barranco e da ponte, mas felizmente consegui equilibrar-me e não rolar no despenhadeiro. Providencias.<sup>83</sup>

As ruas também tinham seu trânsito prejudicado por construções irregulares que muitas vezes avançavam sobre a via pública. Na esquina das ruas Barão do Serro Azul e Paula Gomes, um andaime de um sobrado estava fixado sobre a calçada e parte da rua, prejudicando o tráfego de pedestres e de veículos, principalmente em dias de chuva. Mesmo com a frente da construção praticamente concluída há mais de um mês, o proprietário não se preocupou em retirá-lo. No quarteirão do Ahu, a estrada do Mato da Laranjeira tinha sido *escandalosamente estreitada por um proprietário da margem direita*. Pensando apenas em seu interesse e

<sup>82</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 11/12/1911. p. 02.

<sup>83</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 05/07/1912. p. 02.

desrespeitando um espaço de uso coletivo, o proprietário *apossou-se indevidamente de uma faixa de terreno de serventia publica, cercando-a de arame e madeira de lei*.<sup>84</sup>

Na Rua Garibaldi, além de lama, buracos, mato e do muro que desabou na calçada, os moradores reclamavam que a via pública estava servindo como depósito de materiais para fins particulares. Em frente ao estabelecimento comercial do Sr. Paladino e ao terreno do Sr. Francisco Natividade foram depositadas, indiscriminadamente, madeiras e pedras sobre a rua.

A *Empresa Ferro Carryl Curitybana*, responsável pelos bondinhos de mula, também era denunciada por desrespeitar os espaços de uso coletivo. Na Rua Visconde de Guarapuava, na altura onde estava localizada a estação de bondes, a referida empresa abriu valetas para *servirem de escoadouro as urinas da burrada e as águas servidas*<sup>85</sup>, prejudicando inúmeros moradores que tinham seus quintais alagados pelo esgoto. O abuso da empresa também fechou a Rua da Lapa, no trecho que dava para os fundos da estação.

Se os passeios e ruas calçadas eram poucos, a administração municipal não demonstrava preocupação em conservá-los. No Batel, o calçamento público estava sendo retirado para ser utilizado em construção particular. A retirada das pedras dificultava a locomoção dos pedestres e permitia o acúmulo de águas, que depois de certo tempo apodreciam e emitiam odores desagradáveis vistos como maléficos à saúde.

Indignados com o desrespeito do proprietário e com o descaso das autoridades, afinal existia um posto policial nas proximidades, os cidadãos indagavam ao prefeito: *será permitido semelhante abuso, que tanto prejudica a saude publica?*<sup>86</sup>

A instalação dos postes telegráficos também atingia as calçadas. Além de serem os postes colocados muito próximos às paredes ou muros das casas, as guias e pedras das calçadas eram completamente removidas. Inexplicavelmente os estragos ficavam por conta dos moradores, porque aqueles que instalavam os postes não se importavam em fazer os devidos reparos. Os cidadãos que tiveram suas calçadas destruídas questionaram a prefeitura: *se os passeios são feitos a custa dos proprietários, com que direito os vem estragar deixando-os sem reparo?*<sup>87</sup>

A falta de calçamento e atenção por parte da prefeitura também afetava as praças de Curitiba. Em 1909 os moradores do Largo do Rosário reclamaram três vezes ao *Diário da Tarde* *afim de interceder junto ao honrado sr. coronel prefeito, para melhorar as acanhadas*

---

<sup>84</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 22/05/1911. p. 02.

<sup>85</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 17/05/1911. p. 02.

<sup>86</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 05/07/1912. p. 02.

<sup>87</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 17/02/1912. p. 01.



*condições da praça*<sup>85</sup>, pois a lama e as águas pútridas impediam o tráfego no local. Apesar da sua proximidade com a Praça Tiradentes e com as ruas Marechal Floriano e 15 de Novembro, bem como de suas construções importantes e elegantes, como a residência de Ignácio de Paula França, o Palacete Wolf e a Sociedade Garibaldi, o local carecia de melhoramentos.

O largo era um campo aberto e acidentado, cortado por dois caminhos de chão batido, desprovido de ornamentos, como árvores, flores e bancos, o que impedia seus moradores de usufruírem do espaço. Como se pode notar, o próprio acesso à Igreja do Rosário, localizada bem em frente ao largo, também era prejudicado nos dias de chuva devido à inexistência do calçamento. A falta de nivelamento do terreno, por sua vez, permitia o acúmulo das águas da chuva.



Largo do Rosário no início do século XX. Em primeiro plano à esquerda, a Igreja do Rosário, e à direita, o Palacete Wolf. Ao lado da Igreja do Rosário a residência de Ignácio de Paula França.  
Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba  
Coleção: Dr. Edwino Tempski

Ainda naquele mesmo ano de 1909, a falta de reparos no chafariz da Rua Silva Jardim, com seu madeiramento podre e com suas bordas desbarrancando, constituía sério perigo aos pedestres e, principalmente, às crianças que por ali passavam todos os dias a caminho do Grupo Escolar Xavier da Silva.

<sup>85</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 04/08/1909. p. 01.

Na Praça Tiradentes, a reclamação que causou polêmica não estava relacionada à lama ou à concentração de águas paradas, mas com a estátua do Marechal Floriano. O fato era que em volta da referida estátua havia sido colocada uma grade eletrificada *propositadamente... para evitar roubos de focos*, pois segundo o fiscal de iluminação, Sr. Coronel João Carvalho, existiam muitos *vagabundos, que se divertem em praticar actos de selvageria*. Mas para um reclamante tal argumentação era *vesga*, pois se fosse *para evitar roubo de focos, a Empresa deveria electrificar unicamente a parte de cima, onde estão presos os focos e não a grade toda*.<sup>89</sup> Seja para proteger os supostos focos ou proteger um símbolo de poder, que pelo jeito não era muito respeitado nem cultuado por aqui, a grade de ferro eletrificada representava um perigo às pessoas *incautas* que freqüentavam a praça, e inúmeros acidentes já tinham sido registrados. Mas a prefeitura não demonstrava preocupação com a segurança dos cidadãos.

As vias públicas de uma capital mereciam uma atenção especial. Com o crescimento da população e das atividades comerciais e industriais ligadas ao mate, Curitiba deixava de ter aquela *feição flagrante de aldeia*.<sup>90</sup> No imaginário coletivo, Curitiba estava crescendo, abrigando um modo de vida muito parecido com o das metrópoles. Daí a preocupação em enfatizar que as ruas passaram a ser movimentadas com carroças, bondes, alguns automóveis; muitas pessoas entrando e saindo de estabelecimentos comerciais, lojas, cafés, cinematógrafos, mercados, bancos; dirigindo-se às fábricas, ferrarias, olarias, barricarias e engenhos de mate. Ruas esburacadas e com barro não condiziam com todo o movimento que a cidade abrigava e que parecia aumentar mais a cada dia.

As ruas deveriam ser largas e calçadas. A largura de uma via pública era importante, porque sua capacidade de comportar veículos era evidentemente muito superior ao permitido pelas ruas estreitas e por facilitar o deslocamento rápido de veículos. Além do mais, elas eram vistas como higiênicas, pois permitiam a ventilação e a incidência solar constante entre as construções. A via pública larga e extensa era como uma evidência de que a cidade estava se preparando para o futuro, seguindo o modelo dos grandes centros urbanos mundiais como Paris. Uma *fantasmagoria* da modernidade.

O calçamento mais desejado era sem dúvida o paralelepípedo. O macadame, apesar de representar uma relativa melhora em relação à rua de barro, tinha seus inconvenientes. Inventado por John Mac Adam, esse tipo de calçamento era constituído por uma mistura de brita, areia e breu, os quais eram devidamente espalhados sobre a via nivelada e comprimidos

<sup>89</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 21/11/1911. p. 01.

<sup>90</sup> SANTOS, *A terra do futuro...* 1996. p. 74.

com pesadas máquinas de cilindro. Por extensão, passou-se a chamar de macadame o material decorrente da composição química de rochas, num estado mais avançado, contendo boa granulometria e poder agregativo.

Mas em períodos de chuva intensa o macadame não impedia a formação de lama e nem resolvia o problema da poeira nas épocas de estiagem. Daí a constante exigência dos moradores em solicitarem a irrigação das ruas a fim de resolver o *terrível* problema da poeira, mesmo em ruas importantes como a Barão do Rio Branco, a qual fazia a ligação entre a estação ferroviária e a Rua 15 de Novembro:

Moradores da rua Barão do Rio Branco, obrigados a termos os negócios abertos, durante o dia, vimos pedir por vosso intermedio, a quem de direito, mandar fazer na dita rua uma irrigação, pois torna-se impossível a enorme poeira presentemente, o que nos obriga termos as portas fechadas.<sup>91</sup>

Além de prejudicar as mercadorias, a poeira era vista como nociva à saúde, em razão de causar problemas respiratórios ou de transmitir germes nocivos, como acreditavam os higienistas, como Trajano Reis.

O macadame apresentava ainda mais dois inconvenientes. Depois de certo tempo de uso e devido ao próprio peso dos veículos, os materiais como pedras e areia começavam a desmanchar-se, e as chuvas encarregavam-se de levar aos bueiros entupindo-os e inutilizando-os. Conseqüentemente, a prefeitura precisava fazer reparos constantes, tanto nas ruas como nos bueiros, representando assim gastos a mais no cofre municipal e no bolso do contribuinte.

Esses eram os motivos principais que faziam com que o calçamento de paralelepípedo fosse *fetichizado* pelos reclamantes, pois acabava definitivamente com os problemas de lama, poeira, acúmulo de água e lentidão no trânsito.

A rua de barro, tomada pelo capim e pelo mato, também representava um símbolo do passado. Um símbolo da *velha Curitiba* de 1884, quando a cidade era marcada, como diria Nestor Victor, pelo *cheiro campesino*, pela iluminação a *gás-globo*, pelo mugido das vacas próximas ao centro e pelo *coaxar penetrante dos sapos* que à noite eram encontrados nas ruas e residências centrais. Além de necessidade para melhorar a circulação, a pavimentação projetava a imagem do *moderno*:

O trecho da travessa da Ordem, compreendido entre as ruas Paula Gomes e Ignacio Lustoza esta intransitável. Numa extensão de cerca de 20 metros há para mais de uma dúzia de caldeirões. Hoje pela amanhã vimos duas carroças com as rodas mergulhadas até os eixos na lama... **O aspecto da rua parece com o da antiga estrada de Palmas e jamais com o duma rua central de Curitiba.**<sup>92</sup>

<sup>91</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 12/07/1913. p. 03.

<sup>92</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 11/10/1911. p. 02. Sem grifos no original.

Um ponto... que deveria ser logo modificado é a praça Zacarias, no centro da cidade e que precisava ser calçada. É uma praça importante e **produz má impressão** com seus fojos e a sua ponte esburacada.<sup>90</sup>

O sr. prefeito municipal não conhece a rua Ermelino de Leão ou por ela não transita há muito tempo. De outro modo **não se compreende que permaneça uma via central, como é aquela de deplorável estado de abandono** em que a vemos: recortada por profundos valos e isto bem no centro do leito da rua, e atapetada de sapatos, latas velhas, trapos e outras velharias de igual juiz; transformadas, por conseguinte, em chiqueiro... e ai permitindo difícil transito a pedestres.<sup>91</sup>

Com estes tempos de verão, cresceu exuberantemente a vegetação nas sarjetas. Essa vegetação, quando chove, serve de obstaculo as enxurradas, nas valetas, de maneira que as aguas, não tendo livre transito, derramam-se pelas calçadas. Além deste incomodo, **a vegetação, assim, da bem ideia de como a Camara cuida da cidade. Ou ficará isso como embelezamento?**<sup>92</sup>

A rua calçada de paralelepípedo projetava ares de modernidade, valorizando prédios e construções urbanas, facilitando o deslocamento dos veículos, bondes elétricos e a circulação dos transeuntes. Ao contrário do macadame, com o paralelepípedo o cidadão podia transitar com segurança pelas ruas e calçadas, sem o infortúnio das lamas e águas paradas que sujavam roupas e sapatos, e que muitas vezes respingavam com o passar de um veículo ou carroça.



Rua 15 de Novembro em 1913.

Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba  
Coleção: Julia Wanderley – IHGEP (Instituto Histórico e Geográfico do Paraná)

<sup>90</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 24/06/1909. p. 01. Sem grifos no original.

<sup>91</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 21/09/1911. p. 01. Sem grifos no original.

<sup>92</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 19/02/1913. p. 04. Sem grifos no original.

Tal segurança, comodidade e prazer só eram possíveis em poucas ruas, entre elas a 15 de Novembro, que na primeira década do século XX constituía-se em um dos locais mais importantes e movimentados. Nela estavam inúmeros estabelecimentos, como agências bancárias, cafés, restaurantes, confeitarias, livrarias, lojas de roupas, calçados, alfaiates, chapelarias, modistas, casas de louças e ferragens, casas de fazenda e armarinhos, armazéns de secos e molhados, farmácias, papelarias, fotógrafos, escritórios, lojas de móveis e instrumentos musicais, entre outros, além das sedes dos jornais *Diário da Tarde* e *A República* e dos clubes *Curitibano* e *Cassino Curitibano*. A rua também era palco principal dos eventos culturais como o carnaval, as festas e os desfiles cívicos.<sup>96</sup>

Residir em uma rua adequadamente calçada com paralelepípedos, conferia *status* de modernidade, valorizava as residências e estabelecimentos nela localizadas, além de impulsionar uma nova dinâmica ao local, permitindo a prática do *footing*, a passagem das senhoras e cavalheiros bem vestidos e o trânsito dos bondes elétricos e dos automóveis. A rua calçada permitiria trazer um pouco daquela fascinante sociabilidade, daquele movimento, para bem próximo dos seus moradores.

Os cuidados com as vias públicas e praças não eram exigidos apenas em função do comércio ou para facilitar os serviços urbanos, mas para as novas formas de sociabilidade.

As praças e o Passeio Público constituíam-se opções de lazer para as famílias curitubanas, principalmente nos finais de semana. O Passeio Público era a maior área verde da capital, inicialmente com 48.000 metros quadrados, dos quais *apenas uma oitava parte era de terreno firme, sendo o todo restante um banhado impraticável e insalubre*,<sup>97</sup> originário das constantes inundações do Rio Belém.

Sua fundação remonta ao ano de 1885, quando os senhores do mate, isto é, os donos dos principais engenhos de erva mate, doaram a área então pantanosa e *insalubre* para a construção de um belo jardim. Na realidade, a proposta resolvia três problemas naquele momento: acabava com as águas paradas, vistas como prejudiciais à saúde; valorizava os terrenos da região; e criava um espaço para o lazer e passeio igualmente solicitados pelos cidadãos. Desde então o local tornou-se o principal ponto de lazer e de visita para aqueles que chegavam à capital.

<sup>96</sup> BOSCHILIA, Roseli. *A Rua 15 e o comércio no início do século*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, n. 113, 1996.

<sup>97</sup> *Gazeta Paranaense*: 02/05/1886. Citado por BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. *O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916)*. Curitiba, 1998. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR. p. 115.

Em 1886 foi instalado um carrossel no local, a fim de proporcionar diversão nos feriados. O equipamento funcionava durante os dias santificados, e conforme o regulamento, poderiam frequentá-lo crianças de até 15 anos de idade, *as quais deveriam estar decentemente trajadas* e pagar a quantia de cem réis por uma volta de dez minutos.<sup>98</sup>

As bandas musicais do Exército também costumavam realizar várias apresentações, as quais eram muito prestigiadas pela população local, *que para lá acorria, nos domingos e dias santificados, a fim de apreciar peças de um seletto e variado repertório*.<sup>99</sup>

O local era utilizado ainda para a realização de piqueniques, festas, *footing* ou simplesmente para o descanso sob a sombra de uma árvore.

Esses espaços também tinham sua importância por serem palco para inúmeros eventos e manifestações. Em 21 de abril de 1909, por exemplo, uma multidão ocupou o Passeio Público e a Praça Tiradentes para presenciar a subida do Balão Granada, conduzido pela aeronauta Maria Aída. O espetáculo teve como ponto de partida o Passeio Público e como local de descida a Praça Tiradentes, onde o balão acidentalmente caiu sobre o telhado da catedral. Contudo, o episódio não tirou o brilho da aeronauta, aplaudida após surgir diante dos espectadores.<sup>100</sup>

Para os intelectuais, o Passeio Público constituía-se o principal ponto de encontro. Na pequena ilha existente em um dos seus canais, personalidades como Dário Vellozo se reuniam, comemoravam a chegada da estação das flores através da celebração da *Festa da Primavera* e realizavam outras manifestações, como a coroação do próprio Emiliano Perneta como *Príncipe dos Poetas*.<sup>101</sup> Daí a necessidade de praças e do Passeio Público estarem limpos e oferecerem uma estrutura mínima, como bancos, calçamento e demais elementos ornamentais, como árvores, fontes, estátuas e jardins, tudo para torná-lo belo e agradável:

Com os danos ultimamente causados na praça Osório, o belo logradouro ficou se ressentindo... pois dali foram retirados vários bancos, o que constitui um mal que é mister remediar. Aos domingos, como hontem, essa falta se acentua, em virtude do numero de passeiantes(sic) que procuram o excelente ponto de recreio e que as vezes querem descansar.<sup>102</sup>

<sup>98</sup> BAHLS, *O verde na metrópole*...1998. p. 132.

<sup>99</sup> Ibid. p. 133.

<sup>100</sup> BERBERI, Elizabete; SUTIL, Marcelo Saldanha. *Tiradentes: a Praça Verde da Igreja*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, V. 24, n. 120, 1997.

<sup>101</sup> BERBERI, *Impressões: a modernidade*... 1998. p. 91-92.

<sup>102</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 12/07/1909. p. 02.

Assim como as ruas, as áreas verdes, praças e largos também obedecem a determinados usos públicos. Eram espaços destinados a lazer, passeio e *esportes modernos*, como o *foot ball*, o *Lawn Tennis* e o ciclismo.

Mas nem todos compartilhavam as mesmas concepções sobre o uso desses espaços públicos. Para muitos o espaço de uma praça era propício à criação de animais domésticos como porcos, vacas e galinhas, o que motivava protestos:

Pela praça Osorio costumam passear a noite, cavalos, vacas, porcos, galinhas, etc., como se aquilo fosse a Arca de Noé.<sup>103</sup>

Vieram a nossa redação reclamar que o Passeio Público é um verdadeiro “potreiro” de animais. Já que a Prefeitura não pode mandar construir outro muro, ao menos faça uma cerca de arame farpado.<sup>104</sup>

Enfim, como o cidadão poderia usufruir de todas as novidades e prazeres que se descortinavam com o crescimento da sua cidade, se as ruas, calçadas e praças estavam lamacentas, mal cuidadas ou serviam de pasto para animais?

### Edificações

A forma e o traçado das construções eram importantes para qualquer cidade que buscasse o *status* de moderna.\* Em Nova Iorque, uma legislação proibia habitar em porões e cortiços. Na Capital Federal houve todo um processo de regulamentação das edificações. Pereira Passos não só destruiu os cortiços e casarões coloniais, como impôs uma série de regras para as novas construções que iam desde o material a ser empregado até os elementos decorativos. Em São Paulo o Código de Posturas e o Padrão Municipal, ambos de 1886, faziam inúmeras exigências quanto à construção das moradias das classes pobres, como área frontal calçada ou ajardinada de no mínimo 30 metros, instalações com latrina, tanque e poço para cada conjunto de seis moradias; soalhos ladrilhados no primeiro pavimento, cômodos com assoalho de madeira, paredes internas rebocadas; três cômodos por moradia de 7,5 metros cada um; entre outras normas.<sup>105</sup> Na realidade nenhuma habitação pobre teria condições de arcar com tais *melhoramentos*, sendo essas medidas uma forma de expulsar a pobreza do centro da capital

<sup>103</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 15/05/1911. p. 02.

<sup>104</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 24/06/1914. p. 02.

\* Reclamações sobre construções totalizam 14 queixas, representando 2,56%.

<sup>105</sup> ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 2003. p. 36.

paulista. Também em Curitiba os cortiços, casas de madeira, habitações *insalubres* e construções consideradas *feias* foram condenadas:

Os moradores da rua Garibaldi queixam-se com razão... em terrenos do sr. Andre Petrelli há ali um palheiro de taboas, indecente, anti higienico, com cercas arrumadas de todos os feitios e de todas as dimensões, de ripas, de taboas, de arcos de barril, remendadas com latas velhas. As pessoas que ahi habitam não hesitam em jogar à rua ou nos próprios quintais abertos, a agua do banho, os despejos dos vasos... sem o menor respeito ao decoro e a saude dos visinhos.<sup>106</sup>

Pedem-nos para chamarmos a atenção da fiscalização municipal para um cerca que se esta construindo no quintal do predio situado na rua Comendador Araújo, esquina com rua Visconde do Rio Branco.<sup>107</sup>

Na Rua 15 pintaram de novo um sobrado, aquele que fica na esquina com a rua Floriano Peixoto. O facto, porem, é que somente pintaram a metade do sobrado, ficando a outra por pintar. Não há fiscalização municipal nesta terra que faça pintar o resto do sobrado?<sup>108</sup>

Para os trabalhadores e camadas menos abastadas, em virtude da carestia, alta dos aluguéis e dos baixos salários, as habitações coletivas, também chamadas de cortiços, pensões baratas ou *cochicholo*, eram as únicas opções de moradia. Geralmente eram construções rústicas, de madeira ou de algum material barato, superlotadas, desprovida de rede de esgoto, limpeza, luz e ventilação. Em espaços mínimos, de 3 metros por 5 e 3,5 de altura, chegavam às vezes a abrigar até seis pessoas. A umidade, a sujeira e as doenças imperavam nessas habitações.

Essa forma de moradia bastante comum nas grandes cidades, bem como a arquitetura colonial, os ambientes fechados, escuros e sem ventilação foram sistematicamente rejeitados. De acordo com o padrão das posturas municipais de Curitiba, as construções deveriam ser de alvenaria. Casas tipo *meia-água* ou de madeira estavam terminantemente proibidas na área central. As edificações deviam ter a altura mínima de 4,80 metros para o primeiro pavimento, sem contar a soleira; 4,40 metros para o segundo; e 4 metros para o terceiro. No total a altura poderia variar entre 13,20 e 17 metros. As janelas teriam altura de 2,30 por 1,15 metros de largura, sem contar o espaço das ombreiras, vergas e peitoris, devendo as vergas das portas acompanharem o nível das janelas.

O prédio mais alto em relação ao conjunto lateral deveria *encascar*, rebocar e cair a parede, forrar com tábuas a beira do telhado e encobrir a primeira camada de telha. No interior das paredes, canos captariam as águas pluviais provenientes dos telhados e terraços,

---

<sup>106</sup> Diário da Tarde. *Queixas do povo*: 06/08/1910. p. 01.

<sup>107</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 08/06/1911.p.02.

<sup>108</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 04/03/1913. p. 01.



conduzindo-as à sarjeta mais próxima e impedindo assim que as águas pluviais se projetassem diretamente sobre as calçadas. Ao atingir a via pública, esse sistema de encanamento deveria obrigatoriamente seguir por baixo da calçada.

O alinhamento era obrigatório para todas as construções. As casas erguidas para dentro do alinhamento da rua recuariam mais um espaço de cinco metros. Os edifícios deveriam recuar ou avançar conforme a necessidade da quadra, a fim de manter a padronização entre os prédios. Os proprietários deveriam pintar, caiar ou rebocar, além de calçar com pedra ou laje o passeio de suas casas ou terrenos, independentemente de estarem sendo ocupados ou não.

Nas casas térreas, estava proibido instalar postigos, cancelas, rótulas e sacadas de madeira, portas e janelas com abertura para fora, bem como colunas e cunhais que prejudicassem a visão dessas casas que ficam no alinhamento. Por fim, todas as edificações e terrenos deveriam ser numeradas.

Em relação aos cortiços, estalagens e hotéis, o Regulamento Sanitário de 1900 exigia como espaço mínimo por pessoa 18 metros<sup>3</sup> por cinco metros de superfície, devendo ser os aposentos amplamente arejados e ventilados. Os proprietários ou locadores que desobedecessem estariam sujeitos à multa de 25\$000 e mais 5\$000 por pessoa ali residente.<sup>109</sup>

A intenção era criar um espaço central limpo, higienizado, *belo* e com certa monumentalidade. Era inconcebível que em ruas importantes, como Garibaldi, Comendador Araújo e 15 de Novembro fossem erguidos cortiços ou qualquer outro tipo de construção *feia*. Os cortiços, também chamados de *Cabeça de Porco* em alusão à famosa habitação coletiva carioca<sup>110</sup>, eram condenados por vários motivos. Esteticamente ele representava uma construção *desordenada*, desprovida da racionalidade do engenheiro. Sua construção incorporava os mais variados elementos, como tábuas, ripas, latas e arcos de barril, dispostos aleatoriamente, sem respeito ao alinhamento da rua ou entre os terrenos.

Por outro lado representava um espaço *anti-higiênico* e *não civilizado*, desprovido de instalações sanitárias, sujo e mal arejado, onde se abrigava uma população que promovia *desordens*, *gritarias*, criava animais, despejava lixo e esgoto no próprio quintal ou na rua. De

<sup>109</sup> REGULAMENTO SANITARIO instituído pelo Artigo 7º da Lei no 17 de 20 de Outubro de 1899. Paço da Câmara Municipal de Curitiba, 2 de Janeiro de 1900.

<sup>110</sup> O *Cabeça de Porco* era a maior habitação coletiva do Rio de Janeiro em fins do século XIX. Condenado pelas autoridades devido a superlotação, falta de higiene, precárias condições sanitárias e por abrigar a prostituição, esse cortiço foi demolido em 26 de janeiro de 1893 pelo prefeito Barata Ribeiro. Desde então o *Cabeça de Porco* tornou-se um símbolo da habitação condenável e seu nome passou a ser empregado para designar as moradias insalubres e indesejáveis. Ver: CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemia na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e Moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro - séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2002.

forma geral, o cortiço e a pensão barata ainda eram vistos como locais do *vício dos jogos ilegais* e da prostituição. É evidente que, para a mentalidade dita *civilizada*, a pobreza representava a doença e deveria ser isolada, expulsa para áreas distantes, pois constituía perigo de contaminação social e moral.

O problema também era de ordem estética. Uma cerca malfeita na Rua Comendador Araújo estava desrespeitando as posturas municipais, que exigiam que os terrenos fossem fechados com muros ou grades de ferro com uma altura de dois metros. Os muros deveriam ser devidamente rebocados, caiados ou rejuntados, caso o muro fosse de tijolos nus. O proprietário deveria ainda prezar pela conservação do muro, estando sujeito a uma multa de 30\$000 caso estivesse em situação ruínosa.

Um sobrado pintado pela metade prejudicava a perspectiva da via pública mais movimentada da urbe, a Rua 15 de Novembro. Essa via era conhecida não só pelas suas luzes, lojas e cafés chiques, mas pelo conjunto arquitetônico formado pelas fachadas artísticas dos prédios ali localizados. Um sobrado sem pintura adequada quebrava a harmonia entre as edificações, comprometendo a imagem da cidade, pois

a arquitetura, entre outros fatores, iria refletir os caminhos para o progresso. Seria através de construções modernas, sólidas e bonitas que a cidade se identificaria com o novo, com o avanço. Uma cidade moderna deve ter uma arquitetura que expresse o seu avanço; é ela que espelha as condições em que vivem os habitantes, como se pensa e para onde se caminha. Além disso, a arquitetura tem uma função social; ela eleva os espíritos através do Belo.<sup>111</sup>

As edificações ainda eram tema para muitos cartões postais que circulavam naquele início de século XX, o que de certa forma revela a importância conferida à arquitetura da cidade. Em 1903 circulou um belo postal com três vistas de Curitiba onde, em meio às coroas de rosas e às bordas cuidadosamente decoradas, nota-se a Alameda Dr. Muricy, a Rua 15 de Novembro e o prédio da Santa Casa de Misericórdia, localizada na Praça da República. O tema principal do cartão postal são as construções urbanas, com destaque para o prédio da Santa Casa e o conjunto arquitetônico formado pelas fachadas da Rua 15 de Novembro, em perspectiva.

SCHAPOCHNIK destaca que o bilhete postal apareceu no Brasil em fins do século XIX, como forma de correspondência para *transmitir uma mensagem escrita breve e simplificada*. Inicialmente eram feitos artesanalmente, utilizando como recurso a litografia. Mas foram as técnicas fotográficas que permitiram aprimorá-los, tanto na qualidade gráfica, como na

---

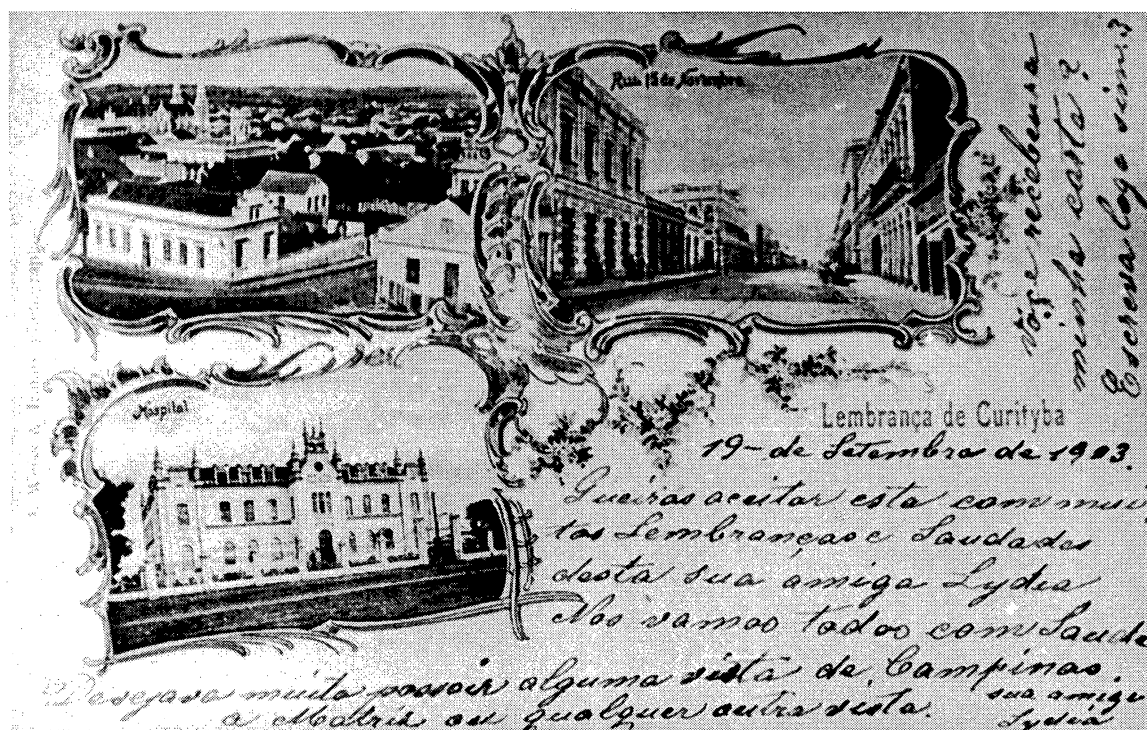
<sup>111</sup> BERBERI, *Impressões...* 1998. p. 86.

diminuição de seu custo e no aumentando de sua tiragem, impulsionando assim a sua popularização.<sup>109</sup>

Mais do que um meio de comunicação,

esses cartões-postais comportavam um potencial de condensar os sinais da modernidade mediante a seleção meticolosa das imagens, que, articulada a uma escrita de si, não deixava dúvidas quanto à tentativa por parte de cada um dos remetentes de alimentar uma fusão com aquele cenário, apresentando-se como artífice da modernidade e beneficiário do luxo e do prazer.<sup>110</sup>

O cartão postal era uma forma de mostrar ao mundo que Curitiba, assim como os grandes centros, também tinha largas avenidas e prédios, o que sem dúvida ia ao encontro do *fetichismo* de muitos cidadãos de morar em uma metrópole. Sua população podia orgulhar-se de morar em uma *cidade moderna*, e os estrangeiros podiam impressionar-se e seduzir-se por suas edificações.



Cartão Postal que circulou em Curitiba em 1903.

Editor: J. Weiss e Irmão

Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba

<sup>109</sup> SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cartões-postais, Álbuns de Família e ícones da intimidade*. In: *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>110</sup> *Ibid.* p. 437.

## 1.2 - Iluminação elétrica e transporte

A iluminação deveria ser outra prioridade para a administração municipal preocupada com a modernização.\* Mas o sistema de iluminação, a cargo da *The South Brazilian Railways Limited*, não correspondia às expectativas e necessidades de muitos cidadãos e do próprio governo, que admitia que *apesar do grande aumento que tem tido o numero de focos empregados, ainda assim esse numero não é proporcional a área cada vez mais extensa da cidade que exigiria talvez a triplicação na intensidade da luz existente.*<sup>114</sup> As irregularidades e a falta de estrutura estavam presentes em vários locais. Nas ruas Cabral, Dr. Muricy, Travessa da Ordem e Praça Osório os focos não acendiam, e na extremidade da Avenida Vicente Machado não existia qualquer iluminação.

Na Praça Carlos Gomes, em 1909, havia apenas três focos de luz. Dois foram retirados não sabendo os moradores se por vândalos ou pela própria empresa, e os restantes ficavam quase sempre apagados. Na Praça Zacarias o único foco de luz não conseguia ficar aceso por mais de 10 minutos. No Largo do Rosário, nas ruas Garibaldi, Riachuelo, Saldanha Marinho e Ratcliff as lâmpadas eram muito fracas.

A irregularidade no fornecimento de energia prejudicava comerciantes e industriais. A freqüente falta de luz obrigava os inúmeros armazéns e lojas das ruas José Bonifácio, Barão do Serro Azul, São Francisco, Serrito e Beco do Inferno a fechar suas portas mais cedo. As fábricas tinham de parar seus trabalhos.

A administração municipal, por sua vez, também tinha sua parcela de culpa por ser conivente com a empresa e por não buscar soluções para os problemas apontados. A reclamação dos moradores da Rua Colombo, onde um foco estava apagado há mais de 15 dias, é bastante reveladora dessa ligação que os queixosos faziam entre a empresa que oferecia os serviços e aquele que concedia a licença:

A Empresa de Electricidade.

Moradores da rua Colombo, no trecho compreendido entre as ruas Saldanha Marinho e Augusto Stelfeld pedem-nos que reclamemos o facto de há 15 dias não funcionar os focos de luz electrica ali existentes. Sobre esse facto estamos cansados de reclamar. **Entretanto a Empresa cruza os braços, o sr. fiscal do governo dorme... e continua a perceber os vencimentos.**<sup>115</sup>

\* Reclamações sobre iluminação elétrica totalizam 44 queixas, representando 8,04%.

<sup>114</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pela Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado ao instalar-se a 1ª Sessão da 12ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1913. Curitiba: Typ. do Diário Official, 1913. p. 23.

<sup>115</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 12/09/1914. p. 02. Sem grifos no original.

As queixas dos moradores e comerciantes destacavam como a *Empresa Elétrica* mostrava-se ágil para a cobrança dos impostos, o que não acontecia em relação aos serviços de manutenção e atendimento para a população. A demora para a troca de um transformador na Rua Saldanha Marinho, danificado após forte trovoadas em setembro de 1911, foi um dos muitos indícios do descaso. Ao invés de fazer-se a troca imediata, optou-se por fazer uma ligação com outro transformador da Rua Comendador Araújo, o que sem dúvida se constituía operação menos onerosa para a empresa. Porém, tal medida foi paliativa, pois como esse transformador já estava de certa forma sobrecarregado, a energia chegava até a extremidade da Rua Saldanha Marinho fraca demais, e a *luz ficou reduzida a lamparina*.<sup>116</sup>

Na noite de 03 de janeiro de 1914, o estabelecimento de moda *Ao Ninho das Noivas* teve de encerrar suas atividades devido à falta de energia. Logo que ocorreu o corte de energia, o Sr. *Guasco*, proprietário e representante da *Companhia de Indústrias Têxteis*, tentou entrar em contato por telefone com a empresa de eletricidade. Como ninguém atendia, dirigiu-se para o local e constatou, espantado, que a empresa estava simplesmente fechada. Três dias mais tarde, ainda sem obter respostas ou explicações da falta de luz, indignado pelos prejuízos e pelo descaso, o comerciante foi até a redação do *Diário da Tarde* denunciar que a empresa, *embora rigorosa quando se trata de cobrar, não atende a reclamações a noite*!<sup>117</sup>

A falta de luz também comprometia a segurança da população. Durante a noite, as ruas sem calçamento nem iluminação tornavam-se verdadeiras armadilhas, principalmente em virtude dos inúmeros buracos e da lama. Em 1909 um reclamante enfatizou que foi vítima de uma queda justamente porque não estavam funcionando os focos de iluminação em frente ao *Theatro Hauer* e na Travessa da Ordem.

Até mesmo utilizar os mictórios públicos à noite era perigoso. Sem luz, o local era constantemente depredado por vândalos, e quem ousasse utilizá-los na escuridão corria o risco de, *além de outros acidentes, pode trazer nos sapatos qualquer coisa inconveniente*.<sup>118</sup>

Mas além de a luz elétrica estar ligada à qualidade de vida da população, era inegável sua representação como símbolo do *progresso*. Assim como nos grandes centros, aqui a população também desejava usufruir da vida noturna, e a chave para esse mundo estava na luz elétrica. Quando instalada adequadamente, isto é, com focos elétricos fortes e em grande número, a escuridão da noite não impedia que a vida continuasse. Como descreveu um cronista

---

<sup>116</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 05/09/1911. p. 02.

<sup>117</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 06/01/1914. p. 04.

<sup>118</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 12/10/1912. p. 01.

em 1911, a Rua 15 de Novembro, chamada também de *rua da luz*, continuava com um intenso movimento após as oito horas da noite. Graças à luz elétrica, as lojas, os cafés e os cinematógrafos ficavam abertos, os bondes funcionavam, os garotos jornaleiros, os vendedores de sorvetes e pastéis prosseguiam com seus trabalhos, e uma multidão percorria a rua em busca de diversão, lazer, consumo ou simplesmente para admirar aquela agitação noturna.<sup>119</sup>

Uma rua sem luz era uma *viela lóbrega*. Todos desejavam a iluminação elétrica nas demais ruas, praças e bairros mais distantes. Estar longe daquela fascinação luminosa era estar afastado da modernidade. Os moradores do Bairro Portão, ao reclamarem da falta de luz, deixaram transparecer essa preocupação. Sem a luz aquela localidade estava transformada em um *pobre arrabalde*, atrasada e parada no tempo:

O pitoresco arrabalde do Portão tem-se visto estes ultimos tempos, em papos de aranha, com a enorme escuridão que por lá domina quando chega a noite.

Em eras que já passaram possuiu o Portão uma bella iluminação electrica, que lhe aclarava as ruas, facilitando a marcha ao viandante tardio.

Hoje, **pobre arrabalde! Nem mais 6 focos existem por lá...** Uns se gastaram, outros desapareceram.<sup>120</sup>

### **Bondes, diligências e os serviços ferroviários**

O transporte era fundamental à vida urbana. Eficiência, conforto, pontualidade, velocidade e higiene eram exigências da população.\* Os bondes elétricos já estavam em atividade em várias capitais brasileiras: Rio de Janeiro (1892), Salvador (1897), Manaus (1898), São Paulo (1900), Santos (1906) e Porto Alegre (1908). Mas Curitiba, até fins de 1912, ainda vivia de promessas das autoridades a respeito da instalação desse serviço. O sistema de transporte urbano que vigorava até aquele momento era o bondinho puxado a mula, em atividade desde o ano de 1887.

Nas últimas décadas do século XIX, o crescimento populacional e urbano e o desenvolvimento da indústria do mate colocavam em questão a necessidade da implementação de um sistema de transporte urbano. Até 1887 o transporte de erva mate, produtos e passageiros era feito quase exclusivamente pelos carroceiros, um serviço que apresentava inconvenientes devido ao alto custo e à limitada capacidade de carga por carroça.

---

<sup>119</sup> VIDAL, Eugenio. *Depois das 6 horas*. In: MONUMENTA: Crônicas de revistas do início do século em Curitiba, 1907 – 1914. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 118.

<sup>120</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 15/07/1914. p. 02. Sem grifos no original.

\* Reclamações sobre transporte totalizam 42 queixas, representando 7,68%.

RAMOS destaca que a Lei Provincial nº 555, de 12 agosto de 1879, autorizava a concorrência para a instalação de uma rede urbana de transporte de tração animal. Depois da análise de vários projetos e discussões pertinentes a concessão desse serviço, surgiu em 1887 a *Empresa Curytibana*, gerenciada pelo comerciante Boaventura Fernandes Clapp. Como não dispunha de capital suficiente para levar adiante a concretização do sistema de bondinhos puxados a mula, formou uma sociedade anônima composta por industriais ligados à erva mate. Quando inaugurada, em 08 de novembro de 1887,

a primeira linha... media 6 quilômetros de extensão. Partindo da Estação da Estrada de Ferro, percorria a rua Dr. Trajano até a rua da Imperatriz. A partir deste ponto ela se dividia em dois ramais. Uma linha seguia pela rua da Imperatriz e pela de Matto Grosso, indo terminar no bairro do Batel, em frente ao engenho de mate do Sr. Ildefonso Pereira Correia (Barão do Serro Azul), denominado Tibagy. A outra linha, seguindo pela rua do Riachuelo e Boulevard 2 de Julho, terminava em frente ao engenho Fontana, nas proximidades do Passeio Público.

Interessante observar o itinerário desta primeira linha, pois ligava a estação ferroviária, que levava o mate até Paranaguá, de onde era exportada, aos dois maiores centros produtores de erva mate em Curitiba: as imediações do *Boulevard Dous de Julho* e o bairro do Batel. Obviamente que o traçado das linhas passava pelo centro da cidade, onde os bondes de cargas poderiam entregar, nas casas de comércio, os produtos que eram importados e que chegavam ao planalto curitibano através da estrada de ferro, como farinha, sal e outras mercadorias.<sup>121</sup>

Como destaca o autor, os bondinhos puxados a mula rapidamente se tornaram essenciais à vida dos curitibanos. Não apenas pelas razões ligadas ao mercado, abastecimento ou à indústria, mas também ao lazer e à sociabilidade. Para ir a festividades, bailes, clubes e teatros, o bonde era o principal meio de transporte. Quando ocorriam espetáculos no Teatro S. Thedoro, bailes nos clubes Curytibanos ou Girondinos, em épocas de carnaval e de Natal, a empresa sempre colocava carros extras à disposição da população, muitos dos quais circulavam até duas horas da manhã.

Na última década do século XIX, a *Empresa Curytibana* passou por uma série de transformações, tanto materiais como organizacionais. Clapp havia sido substituído, e a empresa a chamar-se *Companhia Ferro Carril Curytibana* a partir de 1890. Cinco anos mais tarde foi vendida para a *Amazonas & Cia*, cujo diretor e gerente era Santiago M. Colle. O Sr. Colle inaugurou uma nova fase no sistema de bondes puxados a mula, em razão da implantação de uma série de melhoramentos.

Uma nova linha passou a fazer a ligação entre o Matadouro e o centro de Curitiba, objetivando, especificamente, o transporte da carne. Em 1906 a empresa de bondes assume também os serviços de transporte dos malotes postais, entre o Correio e a estação ferroviária.

<sup>121</sup> RAMOS, Everson Antonio Caleff. *Transporte coletivo em Curitiba: os bondes puxados a mula, 1887-1912*. Curitiba, monografia, Departamento de História da UFPR, 1999. p. 17.

Em 1906 o patrimônio da *Companhia Ferro Carril Curytibana* era constituída de

...18 km. de linhas com peso de 12 kilos por metro corrido, uma estação central constituída de um escritório, dois depósitos para material rodante, duas amplas estrebarias com relativos depósitos para forragem, uma oficina de reparações com as respectivas ferramentas, uma ferraria, uma cozinha com despensa e dormitórios para o pessoal. A estação e suas dependências ocupam uma área de 6.000 metros quadrados. O material rodante é representado por 20 viaturas abertas, para passageiros, 15 vagões descobertos, para carga, dois vagões fechados para transporte de ferragens. Para a tração desses veículos possui a empresa 150 mulas.<sup>122</sup>

Apesar do empreendimento de Colle estar muito além da antiga *Empresa Curytibana*, ele teria de vendê-la em 1910 à *The South Brazilian Raylways Company Limited*, por não possuir capital suficiente para fazer a eletrificação das linhas.

Mesmo com as modificações realizadas, durante o decorrer do período (1887-1912), esse tipo de bonde movido a tração animal deixava muito a desejar, pela demora, pela falta de segurança e conforto, pelo limitado trajeto e pelo descaso da empresa para com a população.

A precariedade de muitas linhas também causava constantes acidentes. No desvio existente entre as ruas Misericórdia e Pedro Ivo os trilhos estavam tão altos em relação ao nível da rua que eram comuns os descarrilamentos. O péssimo atendimento dos cobradores aos usuários também era apontado pelos reclamantes. O cobrador de um dos bondes da linha Marechal Floriano tinha o hábito de cobrar os passageiros sem entregar-lhes os cupons:

...no Domingo ultimou usou de mau proceder com um commerciante d'esta praça, na ocasião que este vinha no referido carro, com sua família, isto as 9 horas da noite; o conductor que já tinha recebido a importancia das passagens queria, exigindo, grosseiramente, apesar do commerciante ter lhe apresentado os coupons, receber novamente as passagens já pagas.<sup>123</sup>

Os horários quase nunca eram respeitados, e muitos bondes circulavam sem identificação. Aqueles que precisavam pegar o primeiro trem do dia precisavam providenciar outros meios para chegar à estação ferroviária, pois os bondes não funcionavam durante a madrugada:

Da-se em Coritiba um facto interessante, quando se trata dos imprescindiveis melhoramentos, de que tem urgente necessidade. Quando o sr. Fontaine comprou a nossa archaica Empresa de bonds, cujo serviço então dirigido pelo sr. Colle, nós consideravamos pessimo e horroroso, conseguiu obter da nossa já celebre Edilidade prorogação para estudos e etc. de um contrato a expirar. Diz o velho rifão “atrás de mim virá quem bom me fará”, é uma verdade. Não se acredita que o nosso velho patricio e competente actual director dos bondinhos reorganizasse um serviço para ficarmos em peores condições do que estavamos antes...

Assim é que o progresso que vem avassalando nosso Estado com a aproximação do glorioso visinho do Norte, estabelecendo trens rápidos, não abalou a rotineira administração da Empresa de bonds, pois não

<sup>122</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Do bonde de mula ao ônibus expresso*. Curitiba: Imprensa da Prefeitura Municipal, 1975. p. 11.

<sup>123</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 03/01/1912. p. 02.



permitiu ainda que os seus carros transportassem os infelizes passageiros a estação da Estrada de Ferro para os rápidos 5:20 da manhã. Não tera a gerencia actual a energia precisa para exigir de seu pessoal o levantar-se mais cedo e attender a justa reclamação da população coritibana?<sup>124</sup>

Há algumas décadas a inauguração dos bondinhos puxados a mula foi motivo para aplausos e alegrias entre os cidadãos. Mas logo, a modernidade exigiria um novo tipo de bonde, o elétrico. No imaginário do cidadão, Curitiba estava crescendo tão rapidamente que seu futuro parecia apontar para a vida agitada das metrópoles. E o antigo sistema de transporte já não dava mais conta do ritmo cotidiano que se acelerava. A população acordava cedo para trabalhar, antes mesmo de o sol nascer. Alguns precisavam pegar o trem das cinco e vinte da manhã, e portanto necessitavam de bondes que pudessem trafegar durante a madrugada de maneira segura, isto é, com iluminação, com proteção contra o frio e a umidade, e que fosse veloz. Enquanto as demais capitais tinham trens rápidos e bondes elétricos, o cidadão curitibano ainda tinha de sujeitar-se ao veículo de tração animal.

E o que causava indignação ao reclamante era a postura da municipalidade, que parecia indiferente ao fato de a capital paranaense não acompanhar o ritmo da modernidade. A referência comparativa ao seu vizinho do norte, a capital paulista, é bastante enfática. Enquanto lá as autoridades estavam preocupadas com a modernização da cidade e procuravam disponibilizar à sua população serviços essenciais como o transporte elétrico, aqui a prefeitura prorrogava novamente o prazo para a instalação dos bondes elétricos ao Sr. *Eduard Fontaine de Lavelie*, proprietário da empresa inglesa *The South Brazilian Raylways Company Limited*, que adquirira em 07 de maio de 1910 o monopólio do serviço de transporte urbano.

Os bondes elétricos apenas começaram a circular em Curitiba em novembro de 1912, pouco antes de Cândido Ferreira de Abreu assumir a prefeitura. Curitiba finalmente desfrutava do mesmo tipo de sistema de transporte vigente no Rio de Janeiro e em Paris. Curitiba era uma cidade atualizada, sintonizada com as novidades tecnológicas e científicas. Curitiba tinha máquinas. Era pois, uma cidade *moderna* também.

Os bondes elétricos dispunham de um farol na parte dianteira, localizado abaixo da placa de identificação da linha, o que auxiliava na sua circulação noturna e provavelmente tinha ainda sua importância no que se refere à segurança no trânsito, uma vez que servia como sinalização, tanto para os transeuntes como para os demais veículos que também utilizavam as ruas. Outra característica dos bondes elétricos estava na sua carroçaria fechada, o que oferecia

---

<sup>124</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 13/05/1910. p. 01.

proteção contra a chuva, o vento e o frio, ao contrário da maioria dos bondes puxados a mula, totalmente abertos nas laterais e nas extremidades, dispondo apenas da cobertura.

Para alguns usuários, o fato de serem fechados causava dois inconvenientes. Se nos bondes puxados a mula o passageiro embarcava e desembarcava com facilidade, devido a sua estrutura completamente aberta, nos bondes elétricos exigia-se maior cautela e certa disciplina, pois os usuários eram obrigados a utilizar as portas, obrigando-os a formarem filas nos horários de maior movimento. Outra questão enfatizava que a viagem era desconfortável nos dias mais quentes, devido à pouca ventilação.



Bondes elétricos, linhas Tiradentes e Matadouro, em frente ao Quartel do Regimento de Segurança, na Rua Marechal Floriano Peixoto em 1913.

Editor: J. Cardoso Rocha

Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba  
Coleção: Julia Wanderley – IHGEP

Procurando reverter as críticas e mostrar ao público as vantagens que tal sistema oferecia, o *Diário da Tarde* articulou um diálogo em suas páginas entre dois personagens. De um lado estava o próprio jornal, defensor do *prosperidade coritibana*, e portanto dos bondes elétricos. Contra-argumentando estava um cidadão, supostamente descontente com os novos bondes e que apontava tais questões.

A discussão tem início com o jornal perguntando se o cidadão compartilhava da idéia de que os bondes elétricos modificavam o *aspecto* da cidade:

-Então estamos com os bondes electricos trafegando pelas nossas ruas, **dando-lhes um aspecto mais imponente e mais civilizado?**

-É verdade. O diabo é serem os carros fechados...

-Mas o que tem isso?

-Ora, pois não vêes que dificultam a entrada e a saída dos passageiros?

- Absolutamente. Garante-os de accidentes. Imprime melhor ordem a tomada e a saída dos passageiros.<sup>125</sup>

No primeiro momento o cidadão mostrou-se frustrado com o modelo de bonde adotado para Curitiba, pois segundo ele, dever-se-ia seguir o exemplo de Rio de Janeiro e de Niterói onde prevaleciam os bondes abertos, mais práticos e arejados. Como resposta, o jornal destacava que o modelo de bonde fechado oferecia mais segurança ao passageiro, evitando acidentes.

A implantação do bonde fechado em Curitiba também era justificada em razão das condições climáticas. Buscando convencer o leitor, o jornal citava o exemplo de Porto Alegre, onde a *Companhia Fiat Lux* optou inicialmente por instalar bondes elétricos abertos. Tal medida resultou na desaprovação do modelo pela população, pois não oferecia eficaz proteção nos dias frios, e as inúmeras reclamações acabaram obrigando a empresa a implantar bondes fechados.

A importância conferida aos bondes elétricos também pode ser encontrada em inúmeros anúncios de venda ou de aluguel de imóveis publicados na imprensa. O fato de uma casa, prédio ou terreno estar localizado próximo a um ponto de bonde ou em uma rua em que este circulava era utilizado como fator de valorização da propriedade:

Magnífico Terreno. Vende-se 75 palmos de terreno de frente para a Rua Paula Gomes, **17 metros distante da linha de bondes.**<sup>126</sup>

Na Rua Iguassu n. 174. Aluga-se o pavimento superior de um sobrado. Os comodos possuem água e esgoto, são pintados de novo e servem perfeitamente para família. **Electricos na porta.**<sup>127</sup>

Assim, além do conforto, da segurança e da rapidez que o bonde elétrico oferecia a seus passageiros, era inegável sua força como elemento decorador e ornamental. Os bondes elétricos que partiam da estação ferroviária e que passavam pelas ruas Barão do Rio Branco, 15 de Novembro, Marechal Floriano Peixoto, Iguaçu, Paula Gomes e tantas outras, imprimiam à cidade ares de modernidade e *um aspecto mais imponente e mais civilizado.*<sup>128</sup> Com esse novo

<sup>125</sup> Diário da Tarde. *Os bondes electricos e a rotina*: 07/01/1913. p. 01. Sem grifos no original.

<sup>126</sup> Diário da Tarde: 11/02/1913. p. 03. Sem grifos no original.

<sup>127</sup> Diário da Tarde: 12/02/1913. p. 02. Sem grifos no original.

<sup>128</sup> Diário da Tarde. *Os bondes electricos e a rotina*: 07/01/1913. p. 01.

sistema instalado, o cidadão podia finalmente dispor de um meio de transporte que correspondesse à riqueza ostentada pela sociedade curitibana, já presente na própria via pública, que exibia as fachadas artísticas, o calçamento de paralelepípedos e a iluminação com focos elétricos à noite. O bonde elétrico era o símbolo que faltava para completar aquele cenário de luxo e elegância!

Agora o cidadão podia tranquilamente pegar o seu *trem rápido das 5:20*, como também realizava o *fetich*e de morar em uma cidade com trens e bondes elétricos velozes, a exemplo da capital paulista.

Mas se a chegada dos bondes elétricos em novembro de 1912 foi saudada por muitos como o fim do problemático transporte urbano e como mais um sinal de que a modernidade se consolidava na capital curitibana, para outros cidadãos o novo meio de transporte apresentava inúmeras irregularidades. Os moradores próximos às curvas dos bondes reclamavam que a falta de azeite nos trilhos causava *um ranger de aço com guinchos irritantes, que dão nos nervos dos acordados e não deixam conciliar o sono aos que querem dormir*.<sup>129</sup>

Em locais mais afastados, como no bairro Portão, os pontos de parada eram poucos, estavam mal localizados e muito distantes uns dos outros. Um desses pontos, em frente à *Chácara Cunico*, estava localizado bem ao lado de uma valeta, o que dificultava a entrada, principalmente, das pessoas idosas.

Embora o elétrico tivesse como principal característica a velocidade, em algumas linhas, como Portão, os bondes eram extremamente lentos aos domingos. A cada terminal ou desvio os motoristas esperavam de 15 a 30 minutos. O atraso inexplicável prejudicava as famílias e os cidadãos que se deslocavam nos finais de semana para o centro de Curitiba, para participar das cerimônias e missas na Igreja da Matriz, ou em busca de lazer e de diversão nos vários cinematógrafos, cafés e restaurantes que a cidade oferecia; ou mesmo para um *footing* pela Rua 15 de Novembro ou no Passeio Público. A tecnologia e a modernidade deveriam facilitar a vida da população e não prejudicar, atrapalhando justamente os poucos momentos de lazer que o domingo oferecia.

Serviço de bondes

Sr. Redactor. Parece que a empresa de bondes só trata de cada vez mais servir pior o publico. Os primeiros tempos, antes do augmento de bondes, aos domingos, na linha do Portão, quando estes chegavam ao ponto, imediatamente partiam.

---

<sup>129</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 25/03/1913. p. 04.

Agora já não se dá o mesmo: quando chegam ao ponto terminal esperam, sem se saber a troco de que, uns 15 minutos; partem, e no primeiro desvio esperam quase meia hora, depois no 5º desvio, rua Iguassu, outro quarto de hora.

...o bonde do Portão que saiu hontem da Praça Tiradentes as 3 ½, só chegou ali de volta as 5,45; note-se bem, sem haver qualquer desarranjo na linha.<sup>130</sup>

Por outro lado, muitas ruas ainda não eram atendidas pelo sistema de transporte. Os moradores da Rua Iguçu, entre as ruas 24 de Maio e o Alto da Água Verde, sentiam-se prejudicados porque a linha de bonde não chegava até o final daquela rua. Para utilizá-lo, os moradores eram obrigados a descer até a extremidade da rua, o que era ainda complicado em razão de os motoristas não respeitarem os horários. Para os reclamantes, a linha deveria alterar o seu horário e trajeto, subindo até o Alto da Água Verde, servindo assim à parte superior da Rua 24 de Maio e Sete de Setembro. A alteração da referida linha beneficiaria moradores e a própria empresa, que teria mais passageiros para transportar.<sup>131</sup>

Os motoristas eram criticados também por desrespeitar o *que ensina o contracto e o que determinam as clausulas impostas pela prefeitura em respeito ao transito dos electricos*. Muitos bondes locomoviam-se com a porta fechada, não paravam corretamente nos pontos, não atendiam os pedidos de parada dos passageiros, andavam em alta velocidade e não utilizavam a sineta nos cruzamentos das ruas centrais. A imprudência e a falta de fiscalização por parte das autoridades e da própria empresa ocasionavam inúmeros acidentes:

Os motoristas dos electricos querem a viva força fazer que o povo alcinhe os nossos transways de “perigo amarelo”. Esse desleixo dos motoristas tem causado uma série infinita de “quasi” desastres. Hontem presenciei quatro. O primeiro foi quando um bonde da policia desembocava na rua Marechal Deodoro quasi chocando-se com um “amarelo” da linha circular; o segundo foi quando um transway do Seminario entrava na rua 15 proximo a Casa Carioca, ferindo uma senhora; o 3º quando um da linha Iguassu penetrava na rua 15, batendo na roda de uma “aranha” e o quarto atropelando um garrote e uma velha doente, quando um bonde do Seminario dobrava a esquina da praça Santos Andrade para tomar a rua Deodoro.<sup>132</sup>

Outro meio de transporte urbano bastante utilizado mesmo depois do advento dos bondes elétricos eram as diligências ou carruagens. Elas faziam viagens a localidades mais distantes, como Rio Branco, Serro Azul e Campo Largo, entre outras. Apesar de constar no contrato da empresa que o veículo oferecia franco conforto a seus quatro passageiros, um usuário que fez a rota Serro Azul e Rio Branco demonstrou o contrário *por dolorosa experiência própria, pois existiu somente um assento para 4 passageiros, sendo que 2*

<sup>130</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 09/06/1913. p. 04.

<sup>131</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 04/08/1913. p. 03.

<sup>132</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 28/05/1913. p. 04.

*serviram-se do assento, um da boleia e o quarto procurando a sua comodidade sobre as nossas provisões de bocca.*<sup>133</sup> Além de muitos veículos não terem molas e fazerem as viagens quase sempre lotados, os cocheiros não primavam pela gentileza, e a imprudência provocava muitos acidentes. O Sr. Vespasiano Brigido de Moura Santos queixou-se em 30 de dezembro de 1913 que, depois de ter comprado passagem de Curitiba-Campo Largo, o cocheiro da diligência simplesmente recusou-se a transportá-lo.

A Empresa Estrada de Ferro, responsável pelos serviços ferroviários, era denunciada por inúmeros abusos e irregularidades. Em 1911 os moradores de perto da estação ferroviária queixavam-se de que o desvio feito pelas ruas Sete de Setembro, Liberdade e Praça Eufrásio Correia estava causando inúmeros incômodos. Ao passarem por esses locais os vagões deixavam cair pedras, lenhas e outros detritos. A empresa também utilizava o desvio como estacionamento noturno para inúmeros vagões, o que ameaçava a segurança dos moradores e transeuntes, pois *a noite servem de albergue para vagabundos, e ponto de rendez-vous de gente da peor espécie.*<sup>134</sup>

A falta de regulamentação e fiscalização causava inúmeros transtornos aos passageiros e àqueles que utilizavam os serviços de encomenda e transporte de mercadorias.

Nas viagens de Curitiba para Rio Negro em 1912 os trens não estavam parando nas respectivas estações, mas nas caixas d'água, *obrigando os pobres passageiros a saltarem naquelles pontos, para, a toda pressa, chegarem nas respectivas estações.*<sup>135</sup>

Para viajar para a capital de São Paulo em meados de 1913, o passageiro podia optar pela primeira classe pelo preço de 41\$900. Nessa classe ele deveria escolher entre o leito superior e inferior, cujos valores eram 15\$000 e 13\$000 respectivamente. Entretanto, se durante a viagem o passageiro desejasse *usar simplesmente o direito que comprou*<sup>136</sup>, isto é, deitar-se durante o dia, era impedido. Os empregados que atendiam o vagão informavam que tinham ordem para só preparar a cama no período da noite, e se o passageiro desejasse deitar no período diurno deveria comprar os dois leitos, superior e inferior.

Os comerciantes e usuários reclamavam também que muitos produtos chegavam estragados, sujos e violados. A deterioração das frutas estava relacionada à falta de vagões apropriados, pois eram completamente fechados, quentes e sem ventilação. Também não havia nenhum cuidado com a segurança e a integridade das mercadorias transportadas. O Sr.

---

<sup>133</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 01/04/1911. p. 02.

<sup>134</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 10/11/1911. p. 01.

<sup>135</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 29/06/1912. p. 02.

<sup>136</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 22/03/1913. p. 01.

Guilherme Gaertner denunciou ao *Diário da Tarde*, em agosto 1913, que havia sido roubada sua mercadoria. Da carga composta por 12 baldes e *cinco quintos de cachaça*, foram entregues apenas 10 baldes de frutas e *um quinto da cachaça* veio aberto, o que por fim provocou o estrago de todo o líquido. Além do prejuízo com as frutas e a cachaça, ele ainda teve de pagar o frete dos produtos furtados.

Ao reclamar para a Estrada de Ferro, o *chefe do tráfego... sem cerimonia alguma, mandou dizer que a estrada não me indeniza!*<sup>137</sup> Meses atrás o mesmo comerciante já tinha sido vítima de outra violação, desta vez com as bijuterias remetidas pela *Casa Jack e Companhia de Curitiba*, que lhe causou prejuízo de 145\$000. De acordo com o reclamante, eram raras as vezes em que pacotes de bolacha, doces em calda e sardinhas chegavam intactos.

Outro problema apontado em 1914 era o transporte dos malotes postais enviados de Curitiba para Rio Negro. O vagão destinado para a tal serviço era o mesmo utilizado para o transporte de galinhas e outros animais. Como não havia um compartimento exclusivo ou mesmo uma mesa, as malas do correio eram simplesmente *atiradas por sobre as imundícies que ali existem.*<sup>138</sup>

O usuário pagava pelos serviços da Estrada de Ferro e não era correspondido. Nota-se a falta de compromisso e o descaso da empresa para com o usuário. Na falta de reciprocidade entre pagador e fornecedor, colocava-se a necessidade de regulamentação desses serviços, o que permitiria apoio para as reivindicações dos queixosos.

Portanto, a modernidade nos transportes seria garantida não só pela adoção de veículos velozes e confortáveis, mas pela eficiência no atendimento, destacando-se a higiene, a disciplina e a pontualidade da empresa ou grupo prestador daquele serviço.

E não era apenas o desejo de alterar a paisagem urbana com construções, transportes, iluminação ou eficiência dos serviços públicos: desejava-se alterar os hábitos da população. Um modelo de cidadão é forjado: obediente, trabalhador, produtivo e saudável. Exteriorizar esses valores garantia ao cidadão entrar na *civilização* e ter direito a ser reconhecido como *civilizado*. Paralelamente aos discursos e falas em defesa da higiene e da saúde pública, principalmente no que se refere à instalação de rede de esgoto, sistema de abastecimento de água, limpeza e asseio nos estabelecimentos comerciais e moradias, as queixas revelam preocupações com aqueles comportamentos vistos como *imorais e ociosos*.

---

<sup>137</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 03/07/1913. p. 02.

<sup>138</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 30/01/1914. p. 04.

### 1.3 - Meretrizes e jogadores: a segurança da *moral* e dos *costumes*

As exigências não se restringiam apenas à implementação de melhoramentos urbanos, mas referenciavam novos padrões, comportamentos e valores culturais que deveriam prevalecer em uma metrópole moderna. Os hábitos chamados de *anti-higiênicos* e comportamentos que não prezassem pelo espaço *civilizado* que se tentava criar deveriam ser expulsos para áreas distantes.

A prostituição motivou inúmeros debates e discussões nos relatórios policiais, nas crônicas e na imprensa.\* A prostituição, assim como os jogos ilegais\*\* e o alcoolismo, eram considerados *vícios* que se desenvolviam com o próprio crescimento da cidade, e nem mesmo os grandes centros europeus estavam imunes a isso. Contudo, nesses centros a prostituição tinha seu espaço delimitado pelo médico sanitarista e pela polícia, ou ao menos se tentava coibi-la em determinados lugares e horários. Existiam espaços específicos para tal prática, bem como uma vigilância sobre esses locais e pessoas que a exerciam.

Para alguns cronistas e literatos a figura da prostituta em Curitiba representava um indicativo de que a urbe estava adquirindo pouco a pouco um estilo de vida muito próximo do das grandes metrópoles.<sup>139</sup> Paris e Rio de Janeiro tinham seus bordéis luxuosos, seus templos do *vício*. Curitiba não ficava para trás, com seu Hotel Paris localizado na Rua Barão do Rio Branco.

Mas para aqueles que reclamavam nas colunas do *Diário da Tarde*, a prostituição era uma prática *imoral* que ofendia a família e os *bons costumes*, principalmente por negar o papel imposto à mulher, que deveria ser submissa, frágil, zeladora da casa e de sua prole. Logo, na Curitiba moderna, a exemplo das metrópoles, o meretrício deveria ter seu espaço delimitado, afastado da vista pública e submetido a vigilância policial e médica constante:

Diversas famílias moradoras a rua Visconde de Guarapuava, proximo ao predio n. 111, onde funciona um “esquentado” bordel de propriedade de um tal Nogueira, reclama-nos contra as scenas terroristas e vergonhosas que ali se dão, alarmando os habitantes... É necessário que essa... **deixe de funcionar ou seja removida dali**, logar improprio para semelhante foco de imoralidade. Com vistas a policia.<sup>140</sup>

Na rua Coronel Dulcidio n. 32, reside a horizontal Delphina de tal, que sem o mínimo respeito as famílias ali residentes, faz quotidianamente ajuntamentos e algazarra, perturbando o socego publico. As

\* Reclamações sobre prostituição totalizam 9 queixas, representando 1,65%.

\*\* Reclamações sobre *jogos ilegais* totalizam 8 queixas, representando 1,46%.

<sup>139</sup> BERBERI, Elizabete. *Impressões: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 96.

<sup>140</sup> *Diário da Tarde. Desabafo do povo*: 20/11/1915. p. 02. Sem grifos no original.



pessoas ali residentes chamam a atenção da policia e do proprietario da casa onde reside a dita mulher.<sup>141</sup>

Decididamente a nossa policia anda carecendo de um par de oculos de baeta para poder divisar os abusos que são impunemente cometidos nos pontos centrais da capital. Haja vista ao que ocorre na rua do Rosário, esquina da rua Saldanha Marinho, local onde se aglomeram ao anoitecer... uma sucia de individuos desocupados que se entregam a censuraveis desenvoltura de gestos e de linguagem com algumas marafonas “hospedadas” na “pensão” existente na aludida esquina. Familias já não podem por ali transitar, visto como os “habitues” daquele “foco” permanecem em magotes, encostados pelas paredes e muros, despejando pelas aguardentadas bocas afora pavorosas obscenidades, além de amorosamente se escondearem aos agarrões **a plena vista** dos transeuntes.<sup>142</sup>

As celebres “Cabeças de Porco”, do Rio, estão ressurgindo em Coritiba, na Rua Raticliff n. 19, onde se desenrolam as scenas mais obscenas e isto a 200 passos do posto central de policia.

Os moradores da zona pedem providencias, pois as meretrizes que residem naquela casa fazem folia a noite inteira com capadocios(sic) que cantam, em altas vozes, modinhas imoraes ao violão.

Além disso, em plena rua, em frente a tal casa, fazem desaguizados e passeiam vestidos de Adão no paraíso.<sup>143</sup>

O problema residia no fato de as prostitutas exercerem suas atividades em ruas importantes, como Visconde de Guarapuava, Coronel Dulcídio, Rosário e Ratcliff, entre outras, locais que deveria vigorar determinado padrão burguês. Eram locais propícios para a moradia higiênica, comércio, lojas e mesmo para o passeio, e não para *algazarras*, *serenatas*, *obscenidades*, bebedeiras, para as mulheres exibirem seus corpos ou para se buscar o prazer do sexo.

Uma urbe moderna implica espaços divididos e organizados por racionalidade, cientificismo, higiene e funcionalidade. Assim como os *criminosos* têm a prisão, os menores abandonados, os mendigos e os *loucos* as instituições como o *Asilo de Alienados*, a *Santa Casa* e o *Albergue Noturno*, as meretrizes deveriam estar em uma área exclusiva para esse fim, para não *perturbar o sossego público*. Não podendo a *imoralidade* ser evitada, ela deveria ser praticada longe das ruas centrais. Há aqui uma nítida intenção de demarcar com precisão os espaços de circulação e vivência de diferentes grupos sociais.

Ao advogarem um local específico para esse fim, os moradores daquelas ruas e que eram vizinhos das *casas de má fama* demonstravam uma preocupação em manter uma distinção entre os freqüentadores desses espaços. Fazer esse tipo de distinção implicava separar aqueles que são *civilizados*, os reclamantes, daqueles que precisavam ser *regenerados*.

A referência ao Rio de Janeiro, como capital moderna e exemplar, está presente. Enquanto na primeira década o prefeito Pereira Passos já havia implementado medidas para

<sup>141</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 23/12/1914. p. 02.

<sup>142</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 11/07/1913. p. 03. Sem grifos no original.

<sup>143</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 14/01/1913. p. 01.

higienizar, limpar e embelezar a capital federal, destruindo as *Cabeças de Porco* e os cortiços superlotados, expulsando a pobreza para bem longe dos olhos do cidadão, em Curitiba as autoridades até aquele momento não tomavam providências nesse sentido. Na visão do cidadão reclamante, as prostitutas e a população miserável, isto é, a ralé, não encontravam nenhum impedimento para habitar ruas centrais. Podiam inclusive residir ao lado do posto policial central, sem se preocuparem com represálias, o que era inaceitável para aquele cidadão zeloso da modernização de sua urbe.

Deve-se levar em consideração o desgosto que causavam as manifestações culturais e a sociabilidade existentes nesses espaços. As serenatas, as modinhas e o uso do violão eram vistos como vadiagem, como práticas incompatíveis com o padrão cultural idealizado.

A jogatina, o alcoolismo e a vadiagem eram igualmente condenados. Os jogos conhecidos como *Bacarat*, *Las Quenet*, dados, baralho e bicho, entre outros, eram praticados em vários locais que iam desde o botequim mais simples até os grandes clubes. A jogatina tinha conseqüências ainda piores, pois acreditava-se que ela estimulava outros desregramentos sociais. Alardeava-se que o *vício* fazia com que o jogador se esgueirasse pelo caminho sem volta do *crime*. Não faltavam exemplos de pessoas que após perderem todas as suas riquezas passaram a roubar e falsificar cheques.

Os clubes luxuosos, como o *Elite Club*, localizado na Rua Marechal Deodoro, eram freqüentados pelos jogadores mais abastados, e era ali, sem dúvida, que ocorriam as maiores apostas. Denunciava-se na imprensa, e na própria coluna de reclamações do *Diário da Tarde*, a conivência das autoridades com esses clubes. De acordo com os artigos 165 e 166 das posturas municipais, estavam proibidos o estabelecimento de casas de bilhar ou *bolas* sem prévia licença das autoridades competentes, e a prática de qualquer outro tipo de jogo dentro ou fora dos negócios. Os infratores seriam presos, e o dono do local ou responsável por tal prática, multado em 30\$000. Não obstante essas regulamentações, a ação policial e a aplicação das penalidades recaíam somente sobre aqueles estabelecimentos onde ocorriam baixas apostas, isto é, locais freqüentados por pessoas pobres.

Recebemos:

(...) Eu sou uma vitima do jogo: perdi muito dinheiro, me encalacrei e alem disso noto que não sou, depois de **transviado do bom caminho, isto é, do caminho da honra e do trabalho**, bem olhado pelos homens de sã moral... Eu reclamo as vistas da policia porque, esta agindo, as casas de tavolagem serão fechadas e só assim eu deixarei de freqüenta-las, porque sou homem completamente dominado pelo vicio, sou arrastado não só pelas lábias dos parceiros como pelo atraente tilintar das fichas espalhadas e nervosamente remexidas, sobre o indefectível pano verde. Prezo aos deuses que novamente apareça em

Coritiba um chefe de policia, como o dr. Felinto Teixeira, que era um arbitrario, um prepotente, mas que ia saneando a nossa sociedade do cancro moral que ora se alastra de modo assustador...<sup>144</sup>

A humanidade esta sendo ameaçada pelo alcool, fumo e outros elementos que estão contribuindo para o seu enfraquecimento physico, intelectual, moral e social. É, pois, urgente, o brado de – alerta – contra os agentes que tanto mal estão causando. Coube-vos tão bela iniciativa aqui em Coritiba, e todos aqueles que desejarem sinceramente o engrandecimento de nossa querida patria e a sua supremacia, de modo a torna-la capaz de dirigir os destinos da humanidade, devem tomar o compromisso de abster-se d’ora em diante, não só das bebidas alcoolicas, fumo, jogos de azar como de tudo o que possa contribuir para o contaminação de nosso ser. Sejam temperantes em bem de nossa família, da nossa patria e da humanidade; pois na luta pelo triunfo do bem, a supremacia caberá a nação mais temperante, que será a mais forte, a que melhor saberá dominar-se e dirigir-se.<sup>145</sup>

Por detrás de outras reclamações que denunciavam o jogo como um *cancro moral*, estava o sonho de tornar o pobre um trabalhador produtivo. Seria através do desenvolvimento de indústrias que Curitiba se destacaria no cenário nacional e, por sua vez, o próprio país entraria no rol dos países *superiores*, isto é, industrializados. Porém, antes seria preciso *dominar e dirigir* uma população pobre que insistia em viver na área central, torná-la útil ao trabalho e produtividade nas fábricas, nos engenhos de mate, nas barricarias etc, torná-la obediente para aceitar longas jornadas de trabalho e baixos salários.

Para isso era necessária a disciplina no trabalho e sobre o próprio corpo. As preocupações com a produtividade implicam também a disciplina sobre o tempo, e esse passa a ser racionalizado e controlado para ser utilizado e aproveitado ao máximo. Como destaca THOMPSON, *na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente “passe o tempo”*.<sup>146</sup>

Assim, o fumo em excesso podia ocasionar sérias doenças pulmonares, além de o ato de fumar durante o expediente distrair a atenção do operário de suas obrigações, ocasionando danos materiais e humanos, acidentes ou mesmo diminuindo o ritmo de produção. O consumo de bebidas alcóolicas representava o mesmo problema, tanto dentro quanto fora do serviço. Os inúmeros tipos de jogos representavam a negação completa do trabalho. O indivíduo que jogava não se submetia às regulamentações do tempo, aos baixos salários e ordens patronais.

Contudo, a disciplina sobre o corpo deveria extrapolar os limites da fábrica para se projetar sobre o dia-a-dia do trabalhador. Não bastava que o operário suprimisse o uso das bebidas apenas no horário do serviço, mas que de fato ele não o fizesse fora desse ambiente, quando estava nas ruas ou em sua casa. As descrições presentes na imprensa sobre os botequins

<sup>144</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 10/06/1913. p. 04. Sem grifos no original.

<sup>145</sup> Diário da Tarde. *Desabafos do povo*: 16/10/1915. p. 02.

<sup>146</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 298.

e pensões baratas, bem como dos indivíduos que os freqüentavam, geralmente buscavam apontar uma sociabilidade extremamente negativa, como brigas, gritarias e violência. Essas descrições pejorativas buscavam exatamente expor o *mau exemplo*, aquilo que não devia ser seguido ou permitido em uma sociedade moderna.

Dessa forma, os indivíduos que obedeciam às regras e à disciplina, que cumpriam os horários, isto é, utilizavam o tempo para produzir, não faltavam ao trabalho, recebiam benefícios do patrão e eram vistos pela sociedade como indivíduos com *honra* e de *sã moral*.

Na verdade tudo o que comprometesse a saúde, a produtividade e a ordem social era condenado. Jogos de azar, álcool e fumo eram atividades e práticas vistas como perniciosas, porque podiam desviar a atenção das atividades e esgotar a força e a disposição para o trabalho ou mesmo torná-lo imprestável. O temor era que tais exemplos contaminassem a sociedade, prejudicando todo o desenvolvimento do país que lutava para firmar-se como nação industrializada.

Recrimina-se aquele indivíduo trabalhador que desperdiça seu salário, sua energia e seu tempo nos *antros do vício*, seja bebendo, fumando, jogando ou se relacionando com meretrizes. Recrimina-se igualmente o indivíduo *vagabundo*, que gasta seu tempo com tais práticas, razão vista inclusive como causa de sua própria miséria. Seria através da disciplina e do controle sobre a população pobre que o país chegaria ao almejado *progresso* e à *civilização*:

Entendendo o Progresso como sinônimo de Civilização, e o trabalho e a manutenção da ordem social como as bases para se chegar ao próprio Progresso, o controle sobre a população e a vigilância sobre os comportamentos (principalmente sobre os comportamentos desviantes da concepção de ordem e sociedade), bem como as práticas de disciplinarização que visam a formação de um indivíduo adequado a este modelo de sociedade, se fazem imprescindíveis.<sup>147</sup>

Em contrapartida, aqueles que se serviam nos cafés e restaurantes chiques, como o *Grand Café de Júlio Manfredini*, onde também eram consumidos bebidas alcóolicas e fumo, não recebiam igual tratamento.

O mesmo pode ser notado em relação às casas de jogos, que apesar de serem condenadas de forma unânime pelos reclamantes, havia uma nítida diferença no tratamento aos jogadores dependendo da posição social de cada um. O jogador rico era descrito como mau exemplo à sociedade enquanto que o jogador pobre era apontado como *vadio* ou *vagabundo*. O

---

<sup>147</sup> KARVAT, E. C. *Discursos e práticas de controle: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem (Curitiba: 1890-1933)*. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR. p. 100.

primeiro era apontado quase como uma vítima, enquanto o segundo era tratado como *criminoso*.

A preocupação em garantir o controle e a inserção do indivíduo na nova ordem pode ser notada na atuação das autoridades policiais. As estatísticas presentes nos Relatórios Policiais entre 1895 a 1922, indicam que as prisões efetuadas por motivo de contravenções ou averiguação foram numericamente superiores às prisões por crime. Portanto, isto leva à conclusão de que a maior preocupação da polícia era com as práticas e indivíduos opostos à ordem pública.<sup>148</sup>

A construção da *cidade moderna* implicava representações imaginárias sobre os seus cidadãos. Assim é que a imagem do cidadão trabalhador, educado, bem vestido e produtivo deveria sobrepor-se à imagem do indivíduo *vagabundo*, *ocioso*, bêbado, *deselegante* e *bárbaro*. Essas representações também incidiam sobre a mulher. O modelo burguês desejável era a mulher frágil, ingênua, elegante, devotada aos filhos e aos cuidados domésticos, que deveria prevalecer sobre a figura da prostituta, rebelde e desvinculada dos compromissos familiares e maternos.

### **A insegurança dos cidadãos**

A insegurança fazia parte do cotidiano da cidade. O descaso dos policiais, as casas de prostituição, os botequins onde se vendia álcool, os indivíduos *vagabundos* aparecem constantemente nas reclamações.\*

Os botequins e bordéis representavam um problema para a vizinhança, tanto pela venda descontrolada do álcool, pelos jogos ilegais, quanto e principalmente por reunir indivíduos *desocupados*. Os *desordeiros e desocupados*<sup>149</sup> não se reuniam exclusivamente nesses locais, andavam por várias ruas da cidade promovendo atos de violência. Pessoas eram assaltadas e agredidas; casas e estabelecimentos comerciais eram atingidos por projéteis de armas de fogo.

Em muitas das reclamações os queixosos alegavam que botequins, prostíbulos e as *maltas de desocupados* mais do que colocar em risco a integridade física e moral, estavam praticando *desregramentos e desordens*, isto é, desrespeitando normas e princípios morais. Isto

<sup>148</sup> DE BONI, *O espetáculo...* 1998. p. 77-78.

\* Reclamações sobre insegurança totalizam 53 queixas, representando 9,69%.

<sup>149</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 08/12/1911. p. 02.

é bastante evidente quando foram feitas referências às prostitutas e aos jogadores, que ao invés de estarem trabalhando viviam de práticas tidas como *ilegais*.

O perigo não vinha apenas da ralé, mas da irresponsabilidade daquele vizinho menos *suspeito*. Em 1911 na Rua Marechal Deodoro alguém estava atirando nos corvos. O atirador era descrito como *um cavalheiro que com certeza na encarnação anterior foi carniça, tal a aversão que vota aos corvos*.<sup>150</sup> Sarcasmo à parte, tal prática, além de espalhar animais mortos nos quintais e telhados, expunha a vizinhança ao risco de uma bala perdida.

Para resolver esses problemas e ameaças exigia-se a ação policial. Mas, apelar para essas autoridades tornava-se muitas vezes complicado. Inúmeras queixas denunciavam o envolvimento de policiais, guardas civis e soldados do exército em badernas, agressões, assaltos, descaso, falta de atenção e disciplina, convivência com o *crime* e abuso de autoridade.

Todas as manhãs a banda do Regimento de Segurança deveria tocar a alvorada exatamente às 5 horas em frente ao Palácio do Governo, localizado próximo à estação ferroviária. Entretanto, não era isso que estava ocorrendo. Um reclamante denunciou que no dia 13 de maio encontrou a banda do Regimento de Segurança iniciando tal atividade apenas às seis e meia da manhã. Além do atraso, as músicas foram tocadas de maneira errada, pois a banda *começou a tocar um dobrado e chegando à metade, parou. Em seguida uma valsa, que nem chegou ao trio; depois uma mazarca tocada pela metade dos muzicos, [e] a outra metade estava conversando e fumando*. Acabada a atividade, os músicos saíram de maneira dispersa e fazendo *um algazarra danada*.<sup>151</sup>

A falta de disciplina da banda era notada em outras ocasiões. Certa noite, ao retornar de uma apresentação, seus músicos passaram pela Rua Marechal Floriano de tal forma que os moradores achavam que se tratava de *um bando de italianos desordeiros*.<sup>152</sup> Além das gritarias e risadas, a desorganização da banda era tal que não se via nenhuma formação: enquanto uns apitavam ao longe, outros conversavam nas esquinas. Também no parque de diversões *Colyseu* era comum a banda dispersar-se antes que a música tocada chegasse ao seu fim.

As mais graves reclamações contra a polícia eram aquelas que envolviam agressões e violência. No dia 12 de agosto de 1909, às 11 horas da noite, o Sr. *Eugênio Profillet*, então diretor de cena do *Teatro Colyseu*, foi abordado por dois soldados do exército quando atravessava a esquina da Rua Marechal Floriano com Sete de Setembro. Um dos praças exigiu

---

<sup>150</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 17/01/1911. p. 01.

<sup>151</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 14/05/1909. p. 01.

<sup>152</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 14/05/1909. p. 01.

que *Profillet* entregasse cigarros ou dinheiro. Como ele respondeu que nada possuía, um dos praças desferiu golpe com um cinturão contra a cabeça da vítima. O diretor de teatro apenas conseguiu escapar da situação porque o soldado distraiu-se no momento em que tentava retirar um facão.

Em 1911 quem se atrevesse a andar à noite pela Rua João Negrão e região corria um grande risco de ser assaltado por praças do exército. Um ano mais tarde, o mesmo problema ocorria nas ruas 24 de Maio, Sete de Setembro, Silva Jardim, Iguaçu e Ivahy, onde muitos soldados reuniam-se todo final de tarde para disparar tiros *a torto e a direita alarmando as famílias*.<sup>153</sup>

Em ocasiões em que se esperava uma atitude por parte da polícia, ela não agia. Quando um vendedor de bilhetes de loteria foi atacado por um feroz cachorro na Rua Dr. Muricy, o guarda civil recusou-se a prestar socorro à vítima:

Um sr. morador a rua Dr. Muricy tem um cachorro que leva a morder toda pessoa que transita em frente a sua casa. Hoje ia passando ali, um pobre cego, um que vende bilhetes de loteria e o cachorro projectou-se furiosamente sobre ele. O cego não podia correr e ainda por infelicidade deixou cair a bengala, e o cachorro sempre a morde-lo. O guarda civil que assistiu ao facto pos-se a dar muita risada.<sup>154</sup>

Urinar nas ruas de um *centro moderno* era considerado infração, comportamento não *civilizado*. A modernidade colocava a serviço do homem os mictórios modernos que ajudavam especificamente na manutenção da limpeza e da higiene, além de bondes elétricos, luz, fotografia, cinema e outras novidades. Portanto, aqueles indivíduos que ofereciam resistência aos preceitos higiênicos e que continuavam com o *hábito* de urinar nas ruas deveriam ser levados até a delegacia mais próxima para prestar os devidos esclarecimentos às autoridades encarregadas de manter a *ordem*. Contudo, alguns policiais não estavam cumprindo com suas obrigações, comprometendo a higiene e a imagem da cidade:

Dão-se nesta capital graves abusos que ficam impunes. Assim é que o muro proximo ao “Eden”, de há muito está transferido em mictorio. Não é por falta de mictorios nos cafês: preferem-no. Há poucos dias um conhecido deputado com a maxima “sem cerimoniais” delle se serviu. Advertido pelo guarda n. 61, zangou-se allegando ser doutor e deputado pelo que “cavaria” a exoneração do dito guarda. Recolhido a propria insignificancia, o guarda 61 retirou-se impotente para fazer valer a lei igual para todos.<sup>155</sup>

<sup>153</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 14/12/1912. p. 04.

<sup>154</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 19/06/1912. p. 02.

<sup>155</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 24/06/1914. p. 02.

Um acidente de trânsito ocorrido na Praça Tiradentes era outro exemplo de descaso policial. No dia 14 de outubro de 1913 o Sr. Vicente Goes Rebello, dono de um veículo, conduzia seu automóvel em alta velocidade pela Rua Alegre. Ao aproximar-se de um transeunte, o motorista deveria obrigatoriamente fazer o uso da buzina, a fim de alertá-lo de sua passagem. Como o sinal não foi utilizado, o cidadão Dr. Ulysses Falcão Vieira apenas conseguiu escapar de ser atropelado devido a sua *extrema agilidade*. Para o cidadão que presenciou o acidente, o culpado foi o motorista, pois ele não tinha *carta de chauffer e não tendo portanto exame para exercer tais funções*, entretanto ficava praticando a direção em pleno centro, ao invés de fazê-la fora da área urbana. O guarda civil responsável pela segurança da praça declarou que não havia *prendido o leviano chouffeur por supo- lo collega do dr. Ulysses Vieira*.<sup>156</sup> Entre o descaso ou incompetência do policial, parecia mais um caso de convivência, pois o Sr. Rebello tinha veículo próprio e deveria ser uma pessoa importante, com alto poder aquisitivo.

Mas os acidentes no trânsito envolvendo veículos, carroças, bondes elétricos e pedestres não eram problemas que seriam resolvidos apenas pela atuação policial. Faltava uma legislação de trânsito:

Sr. Redactor, presentemente nesta fase de progresso por que Coritiba atravessa, o povo esta ameaçado devido a furia louca dos automoveis.

É um horror. Os chauffeurs, libertos como estão, visto não estarem sujeitos a regulamento algum, **ao contrário do que acontece nas grandes cidades**, cometem verdadeiras loucuras pelas ruas.<sup>157</sup>

De fato, os automóveis que passaram a circular representavam um perigo para o transeunte. Atravessar uma avenida ou mesmo caminhar pelas calçadas exigia cada vez mais atenção. A cidade até então acostumada com o trânsito de carroças, cavalos e bondes puxados a mula teve de adaptar-se à velocidade. E para muitos cidadãos essa adaptação não foi fácil, pois acidentes figuravam constantemente nas páginas da imprensa local. Mas para o reclamante, a ameaça não estava na figura do automóvel em si. O automóvel era um meio de transporte moderno, que estava presente no cotidiano dos grandes centros industriais. Os calhambeques que circulavam por aqui eram a própria *alegoria* da modernidade que se fazia presente, ocupando aos poucos o lugar do transporte impulsionado pela tração animal. E isso, apesar dos incidentes e desastres que eles causavam, era algo visto como positivo.

<sup>156</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 14/10/1913. p. 01.

<sup>157</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 05/05/1913. p. 05. Sem grifos no original.



Nota-se que a culpa recai quase exclusivamente sobre aquele que dirige, o *chauffeur* e não sobre a *máquina*. Logo, a cidade deveria adaptar-se às *máquinas* que chegavam, e portanto era necessário um controle sobre o trânsito como *acontece nas grandes cidades*. Ora, Paris conseguia abrigar em seu cotidiano veículos velozes, animais, fábricas e milhares de pessoas graças a inúmeras regulamentações, entre as quais estava uma legislação de trânsito necessária ao próprio incremento industrial, que exigia uma forma de circulação eficiente e rápida.

Além das irregularidades no trânsito, as autoridades policiais eram denunciadas por freqüentar locais onde eram praticados jogos ilegais e prostituição. Duas denúncias publicadas em 1913 e 1915 apontavam que policiais, soldados e *vagabundos* eram clientes habituais dos botequins das ruas Silva Jardim e 5 de Maio, locais conhecidos pelas constantes badernas e bebedeiras e pelos *vícios*:

Pedimos a sua intervenção no sentido de ser posto em paradeiro ao abuso, que se da na rua Silva Jardim n. 222. Existe ali um botequim, onde se aglomeram, noite e dia, praças da policia e do exercito, que se entregam ao jogo e a bebida, promovendo algazarra e desordens. Os vizinhos vivem sobressaltados e não podem estar tranquilos com essa inconveniente aglomeração. Providencias.<sup>158</sup>

...venho pedir que reclame, a quem de direitos contra o “zunga” dumas marafonas residentes na rua 5 de Maio, que todas as noites fazem um barulho de mil diabos, com sambas, serenatas, cantarolas imoraes e tiros de revolver, sendo a casa das mesmas um foco de ajuntamento de soldados do exercito, da policia e de paisanos vagabundos. Esse “pessoal” há três dias que não deixa a vizinhança dormir sossegada!<sup>159</sup>

A polícia, a guarda civil e até os soldados do exército tinham importantes funções em uma sociedade moderna: garantir a segurança, a disciplina, a *ordem* e a aplicação das leis. O cidadão que se queixava da atuação das autoridades destaca o papel-chave que a polícia tinha no sentido de garantir a manutenção de um espaço *civilizado*, através da vigilância, das regulamentações e das normatizações. O que o cidadão desejava era, a exemplo do que *acontece nas grandes cidades*, poder transitar livremente pela cidade sem correr o risco de ser atropelado por um automóvel ou bonde, assaltado, incomodado pela presença da ralé, sem deparar-se com o *odor fétido* da urina ou com homens urinando nas esquinas.

Mas em vez de usar os poderes que lhe eram concedidos para garantir a *ordem* de uma *cidade moderna*, a polícia utilizava-os para seu próprio benefício. A lei muitas vezes não era igual para todos. Alguns cidadãos estavam menos sujeitos a punições como um proprietário de veículo ou um deputado.

---

<sup>158</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 08/09/1913.p.01.

<sup>159</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 04/02/1915. p. 02.

## 1.4 – Saneamento

As principais exigências em relação aos serviços de saneamento eram: instalação de uma rede de esgoto, abastecimento de água potável, sanitários públicos, galerias pluviais e cobertura dos rios e córregos que cortavam a cidade.\*

Em 1913 o sistema de água e o de esgoto estava disponível para 2.371 instalações domiciliares.<sup>160</sup> Analisando as estatísticas do referido ano, as quais apontam para Curitiba uma população de 66.300 habitantes<sup>161</sup>, podemos notar as precárias condições sanitárias. Comparando-se o número de domicílios atendidos pela rede (2.371) e o de prédios existentes, estimados em 5.000, podemos constatar que aproximadamente 47,42% das casas compartilhavam do sistema de água e o de esgoto. A grande maioria, 52,58% não tinha água encanada e dependia de um sistema de esgoto que os médicos municipais condenavam:

Ainda hoje a maior parte das casas não tem sequer as suas latrinas com fossas impermeáveis e os habitantes usam o primitivo systema de abrir na terra um grande buraco para reservatório das materias fecaes, falta esta que se torna mais grave quando sabemos que ao lado dessa fossa existe o poço que fornece agua para todos os misteres da casa.

Continuamente somos procurados por pessoas que vêm reclamar que este ou aquelle visinho está incommodando por ter em sua casa latrina d'aquella especie e que transbordando empesta a atmosphaera com uma putrida exhalação.<sup>162</sup>

Como a rede de esgoto era muito restrita, a maioria das casas e prédios acabavam utilizando o sistema de fossas escavadas, o que era energeticamente condenado pelos médicos sanitaristas devido aos riscos de contaminação. Mesmo quando as fossas eram devidamente cavadas, com o tempo de uso ou pela ação das chuvas essas enchiam e transbordavam pelo terreno. Já para a população pobre e mesmo para aqueles que residiam em prédios ou casas sem quintais, restava simplesmente despejar as águas servidas e materiais fecais sobre os quintais vizinhos ou diretamente nas ruas.

Em frente ao portão de entrada do Ginásio e Escola Normal acumulavam-se águas pútridas, provenientes das latrinas da Secretaria de Finanças. Os peixeiros localizados na Rua

---

\* Reclamações sobre o serviço de abastecimento de água totalizam 30 queixas, representando 5,48%; e as reclamações sobre a rede de esgoto totalizam 45 queixas, representando 8,23%.

<sup>160</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pela Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado ao instalar-se a 1ª Sessão da 12ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1913. Curitiba: Typ. do Diario Official, 1913. p. 23.

<sup>161</sup> Directoria do Serviço Sanitario do Paraná; Annuario de Estatistica Demographo-Sanitaria do Municipio de Corityba: anno de 1917. Coritiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1918. p. 05.

<sup>162</sup> RELATORIO apresentado ao Exmo. Snr. C.<sup>el</sup> Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica pelo Dr. José Guilherme de Loyola, Director do Serviço Sanitário do Paraná em 31 de Dezembro de 1909, acompanhado da Estatistica Demographo-Sanitaria da Capital relativamente ao anno de 1909 e do Estado de 1908. Curitiba: Typ. Alfredo Hoffmann, 1910. p. 04.

13 de Maio e próximos ao Passeio Público atiravam nas ruas as águas utilizadas na limpeza dos peixes. Nas casinhas de aluguel localizadas na Rua Silva Jardim nº 164, a latrina utilizada pelos moradores fora construída sobre o solo e não tinha fossa, fazendo com que os materiais fecais ficassem espalhados pelo terreno, produzindo *uma exalação insuportável e constituindo seria ameaça a saúde da vizinhança*.<sup>163</sup>

A *Empresa Paulista de Melhoramentos*, responsável também pelos serviços de limpeza das fossas, era denunciada por ludibriar seus clientes, que pagavam uma taxa de 4\$000 pela limpeza e a empresa tirava *apenas limitadíssima quantidade de materias imundas, iludindo assim aos que solicitam os seus serviços e que passam a ser suas victimas*.<sup>164</sup>

Esgoto despejado nas ruas, rios e córregos poluídos e mal cheirosos, incomodavam o cidadão não apenas pela ameaça à saúde e salubridade, mas pelo fato de constituírem uma ameaça à própria imagem da cidade. O que adiantaria Curitiba dispor de transportes e construções modernas, se esgotos ameaçavam a saúde de sua população? Como uma capital poderia receber o título de expoente do *progresso* se em seu centro corressem esgotos a céu aberto e córregos nessa situação? O que pensariam os viajantes e estrangeiros que chegassem a Curitiba?

Há um problema palpitante que muito merece a esclarecida atenção do exmo. sr. dr. prefeito. Esse problema esta intimamente ligado ao do calçamento, e, mais do que aquele, se relaciona com a hygiene: é a desobstrução e limpeza dos corregos que correm dentro da cidade. Coritiba, que alias ainda não passa de bella aldean, pode ser calçada e vestida com primor, pode ter todos os atractivos: mas não dispensa e nem pode dispensar os cuidados de asseio (enquanto não é possível cobrir) nas fistulas que lhe deformam o rosto e lhe infeccionam o seio – os corregos sujos e fedorentos.<sup>165</sup>

Se a prefeitura não tinha recursos para tampar com cimento armado os córregos fedorentos, que faziam *mal a vista, ao olfato e a salubridade da bella cidade*, bastava um pouco de vontade e uma modesta despesa para mudar ao menos as aparências. A receita era a seguinte: os córregos imundos deveriam ser retificados, alargados com um leve declive, gramados, arborizados e represados em inúmeros pontos para formar interessantes quedas. Assim *as águas actualmente tão repugnantes e de certo muito amargas apareceriam os seus poetas cantando-as em melífluos sonetos*.<sup>166</sup> Se não houvesse solução, que ao menos o rio poluído fosse embelezado, pois assim não afetaria a imagem da cidade.

<sup>163</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 04/05/1910. p. 01.

<sup>164</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 18/05/1909. p. 01.

<sup>165</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 02/04/1913. p. 01.

<sup>166</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 14/04/1913. p. 04.

A falta de sanitários públicos era outro empecilho à higiene e à vida urbana. O cidadão que freqüentava os cinematógrafos e os cafés, ou quando passeava pela urbe, deparava-se com o *odor fétido* da urina e demais *mundícies*, nas esquinas ou em locais próximos aos botequins. Para resolver isso, não bastava apenas a vigilância policial para coibir tal prática. Era necessário importar *mictorios modernos*, os quais eram utilizados nas metrópoles:

Sr. Redactor – Vários cidadãos tem sido observados já pelos guardas civis, ou constrangidos a irem ao posto policial, pelo facto de urinarem em esquinas. Ora, a despeito de haverem sido já há tempos importados mictorios para serem colocados em nossa capital, o sr. prefeito ainda não se dignou de ordenar esse serviço. ... é direito ver-se constrangido a ir por esse facto dar explicações a policia, quando por culpa da nossa prefeitura simplesmente, a cidade se vê carecida de mictorios públicos?<sup>164</sup>

A falta de bueiros e de uma ampla galeria pluvial causava constantes alagamentos e inundações. Os maiores prejuízos ocorriam nas localidades próximas a córregos e rios. A Rua Barão do Serro Azul era constantemente atingida pelas águas do Rio Belém. Em outubro de 1911 a rua ficou interditada em razão do transbordo do rio. A larga avenida, projetada antes mesmo das reformas urbanas, e que deveria facilitar a circulação e o trânsito, ficava transformada em um imenso *mar de lama*, impedindo o transeunte de atravessá-lá.



Enchente do Rio Belém na Rua Barão do Serro Azul em 01 de outubro de 1911.  
Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba  
Coleção: Julia Wanderley – IHGEP

<sup>164</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 21/12/1911. p. 02.

Os poucos bueiros e sarjetas estavam geralmente entupidos. Em 1911 na Rua Ermelino de Leão ocorria *um caso interessantíssimo: as águas pluviais derramam-se e fluem pelo leito da rua, deixando em paz os boeios existentes aos lados*.<sup>168</sup> No Largo do Rosário o bueiro entupido há mais de dois meses permitiu o acúmulo de águas servidas e lama pútrida. No trecho da Marechal Deodoro, entre as ruas 1º de Março e Marechal Floriano, o mesmo problema atingia, principalmente, as casas que estavam abaixo do nível da rua. Tal situação perdurou no mínimo por um ano, pois em 1912 um cidadão que passava pelo local reclamou que não podia *deixar de levar o lenço ao nariz, taes as emanações putridas exaladas da sarjeta do lado esquerdo*.<sup>169</sup>

No que se refere ao abastecimento de água, Curitiba enfrentava sérios problemas. O próprio governo do Estado reconhecia a precária situação do serviço oferecido pela *Empresa Paulista de Melhoramentos*, tanto é que em seu relatório destaca que os serviços da aludida empresa deixavam *muito a desejar*.<sup>170</sup> As reclamações sobre o serviço de abastecimento apontavam inúmeras deficiências: constantes racionamentos, péssima qualidade da água e descaso com o público. Tais problemas, somados ainda aos vazamentos mal consertados, defeitos nos encanamentos e a falta de um reservatório adequado comprometiam a saúde da população e a credibilidade da empresa responsável pelo serviço.

As regiões mais elevadas, como o Alto do São Francisco, eram as mais atingidas pelo racionamento:

Desde as 7 horas da noite de sabado, ultimo dia do ano, os moradores das ruas Cruzeiro e S. Francisco tem sido privados do fornecimento dagua da serra. Sendo essas ruas situadas em pontos elevados, a diminuição do registro de abastecimento prejudica enormemente os moradores desses lugares, os quais até hoje ainda, não veem um filete de agua siquer correr pelos canos de suas custosas instalações. Facil avaliar-se o inconveniente dos water-closets sem as descargas necessarias para a higiene domiciliar. Belo presente de Anno Bom que a Empresa de Saneamento lembrou-se de oferecer aso moradores...<sup>171</sup>

A incidência das reclamações, apontando o local e a data, indica que a falta de água chegava a perdurar por mais de duas semanas e atingia também outras regiões da cidade, como as ruas Silva Jardim, 24 de Maio e Praça da República, entre outras.<sup>172</sup> Na falta de uma extensa

<sup>168</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 21/09/1911. p. 01.

<sup>169</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 12/10/1912. p. 01.

<sup>170</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pela Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado ao instalar-se a 1ª Sessão da 12ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1913. Curitiba: Typ. do Diario Official, 1913. p. 23.

<sup>171</sup> Diário da Tarde. *Reclamações: falta d'agua da serra*. 02/01/1911. p. 02.

<sup>172</sup> A mesma reclamação apontando a falta de água na Rua Cruzeiro em 02 de janeiro de 1911 aparece novamente 26 dias depois, no dia 28 de janeiro de 1911, enfatizando a continuidade do problema.

rede de abastecimento, muitos acabavam utilizando as águas poluídas dos rios Ivo e Belém para banho e lavagem de roupa. Outra opção para a população eram os chafarizes. Mas nem sempre havia água nesses bebedouros, pois uma simples estiagem de quinze dias já era suficiente para que *as cisternas, as fontes, os poucos chafarizes existentes, não forneçam mais água*.<sup>173</sup>

Além das causas naturais que ameaçavam a regularidade da água nos chafarizes, a população usuária enfrentava ainda o descaso da *Empresa Paulista de Melhoramentos*. Na Praça da República, por exemplo, a empresa fechou a vertente da água nos primeiros meses de 1912 sem prestar nenhum esclarecimento aos moradores locais, que não tinham sistema de água encanada em suas residências. Provavelmente, a empresa tentava dessa maneira forçar os moradores a comprarem seus materiais para fazerem a instalação do encanamento.

Mas aqueles que estavam construindo casas e prédios e que desejassem instalar a rede de água em suas residências enfrentavam outro problema: a empresa muitas vezes não tinha tubulações e demais equipamentos para esse fim. Os proprietários, por sua vez, se viam bastante prejudicados, pois tinham de interromper suas construções.<sup>174</sup>

A instalação de um sistema para água em uma residência ou prédio não garantia o essencial, que era a sua qualidade. Sem uma limpeza adequada no reservatório e com tubulações antigas e deterioradas, a água da serra chegava até as residências com um cheiro terrível, com barro, com folhas, com detritos e até com restos de animais em decomposição.

Outro ponto muito questionado era a taxa de água. Os moradores da parte elevada da cidade, que estavam privados da água a maior parte do tempo, acabavam pagando valor igual aos de localidades que recebiam água regularmente. O problema poderia ser resolvido se a prefeitura exigisse que a empresa instalasse hidrômetros em cada casa. Assim, de maneira racional e justa, cada consumidor pagaria apenas aquilo que gastasse.

Outros cidadãos não se limitavam a denunciar o problema da falta de água e tinham propostas mais radicais. Antes, porém, eles apresentavam sua justificativa moral: eles pagaram por *custosas instalações* residenciais e não tinham água; pagavam a taxa de abastecimento e a água não lhes era fornecida. Depois de todas essas despesas ainda precisavam gastar mais para comprar o precioso líquido dos pipeiros. Diante dessa situação de exploração e ilegitimidade da empresa, era então feita a ameaça:

Os moradores da rua Cruzeiro, Portugal e adjacencias, pedem providencias energicas, para terem agua em suas casas...

<sup>173</sup> REIS, Jayme Dormund dos. *Das principaes endemias e epidemias de Curityba*. Rio de Janeiro: Typ. Ribeiro, Macedo & Cia, 1898. p. 04.

<sup>174</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 17/03/1911. p. 02.

Pagamos em dia a empresa, no entanto ela falta com seus deveres, e temos que comprar água em barris para os misteres domesticos.  
Quem é pobre e faz sacrifícios para pagar a empresa da água que não cumpre seus deveres, **lembre-se de empregar a dynamite, como solução final**. Pedimos providencias. – As vítimas.<sup>175</sup>

Provavelmente o termo *dynamite* fora usado mais por ênfase. A queixa em si não questiona a concessão da referida empresa em estar explorando esse tipo de serviço, mas o objetivo dos queixosos estava em lembrar as obrigações que a *Empresa Paulista de Melhoramentos* tinha para com o cidadão, que pagava em dia as taxas de água, mas não podia usufruir de seus benefícios.

Como destaca THOMPSON ao analisar as relações entre camponeses ingleses e *gentry* em meados do século XVIII, *a carta anônima de ameaça é uma forma característica de protesto social em qualquer sociedade que tenha atingido um certo limiar de alfabetização*<sup>176</sup>; sendo seu objetivo não apenas *produzir medo e ansiedade*, mas lembrar aos magistrados e prefeitos *seus deveres* para com a comunidade, *forçá-los a praticar a caridade em tempos de escassez*.<sup>177</sup>

### Limpeza pública

Curitiba carecia de um sistema eficiente e adequado de limpeza, cuja inexistência comprometia sua salubridade e higiene.\* Para os reclamantes a responsabilidade de tal serviço era exclusivamente da administração municipal, que recebia os impostos dos cidadãos e portanto deveria *se haver com o publico a cada passo atendendo à multiplicidade de assuntos que lhe compete tratar*<sup>178</sup>. O prefeito João Antônio Xavier (1909-1912) era acusado *de acabar a sua gestão fazendo uma apologia a imundície*<sup>179</sup>, tal o estado lastimável da cidade.

Nas ruas Sete de Setembro, Garibaldi, Aquidaban, Marechal Floriano, Visconde de Nacar, Boulevard General Carneiro e fins da Rua 15 de Novembro, os carrinhos de lixo deixavam *correr semanas inteiras para... um dia dar o ar de sua graça*.<sup>180</sup> Sem ser recolhido, o lixo acumulava e trazia sérias conseqüências à saúde e à higiene, principalmente nos dias quentes. Os moradores eram obrigados a guardá-los em seus quintais e mesmo dentro de suas

<sup>175</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 26/03/1913. p. 04. Sem grifos no original.

<sup>176</sup> THOMPSON, E. P. *Tradicion, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989. p. 173.

<sup>177</sup> THOMPSON, *Costumes em comum*...1998. p. 65.

\* Reclamações sobre limpeza pública totalizam 67 queixas, representando 12,25%.

<sup>178</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 24/06/1909. p. 01.

<sup>179</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 15/08/1912. p. 01.

<sup>180</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 24/06/1909. p. 01.

casas, pois se deixados expostos na rua eram revirados por cachorros ou atirados no meio da via pública pelos *vândalos*. Em 1912 reclamava-se que na Rua Marechal Floriano os caixotes de lixo estavam localizados bem em frente à Casa de Saúde, e quem passava pelo local tinha de *voltar o rosto e levar o lenço ao nariz*.<sup>181</sup> No alto da Marechal Deodoro, um cavalo morto em avançado estado de putrefação ficou exposto por vários dias, atraindo inúmeros cachorros vagabundos.

Outras acusações recaíam sobre os funcionários da limpeza. Eles não tinham horário nem data fixa para realizar tal serviço. Segundo os moradores de diversas ruas, os lixeiros, quando resolviam passar, não recolhiam todos os caixotes de lixo, argumentando que *os burrinhos estão magros e não podem puxar peso*.<sup>182</sup> Em outras ocasiões eles usavam *até o estratagema de abafar a campainha do carro para não despertarem a atenção dos vizinhos*.<sup>183</sup> Nas ocasiões em que os moradores reclamavam, os lixeiros respondiam com insolência e grosserias.

Fosse pela falta de local adequado para depositar o lixo ou pelo descaso das autoridades, o fato é que os detritos recolhidos pelas carrocinhas da prefeitura estavam sendo despejados na esquina das ruas Vicente Machado com Visconde de Nacar, e também no final da Rua 15 de Novembro. Na Praça Tiradentes os restos de latas, de papéis e demais imundícies estavam sendo colocados diretamente nos canteiros como adubo:

Hoje estavam os operários espalhando aquilo e o vento conduzia em nuvem a poeira fina e fetida encomodando os transeuntes e moradores.

É mesmo de se pasmar que quando se devia procurar terra limpa de campo ou matta e estrume sadio se empregue em um serviço no coração da cidade lixo das ruas.

Mas não é de admirar, pois que há tempos andaram aterrando a rua Racticliff, próximo a Escola Oliveira Bello, com o despejo das carroças da limpeza publica.<sup>184</sup>

O serviço de varredura das ruas também deixava muito a desejar. Denúncias enfatizaram que os varredores da Rua 15 estavam retirando apenas o *cisco mais grosso* e, em vez de recolherem a sujeira, deixavam-na amontoada em pequenos montes por vários dias, comprometendo a própria imagem da cidade. As famílias e visitantes que aos domingos costumavam passear pela principal rua da urbe questionavam espantadas: *em Coritiba não se tira o lixo das ruas, nem mesmo da principal?*<sup>185</sup>

<sup>181</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 25/06/1912. p. 02.

<sup>182</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 27/06/1912. p. 01.

<sup>183</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 24/02/1912. p. 01.

<sup>184</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 20/02/1912. p. 02.

<sup>185</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 25/03/1912. p. 01.



Para os queixosos a falta de regulamentos sobre limpeza pública permitia que qualquer pessoa ou estabelecimento atirasse detritos em logradouros públicos. Era fato comum que botequins e casas de frutas, como os localizadas na Rua 15 de Novembro e na Avenida Luís Xavier, despejavam cascas de banana e laranja nas sarjetas e calçadas, constituindo um perigo para os pedestres que passavam pelo local.

Em locais mais distantes, como no Bairro Ahu, os moradores reclamavam que o lixo estava sendo enviado, indiscriminadamente, para aquela região, e muitos donos de chácara compravam-no para utilizá-lo como adubo. As sujeiras eram, simplesmente, espalhadas a céu aberto nas lavouras, prejudicando os moradores vizinhos das chácaras. Aquelas matérias repugnantes, produzidas pela sociedade, estavam sendo utilizadas como adubo na produção de alimentos, que mais tarde seriam consumidos por essa mesma sociedade.

Tinha-se a terrível impressão de que a população estava consumindo o próprio lixo, o que colocava Curitiba à beira de uma epidemia ou peste, devido ao risco de contaminação dos alimentos produzidos no campo. Porém, o cidadão sintonizado nas discussões e inovações científicas apontava a solução:

Ilustre Sr. redactor: ...É de chamar a atenção da Prefeitura para o seguinte: o lixo das casas dessa cidade, como v.s. sabe, são conduzidos todos os dias, para estas paragens e espalhados pelas chácaras dos moradores... pois segundo opinião dos competentes é um estrume excelente. Deve s.s. pensar, como é inconveniente semelhante medida, não só por ser anti-hygienica como por formar um viveiro de moscas e espalham-se, em nuvens, como de gafanhotos por todas as casas da circunscrição, onde esta elle depositado abrangendo um raio superior a 100 metros, tornando-se impossível suportar tão nojenta imundicie, pois fica-se até tolhido de comer e beber qualquer cousa. Peço a v.s. chamar a atenção da Municipalidade a ver si é possível remover de outro modo este obstaculo **sendo certo que o melhor alvitre será a inciniação (sic) [incineração]**...<sup>186</sup>

A solução para resolver definitivamente o problema do lixo estaria na instalação de um forno de incineração. Utilizado em muitos países europeus, o sistema de incineração seria o método técnico-científico mais avançado naquele momento para tratamento do lixo que se acumulava nas grandes metrópoles, com a admirável capacidade de transformar os incômodos detritos produzidos pela sociedade em cinzas, que poderiam ser utilizadas como adubo na agricultura.

---

<sup>186</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 13/09/1913. p. 03. Sem grifos no original.

### Animais indesejáveis

As regulamentações de um centro civilizado recaíam também sobre a criação e a manutenção de animais, cuja presença era incompatível com uma capital que se modernizava. As razões eram de ordem higiênica, econômica, segurança e estética.\*

Os cachorros vadios ou aqueles mantidos junto aos estabelecimentos comerciais para fazer a guarda representavam uma ameaça constante aos transeuntes, e mesmo quando presos eles não deixavam de causar pânico, pois atiravam-se contra as grades e emitiam ferozes latidos:

Existe na rua Jose Bonifacio n.11 um acougue, que tem dois caes... Hontem, as 22 horas, passavam por aquele local três rapazes empregados do comércio, quando sem esperar, foram atacados pelos ferozes animais, e só conseguiram escapar porque apelaram para as armas do veado, e deitaram a correr deixando guarda chuva e capas de borracha no meio da rua. Chamamos a atenção de quem de direito para que não se reproduzam factos de igual natureza.<sup>187</sup>

Para uma matilha de cães bravos que infestam a rua Silva Jardim e outras além, chama-se a atenção dos srs. fiscaes da municipalidade visto ser agora tempo de cães hydrophobos.<sup>188</sup>

Fatos semelhantes foram denunciados nas ruas José Bonifácio, Silva Jardim, São José, Sete de Setembro, Dr. Pedrosa, Travessa Aquidabam e Beco Marumby. Os cidadãos simplesmente não podiam transitar livremente pelas ruas e isso era inaceitável em um *centro moderno*, onde a rua configurava-se como espaço vital. Nela estava o café, o restaurante, a loja; por ela se passeia para contemplar a urbe, chega-se ao cinema e ao trabalho; nela vendem-se bilhetes, jornais, doces e sorvetes. Logo, a rua deve ser livre de barreiras, lixo, lama e animais agressivos. De acordo com as posturas, apenas poderiam permanecer na área central aqueles cães cujos proprietários obtivessem licença da Câmara Municipal. Deveriam ser mansos e, obrigatoriamente, portar uma coleira com o número da matrícula.

A criação de animais era muito comum em residências e chácaras localizadas próximas ao centro, fato condenado por motivos higiênicos e danos materiais que ocasionavam.

As cabras eram encontradas com frequência nas ruas Santa Matilde, Cabral, Operários, Colombo, Carlos de Carvalho, Comendador Araújo e na Praça Osório. Elas causavam terríveis prejuízos porque destruíam hortas, jardins e pomares:

---

\* Reclamações sobre a presença de animais totalizam 39 queixas, representando 7,13%.

<sup>187</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 06/01/1914. p. 01.

<sup>188</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 29/03/1912. p. 02.

Diversos moradores da rua Commendador Araujo chama a atenção dos fiscaes da camara para o abuso de andarem soltos, por aquelas alturas, uma porção de animais. Reina entre elles indignação contra esse facto porque os animais, invadindo jardins e quintais causam danos.<sup>189</sup>

Quem passar pela rua Cabral, Colombo e Alto do São Francisco, verá uma enorme quantidade de cabras que são verdadeiros “terrores” dos pobres moradores daquelas adjacencias, pois, esses animais, a nada respeitam: hortas, jardins, pomares, tudo é levado de fio a pavio. E os fiscaes? São mythos...<sup>190</sup>

Estábulos, galinheiros e chiqueiros, por sua vez, eram vistos como potenciais focos transmissores de doenças. Provêm daí os pavores de sua localização nas ruas centrais, como Garibaldi, Iguaçu, Misericórdia, Silva Jardim e Praça Senador Correia, instalados ao lado de colégios, mercados, hospitais e residências:

Diversos moradores da rua Silva Jardim veem recorrer, a bem da higiene publica, ao impoluto Diario da Tarde, sempre prompto a pugnar pelos interesses da nossa bela capital e solicitar... a atenção do sr. fiscal de posturas municipais para um estabulo (tendo mais de 5 vacas) estabelecido clandestinamente, em plena rua ...entre Lamenha Lins e Brigadeiro Franco, cuja emanção pestilenta traz as narinas dos transeuntes e moradores proximos em constante sobressalto e os mosquitos sempre em festa, pois o seu proprietario não remove o estrume. Ora, sr. redactor, isto não é serio numa capital como a nossa...<sup>191</sup>

Os queixosos apoiavam-se no suposto perigo dos miasmas deletérios. Mesmo que esses locais imundos ficassem escondidos da vista pública, atrás de um muro, dentro de uma residência ou chácara, deles emanava uma *fedentina horrível* descrita também como *pestilenta*. Sabe-se que desde o século XVIII o pensamento médico francês formulara a teoria dos fluidos, que concebia o ar e a água como veículos mórbidos, como portadores de emanções pútridas, chamadas também de *miasmas*, as quais seriam transmissoras de doenças em potencial. Porém, essa teoria de que micróbios surgiam de maneira espontânea dos organismos em putrefação passou a ser questionada a partir de 1870, quando as descobertas científicas de Pasteur demonstraram que doenças contagiosas eram transmitidas por *germes infecciosos propagados pelo contato indireto estabelecido entre as pessoas através de objetos*.<sup>192</sup>

Contudo, o discurso pregando a malignidade dos *odores pestilentos* continuou sendo utilizado para estigmatizar e justificar o afastamento daquilo visto como indesejado. Ora, quem geralmente criava animais para garantir o próprio sustento era a população pobre. Logo, o discurso foi mantido para justificar a expulsão dessa população da área central.

<sup>189</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 27/10/1911. p. 02.

<sup>190</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 20/06/1914. p. 02.

<sup>191</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 11/04/1913. p. 01.

<sup>192</sup> RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 167.

Por outro lado, independente da questão de ser o odor *pestilento* ou não, era enfatizada a impossibilidade de que em uma cidade tais imundícies ficassem isoladas da população. Por mais que uma residência ou estabelecimento comercial fosse limpo, higienizado e que cumprisse à risca todas as recomendações apontadas pelo médico sanitaria, a sua imunidade era quebrada pela entrada ou contato com um organismo ou ser vivo como ratos, baratas, moscas e mosquitos contaminados através das sujeiras.

A clandestinidade desses estábulos constituía outro fator agravante e que deixava a população seriamente preocupada. Se eram clandestinos significava que neles nenhum preceito higiênico vigorava, e a literatura médica da época fazia exigências sobre inúmeros aspectos da produção do leite.

Além de todos os cuidados da higiene, havia a preocupação com a alimentação e com a vacinação dos animais. As estrebarias deveriam ficar afastadas de casas ou de locais com aglomerações humanas. O local deveria ser calçado ou assoalhado, dispondo ainda de um sistema de calhas para facilitar a limpeza. Os criadores eram obrigados a fazer a retirada diária do estrume e retraço a fim de impedir seu apodrecimento. Pessoas doentes não poderiam fazer a ordenha; as vacas com quarenta dias de prenhez e nos primeiros quinze dias de parto deveriam ser poupadas; os utensílios destinados à armazenagem do leite seriam utilizados apenas para esse fim, devidamente higienizados, e não podiam ser de chumbo, cobre ou zinco.

Para garantir a qualidade do leite seria necessário transportá-lo separadamente de outros produtos e vendido em locais arejados, limpos, higienizados e específicos, pois *cada coisa devia estar no seu lugar para a garantia da modernidade da cidade*. Por fim, a conservação do leite deveria ser feita com o auxílio dos médicos sanitaria, que conheciam os diversos processos como ebulição, pasteurização e esterilização.<sup>193</sup>

Sem esses cuidados acreditava-se que o leite e vários outros produtos chegariam ao mercado com qualidade inferior e com o risco de estarem contaminados devido à falta de asseio dos criadores, o que colocaria em risco a saúde dos consumidores e da própria população.

---

<sup>193</sup> GANZ, Ana Maria; GANZ, Ângela Lúcia. *A “Questão do Leite” em Curitiba: o saber preventivo e a resistência cotidiana (1890-1920)*. In: Boletim do Departamento de História da UFPR, Série Monografias, nº 01, Imprensa Universitária, 1989.

### 1.5 – Gestão higiênica da cidade moderna

Os médicos sanitaristas tinham papel importante no gerenciamento higiênico de uma cidade moderna. Como se pode notar, no decorrer das reclamações a higiene foi mencionada como fator importante em inúmeras situações.

A atuação dos médicos sanitaristas passou a ser cada vez mais solicitada no sentido de estudar e analisar as moléstias, na detecção de suas causas e na implementação de medidas que visassem desodorizar, purificar e higienizar as cidades.\* Pelos seus apontamentos, é possível inferir suas preocupações em esmiuçar a cidade e a vida de seus habitantes em todas as suas instâncias e espaços destinados à moradia, ao trabalho e ao lazer. Existe a idéia de que a manutenção da salubridade urbana depende de cuidados individuais e coletivos. Um corpo ou espaço doente poderia ser uma ameaça em potencial à sociedade.

Em relação ao papel dos médicos sanitaristas na cidade, RAGO destaca que

Os médicos higienistas, portanto, percebem-se como as autoridades necessárias e competentes para vistoriar minuciosamente a habitação e os bairros populares, incentivando o asseio e impondo autoritariamente a execução de medidas higiênicas. O controle global da população pobre da cidade, seja nos lugares públicos, seja nos espaço doméstico, por parte destes especialistas se funda na crença generalizada de que a “casa imunda”, o cortiço... constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta. E o mal deve ser extirpado pela raiz.<sup>194</sup>

Mas o serviço médico sanitarista de Curitiba mostrava-se extremamente fraco e despreparado para exercer a fiscalização nas mais variadas situações cotidianas, desde os estabelecimentos que vendiam gêneros alimentícios e as habitações coletivas até nos casos das doenças consideradas contagiosas. Em 1902, a prefeitura *desesperada com a falta de recursos para combater a ameaça da peste bubônica, passa a comprar ratos a 200 réis cada, aumentando mais ainda o perigo da transmissão, fato que gerou denúncia na imprensa.*<sup>195</sup>

Todavia, várias doenças visitavam a capital, fazendo inúmeras vítimas. De acordo com o Relatório Sanitário de Curitiba de 1910, a escarlatina, *varicella*, *croup* e a tuberculose, mesmo sem apresentar caráter epidêmico, não deixavam de causar preocupações aos médicos e à população.

O medo das doenças e do contágio alarmava não só autoridades médicas como Jayme Reis, mas também muitos cidadãos. O discurso médico generalizou-se. O cidadão passou a

---

\* Reclamações sobre a fiscalização dos médicos sanitaristas totalizam 16 queixas, representando 2,93%.

<sup>194</sup> RAGO, *Do cabaré ao lar...* 1985. p. 164.

<sup>195</sup> RIBEIRO, Luiz Carlos. *Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920)*. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado em História) - USP. p. 44.

descrever minuciosamente e apontar hábitos tidos como *anti-higiênicos*, os perigos das aglomerações, germes, moléstias, contágios, odores, a necessidade de isolamento dos doentes, o medo da peste e a necessidade de uma autoridade forte para impor regras de higiene:

...a epidemia de escarlatina não esta extinta. Existem muitas casas na Agua Verde que se mandares verificar o facto tereis confirmação. O perigo, entretanto, de novamente propagar-se na cidade esse mal esta na circunstancia de virem diariamente creanças d'aquelle arrabalde e... casas infectadas a escola dos Padres Franciscanos, na Praça da República, frequentada por meninos de todos os cantos da capital. Esse facto, certamente ignorado pela autoridade sanitária, merece atenção...<sup>196</sup>

A rua do Riachuelo esta alarmada com um facto para o qual, por intermedio do popular Diario, chama-se a atenção da directoria de Hygiene e vem a ser: na dita rua, próxima a casa Porcellana, veio residir um morphetico, chegado de S. Paulo, **parecendo que devem morar retiradas as pessoas que tem a infelicidade de sofrer de molestias contagiosas.**<sup>197</sup>

Hontem, quando a noite, fui beber uma chicara de café num estabelecimento da Rua 15, notei que o assucareiro continha muitas bolas amareladas.... Sr. Redactor, um temor e uma repugnância me dominaram: temor porque na assucar desse jaez deve conter germens deletérios; uma repugnância porque me lembrei de que **bocas mal tratadas, nada asseadas e doentias** não caíram as gotas que emboloram o tal nojento assucar! Não haverá quem estude essa questão e force os proprietários a adoptarem umas certas medidas hygienicas?<sup>198</sup>

Os casos de escarlatina que surgiram na *Escola Franciscana* colocava em risco a saúde de toda a população. Como era um local em que se aglomeravam indivíduos, um único corpo portador de doença poderia contaminar vários alunos, e esses, por sua vez, contaminariam suas respectivas famílias. O quadro assustador estava pintado pelos reclamantes. A doença até então confinada a um bairro específico, e portanto mais fácil de ser combatida, propagar-se-ia por vários outros pontos da capital, fugindo ao controle das autoridades competentes. No imaginário dos reclamantes a situação era perigosa e exigia medidas extremas: deveria ser decretado o fechamento temporário do colégio ou então os alunos provenientes do Água Verde deveriam ser proibidos de frequentar a instituição. No que se refere propriamente ao caso de proibição dos alunos, nota-se que tal medida deveria prevalecer não somente sobre aqueles que estavam enfermos, mas sobre todos os alunos provenientes do referido bairro. Portanto, para o bem da cidade, esses indivíduos deveriam ser privados da escola e dos contatos com aglomerações humanas.

Uma cidade *moderna* precisava estar precavida contra as ameaças externas, figuradas nos elementos que vinham de fora do país ou de outras localidades. O Dr. Jayme Dormund dos Reis apontava os imigrantes como responsáveis por trazerem moléstias como o *sarampão*, a

<sup>196</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 25/05/1909. p. 01.

<sup>197</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 03/01/1912. p. 02. Sem grifos no original.

<sup>198</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 28/05/1913. p. 04. Sem grifos no original.

escarlatina, a *diphtheria*, a *febre typhica*, a varíola e as *gastro-enterites*. A estratégia médica exigia medidas como: isolamento temporário, desinfecção de roupas e melhoramento higiênico das hospedarias, entre outros fatores necessários para evitar que um corpo externo disseminasse doenças na cidade.

Ao denunciarem a presença de um *morphetico* na vizinhança, apesar de não estarem se referindo a um imigrante, os moradores da Rua Riachuelo destacavam a necessidade de serem adotadas medidas para impedir que indivíduos com moléstias tidas como contagiosas se deslocassem livremente de cidade em cidade. Por isso os queixosos enfatizaram que o *morphetico* não era de Curitiba, mas sim de São Paulo, tendo-se instalado havia pouco tempo na capital paranaense. Quer dizer, pessoas com esse *problema* deveriam *morar retiradas*, isto é, isoladas de qualquer forma de contato com o coletivo, para o bem da saúde pública; e nem mesmo o seu deslocamento para Curitiba deveria ter sido permitido.

Aos olhos do cidadão reclamante, o livre trânsito da população pobre em espaços e ambientes chiques e ricos da urbe curitibana representava *um perigo para a saúde pública*. Em 1913 reclamava-se nas colunas do *Diário da Tarde* das *bocas mal tratadas, nada asseadas e doentias* presentes em um café da Rua 15 de Novembro; isto é, de pessoas miseráveis que também se serviam nesse local.

Em não havendo meios explícitos de expulsar a pobreza do centro de Curitiba ou de evitar que a ralé freqüentasse tais estabelecimentos destinados às pessoas *civilizadas*, que ao menos fossem implantadas algumas medidas higiênicas a fim de evitar ao máximo o contato com essa parcela da população; em nome mais uma vez da saúde pública.

A administração deveria intervir de forma urgente, pois era ela a responsável pela saúde da cidade e pela licença concedida aos estabelecimentos. As reclamações também vinham dos próprios médicos sanitaristas, que enfatizavam as dificuldades de se fazer uma fiscalização adequada com um número pequeno de agentes sanitaristas. De acordo com o regulamento deveria existir oito *desinfectores*, porém apenas figurava um no orçamento de despesas anuais.<sup>199</sup> Com uma pequena equipe, eles pouco podiam fazer quando os moradores e comerciantes recusavam-se a colaborar com as vistorias e inspeções higiênicas:

---

<sup>199</sup> RELATORIO apresentado ao Exmo. Snr. C.<sup>el</sup> Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica pelo Dr. José Guilherme de Loyola, Director do Serviço Sanitário do Paraná em 31 de Dezembro de 1909, acompanhado da Estatística Demographo-Sanitaria da Capital relativamente ao anno de 1909 e do Estado de 1908. Curityba: Typ. Alfredo Hoffmann, 1910. p. 04.

Dahi a impossibilidade de um só medico poder attender a todas as exigencias de hygiene da cidade, impossibilidade que se torna radical sem a existencia de um corpo de agentes sanitarios a quem o hygienista possa confiar a pratica rigorosa das medidas que entender necessarias.

O principio basico da hygiene moderna é – prever a fim de prover. Mas para prever o hygienista tem que fazer um estudo completo do campo onde se desenvolver a sua acção, tem que andar de rua em rua, de casa em casa, empenhado no embate continuo de mil obstaculos creados pela ignorancia.

Se há despotismo necessário é, sem duvida, o despotismo sanitario. A liberdade não deve ir ao ponto de cada casa manter, dentro de si mesma ou nos quintaes que lhe correspondem, um foco de microgermes pathogeneos.<sup>200</sup>

A falta de poder, em outras palavras, a falta de uma legislação mais repressiva para romper com a recusa de moradores e proprietários de pensões, hotéis baratos, botequins, açougues, padarias e armazéns, em permitir vistorias provocava a ira das autoridades sanitárias. Em 1898, o médico higienista Jayme Reis já evidenciava a precariedade da cidade e ao mesmo tempo reclamava novas medidas no sentido de maior intervenção: *há ocasiões em que os incubidos da saúde publica sentem a necessidade de se armarem de poder descriptonario, de se tornarem senhores absolutos dictando o que for útil á salvação nacional.*<sup>201</sup>

Por detrás de um discurso de higiene estava o desejo de controlar e disciplinar a população. Tais práticas e discursos sanitaristas que estiveram presentes nas principais capitais brasileiras estavam relacionadas ao *momento histórico de formação do mercado livre de trabalho no Brasil.*<sup>202</sup> Para tanto, eram necessários mecanismos coercitivos para aumentar a produtividade da mão-de-obra. Nesse sentido, as preocupações com a higiene que inicialmente partiram da elite e logo depois se generalizaram, longe de ser tratada como uma questão humanitária, estava ligada à questão da lucratividade. Corpos sadios estavam aptos para trabalhar nas fábricas, e corpos obedientes estavam aptos a aceitar as regras, baixos salários e longas jornadas diárias. Assim, *sanear o meio ambiente significava, portanto, garantir a formação de indivíduos sadios e fortes.*<sup>203</sup>

### **Estabelecimentos comerciais**

Era comum o consumidor encontrar à venda peixe, camarão, carne e frutas estragados ou em adiantado processo de decomposição.\* Os estabelecimentos comerciais que vendiam gêneros alimentícios deveriam zelar pela higiene e qualidade dos produtos. As posturas já

<sup>200</sup> Diário da Tarde: 28/01/1913. p. 01.

<sup>201</sup> REIS, Jayme Dormund dos. *Das principaes endemias e epidemias de Curityba*. Rio de Janeiro: Typ. Ribeiro, Macedo & Cia, 1898. p. 58.

<sup>202</sup> RAGO, *Do cabaré ao lar...* 1985. p.163

<sup>203</sup> Ibid. p. 168.

\* Reclamações sobre os estabelecimentos comerciais totalizam 16 queixas, correspondendo a 2,93%.



indicavam a obrigatoriedade dos comerciantes de manterem os armazéns e seus respectivos utensílios e instrumentos de trabalho em estado de perfeito asseio. Em hipótese alguma o lixo poderia ser guardado dentro desses estabelecimentos, despejados na rua ou enterrados nos quintais.

O cidadão tornou-se um verdadeiro vigilante, observando, fiscalizando e exigindo obediência ao Código de Posturas, às leis e normas higiênicas. Assim, mecanismos de poder e vigilância são acionados e se ramificam pela sociedade.<sup>204</sup> A relação de poder não parte apenas da figura do fiscal municipal, médico sanitaria ou policial, mas dos cidadãos, que por sua vez também estavam sujeitos à vigilância.

O Diário Oficial esta publicando, em edital, as leis que dizem respeito aos açougueiros, dando o prazo de 6 meses para serem reformados os açougues... É uma medida que se impõe, no ponto de vista da hygiene, pois ninguém desconhece que certos estabelecimentos pouco se incomodam com o asseio... Para exemplo, basta citarmos dois: o da rua Silva Jardim n. 172 e o da rua Mato Grosso n. 14. O vizindario [vizinhança] queixa-se da fedentina, produzida pelos restos de bofes, buxo, tripas, o diabo, que costumam lançar nos quintais.

Ora, **dentro do quadro urbano não deve ser permitido isso** e nem o [no] quintal, numa cidade como a nossa, [não] é lugar próprio para deposito e lavagem de detritos. Além disso, o cidadão não pode, em sua casa, estar sujeito a sofrer as consequências da falta de hygiene observada em casas de outrem.<sup>205</sup>

A manutenção da salubridade estava ligada aos cuidados individuais. Cada indivíduo tinha sua parcela de responsabilidade: residências, habitações coletivas, mercados, açougues, padarias e demais estabelecimentos comerciais deveriam estar limpos e arejados não apenas em função daqueles que ali residiam ou freqüentavam, mas para garantir a hygiene coletiva. A idéia e temor do contágio está presente quando os queixosos indicam que a falta de hygiene de alguns poderia prejudicar a saúde da população. O que adiantaria ao cidadão preocupar-se com a limpeza de sua residência, se os vizinhos tivessem o *péssimo hábito* de despejar águas servidas na rua e de enterrar lixo e demais *imundícies* nos seus quintais?

A idéia do espaço privado, da privacidade individual, não poderia servir como proteção aos que desrespeitavam os preceitos de hygiene devidamente publicados em editais e regulamentos sanitarias, como no caso dos açougueiros das ruas Silva Jardim e Mato Grosso, que enterravam restos de animais abatidos em seus quintais. Em nome da saúde pública, justifica-se a violação desse espaço pelo médico sanitaria. Apoiado na legislação em vigor, ele teria permissão para interferir na vida privada, igualmente como atuava nos espaços públicos, a fim de disciplinarizar os hábitos da população e o uso desses espaços.

<sup>204</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>205</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 07/03/1913. p. 04. Sem grifos no original.

Comerciantes, açougueiros, peixeiros, fruteiros e todos que trabalhassem com gêneros alimentícios deveriam adequar-se às normas higiênicas e sanitárias vigentes na área central ou deslocar-se para fora do perímetro urbano, onde os riscos de contaminação seriam menores.

As regulamentações ainda eram necessárias para garantir o *preço justo* aos gêneros alimentícios, mormente o pão e a carne, pois os consumidores viam-se continuamente ludibriados por seu alto custo e falta de. As padarias vendiam um pão feito de *farinha ordinária*, sem levar em conta o seu peso. Os açougueiros igualmente abusavam dos preços da carne e da falta de qualidade. Em 1910 a carne era vendida em Curitiba a 700 réis o quilo. Os consumidores indagavam a razão desse preço tão alto, pois em Paranaguá, município próximo, seu preço era de 600 reis o quilo.

Se houvesse um motivo de força maior, como foi o caso da *febre aftosa*, um valor elevado seria justificável. Entretanto, como o surto da doença infecciosa perdera intensidade, não havia mais razões ou motivos justos para tal preço:

Haverá razão de ainda se comprar carne verde nesta capital a setecentos reis o kilo? A essa interrogação dar-se-á a negativa resposta... Assim como a princípio se justificou a elevação do preço desse alimento de primeira necessidade, por ter a febre aphtosa atacado em quase toda a circunscrição paranaense, o gado vaccum, agora nada há que justifique a permanencia dessa taxa por kilogramma de carne, a não ser a ganancia dos magarefes.<sup>206</sup>

Os queixosos até compreendiam o fato de os açougueiros obterem ganhos com o seu trabalho. Porém, esse lucro deveria ter limite, que giraria em torno de 10\$000 réis por cabeça de gado, como ocorria nos demais estados brasileiros. Mas pelos cálculos apresentados, o referido limite extrapolava em muito em Curitiba. Destacam os consumidores que se um boi com 220 quilos de carne custava 100\$000 réis e sendo cada quilo vendido a 600 réis, o açougueiro obteria 132\$000 réis só com a carne. Ainda do mesmo animal eram extraídos no mínimo 16\$000 réis do couro e 2\$000 réis dos miúdos. Subtraindo os custos com as despesas, orçadas em 25\$000, o açougueiro obtinha um lucro total de 25\$000 réis por cabeça de gado. E, geralmente, um único açougue abatia mais de oito cabeças de gado por dia.

A administração municipal, responsável por fazer a concessão e emitir o alvará aos referidos estabelecimentos, era chamada a intervir para findar com tais práticas ilegítimas de açougueiros e padeiros, que desrespeitavam um *consenso comum*, o que se pode chamar aqui de uma *economia moral*.<sup>207</sup> A população pagaria pela carne e pelo trabalho do açougueiro, mas

<sup>206</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo*: 08/07/1910. p. 01.

<sup>207</sup> THOMPSON, *Costumes...* 1998.

não pelo seu enriquecimento. E eram necessárias providências para evitar possíveis crises de abastecimento em um centro com rápido crescimento demográfico.

A construção de um *mercado moderno*, com instalações sanitárias apropriadas, água, câmara refrigeradora e amplamente arejado, representava uma solução à transgressão dos comerciantes despreocupados com a falta de asseio e com os *hábitos anti-higiênicos*. Era uma forma de regulamentar o processo de venda dos produtos alimentícios, uma vez que os comerciantes e vendedores ali instalados sujeitar-se-iam à divisão espacial racional projetada pelo engenheiro e à permanente fiscalização sanitária. Para os consumidores, seria um local seguro para a compra de carne, peixe, verduras e leite, entre outros alimentos.

### **A cidade real e a cidade ideal**

Como vimos, algumas queixas são bastante pontuais, limitam-se apenas a destacar um fato, um acontecimento ou uma exigência. Outras vão mais além, inclusive tecendo comparações com outras capitais ou referindo-se aos *grandes centros civilizados* como modelos a serem seguidos.

Apesar da sua diversidade, esses registros estão interligados por uma discussão comum: existe um modelo de cidade que está sendo questionado e outro modelo de cidade que está sendo desejado, *fetichizado*.

A cidade desejada é aquela como a Capital Federal, São Paulo, Paris e Nova Iorque. Mesmo que as duas últimas não sejam citadas explicitamente na coluna, os apontamentos induzem diretamente a essas cidades. O desejo é de grandes avenidas, de ruas calçadas com paralelepípedo, de construções com fachadas artísticas, de praças embelezadas, da iluminação elétrica, dos transportes rápidos, enfim, da constituição de um centro disciplinado, elegante, rico, seguro e higienizado.

Na corrida frenética pelos ideais de *civilização*, aos olhos do cidadão reclamante Curitiba figura quase sempre como perdedora ou *atrasada* em relação às demais capitais. Implícita, uma imagem extremamente negativa.

Os *odores* do podre, os cortiços, as casas de madeira, os prédios insalubres e *feios*, o lixo acumulado, a lama e a população pobre que se aglomerava no centro constituíam não só uma ameaça à saúde, mas à imagem de uma capital. Como centro de poder político e econômico do Estado, Curitiba deveria ostentar sua riqueza e poder. E os reclamantes demonstram isso quando apontam os cortiços, os pobres que freqüentavam os cafés chiques, os

mendigos e crianças esfarrapadas que perambulam pelas ruas e praças, as vias públicas onde o mato cresce, as praças desprovidas de bancos e jardins.

A falta de um disciplinamento sobre o espaço urbano e a falta de atenção por parte da municipalidade resultava em contrastes que feriam as vistas do cidadão e impediam o desenvolvimento de uma nova sociabilidade. Para fazer um *footing* pela urbe, passear no parque aos finais de semana, ir ao cinema, freqüentar um café e mesmo para se deslocar para o trabalho, o cidadão enfrentava inúmeras dificuldades e *infelicidade*, tais como cachorros agressivos, animais pastando, lama, pobres que esmolavam e expunham sua situação de miséria, bondes lentos, lixo e a escuridão da noite.

As ruas de barro, o limitado sistema de abastecimento de água e esgoto e a precariedade dos serviços de limpeza e transporte comprometiam o desenvolvimento de Curitiba e se tornavam cada vez mais críticos pela razão de não serem ampliados ou melhorados, enquanto a população e o quadro urbano cresciam. Mas a questão não se restringe à implementação de melhoramentos, ela permeia novos padrões e valores culturais advindos da modernidade.

Construir um centro condizente com o *status* de capital implicava remodelar não apenas a estrutura urbana, mas disciplinar os hábitos dos seus cidadãos. As práticas de despejar restos de comida, lixo e águas servidas sobre as vias públicas e criar animais nos quintais, quando não dentro das próprias residências; o modo de vida das prostitutas que rompiam com o padrão de mulher frágil e submissa; a vida *desregrada* dos jogadores que negavam por completo a imagem do trabalhador e do operário dedicado, obediente e dócil; além da *liberdade* dos *choffeurs* de conduzirem os automóveis em alta velocidade pelas ruas centrais eram veementemente condenadas e não condiziam com a urbe *moderna*.

Apesar de ser a mais visada, a vigilância e as medidas regulamentares não atingiam apenas a ralé, mas a todos os cidadãos. Não apenas os cortiços ou as pensões baratas eram denunciados, mas também os sobrados mal pintados localizados na rua mais chique da urbe, a Rua 15 de Novembro. Tanto o vendedor ambulante de frutas, que despejava cascas de laranja sobre a via pública, como os açougueiros que enterravam os restos de carne no quintal estavam sujeitos à regulamentação sanitária e às conseqüências, caso não se portassem de maneira morigerada. Ora, na *cidade moderna*, a exemplo de Paris, deveriam prevalecer *trabalho, actividade, organização, inteligência e bom gosto*.

Em meio a tais discussões, a cidade sofreria a sua primeira grande reforma urbana entre 1913 e 1916, sob a administração do prefeito Cândido Ferreira de Abreu. Durante três

anos a cidade seria sacudida pelo chamado *Planos de Remodelação*, que previa uma série de obras e melhoramentos, desde a abertura de grandiosas avenidas até a demolição das estruturas *feias e insalubres*, objetivando transformar Curitiba em uma *capital expoente do progresso*.

## Parte II

### 2 - Planos de Remodelação para Curitiba

O Presidente do Estado, Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, levantou, durante o seu governo, a necessidade de uma administração municipal comprometida com a modernização da capital. Uma administração que deveria satisfazer não apenas ao desejo cosmopolita, de projetar a imagem de *um grande centro*<sup>208</sup> com características parisienses, mas também que correspondesse diretamente aos interesses políticos e econômicos. Curitiba deveria ser uma cidade higiênica, saneada e com cidadãos disciplinados para o trabalho. Enfim, transformá-la em uma urbe *moderna*.

É uma verdade muito sabida e constantemente glosada essa que as capetaes representam o expoente maior de progresso dos paizes ou das circumscripções politicas de que são centro. Partindo desse postulado, **fazem-se os maiores sacrificios para sanear, embellesar, policiar**, e emfim dar todas as condições de conforto e habitabilidade a essas cidades, cuja situação excepcional autorisa e exige taes sacrificios. Os trabalhos colosaes e grandemente dispendiosos, levados a effeitos com patriotismo e esclarecida previsão, na Capital da Republica e em S. Paulo, demonstram brilhantemente as vantagens de **uma tal politica**, compensando com rapidez e amplitude todos os onus e compromissos por ventura contrahidos para realisal-a, no desdobramento do comercio, no augmento da população e na entrada de novos capitaes que invertem-se em obras de valor ou entram na circulação, creando serviços, animando industrias e irradiando-se por todo o território dependente daquelles centros.<sup>209</sup>

Apesar de um quadro urbano e uma realidade histórica diferentes de cidades como Rio de Janeiro, Nova Iorque e Paris, as contradições existentes naqueles grandes centros estavam presentes na capital do Estado do Paraná. Fatores como a falta de saneamento, o rápido crescimento populacional, a estrutura urbana deficitária, as doenças, as epidemias, os cortiços, as habitações *imundas* e a população pobre que se aglomerava no centro da capital paranaense eram vistos como *problemas* a serem resolvidos, como incompatíveis com uma *cidade moderna*. E para tanto as reformas ocorridas naqueles grandes centros também representaram para as autoridades um modelo a ser seguido.

Para executar *tal política* que deveria *sanear, embelezar e policiar*, Cavalcanti indicou para prefeito o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, que administrou Curitiba de 1913 a 1916. Não foi ao acaso que seu nome sobressaiu-se para ocupar a prefeitura. Abreu era formado

---

<sup>208</sup> ROCHA POMBO, J. F. *O Paraná no Centenário: 1500-1900*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do estado do Paraná, 1980. p. 141.

<sup>209</sup> Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pela Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado ao instalar-se a 1ª Sessão da 12ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1914. Curitiba: Typ. do Diario Official, 1914. p. 25. Sem grifos no original.

em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Muito antes de assumir a prefeitura de Curitiba, atuou profissionalmente em vários cargos: engenheiro de Primeira Classe na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1883); inspetor de colonização no Rio Grande do Sul; Ministério da Agricultura e Obras Públicas no Rio de Janeiro (1885); diretor de Obras Públicas da Província do Paraná (1887); chefe da Comissão de Saneamento de Campos – Paraná (1890); prefeitura de Curitiba (1892); e Comissão Construtora de Belo Horizonte (1893); Secretário dos Negócios e Colonização – Paraná; e como Secretário das Obras Públicas e Indústria – Paraná (1899).<sup>210</sup>

Cândido de Abreu firmou-se também como arquiteto, e ao melhor estilo *art nouveau* projetou as residências dos ricos senhores do mate: Manoel Miró, Ascânio Miró e Agostinho Leão Júnior, o famoso Palacete Leão Júnior. Mais do que uma personalidade dedicada à causa republicana, pois *em 1894 foi nomeado tenente coronel honorário do Exército, por destacados serviços prestados à causa republicana, inclusive adesão às tropas legalistas quando da Revolução Federalista*<sup>211</sup>, Abreu era um homem da técnica e do saber científico.

Aquela seria a segunda vez que ele assumiria o cargo, pois sua primeira gestão teve início em 1892 e durou apenas 11 meses, em razão da pouca colaboração do Legislativo para com sua proposta de reformar a urbe. Apesar de ocupá-lo por breve período, implementou importantes medidas, como a inauguração da luz elétrica e a revisão do Código de Posturas.

Sua indicação já era cogitada em meados de agosto de 1912, todavia o assunto estava restrito ao círculo governamental. A primeira vez que a nomeação apareceu publicamente foi no jornal *Diário da Tarde*, em 09 de setembro de 1912, na notícia de que Abreu respondera positivamente ao convite feito pelo presidente do Estado para ocupar o cargo de prefeito municipal de Curitiba.

Logo que iniciou seu segundo mandato na administração de Curitiba, foi solicitado à Câmara Municipal em 27 de março de 1913 a formação de uma *Comissão de Melhoramentos*, necessária para a realização de inúmeras obras modernizadoras, como: recalçamento, pavimentação, *macadamização* das ruas e demais serviços complementares.<sup>212</sup> A resposta veio extremamente rápida e depois de quatro dias o novo prefeito já tinha autorização para desapropriar, por utilidade pública, terrenos ou prédios necessários para o alargamento de

---

<sup>210</sup> SÊGA, Rafael Augustus. *A capital Belle Époque: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

<sup>211</sup> Ibid. p. 34.

<sup>212</sup> ACTA da Sessão extraordinária em 28 de Março de 1913. Annaes da Camara Municipal de Curitiba. Sessões de 18 de Setembro de 1912 á 28 de Julho de 1913. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1913. p.126.

praças, abertura de novas avenidas, alinhamento e prolongamento de ruas. Também foi concedida autorização para formar a comissão de obras, tendo o prefeito a liberdade para escolher os empregados necessários para executar os melhoramentos, bem como estabelecer seus devidos vencimentos.<sup>213</sup> Contando com irrestrito apoio do governo do Estado, que ainda lhe emprestou seis mil contos de réis, Abreu remodelou da capital em três anos.

Os melhoramentos adquiriram força a partir do segundo trimestre de 1913. De acordo com a *Divisão de Trabalhos Technicos da Comissão de Melhoramentos*, foram assinados os contratos com as pedreiras de Araucária, Piraquara e Pilarzinho para o fornecimento de cem mil paralelepípedos por mês. Outros materiais, como 1.500 barricas de cimento *Alsen*, 500 tubos *Arcmos* de 15 polegadas, 500 tubos *Arcmos* de 18 polegadas, 4.914 metros de manilha de barro de oito polegadas de diâmetro para os bueiros, grades horizontais e verticais para proteção das árvores e ralos de ferro fundido também tinham sido encomendados de outras cidades e estados.<sup>214</sup>

Os serviços de calçamento teriam início na zona compreendida entre as ruas João Negrão e Marechal Floriano Peixoto, Sete de Setembro e Quinze de Novembro. Na Rua João Negrão o movimento de terra estava pronto e já estavam sendo assentados os meios-fios. Na Marechal Floriano Peixoto os trabalhos de preparação do leito entravam em fase final e os paralelepípedos estavam sendo colocados, seus passeios sendo revestidos com cimento e *riscados* com desenhos variados para embelezar as quadras. Entre as ruas Pedro Ivo e Quinze de Novembro, um dos lados do passeio já estava pronto. Na Rua Primeiro de Março, no trecho entre a Praça Tiradentes e Rua Quinze de Novembro, os passeios estavam prontos, faltando apenas a demolição das escadarias e colunas do prédio *River Plate Bank*. Entre as ruas Marechal Deodoro e Pedro Ivo o calçamento estava concluído. Nas Avenidas João Gualberto, Graciosa e Assunguy, a *remacadamização* estava sendo realizada. Nas ruas Ébano Pereira, Saldanha Marinho, Ermeliano de Leão, Conselheiro Barradas, Avenida Jayme Reis e alamedas Cabras e Colombo eram realizados os levantamentos necessários para os futuros serviços de calçamento.

Concluído também o projeto para a cobertura e canalização do Rio Ivo nas partes em que passava pela Praça Zacarias, ruas Dr. Muricy, José Loureiro, Pedro Ivo, Misericórdia, João Negrão e Avenida Visconde de Guarapuava e Sete de Setembro. As obras de alvenaria na Rua

<sup>213</sup> ACTA da Sessão extraordinária em 02 de Abril de 1913. Annaes da Camara Municipal de Curitiba. Sessões de 18 de Setembro de 1912 a 28 de Julho de 1913. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1913. p. 127.

<sup>214</sup> MENSAGEM apresentada a Camara Municipal de Curitiba pelo Dr. Candido Ferreira de Abreu em 15 de Julho de 1913. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1913.



Dr. Muricy e Avenida Visconde de Guarapuava concluídas, faltando apenas a cobertura. E como era necessário uma grande quantidade de aço e ferro para fazer a cobertura de concreto armado nesses trechos, foi aberta concorrência pública, na qual foi aceita a proposta de Hauer Júnior e Weiser.

Para o empreendimento dos diversos trabalhos de melhoramento a prefeitura adquiriu várias máquinas e equipamentos. Até 30 de junho de 1913 estavam em movimento pelas ruas de Curitiba: uma compressora *D3 de 4,5 toneladas com tecto e carburador para petroleo e com freio auxiliar e mais uma barra com mola e acessorios*; uma compressora *E2 de 7,5 toneladas com tecto e carburador para petroleo e com freio auxiliar e mais uma barra com mola e acessorios*; uma compressora *Case* de 10 toneladas; uma escavadora *Thackray a 2 dentes com outros dois pares de sobressalente*; um caminhão *Saurer com basculo para carga util de 4 toneladas, motor 4 cylindros n.2590, força 30 HP*; um *chassis automóvel Saurer com basculo para carga util de 4 toneladas, motor 4 cylindros n.2595, força 30 HP*. Ainda estavam por chegar dois autocompressores de 10 toneladas, um britador com capacidade para 300 toneladas por dia e um britador *Goodwing* para pedreiras, com capacidade para 100 metros cúbicos por dia.<sup>215</sup>

Cada máquina era cuidadosamente descrita nos relatórios. Para a prefeitura, tão importante quanto informar quais estavam sendo empregadas, era evidenciar suas engrenagens e peças com seus nomes científicos. O cidadão não deveria olhar os compressores, veículos ou britadeiras como simples equipamentos, mas como algo engenhoso e avançado que estava sendo utilizados para modernizar a sua cidade:

Esses equipamentos importados são signos de uma civilização, e as suas origens acentuam bem esse referencial. A *urbs*, que insistia em se renovar, se fortalecia com os melhoramentos e procurava apontar para o futuro em constante mudança. Assim, compressora, britadeiras, betoneiras, guindastes, são metáforas da criação de um novo tempo e são fetichizados pela maioria da população.<sup>216</sup>

Em relação aos bondes elétricos, a prefeitura exigia da *The South Brazilian Railways Company Limited* inúmeros melhoramentos nas linhas Matadouro, Portão e Seminário. Também deveria estar em circulação os bondes de segunda classe, com tarifas 50% inferiores às da primeira classe. Como as exigências não foram cumpridas, a prefeitura concedeu novo prazo para a empresa fazer as devidas modificações.

<sup>215</sup> MENSAGEM apresentada a Camara Municipal de Curitiba pelo Dr. Candido Ferreira de Abreu, Prefeito Municipal, em 15 de julho de 1913. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1913. p. 26-27.

<sup>216</sup> SÊGA, *A Capital...* 2001. p. 53.

A partir de então, as reformas poderiam ser acompanhadas pela população através dos jornais *A República* e *Diário da Tarde*, onde eram publicadas semanalmente as colunas *Melhoramentos da Capital* e *Mensagens do Perfeito*. Cada obra, rua, praça, calçada, enfim, cada metro quadrado melhorado era descrito com uma minuciosidade impressionante: local, tipo de material utilizado, quantidade e custos. Não deixa de ser interessante a utilização do termo *atacar* em referência às empreitadas realizadas:

Na Praça Municipal **foi atacado** o ladrilhamento do passeio...<sup>217</sup>

**Tem-se atacado** a arborização de algumas praças e ruas, substituindo-se certas plantas ornamentais por outras adequadas...<sup>218</sup>

O termo refletia a própria política de remodelação implementada pela administração municipal. Era como se a prefeitura estivesse em guerra contra uma cidade doente. Como representante da *civilização*, da técnica e do *saber científico*, o prefeito definia os supostos alvos a serem atacados pelo *exército regenerador* dos trabalhadores da *Comissão de Melhoramentos*:

A empreitada de Cândido de Abreu assumiu ares de campanha militar – é comum os termos “atacar” para se referir aos trabalhos realizados. Não só por isso, a Comissão de Melhoramentos tinha objetivo “de guerra” bem definido: “sanear a cidade”, senão de um opositor declarado, mas muitas vezes de um inimigo a quem se referia de forma velada: a “ralé” suja e mal cheirosa que “enfeia” a cidade. Para tanto, a própria Comissão tinha uma organização interna extremamente hierarquizada, assemelhada a um exército, onde o comandante era o Prefeito.<sup>219</sup>

Poucos dias antes de assumir, Abreu concedeu uma entrevista ao *Diário da Tarde*, expondo à população pela primeira vez o seu programa de melhoramentos. Sua maior preocupação estava centrada nas questões da estrutura viária e embelezamento de Curitiba:

A minha maior preocupação, que eu penso ser de maior urgência, é o calçamento da cidade. Para a execução desse trabalho serão empregados todos os sistemas de calçamento, desde o macadam até o asfalto, inclusive o calçamento de madeira. O asfalto que vai ser empregado é asfalto paranaense. (...) Vou empregar todos os esforços na minha administração afim de resolver os problemas que estão exigindo uma solução imediata. Farei isso para que a nossa Curitiba se torne uma cidade calçada de granito e vestida de noiva – na frase do dr. Sebastião Paraná – para receber os viajantes, que aqui vêm atraídos pelas nossas belezas naturais e pela nossa prosperidade. Ponho de lado, portanto, os dois aspectos que tem dividido Curitiba: um – o da lama e o outro – o do pó. ...É meu pensamento também construir uma imponente avenida ligando esta capital à cidade de São José dos Pinhães, o que facilitará a circulação de riquezas entre os dois municípios, podendo S. José dos Pinhães nos fornecer hortaliças, leite e outros gêneros de consumo local com vantagem para a nossa

<sup>217</sup> Diário da Tarde. *Melhoramentos da Capital*: 06/11/1914. p. 01. Sem grifos no original.

<sup>218</sup> Diário da Tarde. *Prefeitura Municipal*: 17/10/1913. p. 01. Sem grifos no original.

<sup>219</sup> SÊGA, *A Capital*... 2001. p. 51.

população, visto resultar o barateamento de producto com a concorrência as colonias dos nossos arredores.<sup>220</sup>

As grandes avenidas eram símbolos dos grandes centros. Construções exigidas pelo *progresso* e pelo desenvolvimento industrial, para facilitar o deslocamento e escoamento da produção, impulsionar o comércio e inclusive para garantir o abastecimento de víveres e demais produtos indispensáveis à população. Essa preocupação com a circulação fez com que Abreu idealizasse a construção das avenidas Colonial e Contorno. A última teria 14 quilômetros de extensão e 16 metros de largura, cortando *todas as ruas que extremam a cidade, tendo acesso por qualquer delas*.<sup>221</sup> Não se tratava propriamente de abrir uma nova via, mas de utilizar as estradas e ruas já existentes, alargando-as e melhorando suas condições.

Mas Curitiba naquele início do século XX comportava um desenvolvimento comercial, industrial e populacional que realmente exigisse medidas emergenciais como a abertura de *imponentes avenidas*? A questão das avenidas estava ligadas mais à *fantasmagoria* da cultura burguesa, isto é, da ilusão e do imaginário em se apropriar de um modelo estrutural urbano vigente nos grandes centros como Paris e Rio de Janeiro, que, se implantado ou instalado garantiria galgar ao *status* da modernidade.

A menção ao calçamento de madeira e ao asfalto paranaense são bastante pontuais nesse sentido. O calçamento de madeira era utilizado em várias ruas e calçadas de Paris. Se esse tipo de calçamento seria implantado ou não, o importante era evidenciar que Curitiba estava sintonizada com as discussões internacionais pertinentes à engenharia urbana. Discutir esse tipo de calçamento era aproximar a cidade daquela metrópole européia.

O destaque para o asfalto paranaense também estava imbuído desse imaginário de viver em um grande centro ou de estar a caminho dele. Além de discutir os tipos de calçamentos utilizados internacionalmente, buscavam-se meios tecnológicos para produzir o seu próprio asfalto.

No plano de remodelação da cidade estavam previstas a construção dos prédios do *Novo Teatro Guayra*, *Novo Mercado* e Paço Municipal, bem como a revitalização da maior área verde da urbe, o Passeio Público.

O *Novo Teatro Guayra* seria construído na Praça Municipal, ao *rigoroso estylo Luiz XVI*, com 60 metros de extensão e 25 metros de largura, permitindo abrigar cerca de 1.200

<sup>220</sup> ABREU, Cândido Ferreira de. *Coritiba no futuro: o Diario da Tarde e o Dr. Candido de Abreu. O programma do novo prefeito*. Diário da Tarde: 23/01/1913. p. 05.

<sup>221</sup> A República. *Os planos de remodelação da cidade*: 30/07/1913. p. 01.

pessoas confortavelmente. Seria sem dúvida o maior teatro do Estado e um dos maiores do sul do Brasil. O projeto de dimensões grandiosas, se comparadas aos demais teatros locais, objetivava colocar a capital no roteiro das apresentações artísticas internacionais. Curitiba finalmente teria um espaço moderno para os grandes espetáculos, companhias e artistas europeus ou de renome nacional, passando a figurar ao lado de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus como centro irradiador de uma cultura dita *civilizada*:

Os concertos noturnos recriavam um ambiente, misto de sonho e ostentação, que caracterizava os espetáculos apoteóticos de manifestação do prestígio burguês na virada do século, tal qual as grandes Exposições Universais. Nestes espaços modernos se cultivavam os novos padrões de sociabilidade pública.<sup>222</sup>

Quanto ao *Novo Mercado*, suas principais características residiam na funcionalidade, na higiene e em sua *estrutura de ferro moderna*. Ele seria erguido estrategicamente no *triângulo formado pelas ruas Comendador Araújo, Coronel Dulcídio e pelo ramal que ligava os engenhos Macedo e Iguaçu*. Nos fundos seriam estabelecidos os mercados de peixes e a câmara frigorífica, instalada em pavilhão próprio. No ângulo das ruas Dulcídio e Araújo ficaria o bebedouro para os animais. Também estariam disponibilizados um mictório e um *bebedouro higiênico*. Cada espaço do mercado estava delineado e cuidadosamente esquadrihado para garantir a higiene, a salubridade e a melhor circulação de mercadorias, de consumidores e dos fiscais sanitaristas. Os animais que faziam o transporte dos produtos, as peixarias, os açougues e demais estabelecimentos teriam seus espaços específicos. Uma construção moderna como essa ainda trazia outros benefícios, como o poder de regeneração sob uma área tida como *feia e esquecida* até então: *hoje aquele local é feio e abrupto; pois bem, vae se transformar num recanto movimentado e alegre*.<sup>223</sup>

A estrutura de ferro tem aqui uma grande importância. É a utilização desse material que garante a *modernidade* ao mercado. Fruto dos avanços da ciência e da engenharia, o aço tornou-se indispensável às metrópoles, sendo largamente empregado no lazer, nos prédios, nas casas, nos transportes e nas indústrias, em função da sua resistência, durabilidade, elasticidade e economia:

Demonstrando ser eficaz e econômico, o ferro foi invadindo a técnica de construção no século XIX, presente nas estações ferroviárias, nos mercados, nas usinas, nas grandes lojas, nos quiosques das ruas, nos pavilhões das exposições. Misturando a força com a leveza, a resistência com a transparência, a

<sup>222</sup> MONTEIRO, *Porto Alegre: urbanização...* 1995. p. 116.

<sup>223</sup> A República. *Os planos de remodelação da cidade*: 30/07/1913. p. 01.

arquitetura do ferro sem dúvida marcava a separação de duas épocas. Ela se associava aos novos tempos, da indústria, do vapor, da eletricidade, do capitalismo triunfante.<sup>224</sup>

A estrutura de ferro é a própria imagem *alegórica* da modernidade. Há uma preocupação em enfatizar que o ferro estava cada vez mais presente no cotidiano de Curitiba. A cidade não era apenas construída com os materiais tradicionalmente utilizados, como tijolos, barro, pedras, madeira, entre outros, mas também com *estruturas de ferro*.

Ao mesmo tempo Abreu enfatizava que Curitiba estava entrando em uma nova época. Até aquele momento, 1913, os curitibanos ainda faziam suas compras em um mercado sujo, sem higiene, sem instalações sanitárias adequadas, em que animais misturavam-se com mercadorias e consumidores; um local pouco arejado, uma construção que se tornou *feia* e imprópria para uma Curitiba preocupada em se mostrar capital, em se mostrar ao mundo como *civilizada*.

O cidadão de Paris já tinha a seu dispor desde meados do século XIX as famosas galerias, que eram centros comerciais que abrigavam inúmeras lojas, e casas comerciais luxuosas. A própria estrutura dessas galerias, com ferro, vidro e mármore, era feita para exibir a riqueza e o luxo industrial.

Ora, se Paris oferecia à sua população as galerias e a *Torre Eiffel*, inaugurada no ano de 1889, a prefeitura de Curitiba, preocupada com a modernização, não poderia privar a sua população de ao menos ter o seu mercado com *estrutura de ferro*.

O Paço Municipal constituía outra obra igualmente importante para a administração municipal e para a imagem da cidade, pois até aquele momento a prefeitura não tinha sede própria. Inicialmente, a Câmara havia autorizado a concorrência pública do projeto do prédio, mas a obra acabou sendo passada à responsabilidade do próprio Abreu. O *Palácio Municipal*, como também era chamado, seria ao estilo *art nouveau*, com três pavimentos e os mais modernos e luxuosos equipamentos: elevador *Ottis Pifre*, sistema de iluminação elétrica interna e externa *invisíveis*, duas fontes ornamentais bronzeadas, dois *mictórios modernos*, um artístico lampadário *Torchiere*, três porta-lâmpadas, um candelabro com figura, um relógio com mostradores transparentes e telefones. Na decoração externa, ricamente ornamentada, havia uma grande preocupação em ostentar a riqueza, o luxo e o poder:

As colunas da entrada principal do prédio estão suspensas por dois hércules, que representam os poderes municipais, o Legislativo e o Executivo. Acima um nicho contém uma estátua feminina, vestindo uma

---

<sup>224</sup> PESAVENTO, *Exposições Universais...* 1997. p. 179.

túnica, o que significa a cidade de Curitiba, e na ornamentação da torre, um escudo com as armas do município e cabeças de leão, símbolos da força.<sup>18</sup>

Entre os prédios que formavam o conjunto arquitetônico daquela área, o Paço Municipal se destacava dos demais, objetivo sem dúvida do próprio Abreu, para marcar a sua administração. A fachada artística, a altura do edifício e os equipamentos internos e externos ali instalados, e detalhadamente divulgados pela imprensa, celebravam a modernidade e colocavam a cidade em sintonia com os valores *civilizados* das metrópoles.



Paço Municipal em 1915.  
Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba  
Coleção: Museu Paranaense

<sup>18</sup> SUTIL, Marcelo Saldanha. *O espelho e a miragem: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século*. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR. p. 60.

A idéia inicial era construí-lo na Praça Santos Andrade, próximo de outros dois importantes prédios: à sua frente o Palácio da Associação Comercial, e à sua esquerda o Palácio da Justiça. Porém, o *Palácio Municipal* acabou sendo erguido na Praça Municipal, sobre as ruínas do *velho mercado*.

Naquele momento em que eram anunciadas as construções e novas obras da prefeitura, o *Diário da Tarde* divulgou em maio de 1913 um projeto para a *Nova Estação Ferroviária de Curitiba*. Descrita como *monumental*, ela seria erguida no lugar do antigo edifício. Sua fachada teria 28 metros de altura e uma extensão de 100 metros. Em suas extremidades duas torres de 21 metros e um relógio central. Dezoito colunas de granito anexadas à fachada e quatro colunas projetavam-se sobre a escadaria da entrada principal, de frente para a Rua Barão do Rio Branco. Na parte lateral 18 aberturas facilitariam o acesso ao seu interior. Duas plataformas serviriam a estação, uma de seis metros de largura por 100 metros de comprimento e outra de quatro metros por 100 metros. Ambas as plataformas estariam ligadas por um passadiço, e a estação operaria com três linhas de trens para passageiros e oito linhas exclusivamente para carregamentos. Na extremidade do terreno ficaria um grande armazém de carga com 250 metros de comprimento e 12 metros de largura, e os serviços de manobra seriam transferidos para outra estação, no Bairro Cajuru.

Embora o jornal não mencionasse uma ligação entre o projeto da estação e os *Planos de Remodelação*, esse projeto refletia o contexto daquele momento, quando valores, hábitos e a própria cidade eram discutidos e reelaborados com base no exemplo das grandes metrópoles. O *Novo Teatro Guayra*, assim como a *Nova Estação Ferroviária*, foram projetos que não se concretizaram materialmente. Contudo, a idéia que permeia essas construções e a forma como são descritos pela imprensa, como algo fenomenal, incrível e grandioso, representam os valores da elite curitibana, preocupada em firmar-se como culta, rica e elegante, não apenas para as capitais brasileiras, mas em nível internacional.

Se esses dois projetos não fossem erguidos, estavam ao menos elaborados, prontos para terem sua pedra fundamental lançada, para serem erguidos no futuro, quando a cidade se tornasse uma metrópole. Ao divulgá-los, a administração Abreu colocava-se como *moderna*, pois estava projetando-se para o futuro. Tanto esses projetos que permaneceram na prancheta do engenheiro como aqueles que começavam a ser concretizados colocavam em xeque as construções indesejáveis, isto é, aquelas vistas como ultrapassadas, que não ostentavam riqueza e elegância, como as casinhas de madeiras *imundas* e as habitações pobres que existiam no centro de Curitiba.

Na construção da *cidade moderna*, as demolições estiveram presentes durante as reformas urbanas das principais capitais brasileiras nas duas primeiras décadas do século XX. Era preciso apagar as marcas do passado, do *atraso* e do colonial. Em 1902, no Rio de Janeiro, Olavo Bilac expressava sua euforia com as demolições de Pereira Passos, que regeneravam a cidade, livrando-a dos cortiços e dos casarões coloniais, tornando-a não apenas higiênica e salubre, mas bela:

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!<sup>226</sup>

Curitiba não foi exceção. Logo no início da sua administração, Cândido Ferreira de Abreu também evidenciava a necessidade de desapropriações não apenas para alargar as ruas, mas para embelezar a cidade e dar uma *nova impressão*.

Em Curitiba a porta de entrada era a estação ferroviária. Ao desembarcar, o viajante subia ao bonde elétrico e através da avenida Rio Branco chegava ao centro da capital paranaense. A impressão da cidade moderna deveria estar presente desde o primeiro momento, e tanto a estação ferroviária, os bondes elétricos e a Avenida Rio Branco, que fazia a ligação com o centro, desempenhavam estrategicamente esse papel. Mas como lidar com as estruturas que não se adequavam à nova cidade? Desapropriar e demolir *é claro*, foi a resposta de Abreu, da mesma forma como procedeu Pereira Passos ao construir a Avenida Central:

-V. exa. fará desapropriações para regularização de praças e ruas?

É claro. A avenida Rio Branco, por exemplo, necessita de desapropriações, entre as ruas Marechal Deodoro e 15 de Novembro e isto, muito especialmente, porque é a parte da cidade que primeiro fêre a impressão do viajante que desembarca na “gare” ferro-viaria.<sup>227</sup>

As demolições não se restringiram às duas ruas citadas pelo prefeito. As *picaretas regeneradoras* logo destruiriam o Mercado Velho, as escadarias e as colunas do prédio *River Plate Bank*, na Rua Primeiro de Março, e os prédios da Praça Osório que estavam fora do alinhamento da Alameda Vicente Machado, entre muitos outros.

Em 1914 só restavam as paredes do *velho mercado*. De dentro do antigo edifício ia ganhando corpo o prédio do Paço Municipal. A destruição do mercado pôs fim não apenas ao

<sup>226</sup> BILAC, Olavo. Citado por SEVCENKO, *Literatura...* 1985. p. 31.

<sup>227</sup> ABREU, *Coritiba no futuro...* 1913. p. 05.



espaço físico e material em si, mas também a uma sociabilidade que brotava do intenso movimento, tanto da população que ali comprava seus alimentos, como dos colonos mais distantes, que chegavam com suas inúmeras carroças para fazer a venda de seus produtos. Próximo ao mercado também funcionava o quiosque de Francisco Serrador, que além da venda de quitutes, cigarros, doces e cafés, era ponto para apostas no *jogo do bicho*.<sup>21</sup>



Praça Municipal em 19 de dezembro de 1914, durante a inauguração da estátua em homenagem ao Barão do Rio Branco. Ao fundo, atrás do palanque, o Paço Municipal sendo erguido entre as ruínas do antigo mercado.

Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba  
Coleção: Museu Paranaense

A construção do prédio implicou a remodelação de toda aquela área. Afinal, um *palácio moderno* não poderia estar em meio a cortiços, pobreza, sujeira ou a ruas mal cuidadas. Assim, enquanto o prédio estava em fase de construção sucediam-se outros melhoramentos no local, como a inauguração da estátua em homenagem ao Barão do Rio Branco, realizada 19 em dezembro de 1914.

---

<sup>21</sup> MACEDO, Heitor Borges de. *Rememorando Curitiba no tempo dos bondinhos de burro*. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1983.

Mais do que uma simples inauguração e comemoração da emancipação política do Paraná, o evento representava o triunfo de uma nova sociabilidade e dos valores culturais advindos da modernidade. O barulho das carroças, as gritarias dos vendedores, os colonos pobres, os miseráveis que catavam os restos de verduras e alimentos, os excrementos dos animais e o mau cheiro do mercado, davam lugar, a partir daquele momento, a uma multidão *civilizada*. Além das personalidades políticas e militares e do desfile do contingente do Tiro de Guerra, composto por mais de 200 soldados, o jornal *A República* fez questão de destacar que os *populares* que ocupavam a praça eram de *aspecto majestoso*, exibindo a moda, o luxo e a riqueza.<sup>229</sup>

Os trabalhos regeneradores, já devidamente autorizados pela Câmara Municipal, ganhariam ainda mais respaldo pelo *Regulamento sobre desapropriações por utilidade pública*<sup>230</sup>, divulgado pela *Secretaria do Estado e Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica* em 14 de junho de 1913. De acordo com o regulamento, aplicável tanto no estado como no município, as desapropriações por utilidade pública referiam-se aos seguintes casos: construção de edifícios ou estabelecimentos públicos de qualquer natureza; abertura, alargamento ou prolongamento de estradas, ruas e praças; fundação de cidades, vilas ou povoações; embelezamentos urbanos e demais obras destinadas a servir a população.

Os engenheiros, por sua vez, tinham liberdade para fazer os devidos levantamentos ou estudos de prédios ou terrenos a serem desapropriados. Aos proprietários atingidos eram garantidas as devidas indenizações. Mas em caso de qualquer impedimento por parte desses, poder-se-ia recorrer às autoridades policiais. Assim, as administrações municipais teriam poderes para intervir sobre propriedades ou espaços privados, utilizando o subterfúgio da *utilidade pública*, no qual estavam velados seus interesses políticos e econômicos. Dessa forma, pode-se afirmar que *os trechos embargados judicialmente são poucos, pois a concepção de propriedade privada do solo passou a ser contraposta com a de interesse coletivo*.<sup>231</sup>

Ao mesmo tempo que se procurava demolir aquilo que era considerado *feio*, incentivava-se a construção de *prédios modernos*, através de concursos. As construções que tivessem as fachadas mais elegantes e que obedecessem fielmente às exigências arquitetônicas e estéticas seriam submetidas a uma comissão julgadora nomeada pelo próprio Abreu. Em 1914,

---

<sup>229</sup> A República. 19 de Dezembro: as grandes festas de Sábado comemorativas da nossa emancipação política: 21/12/1914. p. 01.

<sup>230</sup> Secretaria do Estado e Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica. *Regulamento sobre desapropriações por necessidade ou utilidade publica, estadual ou municipal*. In: A República: 19/06/1913. p. 01.

<sup>231</sup> SÊGA, *A Capital...* 2001. p. 60.

por exemplo, três edificações estavam concorrendo ao prêmio de prédio mais artístico: a Associação Comercial e dois prédios do Sr. Celestino Júnior, um localizado na Rua 15 de Novembro esquina com Dr. Muricy, e o outro que era a sua residência, na Avenida Ivahy. A comissão escolhida para fazer o julgamento era formada pelos engenheiros Adriano Gustavo Goulin, João David Pernetta e Luiz Caetano de Oliveira, homens ligados diretamente à *Comissão de Melhoramentos e Obras Municipais*. Ao vencedor, Sr. Celestino Júnior, foram conferidos os seguintes prêmios: três contos de réis pelo prédio da Rua 15 de Novembro, apesar de não ter a altura exigida, e dois contos de réis à sua residência, por satisfazer plenamente os requisitos estéticos.<sup>232</sup>

Contudo, além desse tipo de incentivo, medidas proibitivas também eram necessárias. O Código de Posturas de 1896, em seus artigos 121 e 124, já restringia a construção de casas tipo *meia-água*, ranchos, puxados ou qualquer construção coberta com capim, palha ou sapé, não apenas dentro da cidade, mas também no interior dos quintais ou em qualquer outro povoamento. Aos infratores recairia a multa de 30\$000, além de serem obrigados a destruir ou substituir a cobertura. Aqueles que levantassem uma *meia-água* seriam punidos com 100\$000 de multa, além de ser demolida a obra a custa do infrator.

Ao permitir a construção de casas de madeira na segunda e terceira zona da capital, ou seja, fora da área central, a administração Abreu estabeleceu rígidos critérios de construção: afastamento para dentro do alinhamento das ruas de pelo menos cinco metros; afastamento das cercas laterais de pelo menos dois metros; quatro metros entre o forro e o assoalho; trinta e seis metros cúbicos por compartimento - no mínimo; assentamento sobre alicerce de alvenaria de pedra ou tijolo, tendo em terreno de nível oitenta centímetros de altura mínima e em terreno inclinado trinta centímetros de altura mínima; janelas com 2,39 metros de altura por 1,10 metros de largura; abas do telhado frontal guarnecidas de lambrequins; portas, janelas, lambrequins, paredes e forros cepilhados e pintados interna e externamente a óleo; cobertura de telha de barro; janelas e bandeiras envidraçadas; grades de ferro no alinhamento das ruas e praças; no caso de varandas, a largura mínima seria de 1,50 metros. Nas casas localizadas na terceira zona, as portas, as janelas e os lambrequins deveriam ser pintados a óleo, e as paredes caiadas, tanto interna como externamente. As casas tipo *meia-água* continuavam terminantemente proibidas em qualquer das três zonas da cidade.<sup>233</sup>

---

<sup>232</sup> Diário da Tarde. *O predio mais artistico da rua Quinze*: 20/05/1914. p. 04.

<sup>233</sup> Diário da Tarde. *Casas de madeira*: 11/02/1914. p. 03.

Medidas como essas procuravam restringir, ou até mesmo expulsar do centro, as *pobres casinhas encardidas, de telhas de tábuas, cujo aspecto, às vezes, era miserando*<sup>234</sup>, dificultando assim a população pobre de ter sua casa na área central. Na idealização da Curitiba moderna tentava-se criar um espaço homogêneo. Na área central, ou primeira zona, como também era chamada, deveriam ser erguidos palácios, prédios e residências ao melhor estilo *art nouveau* e construções monumentais como a *Nova Estação Ferroviária*. Seria o espaço da alvenaria, do calçamento, dos bondes elétricos, dos jardins e das praças cuidadosamente ornamentadas e dos prédios importantes, como Paço Municipal, Associação Comercial, Palácio da Justiça e *Teatro Guayra*, e também um espaço para as novas formas de sociabilidade.

Conseqüentemente, a *cidade moderna* torna-se palco para novas manifestações, modas e personagens:

...diante desses melhoramentos de que está sendo alvo a nossa capital, os seus habitantes, sem distinção de sexo, resolveram (e com muita razão) marchar para o progresso, notando-se.. um extraordinário movimento que desde ao cair da tarde transformou o seio da capital (rua 15 de Novembro) num verdadeiro paraíso infernal: bandos de senhoritas... com o mais esmerado gosto ricas e finas *toillets*, percorriam os passeios... rapazes que encadernados[sic] em seus finos ternos e sem se preocuparem do frio andam... indiferentes a tudo, passam metidos em enormes sobretudos, os nossos políticos, que numa “pose” de lords, commentam os ultimos sucessos; e finalmente aparecem os burgueses parasitas, que passam vociferando contra as mulheres e filhos pelo simples motivo de todos os domingos correrem aos cinemas.

...sobem e descem constantemente bycicletas, bondes electricos que com seu enfado *delém-delém*, lá vão aleijando o que lhe estiver na frente; carros que volteiam a cidade conduzindo namorados...<sup>235</sup>

Por mais insuportável que fosse aquele *burguês* sem educação que não tinha o mínimo respeito com sua mulher e seus filhos, ou por mais que os bondes e automóveis causassem terríveis acidentes, eles faziam parte daquele novo mundo que se descortinava pelo *progresso* da urbe. Todos eles faziam parte do espetáculo da vida cotidiana das principais capitais européias e, portanto, eram aceitos apesar dos pesares. Mas carroças, criação de animais como porcos, vacas e cabras, e as casas de madeira que traziam à memória os *ares campestres* e *pacatos* de uma vila deveriam estar bem distantes do centro, pois não condiziam com os padrões exigidos para uma capital moderna, que

...exigia o arrasamento de tudo que se identificasse com o velho, o tradicional, o antigo, fossem prédios (como os cortiços ou casas de madeira), costumes ou qualquer outra coisa, em nome da construção desses espaços radicalmente novos que atendia às necessidades do desenvolvimento econômico, aos caprichos da nova estética urbana e à criação de novos espaços de sociabilidade pública em conformidade com esse ideal de modernidade.<sup>236</sup>

<sup>234</sup> SANTOS, *A terra do futuro...* 1996. p. 91.

<sup>235</sup> Tomencisna. *Curytiba progride!* In: A República: 23/06/1913. p. 01.

<sup>236</sup> MONTEIRO, *Porto Alegre: urbanização...* p. 116.

Em 13 de janeiro de 1916, pouco antes do final do mandato de Abreu, eram divulgados os trabalhos realizados pela *Comissão de Melhoramentos* durante os anos de 1913 a 1916.<sup>237</sup> Em relação ao calçamento das avenidas, ruas, travessas e praças, a prefeitura realizou inúmeros melhoramentos. Para a pavimentação foram utilizados principalmente paralelepípedos e macadame. As vias públicas que receberam revestimento de paralelepípedos, tanto usados como novos, correspondiam a 101.377, 66<sup>m2</sup> no total.<sup>238</sup> Os trabalhos de *macadamização* totalizavam 145.754, 66<sup>m2</sup>. No que se refere aos passeios ou calçadas, a área total revestida foi de 31.208,14<sup>m2</sup>, dos quais cerca de 19.255,16<sup>m2</sup> correspondem a revestimento de cimento, 10.200,55<sup>m2</sup> a ladrilhos, 1.158,12<sup>m2</sup> a *petit pavê*, e 594.31<sup>m2</sup> a lajes de pedra.<sup>239</sup>

O embelezamento constituía outro fator importante. Nas reformas urbanas da Capital Federal a prefeitura não poupou esforços nesse sentido e promoveu um verdadeiro *aburguesamento intensivo da paisagem carioca*.<sup>240</sup> Praças e jardins foram construídos, estátuas francesas foram erguidas em vários pontos da cidade e até pardais foram importados.<sup>241</sup> Em Curitiba não foi diferente e nesse aspecto a área verde ganha atenção dentro dos planos de remodelação urbana pois *transmitia ares de modernidade, ordenamento e beleza a esses locais, transformando-os em ambientes convidativos para a realização de importantes eventos, como manifestações patrióticas, religiosas, ou ainda, para um simples passeio ao ar livre nas tardes de verão*.<sup>242</sup>

Esforços foram feitos para arborizar e ajardinar inúmeras ruas, largos e praças:

A arborização das ruas e praças é hoje empregada em todas as cidades modernas, porque, além de embelezar-as, constitue um poderoso factor de hygiene. Assim, tenho um projeto de arborização da nossa capital, aproveitando dos bellos especimens da nossa flora, como: o matte, a araucaria (pinhos láres), a palmeira e cedros que se prestem, admiravelmente, para esse fim e que ahi se alteiarão, soberbos e fortes, na imponencia inegalavel das suas frondes, como attestado brilhante das nossas riquezas naturaes.<sup>243</sup>

Como o próprio prefeito destacava, a preocupação em arborizar e ajardinar os espaços não estava ligada apenas à questão estética de uma nova cidade, mas à idéia de criar um espaço

---

<sup>237</sup> COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE CORITIBA. Annaes da Camara Municipal de Curityba. Sessões de 15 de Outubro de 1915 a 29 de julho de 1916. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1916. p. 94.

<sup>238</sup> As ruas que receberam esse tipo de revestimento estão em ANEXO.

<sup>239</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pela Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado ao instalar-se a 1ª Sessão da 13ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1916. Curityba: Typ. do Diario Official, 1916. p. 43-47.

<sup>240</sup> SEVCENKO, *Literatura...* 1985. p. 33.

<sup>241</sup> O pardal era o pássaro símbolo de Paris.

<sup>242</sup> BAHLS, *O verde na metrópole...* 1998. p. 180.

<sup>243</sup> ABREU, *Coritiba no futuro...* 1913. p. 05.

saudável, necessários para os corpos que trabalhavam. Afinal, a existência de pântanos, de charcos e de lama pútrida comprometeria a saúde daqueles que vendiam sua força de trabalho em troca de um salário, afetando assim o projeto de dominação e exploração da elite.

O Passeio Público, a principal área verde, que surgiu em 1885 com o apoio dos senhores do mate, precisava urgentemente de reformas. O plano de revitalização incluiu a compra da chácara *Nha-Laura*, localizada ao norte, e que permitiu a ampliação do passeio e a construção de uma cascata; e o fechamento da área com *uma cerca de cimento armado, imitação de madeira roliça, gruta artificial, pontilhões de imbuia, assim como artísticos portões de entrada (imitação do Cemitério de Cães de Paris)*.<sup>244</sup> Alguns canais que cortavam o local foram aterrados, enquanto outros foram cimentados e transformados em tanques propícios à natação. Além da arborização, o parque tinha áreas destinadas ao lazer: pista para patinação, pista para ciclismo, campos para *Foot-Ball* e *Lawn Tennis*. Em volta da área foi construída uma pista exclusivamente para os automóveis, *o veículo da moda que hoje deve ter entrada em todos os sítios elegantes da civilização*.<sup>245</sup>

As melhorias, entretanto, não se restringiram ao Passeio Público, que as teve todas concluídas em fins de 1915. No dia 19 de dezembro de 1914 era *entregue* à população curitibana a Praça Osório, transformada pelos trabalhos da *Comissão de Melhoramentos* em um *magnífico jardim*. Além de canteiros e árvores, foram construídos um lago de concreto e um coreto artístico. Ao seu centro, um *relógio electrico* foi erguido em uma coluna com oito metros de altura. A coluna em granito foi encomendada ao Sr. Carlos Conti, de Piraquara. Quanto ao relógio, foi parte fabricada por uma fundição inglesa estabelecida na Capital Federal, enquanto os mecanismos de funcionamento foram comprados diretamente da Europa.

Mas, com o início dos conflitos da Primeira Guerra Mundial, houve atraso no envio das peças encomendadas, impedindo o funcionamento do relógio após a inauguração da praça. Assim que o relógio entrasse em funcionamento, o cidadão curitibano poderia ajustar o seu relógio ou se informar permanentemente sobre a hora oficial de sua cidade.<sup>246</sup> No local ainda estava previsto o estabelecimento de um *mictório modelo* encomendado da Europa e que também teria sua instalação atrasada pelo mesmo motivo.

Apesar desses imprevistos, o ato da inauguração foi motivo para comemorações, atraindo à praça considerável número pessoas, pois a partir daquele momento a população

<sup>244</sup> SÊGA, *A capital Belle Époque...* 2001. p. 65.

<sup>245</sup> A República. *Os planos de remodelação da cidade*: 30/07/1913. p. 01.

<sup>246</sup> BOSCHILIA, Roseli. *O relógio da Praça Osório: a hora oficial de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba/Casa da Memória, 1993.

dispunha de mais um espaço *regenerado*, próprio para as sociabilidades *modernas*, como o *footing*, as apresentações musicais e para a exibição da moda. Na ocasião, a banda do Tiro de Guerra se apresentou no coreto que a prefeitura também instalara na praça como parte dos melhoramentos.



Inauguração da Praça Osório em 19 de dezembro de 1914. Ao fundo o relógio, e à direita o coreto.  
Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba  
Coleção: Julia Wanderley - IHGEP

Interagindo com o espetáculo da modernidade, o público que prestigiou a inauguração da praça naquela data não poderia deixar de estar presente com a moda da *belle époque*. Os cavalheiros estavam trajados com terno, gravata e chapéu, enquanto as senhoritas e senhoras ostentavam as mais modernas e bellas toilettes.<sup>40</sup>

Afinal, pelo fato de estar localizada no início da via mais importante da cidade, a Rua 15 de Novembro, a praça precisava receber todos os melhoramentos possíveis, atendendo as expectativas daqueles cidadãos que reclamavam, pela imprensa, do descaso das autoridades para com aquele importante espaço.

<sup>40</sup> A República. 19 de Dezembro: as grandes festas... 21/12/1914. p. 01.

Apesar de ser o monumento mais alto e também de maior destaque na praça, o relógio não era o único foco de atração e existiam outros atrativos igualmente importantes. Na praça havia bancos, calçamento, árvores, um coreto para apresentações artísticas e postes com iluminação elétrica. Prova de que a modernidade chegara à Praça Osório.

Na Praça Eufrásio Correia também foi construído um belo lago de cimento com uma *fonte monumental* importada e também estava para receber outro *mictório modelo* igualmente encomendado na França, porém com sua respectiva instalação prevista para após o fim da guerra mundial.<sup>41</sup>



Praça Eufrasio Correia na década de 1910, após os melhoramentos realizados pela administração Abreu. Em primeiro plano o chafariz francês; ao fundo, à direita a estação ferroviária, e à esquerda o Hotel Tassi e parte do Hotel Roma.  
Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba

Essa praça e a Avenida Barão do Rio Branco eram as mais importantes, em virtude da estação ferroviária ali localizada. Era passagem obrigatória para quem chegava à cidade. Como enfatizava Abreu, a *impressão de cidade moderna* deveria saltar aos olhos desde o momento em que o *estrangeiro* chegasse à capital. Assim, a cidade recebia seus viajantes oferecendo uma bela praça ornamentada com árvores, flores, bancos, postes de iluminação elétrica e um chafariz

<sup>41</sup> Diário da Tarde. *Melhoramentos da Capital*: 24/02/1915. p. 01.



francês. Ao seu redor, hotéis *chiques*, como o *Roma* e *Tassi*, ofereciam hospedagem confortável e higiênica. A fonte era outra *alegoria* burguesa e tema principal de muitas fotos, mostrando que Curitiba também tinha sua *fonte monumental*!

Além do chafariz e dos lagos artificiais das praças Eufrásio Correia e Carlos Gomes, a prefeitura ergueu outros monumentos. Um ano após a inauguração da estátua em homenagem ao Barão do Rio Branco, realizada em 1914, a Praça Zacarias recebeu o busto em homenagem a Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, o primeiro Presidente da Província do Paraná. Destacava a prefeitura que o pedestal era de granito e mármore paranaense, sendo o busto de bronze fundido na Capital Federal.<sup>249</sup>

As praças, ruas e avenidas também foram ornamentadas com inúmeras espécies de árvores. Em 1914 chegava a 1.117 mudas plantadas, entre as quais figuravam as espécies magnólia, eucalipto, *plátanos*, *legustre*, *tipoana speciosas*, jacarandás, palmeiras, *grevilhas robustas*, erva mate e pinheiros, entre outros. A Rua Barão do Rio Branco recebeu a ornamentação de árvores de erva mate, e a Avenida do Contorno, mudas de pinheiros. Para esses trabalhos o Horto Municipal, instalado ao lado do Matadouro, desempenhou papel fundamental. Em seu vasto terreno e estufa, cerca de 10.104 mudas de árvores eram cuidadosamente mantidas e cultivadas em vasos ou vasilhames a fim de serem perfeitamente transplantados para qualquer lugar da cidade.<sup>250</sup>

Também foram restauradas, embelezadas e ajardinadas as praças Municipal e Dezenove de Dezembro, os largos Fontana, Mercado Batel, Dr. Faria e o que se formava entre as ruas Dr. Pedrosa e Comendador Araújo. A Praça Carlos Gomes estava ajardinada e nela foi instalado um pequeno lago com cascata para ser habitado por um casal de cisnes. Já no largo Dr. Faria e nas praças João Cândido e Tiradentes, os melhoramentos estavam sendo iniciados. Na Praça Tiradentes estava sendo feito o *ensaibramento* e a reforma nos canteiros. Nessas duas últimas as reformas prosseguiram após o término da gestão de Abreu.

O *Belvedere da Glória*, localizado entre a interseção das avenidas Graciosa e João Gualberto também estavam ainda em reformas. O muro de arrimo e os aterros já estavam concluídos, prontos para receber os trabalhos de jardinagem. No *Belvedere do Alto de São Francisco* a antiga capela do Bispado já havia sido demolida e estava sendo construído um *elegante pavilhão*. O belvedere ocupou toda a quadra formada pelas vias Dr. Jayme Reis, Desembargador Ermelino de Leão e Dr. Kellers. A ruínas da antiga igreja de São Francisco

<sup>249</sup> Inaugurada em 19 de dezembro de 1915.

<sup>250</sup> Diário da Tarde. *Governo do Município: A mensagem do Sr. Prefeito*: 17/10/1914. p. 01.

seriam aproveitadas como suporte para um mirante, *do qual se descortinará um dos mais bellos panoramas da nossa metrópole*.<sup>251</sup>

Comparando os gastos destinados às áreas verdes realizados desde o início do século XX, podemos notar que foi durante a administração Abreu que mais se investiu na manutenção desses espaços e na arborização das ruas até aquele momento:

A lei n. 122 de 24 de outubro de 1903, que orçava a despesa a ser paga para o ano seguinte, estabelecia Rs. 1:900\$ a serem entregues ao administrador do Passeio Público e da Praça Tiradentes. Em 1914, durante a gestão do Prefeito Cândido de Abreu, da verba de Rs. 611:254\$600 destinada aos serviços da Câmara Municipal e Prefeitura para o exercício de 1915, Rs. 15:800\$000 foram destinados para a conservação de Jardins, Praças e do Passeio Público.<sup>252</sup>

Além das obras, a administração municipal estava preocupada com questões relacionadas a higiene. Habitações sem sanitários ou que ainda utilizavam o condenável sistema de fossa, o lixo que se acumulava pelas ruas e casas, a falta de higiene nos estabelecimentos que vendiam gêneros alimentícios como a carne, o leite e o pão, bem como o alto custo dos gêneros alimentícios não poderiam deixar de causar apreensão no prefeito.

Não posso, de forma alguma, conformar-me com a qualidade e os preços exorbitantes de certos generos de primeira necessidade, especialmente da carne verde e do pão. Desde que fui honrado com o convite do sr. presidente do Estado para aceitar o cargo de prefeito, voltei a minha atenção para esse assumpto, pois que afecta directamente a existencia dos homens de trabalho, agentes prestigiosos que são do nosso progresso e do nosso engrandecimento. Esse objectivo hei de realisa- lo custe o que custar. Disse que trataria da hygiene publica e excusado é acentuar que o serviço de instalações sanitárias nas habitações, a limpeza das ruas e a remoção do lixo, para a qual usarei de carros e carroças as mais modernas, merecerão igualmente o melhor da minha atenção e, si os recursos permitirem, mandarei construir um forno de incineração do lixo, aproveitando as cinzas para a venda, como adubos chimicos para os agricultores.<sup>253</sup>

Em relação aos cuidados com a limpeza e higiene pública, a instalação de um forno de incineração para o lixo constituía sem dúvida o maior dos empreendimentos a ser realizado pela administração e o que mais atraía a atenção da população.

Naquele momento, o sistema já era utilizado em várias capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre; e nas capitais internacionais, como Paris, Londres e Nova Iorque. O forno de incineração, que consumia lixo e todo os tipos de detritos e imundícies, dava à cidade uma imagem de salubridade, higiene e desinfecção.

<sup>251</sup> COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE CORITIBA. Annaes da Camara Municipal de Curityba. Sessões de 15 de Outubro de 1915 a 29 de julho de 1916. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1916. p. 107.

<sup>252</sup> BAHLS, *O verde na metrópole...* 1998. p. 214.

<sup>253</sup> ABREU, *Coritiba no futuro...* 1913. p. 05.

Mas não haveria outras soluções para o problema do lixo? De fato existiam outras medidas mais em conta para uma administração que não dispunha de tantos recursos financeiros. O próprio médico sanitarista Trajano Reis já destacava que na falta de recursos para a instalação de tal sistema, o lixo poderia ser *juntado em pequenos monturos fora da cidade, em lugar distante, que serão queimados ao ar livre, sem que disto resulte mal algum*.<sup>254</sup> Contudo, queimar o lixo em pequenos montes em áreas afastadas provavelmente não condizia com uma cidade que lutava para ser reconhecida como *civilizada*. Uma *cidade moderna* deveria tratar do lixo de uma forma industrial, e o forno nesse sentido figurava como um verdadeiro *fetichê*, como representação simbólica da modernidade. Instalar tal sistema era como colocar Curitiba mais próximo dos grandes centros industriais.

Ao mesmo tempo que se discutia o forno de incineração, as preocupações voltavam-se para as regulamentações dos gêneros alimentícios. Em uma sociedade onde a ordem era trabalhar para conduzir o país ao almejado progresso, isto é, garantir o enriquecimento dos industriais e a continuidade da dominação política, eram necessárias as mínimas condições de higiene. As deficiências apontados poderiam futuramente ou a qualquer momento tornar-se críticas. Uma doença contagiosa poderia espalhar-se rapidamente pelos espaços imundos e podres, afetando toda a população. Um estabelecimento com gêneros alimentícios estragados, contaminados ou com seus funcionários doentes, ameaçava contagiar todos os demais indivíduos sadios.

O alto preço dos alimentos de primeira necessidade também constituía um fator agravante à ordem do progresso. Em épocas de extrema carestia, a alta generalizada desses poderia fomentar greves ou revoltas. Por outro lado, o alto preço privava os trabalhadores de uma alimentação sadia, necessária para recarregarem suas energias após longas jornadas de trabalho. Corpos doentes e fracos não teriam bom rendimento no trabalho. As doenças e a mortalidade ameaçavam a existência do homem trabalhador. E uma multidão em tal situação comprometia drasticamente todo o processo de produção e enriquecimento dos setores dominantes.

Portanto, era necessário cuidar, combater a mortalidade, fiscalizar, impor normas higiênicas para as moradias, padarias, confeitarias, açougues, estábulos, peixarias, mercados, casas de quitanda, botequins, armazéns de víveres, vendedores de leite, fábricas de bebidas e

---

<sup>254</sup> REIS, Trajano Joaquim dos. *Elementos da hygiene social*. Curitiba: Typ. e Lith. da Companhia Paranaense, 1894. p. 236.

*xarqueadas*. Qualquer um desses espaços ou estabelecimentos que descuidasse do asseio, poderia tornar-se um potencial foco transmissor de doenças.

Já existia toda uma legislação nesse sentido no Código de Posturas, mas faltava maior fiscalização, e a intenção do novo prefeito era aprimorar sua aplicação a partir daquele momento. Quem que não respeitasse as posturas estaria sujeito às penalidades impostas pela Prefeitura, na forma de multas, cancelamento de licenças e fechamento, tanto para habitações como para os mais variados estabelecimentos comerciais.

A fundação do *Instituto Gota de Leite* ilustra o processo de normatização, uma vez que implicou a regulamentação de todas as fases da produção do leite. Foi imposta a obrigatoriedade da matrícula das vacas na *Hygiene Municipal*, criaram-se normas relativas à alimentação do gado, à higiene dos estábulos, à higiene para a ordenha, à venda do leite e ao transporte. O *Laboratório de Análises Químicas*, por sua vez, fazia a fiscalização dos estábulos e da qualidade do leite vendido. Essas *normatizações sanitárias incidiam sobre todo o processo produtivo do leite e não apenas sobre o seu resultado, permitindo o controle das práticas sociais dos produtores de leite*.<sup>255</sup>

A vigilância e a fiscalização também alvejavam os proprietários de cabras, porcos, cavalos e cachorros. Qualquer animal que vagasse sem licença ou que fosse criado solto na área central deveria ser imediatamente apreendido e seu dono multado em 20\$000 por cabeça. Ao mesmo tempo, numa nítida tentativa de disciplinar e tornar os cidadãos verdadeiros vigilantes do *centro civilizado*, a prefeitura passou a estimular a apreensão desses *animais indesejáveis*. Qualquer cidadão que apreendesse um animal solto ou não matriculado receberia o abono de 10\$000.<sup>256</sup>

Para garantir a saúde da população também era necessário intervir diretamente nos espaços destinados à moradia. Como nos mostram os jornais e Atas da Prefeitura relativas a essa questão, durante a segunda década do século XX vários prédios tiveram seu atestado de *habite-se* negado, em virtude das péssimas condições de higiene, e outros ainda foram fechados por serem *bordéis*:

Hygiene Publica

A parte do Regulamento Sanitario que tem sido cumprida com maior regularidade, não obstante as tentativas com que muitos procuram annullar-lhe a execução, é a que se refere ás visitas domiciliarias.

<sup>255</sup> GANZ, Ana Maria; GANZ, Ângela Lúcia. *A “Questão do Leite” em Curitiba: o saber preventivo e a resistência cotidiana (1890-1920)*. In: Boletim do Departamento de História da UFPR, Série Monografias, nº 01, Imprensa Universitária, 1989. p. 38.

<sup>256</sup> Diário da Tarde. *Prefeitura da Capital: mensagem apresentada a Camara Municipal pelo prefeito dr. Candido de Abreu*: 19/10/1914. p. 01.

Durante o anno proximo findo [1915] foram vistoriadas 580 casas, sendo que dellas 356 estavam em boas condições de habitabilidade, 221 necessitavam de reformas, que foram determinadas pela Directoria de Hygiene, e, finalmente 23 foram condenadas a fechamento por não estarem de accordo com os preceitos de hygiene.

A pedido da repartição de hygiene municipal foram desinfectadas, no decurso do anno 14 casas; foram expedidas no mesmo periodo 244 intimações.<sup>257</sup>

Como destaca VAZ, ao analisar a questão da moradia na Capital Federal durante as reformas urbanas do prefeito Pereira Passos, *a relação entre as habitações coletivas populares e a insalubridade da cidade foi rapidamente detectada*.<sup>258</sup> Autoridades apontavam os cortiços como focos transmissores de doenças, pois neles não existiam sanitários, água encanada, arejamento e eram superlotados. Isso serviu unicamente como pretexto para destruí-los e expulsar os pobres indesejáveis do centro. Ao mesmo tempo que se destruíam tais habitações populares, a municipalidade não demonstrava qualquer preocupação em proporcionar-lhes outra opção de moradia. Com isso a população que residia nesses espaços já precários, ficavam em uma situação ainda mais grave, despossuídos de teto ou abrigo.

A privacidade da população de Curitiba também teve de sujeitar-se ao médico sanitaria. Em nome do interesse público, moradias coletivas, hotéis, cortiços e pensões eram vistoriadas e, dependendo de seu estado sanitário, poderiam obter ou não autorização para permanecer no centro. Por sua vez, no *poder* desse médico municipal e da polícia sanitária que agiam em nome de uma causa pública, estavam instalados os interesses da elite em remodelar, higienizar e controlar a cidade. Os pobres eram provavelmente os mais atingidos uma vez que a falta de recursos obrigava-os a morar em cortiços e habitações baratas. Ao mesmo tempo, nem todos teriam condições de arcar com as despesas provenientes das reformas exigidas pelas autoridades. Reformar um cortiço, por exemplo, demandava instalar acessórios sanitários, tubulação para água e abertura de janelas para facilitar o arejamento dos quartos, entre outras medidas.

Nota-se que as medidas adotadas pela municipalidade limitam-se a desinfetar, vistoriar e determinar o fechamento das casas imundas e fedorentas, enquanto restava aos habitantes das casas fechadas, buscar uma vaga em prédio ou casa que obedecesse as normas de hygiene. Todavia, nem todos tinham condições de pagar um aluguel mais caro, com o que os poderes

---

<sup>257</sup> ACTA da Sessão ordinaria em 15 de Janeiro de 1915. Annaes da Camara Municipal de Curityba. Sessão de 15 de Outubro de 1914 a 29 de Julho de 1915. Coritiba: Typ d'A Republica, 1915. p. 75.

<sup>258</sup> VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e Moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro - Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2002. p. 32.

municipais não se preocupavam. Afinal, essa população era vista como parte da *sujeira*, e como tal não se encaixava no espaço *civilizado*.

Em relação ao saneamento, foram realizados serviços de limpeza, retificação e canalização dos rios e córregos que atravessavam Curitiba, bem como a construção de bueiros e galerias pluviais. Os resultados relativos ao triênio (1913-1916) foram os seguintes: 3.26,20 metros<sup>2</sup> de cobertura plana em cimento armado; 5.142,948 metros<sup>3</sup> de alvenaria de pedra seca, com argamassa de cal de cimento e de tijolos; 848,96 metros de canalização e cobertura em alvenaria dos diversos rios e córregos (não incluídas aqui as obras relacionadas ao Rio Lava Pés); 78 metros de canalização sem cobertura; 607,50 metros de canalização em terra e 1.355,72 metros de tubos *Arco* de cimento armado para as galerias pluviais.<sup>259</sup>

Entre as obras de saneamento, algumas foram destacadas e cuidadosamente divulgadas pela Prefeitura. O Rio Belém estava canalizado e devidamente coberto nas partes em que fazia travessia pelas vias João Gualberto, Graciosa, Amintas de Barros, 15 de Novembro, Marechal Deodoro, Benjamim Constant, Pedro Ivo e Misericórdia. No eixo compreendido entre a Rua Mariano Torres até o antigo leito foi aberta um canal por terra com a extensão de 687,50 metros. Entre a Rua Pedro Ivo e Benjamim Constant foi feito um canal de alvenaria com a extensão de 60 metros. Na parte do Passeio Público foi escavado um novo canal com a extensão de 2.000 metros. Nos terrenos e quintais compreendidos pelas ruas João Gualberto e Graciosa, foram feitas a limpeza e a retificação desse rio.

O Rio Ivo estava canalizado e recebeu cobertura nas partes em que atravessava as vias Angelo Sampaio, Coronel Dulcídio, Presidente Taunay, Dr. Vicente Machado, Visconde do Rio Branco, Visconde de Nacar, Dr. Carlos de Carvalho, Voluntários da Pátria, Desembargador Ermelino de Leão, Cândido Lopes, Dr. Muricy, Pedro Ivo, Misericórdia, João Negrão, Visconde de Guarapuava, Conselheiro Laurindo, Sete de Setembro e Praça Zacarias. Na parte em que fazia a travessia pela Rua Francisco Rocha, o Rio Ivo foi canalizado com tubos de cimento armado em uma extensão de 17,50 metros. Na travessia pela Rua José Loureiro foi feita a canalização em 78 metros, cuja cobertura ainda estava sendo concluída.

Na parte em que fazia travessia com a Avenida Ivahy, o Córrego da Água Verde estava canalizado com tubos de cimento em uma extensão de seis metros. O Córrego Bigorrilho, na parte em que fazia travessia com as vias Saldanha Marinho, Visconde de Nacar, Cabral e

---

<sup>259</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pela Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado ao instalar-se a 1ª Sessão da 13ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1916. Curitiba: Typ. do Diario Official, 1916. p. 43-47.

Voluntários da Pátria, estava canalizado em tubos em uma extensão total de 27 metros. Já o Rio Lava Pés fora desviado por um canal de derivação para o Rio Belém.

Ainda estava em fase inicial a ligação dos rios Ivo e Bigorilho. Bueiros foram construídos nas vias Comendador Araújo (desde a Rua Angelo Sampaio até a Rua Desembargador Mota), Ratcliff (entre a Praça Zacarias até a Rua Pedro Ivo), Brigadeiro Franco (entre as ruas Carlos de Carvalho e Vicente Machado), Aquidabam (entre as ruas Brigadeiro Franco e Desembargador Mota), Garibaldi (entre as ruas Conselheiro Barradas e João Gualberto), Conselheiro Barradas (entre as ruas Riachuelo e Mariano Torres), Carlos de Carvalho e no prolongamento da Avenida Vicente Machado. Galerias pluviais foram construídas em uma quadra da Rua Rio Branco (cruzamento com Rua Visconde de Nacar), Rua Visconde de Nacar (até o começo da Praça da República) e na Rua Ratcliff (desde a Rua Bandeirantes até as proximidades do cruzamento da Avenida Visconde de Guarapuava). Valetas para escoamento das águas pluviais foram abertas nas vias Alferes Poly e Nunes Machado.

Por fim, outras obras foram *entregues ao público*: o *Mercado Regional*, também chamado de *Mercado da Zona Oeste*, construído na interseção das vias Desembargador Mota, Aquidabam e Dr. Pedrosa; o *Mercado da Zona Norte*, na Praça 19 de Dezembro; e as adaptações na Praça Zacarias para a instalação de barracas destinadas às feiras. No Cemitério Municipal estavam prontos os muros de proteção, as caixas de guarda de urnas (para conter os restos mortais), o necrotério e calçamento interno, onde foram revestidos cerca de 2.547 metros quadrados de lajes. O *Instituto Pasteur* e o *Instituto Gota de Leite* ganharam prédios próprios.

E encerrando a administração de Cândido Ferreira de Abreu, foi inaugurado em 24 de fevereiro de 1916 o Paço Municipal, que acabou sendo construído na Praça Municipal, onde estava o Mercado Velho.

Ao fim de uma jornada *civilizadora* cumprida *heroicamente* pela administração municipal, o Presidente do Estado, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, declarava entusiasticamente:

Os consideráveis trabalhos que no curto período de três annos levou a effeito com admirável competencia technica, infatigavel zelo e honestidade exemplar, o digno Prefeito de Curitiba, ahi estão aos olhos de todos, como um vivo attestado de sua dedicação, abrangendo a cidade inteira que saneou e embellezou, fazendo della a attraente *urbs*, francamente admirada por quantos a visitam.<sup>260</sup>

---

<sup>260</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pela Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado ao installar-se a 1ª Sessão da 13ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1916. Curitiba: Typ. do Diario Official, 1916. p. 44.

No curto período entre 1913 e 1916 a capital paranaense foi submetida a uma série de intervenções em seu quadro urbano. De acordo com os relatórios da Câmara Municipal, mensagens do governo do Estado e declarações do próprio prefeito, os esforços empreendidos tornaram Curitiba uma *cidade moderna*. Os resultados estavam nas inúmeras ruas e avenidas calçadas, alinhadas e alargadas; nas lindas praças cuidadosamente ornamentadas com flores, árvores, lagos e cisnes; na expansão das linhas dos bondes elétricos; nos prédios monumentais ou com fachadas arquitetônicas erguidas sobre as construções *feias*; na funcionalidade de seus mercados; nas galerias pluviais e no sistema de canalização dos rios; na fiscalização higiênica exercida nas áreas ligadas à produção de gêneros alimentícios, estabelecimentos comerciais e espaços de moradia. Mas todos estavam satisfeitos com os resultados até então obtidos? O que diziam os demais usuários da cidade que recorriam à coluna de reclamação do *Diário da Tarde*? O programa da prefeitura e as obras modernizadoras contemplaram as necessidades e expectativas desses queixosos? A *cidade moderna* reclamada pelos queixosos antes das reformas correspondiam à *cidade moderna* idealizada pelo prefeito Cândido Ferreira de Abreu?

## 2.1 - Entre o esplendor das obras de Abreu e a realidade dos factos<sup>261</sup>

Para BENJAMIN, uma cidade pode abrigar várias realidades, verdades e visões de mundo. A cidade é por excelência o espaço do conflito, dos contrastes sociais, culturais, econômicos e políticos.

Em suas análises sobre Paris, o autor não se propõe mostrá-la através de uma ordem ou descrição única e seqüencial, mas a partir de inúmeros retratos e fragmentos que permitem ao leitor captar diferentes visões, pensamentos e perspectivas sobre uma mesma sociedade, pois *quando lemos essas obras não como uma seqüência e, sim, como uma constelação de retratos urbanos, como um texto único, ocorre uma superposição surrealista das cidades... resultando disso uma nova realidade: a Metrôpole Moderna enquanto imagem mental.*<sup>262</sup>

Pensada como capital do século XIX, Paris aparece em um primeiro momento como cidade desumana e desfigurada, subjugada aos pés da burguesia. Os planos urbanísticos de Haussmann aparecem imponentes, rasgando grandes avenidas sobre as ruas estreitas, erguendo prédios monumentais, demolindo inúmeros bairros e instalando casernas em lugares

<sup>261</sup> Os títulos em itálico foram retirados de matérias do *Diário da Tarde*.

<sup>262</sup> BOLLE, *Fisiognomia da Metrôpole Moderna...* 2000. p. 272.



estratégicos. A população pobre foi obrigada a retirar-se para áreas distantes enquanto no centro apenas permaneceram aqueles em condições de arcar com elevados aluguéis. O novo traçado estratégico e militar que buscava controlar, disciplinar a população pobre e garantir a segurança em caso de rebelião, tornou-a estranha aos próprios parisienses, que *não se sentem mais em casa*.

Num segundo momento Paris é exposta rompendo com o *embellissement stratégique*. Os audaciosos planos de controle sobre a cidade foram desfeitos pela Comuna de 1871. As grandes avenidas não conseguiram impedir a formação das barricadas, muitas das quais chegaram à altura do primeiro andar. Mesmo de curta duração, a rebelião rompe com o caráter desumano. É uma outra cidade e imagem mental, aqui Paris pertence às barricadas, à população pobre, ao desejo de liberdade e solidariedade. As razões e o sonho coletivo que impulsionou a população às barricadas, torna-se nítido a partir do momento em que é compreendido o seu oposto: a cidade e seu sistema desumano e militar implantado no Segundo Império. Assim, o objeto, o acontecimento ou o fato revelado pelo historiador não pode constituir-se em uma verdade histórica por si próprio, ela apenas se *torna viva* quando contrastada ou superposta com outros fatos contraditórios:

É preciso compreender, segundo o conceito da semelhança, as manifestações de superposição, de sobreposição... Quando dizemos que um rosto se assemelha a outro, isso significa que certos traços desse segundo rosto, para nós, se mostram no primeiro, sem que este deixe de ser o que era. (...) cada verdade aponta evidente para o seu contrário e a partir dessa situação se esclarece a dúvida. **A verdade se torna alguma coisa viva, ela vive apenas no ritmo em que a frase e seu oposto trocam de lugar a fim de serem pensados.**<sup>263</sup>

Trabalhar o contexto curitibano nessa perspectiva não significa afirmar que a reforma urbana implementada durante a gestão da administração de Cândido Ferreira de Abreu não existiu ou deixou de atingir seus objetivos. De fato os melhoramentos ocorreram e vários documentos, como relatórios da Câmara Municipal, *Comissão de Melhoramentos* e imprensa registram transformações ocorridas naquele momento; e mesmo ainda hoje se pode encontrar em Curitiba fragmentos dessas transformações implementadas, como prédios, monumentos, praças e ruas. Contudo, objetiva-se aqui captar imagens da cidade em outra perspectiva que não estejam ligadas à própria administração, mas captar as imagens dessa Curitiba sob o olhar e imaginário dos usuários da cidade.

<sup>263</sup> BENJAMIN, Charles Baudelaire... 1989. p. 187. Sem grifos no original.

À medida que a cidade ia sendo transformada sob a égide do cientificismo, prosseguiram as reclamações, tanto na coluna *Reclamações do Povo*, como em várias matérias jornalísticas publicadas no *Diário da Tarde*. Juntando esses fragmentos e registros do referido período, como um verdadeiro jogo de quebra-cabeça, surge uma imagem de cidade bem diferente daquela dos discursos veiculados pelas autoridades municipais. Algumas reclamações e matérias questionavam diretamente os trabalhos da *Comissão de Melhoramentos*, alegando a ineficiência e o caráter limitado dessas obras. Outras, apesar de não criticarem a municipalidade, limitando-se a relatar fatos, continuavam apontando as mesmas questões levantadas antes do período das reformas (1909-1913).

### ***A engenharia municipal deu em droga: a cidade inundada***

Em meados de 1914, logo que parte do sistema de canalização dos rios Ivo, Belém e Bigorilho e do sistema de escoamento das águas pluviais foram implementados pela prefeitura, esses *melhoramentos* foram submetidos a primeira grande prova de eficiência.

Na noite de 02 de junho de 1914, depois de um período de estiagem, ocorreu uma grande precipitação de chuva sobre a capital. Na manhã do dia seguinte os alagamentos eram vistos em vários locais. Nas ruas Vicente Machado, Saldanha Marinho, Carlos de Carvalho, Voluntários da Pátria, Augusto Stellfeld e fins da Rua Marechal Floriano Peixoto o tráfego ficou interrompido. De acordo com o *Diário da Tarde*, em alguns pontos essas ruas *só eram transitáveis em canoas, até o meio dia* de 03 de junho.

As reclamações enfatizam que as obras da prefeitura ao invés de melhorarem o fluxo das águas dos rios Bigorilho e Ivo, acabaram obstruindo sua passagem. Antes das obras da prefeitura iniciadas em 1913, o Rio Bigorilho tinha passagem pela ponte da Rua Saldanha Marinho. Contudo, a colocação de dois tubos estreitos no referido ponto impedia a passagem das águas, causando o transbordamento e o conseqüente alagamento da região.

Os trabalhos de canalização do Rio Ivo mostraram-se ineficientes, pois segundo os moradores o canal era muito estreito. Além disso, a tubulação colocada no começo da Rua Carlos de Carvalho estava apenas a meio metro de altura do rio, impedindo o rápido escoamento das águas. Os moradores já tinham comunicado sobre esses fatos, mas de nada adiantou, pois a prefeitura fez o fechamento do canal, dificultando ainda mais a vazão das águas. Como conseqüência, as ruas Carlos de Carvalho e a Avenida Vicente Machado, desde a Rua Voluntários da Pátria até a Rua Visconde do Rio Branco e as quadras compreendidas entre

as ruas Dr. Muricy, 15 de Novembro, Ébano Pereira e Praça Zacarias, também eram atingidas pelas águas provenientes deste rio. A falta de bueiros e de galerias pluviais tanto na Avenida Graciosa como nas demais ruas que a cortavam, permitiam que as águas imundas do Rio Belém se acumulassem ali por vários dias.

Mesmo as vias servidas com bueiros instalados pela prefeitura não estavam imunes às chuvas. Na Rua Ignácio Lustosa, *a prefeitura, na sua eterna imprevidencia, não viu, ainda, a insuficiencia dos boeiros existentes naquela zona, boeiros que além de poucos são estreitissimos, não podendo de forma alguma dar vazão a toda a agua que ali se acumula.*<sup>264</sup>

Na Rua Assunguy, os canos instalados para o escoamento das águas pluviais eram *elegantes*, mas ineficientes, pois foram levados juntamente com o restante de materiais que estavam sendo empregados pelos operários da prefeitura. Para os moradores, *a chuva torrencial desta noite provou aos nossos engenheiros a inutilidade do seu trabalho, alias comprovada curteza de vistas.*<sup>265</sup>

Aqueles que residiam nas áreas mais baixas sofriam as maiores conseqüências. Muitos ficaram isolados em suas casas e dependeram do serviço de salvamento do Corpo de Bombeiros.<sup>266</sup> Na Rua João Negrão, onde as águas atingiram a altura de um metro e meio, foram resgatadas com o auxílio de canoas cerca de 40 pessoas. Na Rua Ermelino de Leão os bombeiros também resgataram seis pessoas.

Os prejuízos materiais mostraram-se bastante elevados para comerciantes e moradores. Os comerciantes localizados próximos à Praça Zacarias tiveram prejuízos de mais de 300\$000 com suas mercadorias estragadas. A população localizada nas ruas citadas acima e que cultivava hortas ou que criava galinhas e animais em suas residências também teve grandes prejuízos.

Durante aquele momento a cidade ficou às escuras, sem luz e sem os serviços dos bondes elétricos, em razão da usina de força encontrar-se tomada pelas águas que, segundo o jornal, nas proximidades atingiu cerca de dois metros de altura. Mesmo depois de restabelecida a energia, em várias partes da cidade os bondes não puderam operar, porque a lama e a sujeira acumuladas nas ruas cobriam os trilhos. Os serviços telefônicos também foram interrompidos em vários locais. A administração municipal recebeu inúmeras críticas na imprensa pela ineficiência dos trabalhos relacionados à canalização dos rios:

<sup>264</sup> Diário da Tarde. *A engenharia municipal deu em droga: a cidade inundada*. 03/06/1914. p. 02.

<sup>265</sup> Ibid.

<sup>266</sup> De acordo com o Diário da Tarde, esta seria a primeira atuação do Corpo de Bombeiros em Curitiba.

O Belem imundou toda a redondeza...

Aqui também estamos diante dum caso typico da desidia prefetural.

A cada pequena chuva, tudo aqui é alagado e os moradores esbofam-se em reclamações a Prefeitura e a imprensa.

A Prefeitura, porem, em vez de cuidar seriamente do que é necessario, esta ocupada actualmente em virar para o avesso os paralelepipedos da avenida Luiz Xavier e praça Ozorio. **Isto dá mais na vista do burgues do que o estabelecimento duma galeria de aguas pluviais.**<sup>267</sup>

A administração de Abreu foi questionada em três pontos. Primeiro, pelo fato de que muitas áreas, como Água Verde, Avenida Graciosa e fins da Marechal Floriano, entre outras, ainda não tinham recebido nenhum melhoramento em serviços de escoamento das águas pluviais ou da instalação de bueiros. Segundo, pelo fato de que aqueles melhoramentos implantados mostraram-se inúteis para conter a chuva. Os bueiros eram ineficazes para o escoamento das águas, eram poucos, e além de tudo, pequenos. Na canalização dos rios Ivo e Bigorrilho, foram usados canos com diâmetro insuficiente para a intensidade e a quantidade de água corrente nesses rios.

Diante de tantos prejuízos em áreas já reformadas, os moradores questionavam a eficiência da *Comissão de Melhoramentos*. Na matéria que trata do referido acontecimento, a palavra *melhoramento* aparece diversas vezes entre aspas, numa alusão irônica de que para os moradores prejudicados esse termo estava longe de corresponder à realidade.

Por fim, a municipalidade era denunciada por apenas preocupar-se com o embelezamento de algumas áreas cujas condições materiais não pareciam ser tão graves, em detrimento de outras. A Praça Osório e a Avenida Luiz Xavier já estavam calçadas e os trabalhadores da *Comissão de Melhoramentos* em vez de serem deslocados para áreas consideradas críticas, isto é, locais e vias públicas desprovidas de calçamento e galerias pluviais, ainda permaneciam no local para trocar os paralelepípedos. A prefeitura estaria então mais preocupada com a manutenção daquela praça e avenida em benefício dos cidadãos ricos que as freqüentavam ou residiam ali, ou para impressionar os viajantes de outras capitais que chegavam a Curitiba.

### ***Reclamações do povo contra o fornecimento de lama a esta Capital***

Em relação ao abastecimento de água, não foram feitas alterações significativas. Analisando os relatórios do governador, Dr. Carlos Cavalcanti, durante o período de seu mandato (1912-1916), notam-se as constantes ressalvas sobre o assunto.

---

<sup>267</sup> Diário da Tarde. *A engenharia municipal deu em droga: a cidade inundada*. 03/06/1914. p. 02. Sem grifos no original.

O relatório de 1913 enfatiza que os serviços oferecidos pela *Empresa Paulista* deixavam  *muito a desejar*, devido à insuficiência dos mananciais captados, à falta de um reservatório especialmente voltado para abastecer a área elevada e pelos defeitos no sistema de encanamento. As medidas tomadas pelo governo foram: solicitar ao Congresso que atuasse no sentido de encontrar soluções, e ordenar a realização de estudos e projetos, objetivando uma futura mudança na rede de abastecimento.

No ano seguinte, o relatório informa que os estudos visando à captação de novos mananciais foram apresentados; porém, devido a seu alto custo e por a pesquisa ainda estar incompleta, as obras não poderiam ser iniciadas naquele ano de 1914. Em 1915 os debates entre o governo e a empresa prosseguem, mas sem apresentar acordos, protelando mais uma vez a obra de ampliação e os melhoramentos no sistema de água.

Enquanto governo e empresa discutiam a questão, as queixas prosseguiram, denunciando as precariedades dos serviços oferecidos pela *Empresa Paulista de Melhoramentos*. Nota-se a continuidade dos problemas anteriormente apontados no período da reforma, isto é, os racionamentos constantes, principalmente na parte elevada da capital; a falta de qualidade da água; a taxa de abastecimento; a falta de hidrômetros; e a baixa qualidade dos materiais utilizados pela empresa, como os tubos.

Sobre os racionamentos, a empresa, por sua vez, alegava que não fornecia água aos moradores das regiões altas em virtude da seca na serra. A população, entretanto, não aceitava as justificativas, considerando-as como prova do descaso e da *incompetência* da própria empresa, pois enquanto algumas áreas estavam privadas da água, em outras o fluxo continuava normal, e o que era pior: apresentando grandes desperdícios. Entre 1914 e 1915 várias queixas enfatizam inúmeros vazamentos em ruas como Assunguy, Operários e Barão de Antonina, que chegaram a perdurar por até quatro dias. O cidadão que presenciou esses vazamentos e que provavelmente se lembrou da alegação da empresa indagou ao jornal:

Quasi que diariamente falta agua, creio, por desidia da empreza que tão mal serve a população. Na Rua Assunguy em frente ao palacete Rodolpho Muller, ha mais de quatro dias está arreventado o cano principal, formando um grande esguicho e alagando a rua.  
Como não há de faltar agua si a empresa a deixa desperdiçar-se assim?<sup>268</sup>

Em meados de 1915 a indignação com o descaso levou muitos cidadãos a ameaçarem iniciar uma campanha contra o pagamento das taxas pertinentes ao serviço de abastecimento.

---

<sup>268</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 30/11/1914. p .02.

Acusava-se a empresa de ludibriar a população e romper o contrato de concessão assinado com o governo.

Quando foi fechado o contrato para a exploração desse serviço, a empresa comprometera-se a fornecer 10.000.000 de litros de água de boa qualidade a cada 24 horas. As amostras da água apresentadas aos médicos sanitaristas do Rio de Janeiro comprovaram a sua excelente qualidade. Porém, uma vez concedida a licença pela prefeitura, a realidade mudou drasticamente. Em 1913 e 1914 o volume fornecido não ultrapassou 2.800.000 litros. As águas limpas da serra, ao passarem pelos péssimos serviços de captação, chegavam às residências com terrível aspecto: sujeira, barro, materiais orgânicos e até mesmo restos de animais em decomposição. Como a empresa não estava cumprindo com suas promessas e obrigações assumidas, o *povo* alegava ter

...o direito até de não pagar as taxas respectivas. E se paga tem o direito de exigir que se lhe forneça água de acordo com as amostras que foram julgadas boas.  
 (...) Quem não recebe água não deve pagar e tem o direito de não pagar. E quem gasta água que pague na proporção do que gasta. É isto que o que há de mais justo no mundo.  
 É melhor que v. ex. tome providencias antes que suceda um movimento do povo no sentido de não pagarem as taxas a que pelo direito e pela justiça não mais se acham obrigados.  
 Saude e fraternidade – O. Branco.<sup>269</sup>

As questões levantadas pelos reclamantes relativas ao abastecimento de água não foram resolvidas durante a administração municipal de Abreu. A encampação da empresa, vista como o primeiro passo para uma mudança e melhoria nos serviços, acabou sendo realizada apenas em fins de 1916, durante o governo do Dr. Afonso Alves de Camargo.<sup>270</sup>

## 2.2 - *As coisas na nossa cidade andam tão a matroca...*

A higiene foi uma questão permanentemente levantada e exigida pelos cidadãos na coluna *Reclamações do Povo*. A implementação de serviços eficientes de limpeza, recolhimento e tratamento do lixo, bem como a eliminação de chiqueiros, estábulos ou viveiros da área central, além da higiene nas habitações e do asseio nos estabelecimentos comerciais figuravam entre as principais exigências.

Desde o início a administração Abreu já se posicionara sobre esses pontos relacionados à higiene. Sobre a limpeza urbana, as carroças que faziam o transporte e recolhimento do lixo

<sup>269</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do povo contra o fornecimento de lama a esta Capital*: 24/12/1915. p. 01.

<sup>270</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pela Exmo. Sr. Dr. Afonso Alves de Camargo, Presidente do Estado ao instalar-se a 1ª Sessão da 13ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1917. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1917.

seriam reformadas. Como destacavam as queixas, muitas tinham a carroceria antiga, com inúmeros buracos e frestas, pelas quais saíam os detritos que transportavam. Sobre o tratamento do lixo, a idéia era instalar um forno de incineração, o qual transformaria o lixo em cinzas e traria lucros para a prefeitura aplicar em outros melhoramentos, pois as cinzas poderiam ser vendidas como adubo químico para os agricultores e colonos dos arredores da capital.

Contudo, o serviço de recolhimento de lixo mostrava-se deficiente em várias ruas. Entre os anos de 1914 e 1916 as queixas continuavam denunciando a irregularidade dos horários para recolhimento do lixo e dos detritos nas ruas Dr. Muricy, Misericórdia, Visconde de Guarapuava esquina com Barão do Rio Branco, Iguaçu e na Travessa São Francisco.

O prefeito era criticado por preocupar-se apenas com o embelezamento da urbe, em vez de proporcionar um serviço de limpeza que atendesse as necessidades da população:

Sr. Redactor

Enquanto o sr. Candinho de Abreu, prefeito municipal, **vive preocupado com o esplendor da sua obra, não ve as realidades dos factos.**

É o caso que na rua Visconde de Guarapuava, nas proximidades do cruzamento com a rua Rio Branco, está, há uns três dias um cão morto, servindo de pasto a uma multidão de corvos. Que belleza!<sup>271</sup>

Enquanto os esforços municipais erguiam fachadas artísticas, palacetes, monumentos e jardins, pouca ou nenhuma atenção era direcionada ao problema do lixo que se acumulava em ruas, praças, residências e quintais.

Em relação ao forno de incineração, embora a prefeitura nunca se estendesse em detalhes sobre a real capacidade de tal sistema, ele figurou como solução definitiva no imaginário de muitos cidadãos, como uma máquina capaz de proporcionar a *desinfecção* da urbe, uma máquina que transformava os detritos em cinzas para a agricultura. Uma vez instalado, resolveria o problema do lixo que se acumulava em várias partes da cidade, principalmente nos bairros mais afastados, como o Ahu. Como já se viu aqui, os moradores reclamavam desde 1913 que os detritos eram enviados para serem utilizados como adubo pelos agricultores.

Mas a tão aguardada instalação do forno de incineração acabou não se concretizando, para desespero dos cidadãos curitibanos. A firma alemã *Schmidt, Trost & Cia*, responsável pela sua construção, não pôde fazer o transporte das peças da Europa para o Brasil devido aos conflitos que eclodiram com a Primeira Guerra Mundial. De acordo com o relatório da *Comissão de Melhoramentos*, em janeiro de 1916 o forno ainda se encontrava retido em

---

<sup>271</sup> Diário da Tarde. *Desabafo do povo*: 01/11/1915. p. 02. Sem grifos no original.

Leixões, Portugal, no vapor *Santa Ursula*. Sendo assim, concluía a prefeitura, *desapareceram as ultimas esperanças de ver transformado em realidade o desejo sincero de instalar esse melhoramento*.<sup>272</sup>

A criação de animais, como porcos, vacas, cabras, galinhas e cachorros em muitas residências era vista como prejudiciais à saúde da população e exigiu da prefeitura medidas coercitivas para pôr fim à questão, e entre as quais estavam o aumento da fiscalização e a obrigatoriedade da matrícula de vacas e cachorros, bem como a apreensão daqueles animais que vagavam pela cidade. Em 1914 a prefeitura informava que no terceiro trimestre foram apreendidos diversos animais que vagavam pelas ruas sem autorização: 91 cavalos, 16 cabras e 30 vacas. Outra medida colocada em prática foi o aumento da multa e a distribuição de gratificação em dinheiro para qualquer cidadão que apreendesse um animal não matriculado vagando pelas ruas centrais.

Mas quando o cidadão sentia o *odor fétido* que vinha de um chiqueiro localizado ao lado de sua residência ou quando se deparava com um bando de cabras destruindo seu jardim ou pomar, o alcance e a intensidade dessa fiscalização eram questionados.

Nem todas as áreas estavam sob vigilância da fiscalização. Em ruas importantes como Santa Matilde, Operários e demais áreas do Alto do São Francisco, os moradores voltavam a reclamar em 1915 das cabras que invadiam os jardins e hortas. Como as constantes queixas não estavam despertando a sensibilidade do misterioso proprietário nem da administração pública, os prejudicados ameaçaram *começar uma matança de cabras caso não sejam tomadas providências promptas e eficazes*.<sup>273</sup>

Quanto ao poder de apreensão dos indesejáveis animais, a fiscalização restringia-se aos espaços públicos. Se as autoridades obtinham sucesso na captura dos animais que vagavam nas vias públicas, o mesmo não ocorria quando esses estavam localizados dentro de uma propriedade ou residência. Denúncias em fins de 1915 enfatizam a manutenção de chiqueiros em várias residências da Rua Iguaçu, sem que a prefeitura tomasse as medidas apropriadas previstas nas posturas municipais. Segundo as posturas, a criação de porcos dentro do quadro urbano estava terminantemente proibida, estando os infratores sujeitos à multa de 10\$000 e à retirada imediata dos animais.

Mas,

---

<sup>272</sup> COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE CORITIBA. Annaes da Camara Municipal de Curityba. Sessões de 15 de Outubro de 1915 a 29 de julho de 1916. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1916. p. 44.

<sup>273</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 24/07/1915. p. 02.



as coisas na nossa cidade andam tão a matroca que Curitiba não pode gabar-se de ser senão uma aldeia onde não vigoram posturas nem existe fiscalização.

É o caso que, em muitos quintais de casas da rua Iguassu faz-se grande criação de porcos. Ora, isso é terminantemente proibido pelas nossas posturas e leis higienicas. Pedimos inserir esta reclamação para vermos si alguém toma uma providencia.<sup>274</sup>

A tônica da reclamação, ao comparar Curitiba com uma *aldeia*, estava relacionada à forma como a administração municipal cuidava da questão da salubridade e da saúde pública. A palavra *aldeia* é colocada aqui como sinônimo de sociedade onde não vigoram normas ou condutas higiênicas; um local distante da *civilização* e dos centros urbanos modernos, onde a pobreza, a sujeira, a doença e a *promiscuidade* vigoram.

Apesar das mudanças feitas pela prefeitura na estrutura da cidade, como os melhoramentos na praça, calçamento, bondes elétricos e iluminação elétrica, não havia motivos para *gabar-se*, uma vez que faltavam medidas eficazes no tocante à higiene não apenas nos espaços públicos, mas também sobre os espaços privados. Esses espaços eram escondidos do olhar do médico sanitarista e da polícia, e representavam ameaça à higiene da população. Portanto, em nome da saúde pública, os espaços públicos e privados deveriam estar sujeitos à intervenção do *saber* médico.

### ***Ruas miseravelmente esburacadas... e imundas***

No que se refere às condições das vias públicas, os cidadãos continuavam apontando problemas não muito diferentes daqueles anos anteriores à reforma urbana e exigindo melhorias. Em fevereiro de 1914 o Presidente do Estado, Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, divulgava com euforia os *resultados positivos* da reforma urbana já implementada, enfatizando: a conclusão da *macadamisação de um área de 56.912.00ms<sup>2</sup>*; *recalçamento de 79.390.79ms<sup>2</sup>*, *confecção de passeios, numa extensão de 7.308.49ms<sup>2</sup>*.<sup>275</sup> Porém, para muitos esses resultados tão alardeados na imprensa e nas declarações de muitos políticos não estavam acontecendo de fato. Falava-se demais no calçamento, mas muitas ruas continuavam com o mesmo *aspecto miserável* de antes da reforma:

A nossa capital, si continuar entregue, por mais algum tempo, aos cuidados da actual municipalidade, dentro em pouco estará transformada numa cidadella da Cafraria.

<sup>274</sup> Diário da Tarde. *Desabafo do povo*: 29/10/1915. p. 02.

<sup>275</sup> MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado ao instalar-se a 1ª Sessão da 12ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1914. Curitiba: Typ. do Diario Official, 1914. p. 26.

Ruas miseravelmente esburacadas, obras iniciadas somente com o fim de poder anunciar aos quatro ventos [que] foi atacado tal serviço, iniciou-se o calçamento de tal rua – mas na realidade pouco ou cousa alguma se há feito em proveito da população.<sup>276</sup>

A lama, os buracos, as águas paradas e a falta de limpeza ainda eram uma realidade em fins de 1914. Veículos, pedestres e moradores ainda enfrentavam essas dificuldades ao transitar pelas ruas Marechal Deodoro, Benjamin Constante, Conselheiro Barradas, Santa Matilde, Assunguy e na Augusto Stelfeld, esquina com Ébano Pereira. O relaxamento das autoridades municipais também era evidenciado pela falta de fiscalização para os casos envolvendo abusos contra espaços públicos. Era visto como absurdo que na própria rua onde estava localizada a sede provisória da prefeitura, Rua Marechal Floriano, fosse permitida a permanência de um muro de madeira em estado precário. O muro constituía *verdadeira ameaça para os transeuntes*, pois estava inclinado sobre o passeio e ameaçando desabar.<sup>277</sup>

No ano seguinte, 1915, reclamava-se do estado precário do prolongamento da Rua 15 de Novembro, da rua Visconde de Nacar, entre Comendador Araújo e Aquidabam; Estrada do Ahu e da Praça Ventura Torres. Na Rua Dr. Pedrosa o proprietário de uma casa em construção estava utilizando a calçada como depósito de material, prejudicando a passagem dos transeuntes. Por mais de três vezes os queixosos recorreram ao fiscal da prefeitura, porém sem nenhum resultado.

Para outros cidadãos o fato a ser reclamado era que os trabalhos de modernização empreendidos pela municipalidade, em vez de serem realizados com o intuito de beneficiar toda a sociedade, estavam sendo feitos apenas em determinadas áreas, privilegiando assim algumas poucas pessoas em detrimento das necessidades e dos desejos da população:

Sr. Redactor. É de causar profunda magua a anthitese que se nota nos trabalhos executados pela nossa Municipalidade. Enquanto na Avenida João Gualberto, no trecho onde reside o sr. Prefeito, a Camara põe um requinte demasiado para melhora-la e embeleza-la e de há muito ali se trabalha para manter uma avenida suave para o auto do sr. prefeito, outras ruas apresentam-nos o mais deplorável dos abandonos. É de ver para exemplo a travessa S. Francisco, entre Garibaldi e Riachuelo, onde o lixo se amontoa e os buracos... Ainda hoje naquela rua, dentro de um desses buracos caiu uma menina que por pouco [não] fracturava a perna.<sup>278</sup>

Enquanto a rua do prefeito era cuidadosamente pavimentada e adornada, outras ruas importantes, como São Francisco, Garibaldi e Riachuelo, que também tinham movimento significativo de transeuntes e veículos, ainda não tinham recebido melhoramentos. A lama, as

---

<sup>276</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 20/06/1914. p. 02.

<sup>277</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 19/01/1914. p. 05.

<sup>278</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 14/10/1914. p. 01.

águas paradas e a falta dos serviços de limpeza continuavam sem solução. A reclamação procurava evidenciar que os melhoramentos eram direcionados apenas para atender os interesses de uma elite.

***É preciso levar a aristocracia para o teatro...***

Logo no início de sua gestão, Abreu enfatizou que uma de suas preocupações estava relacionada à questão do alto custo dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, principalmente o pão e a carne, que em Curitiba apresentavam valores desproporcionais para a população consumidora.

Nesse sentido a Câmara Municipal, em seção realizada no dia 02 de maio de 1913, adotou medidas para estimular a queda nos preços, através da redução dos impostos. Aquelas padarias e açougues que vendessem seus produtos abaixo do preço do mercado estariam isentos de pagamento dos impostos municipais, inclusive das taxas pertinentes ao aluguel, cobrada para aqueles estabelecimentos localizados no mercado. Por outro lado, se em um desses estabelecimentos fosse constatada a venda de gêneros alimentícios por preço elevado, o prefeito estava autorizado a cobrar uma multa cujo valor corresponderia ao triplo do valor dos impostos pagos.

Contudo, com a falta de fiscalização tais medidas não tiveram o desempenho esperado, e a carne, o pão e inúmeros outros gêneros alimentícios permaneceram com preços elevados. A situação chegou a um ponto em que o jornal *Diário da Tarde* passou a publicar uma tabela de preços dos gêneros alimentícios vendidos em São Paulo, o que permitia ao leitor fazer uma comparação entre os preços vigentes em ambas as capitais. Enquanto nas casas do comércio paulista a farinha de trigo estava sendo vendida a 20\$ e 22\$ a saca; o milho a 7\$ o quilo; açúcar mascavo a \$270 o quilo; o açúcar *redondo* a \$330 o quilo; o açúcar moído a \$380 o quilo; o açúcar refinado a \$6 a arroba; o açúcar especial de primeira a 5\$600 a arroba; o arroz de segunda a \$300 quilo; o arroz de primeira a \$350 o quilo; o arroz *agulha* a \$450 o quilo; o bacalhau a 1\$000 o quilo; a banha a 1\$200 o quilo; a cebola a \$170 o quilo e o sal moído a \$100 o quilo; em Curitiba os mesmos produtos chegavam ao dobro do preço.<sup>279</sup>

A falta de fiscalização e o descaso das autoridades municipais eram tidos como as principais causas da irregularidade no comércio. Para o cidadão esses aumentos abusivos dos

---

<sup>279</sup> Diário da Tarde. *A Fome!* 14/08/1914. p. 01.

produtos alimentícios incidiam não apenas no aumento do seu custo de vida, mas geravam toda uma situação de insegurança e incômodo. Em tais momentos de crise aquela população pobre que morava no centro ficava ainda mais exposta às vistas do cidadão *civilizado*, pois uma *multidão de mendigos estacionava pelas esquinas e praças*, para implorar esmolas ou doações. O cidadão que sonhava em viver em uma *cidade moderna*, que freqüentava os cinematógrafos, os teatros, os cafés e lojas chiques deparava-se com mendigos e crianças mal vestidas a pedir comida. Até mesmo a prática do *footing* em uma praça mostrava-se uma atividade desagradável, quando famílias miseráveis vinham ao encontro das senhoras e cavalheiros para pedir alguns trocados ou para contar-lhes suas *infelicidades*.

A prefeitura sofreu severas críticas, sendo apontada como responsável pela situação *desagradável* a que o cidadão se via exposto em seu cotidiano. Em vez de serem implementadas medidas para conter a alta dos preços, a fim de ao menos diminuir os incomodativos *queixumes* da pobreza, gastavam-se as verbas municipais para a realização de atividades *sportivas* nos luxuosos clubes e para o patrocínio de espetáculos teatrais internacionais:

Segundo dizem as gazetas a prefeitura vae auxiliar com a quantia de um conto e quinhentos mil réis uma companhia de transformistas que esta prestes a chegar a esta capital.

É irrisório. Enquanto a miséria se avoluma por ai é que se procura trazer para esta capital mais um meio de diversão para as estragadas classes abastadas...

Decididamente é preciso levar a aristocracia para o teatro, afim de que os seus ouvidos não sejam torturados com os queixumes dos pedintes. É preciso estabelecer um contraste entre as lágrimas que alagam a choupana onde a miséria mora com a alegria dos ricos e dos poderosos. Para isso talvez, é que se facilita a vinda de uma companhia theatral para cá.<sup>280</sup>

As queixas que enfatizavam essas questões não tiravam o mérito da administração Abreu. Para eles, Curitiba *nunca teve a frente de sua Prefeitura um administrador de vistas tão largas*, pois a cidade finalmente estava sendo modernizada com o calçamento das ruas, com a construção de praças e edifícios, com a instalação de bondes elétricos e iluminação elétrica, entre outras. Todavia, impunham-se medidas para amenizar os reclames que partiam daquela população miserável. Em outras palavras, deveriam ser tomadas providências para conter a exposição da miséria no centro. Uma das soluções estaria na baixa dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, o que resolveria o problema da mendicância.

Afinal, para os reclamantes, o que adiantava Curitiba ter grandes avenidas, belas praças e espetáculos teatrais internacionais se em seu centro uma população formada por mendigos, catadores de lixo e famílias famintas comprometiam o brilho da modernidade? De

---

<sup>280</sup> Diário da Tarde. *Enquanto a miséria bate a porta dos lares a prefeitura auxilia companhias teatraes*: 05/07/1915. p. 01.

que adiantariam todos esses melhoramentos se o cidadão sentia-se coagido e impedido de usufruir de todos esses benefícios?

Como não havia forma de literalmente expulsar a ralé da área central, que ao menos se tomassem medidas para esconder a pobreza, pois o que parecia trazer mais incômodo não era a situação dessas famílias, mas a sua presença que prejudicava ou impedia as formas de sociabilidade moderna. Como destacaram os reclamantes, era preciso transformar *a dor e a miséria que aqui nos torturava*.<sup>281</sup>

### 2.3 - Quando as reformas urbanas incomodam!

Para muitos as obras modernizadoras da prefeitura causavam inúmeros transtornos. Na Rua Ratcliff os trabalhos da *Comissão de Melhoramentos* tiveram início em abril de 1914 com a escavação de uma extensa valeta que se prolongava por seis quadras. As obras objetivavam provavelmente implantar bueiros e uma galeria pluvial, já que a rua era constantemente prejudicada pelas chuvas. Para as escavações foi necessário retirar o antigo encanamento de esgoto. Por um momento, a movimentação dos trabalhadores da prefeitura representou no imaginário dos moradores a chegada do *progresso* e da *modernidade*, uma vez que a rua carecia de melhoramentos como calçamento e sistema de escoamento das águas. Porém, mal abriu a valeta e sem dar maiores esclarecimentos aos moradores, a prefeitura interrompeu as obras, retomando-as apenas em maio de 1915. Durante todo esse tempo, cerca de um ano, o esgoto proveniente dos encanamentos arrebentados ficou estagnado, impregnando a vizinhança com um cheiro terrível. Segundo os moradores, a prefeitura não se preocupou sequer em sinalizar adequadamente ou proteger a área escavada. Sem proteção, a valeta recebeu a sugestiva designação de *abismo*, em razão do risco que representava aos transeuntes.

Situação semelhante ocorreu também com os moradores da Praça do Rosário em 1915. Em meados daquele ano as intervenções modernizadoras tiveram início na praça. Os trabalhadores retiravam o antigo calçamento e já haviam depositado grande quantidade de barro para serem feitos os serviços de nivelamento no local. Mas logo após o início das obras, o prefeito Abreu declarou ao jornal *Comércio do Paraná* que muitos dos melhoramentos iniciados em vários pontos da cidade não poderiam ser concluídos em seu mandato, devido à falta de recursos financeiros. A declaração causou alarde aos moradores da praça e da

---

<sup>281</sup> Ibid. Sem grifos no original.

circunvizinhança, pois o antigo calçamento havia sido totalmente removido e o nivelamento ainda não fora realizado. Se realmente as obras parassem naquele momento, as casas ficariam *enterradas* e sem calçamento. Prejudicados com a situação, os moradores enfatizaram que *ao invés de refazer o que está feito, porque a prefeitura não aproveita o restinho de cobre para calçar algumas das numerosíssimas ruas e praças lamentavelmente descalçadas que por aí existem?*<sup>282</sup>

Para os moradores da Rua Ratcliff e Praça do Rosário as obras da prefeitura não correspondiam a um efetivo melhoramento. Em vez de proporcionar benefícios, elas demonstravam o despreparo da administração pública, pois os trabalhadores arrebutaram as antigas tubulações de esgoto e as deixaram expostas a céu aberto por mais de um ano, comprometendo a saúde e a segurança da população. Se o calçamento da Praça do Rosário era *feito* ou não condizia com a nova imagem de cidade que Abreu desejava projetar, parecia indiferente aos moradores. Era preferível ficar com esse tipo de calçamento do que, efetivamente, ficar na lama. Para os queixosos, não havia justificativas para a destruição do calçamento. Se a prefeitura pretendia fazer obras que melhorassem as condições da cidade, os esforços deveriam concentrar-se em ruas e praças que de fato não tivessem nenhum calçamento.

A remodelação dos espaços também prejudicou os carroceiros. Procurando dar à cidade uma imagem moderna e *civilizada*, a Prefeitura restringiu a partir de 1914 o estacionamento de carroças nas praças Municipal e Tiradentes, onde só seriam permitidos a circulação e o estacionamento de automóveis e bondes elétricos.

Os carroceiros reclamavam de tais medidas, pois elas restringiam o tráfego de carroças no centro, afetando seus serviços. Desde fins do século XIX, essas praças eram os pontos mais movimentados de Curitiba. Na Praça Municipal estava localizado o Mercado Público, e na Praça Tiradentes havia uma grande concentração comercial:

Percurso obrigatório para boa parte dos curitibanos que afluíam para o centro da cidade, a Praça Tiradentes dividia com a Rua 15 a preferência dos comerciantes. Era o núcleo comercial mais tradicional de Curitiba. Relojoeiros, importadores, lojas de tecidos, confeitarias, restaurantes, armazéns, açougues, profissionais liberais... a oferta de serviços e produtos era grande naquela área.<sup>283</sup>

<sup>282</sup> Diário da Tarde. *Desabafos do povo*: 14/10/1915. p. 02.

<sup>283</sup> BERBERI; SUTIL. *Tiradentes: a Praça Verde...* 1997. p. 43.

Constituíam-se então em locais estratégicos e como passagem obrigatória tanto para os colonos que vinham trazer seus produtos para comercializar, como para os carroceiros, que ganhavam a vida prestando serviços de transporte à população e comerciantes ali estabelecidos.



Carroceiros estacionados ao redor da Praça Tiradentes em 1904.  
Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba  
Coleção: Julia Wanderley - IHGEP

Como se pode observar na foto da Praça Tiradentes, esses veículos faziam parte do cotidiano da cidade. Os carroceiros não faziam apenas o transporte para fábricas, para oficinas ou para o comércio, mas também para o cidadão e para as famílias curitibanas que faziam suas compras nas lojas, armazéns ou no Mercado Público que então se localizava bem próximo dali. Assim, eles costumavam ficar ao redor da praça esperando clientes. Além de ser ponto de intenso movimento em função do comércio, o local era agradável para os animais e para os próprios condutores, que naqueles dias mais quentes podiam buscar abrigo do sol nas sombras das árvores que circundavam a praça.

Inicialmente eles foram proibidos de estacionar na Praça Municipal. Assim, passaram a concentrar-se na Praça Tiradentes, congestionando o local e prejudicando o trânsito de bondes e automóveis. Ao final do referido ano de 1914 a fiscalização novamente impôs uma nova

restrição, desta vez obrigando-os definitivamente a estacionarem no Largo 19 de Dezembro, onde fora construído o Mercado Novo.

Para os queixosos tais medidas proibitivas eram prejudiciais, pois eram as referidas praças justamente um dos pontos mais movimentados da cidade devido aos inúmeros estabelecimentos comerciais:

Nós abaixo assinado dirigimo-nos a ilustrada redação do DIARIO DA TARDE, sempre popularissimo defensor das classes oprimidas, a fim de que seja o nosso interprete ao exmo. sr. dr. prefeito municipal, que também é um homem humanitario, e forçosamente não quererá intorpecer os passos de uma classe laboriosa...

Toda a população de Coritiba sabe que a Praça Municipal sempre foi o ponto favorito de estacionamento de estacionamento das carrocinhas, já pela centralização facil, já pela suas quarenta casas de comercio ali existentes... Mas agora fomos proibidos pelo fiscal geral municipal de ali estacionarmos e que procurassemos outro local, havendo escolhido a praça Tiradentes... onde podemos atender não só os chamados das casas de comercio, assim como de toda a população...

...hoje tivemos ordem de irmos estacionar junto ao mercado novo, Largo 19 de Dezembro, mas todo mundo reconhece ser aquelle local muito longínquo e fora de mais não podendo a população ser servida e nós ficamos em maior decadência e miséria

Certos de que o exmo. sr. dr. prefeito municipal attenderá nosso justo apelo por intermedio do vosso conceituado jornal e agradecemos sinceramente esta publicação...<sup>284</sup>

As medidas da administração Abreu deixaram os carroceiros perplexos, pois até aquele momento esses espaços eram utilizados livremente e, ao que tudo indica, não havia reclamações da população ou do comércio nesse sentido. Repentinamente medidas são impostas por uma administração que não reconhece as vivências e relações geridas nesse espaço. Se o papel do prefeito era prezar pela cidade e sua população, as medidas deveriam ser pensadas no bem-estar e no interesse de todos os segmentos da sociedade, o que não estava acontecendo, uma vez que a restrição atingia tanto os trabalhadores do transporte como a população usuária. Os queixosos enfatizavam ainda que eram uma *classe laboriosa*, que contribuíam para o *progresso* da cidade. Portanto, não poderiam ser tratados com descaso pela prefeitura.

A remodelação da cidade, a regulamentação das atividades e dos espaços públicos impostos pelas reformas urbanas rompem os vínculos econômicos e culturais da população. Quando os carroceiros reclamaram na coluna *Reclamações do Povo* sobre essa proibição não estavam em jogo apenas as questões econômicas. De fato aqueles locais eram pontos movimentados em razão do comércio ali localizado, o que lhes garantia trabalho permanente. Mas deve-se pensar nas relações que permeavam seu trabalho, nos vínculos de amizade, de cooperação e de auxílio que foram construídos durante décadas entre os carroceiros e comerciantes, entre carroceiros e fregueses destes comerciantes e entre os carroceiros e os

<sup>284</sup> Diário da Tarde. *Queixas e reclamações do povo*: 04/12/1914. p. 02.



moradores de tais praças. Deslocar-se para o Largo Dezenove de Dezembro representava perder a clientela e romper todos os vínculos sociais e culturais ali construídos.

Ao analisar a conduta popular na Paris do século XIX, PERROT enfatiza que as políticas de higiene, de regulamentação e de delimitação dos espaços funcionais afetaram diretamente o cotidiano da população e suscitaram resistências. A autora cita o caso dos pequenos ofícios do Bairro de Temple, por volta de 1832, onde existia o comércio ao ar livre, com as bancas vendedoras de roupas e objetos de segunda-mão. Com a construção de um mercado coberto, essas bancas foram obrigadas a transferirem-se para lá e a tirar seus alvarás de licença. Paralelamente surgem os camelôs e os saltimbancos, com o seu comércio ambulante, e insistem em utilizar livremente as ruas e as praças, não aceitando as determinações impostas.

O posicionamento dos trabalhadores contrários às vilas operárias também revela o desejo de independência e de liberdade. A moradia insalubre e superlotada no centro da cidade, condenada pelos médicos sanitaristas e pelas autoridades administrativas municipais, oferecia maior autonomia do que a vila operária, vista como uma continuação da situação opressiva e exploratória das fábricas.

Deslocar-se para a periferia também representava aos operários, artesãos, trabalhadores da construção, vendedores de roupas usadas e vendedores ambulantes uma alternativa desfavorável, pois era justamente no centro de Paris que estavam as melhores oportunidades de trabalho diário. Lá estavam localizadas as tavernas, as fábricas, as lojas e os mercados, sem falar no próprio Rio Sena, em cujas margens outros trabalhadores, como os descarregadores de barcos e as lavadeiras encontravam um meio de tirar seu sustento.

O repúdio à regulamentação e à ordenação urbana e sanitaria pode ser entendida como um

...sentimento muito forte de que o espaço público lhe pertence. Tudo o que ele pede é poder utilizá-lo à sua vontade, de modo indiferenciado, capaz de aceitar uma certa desordem. Pois essa desordem, que tanto incomoda os higienistas, esses primeiros urbanistas, é favorável a uma flexibilidade, a uma variedade de usos incontrolados.

... A delimitação de espaços coletivos... pode ser vista como uma restrição e uma exclusão, como o fim do direito costumeiro. Como os camponeses pobres do século XVIII, os operários das cidades reivindicam “livre percurso”, “pasto solto” e manutenção dos direitos comunais.<sup>285</sup>

---

<sup>285</sup> PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 123.

Assim como a população parisiense resistiu ao processo de disciplinarização dos espaços urbanos, o posicionamento dos carroceiros também revela o desejo de circular e utilizar livremente o espaço público; o desejo, como destaca a autora, de viver em uma *cidade aberta*.

O processo de regulamentação, fiscalização e normatização sobre as mais diversas atividades; as exigências quanto à higiene, à elegância; a chegada de novas tecnologias como o bonde, a luz elétrica e a reestruturação do quadro urbano pelas reformas modernizadoras foram responsáveis por inúmeras mudanças. Paralelamente ao desejo de viver em uma *cidade moderna* e em meio às transformações, que no imaginário da população ocorriam cada vez mais rápido, muitos cidadãos deixaram transparecer um certo sentimento de pesar pela perda dos referenciais da sua cidade, fossem físicos ou afetivos.

A modernidade revelava assim sua ambigüidade. Trazia mil maravilhas, novidades e praticabilidade no dia-a-dia, mas também mudava os costumes, os hábitos e os espaços de vivência, muitos dos quais ficariam ou já estavam condenados à lembrança.

Os automóveis e bondes elétricos eram sem dúvida meios de transporte rápidos e mais confortáveis que as carroças, que os bondinhos puxados por mulas ou que o galope de um cavalo. Mas muito mais perigosos e com acidentes freqüentes, muitos dos quais eram fatais. As páginas dos jornais estampavam os terríveis acidentes que ficavam gravados na memória dos cidadãos: bondes em alta velocidade, pedestres atropelados, colisão entre bondes e carroças e descarrilamentos.

Já fora o tempo em que o cidadão podia andar despreocupado pelas vias públicas, contemplando calmamente a cidade e os prédios, conversando com os amigos, onde as crianças podiam brincar, correr e gritar. Aquela rua como espaço de relação pessoal e coletivo, como campo de sociabilidade deixava de existir. O transeunte devia realmente utilizar as calçadas, e quando precisasse atravessar uma rua, deveria prestar muita atenção, precavendo-se para não colocar sua vida em risco, por causa da *furia louca dos automoveis* e dos bondes elétricos. De espaço de sociabilidade, a rua pouco a pouco cedia lugar ao uso quase exclusivo do trânsito de veículos.

Não eram somente os veículos modernos que rompiam a sociabilidade que as ruas abrigavam. A expansão da iluminação elétrica não só mudava o aspecto das ruas, que passavam a ter postes e um emaranhado de fios interligando casas e prédios, mas impediam as brincadeiras, como soltar papagaios, prática até então muito comum. Em função dos danos que poderia causar, fosse o rompimento dos cabos, a interrupção da iluminação nas ruas e mesmo por colocar a vida desses em risco, a prática passou a ser mal vista, tanto pelas autoridades

como por parte da população, que tachava seus praticantes de *vadios e desocupados*.<sup>286</sup> Assim os pandorgueiros foram perdendo seu espaço, e a imagem da pipa tornava-se cada vez mais rara.

Até mesmo as programações teatrais estavam mudando. O *Theatro Mignon*, que antes oferecia espetáculos voltados para um público formado pelas famílias curitibanas, modificara suas atividades para satisfazer as exigências de um público exclusivamente masculino. Denunciava-se que aquele local, tão *lindo e elegante*, onde as famílias se reuniam para assistir a apresentações musicais, recitais e para conversar, estava apresentando *cantorias imorais e cantoras com os seios nus*.<sup>287</sup>

Provavelmente, para os donos daquele estabelecimento esse tipo de espetáculo oferecia um retorno financeiro maior. Se os espetáculos destinados à família lotavam a casa nos finais de semana, os espetáculos voltados para os homens adultos tinham a vantagem de lotar a casa todas as noites. Para as famílias houve efetivamente um sentido de perda de espaço físico, que ocorre com o próprio crescimento da cidade e da população, de onde surgiu um novo público espectador, e os espaços de lazer modificavam-se para atender as novas demandas desses grupos.

#### **2.4 - Os estrangeiros é que sabem dar valor aos trabalhos da Comissão de Melhoramentos**

Pudemos acompanhar que paralelamente à implementação das reformas urbanas, a coluna de queixas segue apontando as mesmas reclamações. Muitas dessas questões foram retomadas em matérias e comentários do próprio jornal, o que permite melhor compreensão do problema, uma vez que geralmente os registros não são extensos em virtude do próprio espaço limitado da coluna. Além das crônicas, várias matérias oferecem ainda a oportunidade de articularmos um diálogo entre o queixoso usuário da cidade e a administração municipal. Nas páginas da imprensa também figurava o cidadão beneficiado com as reformas, que escrevia para o jornal não apenas para mostrar sua satisfação com os melhoramentos e para parabenizar a prefeitura, mas para criticar aqueles que reclamavam da municipalidade.

No final de outubro de 1915, quando terminava a administração Abreu, uma acirrada discussão ocupou as páginas do *Diário da Tarde*: afinal, Curitiba estava modernizada depois de

---

<sup>286</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do Povo*: 25/02/1913. p. 02.

<sup>287</sup> Diário da Tarde. *Reclamações do Povo*: 02/09/1911. p. 02.

três anos de intensos trabalhos? A população fora beneficiada? Quais foram os resultados obtidos? Curitiba tornou-se uma cidade *civilizada*, uma capital *expoente do progresso*?

A partir desses questionamentos dois cidadãos, Epaminondas e Marcolino Silva, travaram uma discussão, cada qual expondo sua visão e leitura das transformações sofridas pela cidade. O primeiro revela uma aproximação muito grande com muitas queixas, pois aponta a continuidade dos *problemas urbanos*. Já o segundo tem uma imagem de cidade muito próxima daquela que emergiu das reformas da administração Abreu, uma vez que explicitamente defende os *Planos de Remodelação* contra as críticas e queixas desferidas por Epaminondas e demais usuários da cidade.

Esse debate teve início com Epaminondas, denunciando que *foram gastos 6 mil contos e a cidade não fica melhorada*. Contrariando as afirmações do secretário da *Comissão de Melhoramentos* de que teriam sido calçados mais de 300 mil metros de ruas com paralelepípedos e macadame, era denunciado que a maioria das ruas estava *numa situação pior que a de antes*. Apenas um reduzido número de ruas e praças recebeu o paralelepípedo, sendo que a maioria estava revestida com macadame e ficava intransitável nos dias de chuva. O macadame empregado em inúmeras vias públicas e praças estava longe de ser considerado um melhoramento, uma vez que não resolvia o problema da lama e da poeira.

Para esse cidadão, a preocupação da administração Abreu estava restrita ao embelezamento e à implementação de melhoramentos em algumas *poucas ruas* e praças como a Osório, a Eufrásio Correia e a Carlos Gomes e no Alto da Glória.

Toda a atenção da prefeitura, com a colocação de estátuas, fontes e *jardins ingleses* em praças, era vista como melhoramentos ilusórios, uma vez que as muitas ruas importantes que cortavam a cidade não receberam qualquer cuidado. O que adiantaria ter praças modernas e belas em uma cidade sem calçamento de paralelepípedo? A explicação para tamanho desperdício de dinheiro estaria na própria falta de interesse da municipalidade com a população e preocupada apenas em reformar esses espaços para agradar aos viajantes. Essas obras serviam ainda como uma manobra política para *embasbacar* os cidadãos, ou seja, para desviar sua atenção dos graves problemas que afligiam a cidade, como falta de água, rede de esgoto e calçamento, que permaneciam sem solução.

Outro problema deixado pela prefeitura eram as obras inacabadas. Nas ruas Augusto Stellfeld, Cruz Machado, Desembargador Motta, Ebano Pereira, Marechal Floriano e Operários, e prolongamentos das ruas Sete de Setembro e Silva Jardim, os trabalhos de calçamento e

terraplenagem estavam interrompidos. O barro acumulado dificultava o trânsito para moradores e veículos e nos dias de chuva transformavam-se em verdadeiro *mar de lama*.

As autoridades municipais, por sua vez, alegavam que as razões para esse *deplorável* estado estava na falta de verbas. Refutando tal justificativa, destacavam-se as subvenções municipais que foram destinadas às *revistas* culturais elegantes, às sociedades esportivas e às companhias teatrais, as quais representavam outro desperdício de dinheiro. Quer dizer, existiam verbas para se fazer os melhoramentos, mas a municipalidade preferia aplicá-las em eventos culturais que não estavam ao alcance da população; afinal, nem todos tinham condições de fazer parte de um clube *sportivo* chique ou assistir a um espetáculo teatral de renome nacional.

No final, a população se encontrava duplamente lesada. As obras eram iniciadas e interrompidas, muitas ruas acabavam ficando em pior estado, com buracos e valas abertas; montes de barro, pedras e as tábuas destinados aos melhoramentos ficavam interditando ou dificultando o trânsito. Sem dinheiro, restava à população esperar pelo próximo prefeito que deveria completar as obras. Deixar as obras paradas significava também desperdiçar mais dinheiro, uma vez que a ação das chuvas desmanchava parte do que já estava feito. Assim, um buraco se transformava rapidamente em uma grande vala ou então os montes de barro destinados ao nivelamento se perdiam em razão da erosão. Além disso, muitos materiais, como madeiras, tijolos e tubos acabavam deteriorando-se, pois eram deixados ao ar livre sem nenhuma proteção, expostos à umidade e ao calor diário.

Mas a maior prova de desperdício estava bem no centro da capital: o Paço Municipal. Epaminondas faz questão de relacionar todos os ornamentos instalados ali, desde os pequenos detalhes, como os candelabros artísticos, até o elevador *Ottis Pifre*, que custaram *a bagatela de cerca de cinquenta contos!* Todo esse luxo e modernidade não estariam à disposição da população. Fora o sistema de iluminação externo, as lâmpadas e as estátuas, os demais elementos estariam longe até mesmo dos olhos dos cidadãos.

Contracenando com a situação das ruas esburacadas, lamacentas e imundas, o bairro Alto da Glória recebia todos os melhoramentos possíveis. Lá as obras não foram paralisadas e não demoraram a concretizar-se. O macadame empregado era de qualidade *superior*, os trabalhos de nivelamento e de terraplenagem eram *primorosos*. Os automóveis e bondes podiam circular sem dificuldade, e seus moradores podiam caminhar e passear tranquilamente. Mas qual explicação para que aquele bairro recebesse *melhoramentos de luxo*? Ora, ali residiam

muitas famílias ricas, autoridades políticas e industriais. O Alto da Glória era o *feudo da oligarchia do sr. Prefeito*.<sup>288</sup>

Apesar da ácida crítica contra o sistema político, em que famílias e grupos poderosos mandavam e desmandavam nos rumos políticos locais e estaduais, indicando candidatos e controlando as eleições, a reforma urbana, dirigida pelos grupos dominantes, não era criticada em si. Critica-se a sua eficiência, pois para o reclamante ela deveria atender os anseios de toda a sociedade. Que imagens de contradição o Paço Municipal, as praças embelezadas e o Alto da Glória não despertariam no imaginário daqueles que sonhavam com a modernidade e não foram beneficiados com as reformas?

Já para Marcolino Silva, foram implementadas importantes transformações na cidade, e os *Planos de Remodelação* mereciam os *maiores elogios*. Para ele as críticas que a prefeitura vinha sofrendo eram injustas e partiam de pessoas que não estavam *analysando calmamente os actos do Dr. Candido*. Mas o tempo revelaria os frutos do seu trabalho, assim como ocorreu com o prefeito da Capital Federal. Lembra ele que, quando Pereira Passos iniciou seus trabalhos urbanísticos, em um primeiro momento recebera inúmeras críticas, sendo inclusive ameaçado. Depois de concluídas as obras, *recaíram* [sobre ele] *as benções, a gloria de haver dado ao Rio de Janeiro o título da mais bela cidade da America do Sul e superior a muitas de grande fama da Europa*.

Não eram apenas as críticas e protestos que aproximavam Pereira Passos e Abreu. Ambos eram engenheiros e, como tal, portadores de racionalidade e técnica. Além do que, por detrás da importância que era conferida ao engenheiro, estava presente a concepção de uma reorganização da sociedade baseada nas idéias positivistas de Augusto Comte. Para o filósofo francês a humanidade teria vários estágios de desenvolvimento, sendo o primeiro a Teocracia Militarista, seguida pela Monarquia e pela República, a qual estaria mais próxima da última fase que seria a *positiva*.<sup>289</sup> Nessa etapa uma elite técnica detentora do *saber científico* teria o dever de conduzir a sociedade, em nome do bem coletivo, ao grau máximo de desenvolvimento, ao *progresso* tão almejado. Em função dessa crença, a figura do engenheiro merecia os maiores destaques, e sua atuação na área urbana era vista como neutra, uma vez que se dava em nome do *interesse público e coletivo*. Logo, os planos de intervenção urbana desses dois prefeitos e de tantos outros naquele momento, sempre buscavam tal justificativa.

<sup>288</sup> Epaminondas. *Prefeitura na berlinda: foram gastos 6 mil contos e a cidade não fica melhorada*. In: Diário da Tarde: 07/10/1915. p. 01.

<sup>289</sup> CUNHA FILHO, *Cidade e sociedade...* 1998. p. 79.

Destacar que o prefeito Passos inicialmente fora alvo de críticas para depois receber inúmeros elogios era tentar convencer os cidadãos curitibanos de que sua atuação estava desprovida de interesses políticos ou pessoais e que o fazia para o *bem estar* de toda a sociedade. Era preciso acreditar nos engenheiros e no *saber* científico! Esse *saber* movia não só as montanhas através de máquinas e tratores *modernos*, mas os cortiços, as ruas estreitas e a pobreza para bem longe. Se no Rio de Janeiro assim ocorreu, em Curitiba não poderia ser diferente. A cidade já estava recebendo até inúmeros comentários elogiosos: tinha ruas largas, praças formosas e prédios artísticos idênticos aos da Europa.

E se algumas obras estavam paralisadas era preciso lembrar aos reclamantes que o tempo chuvoso prejudicava o desenvolvimento e acabamento dos trabalhos, além de os carroceiros não trabalharem nessa situação:

A culpa com efeito, é toda do Dr. Candido de Abreu em não ter nascido ou estudado para thaumaturgo. Ele deveria chegar a Praça Osório, pegar a varinha mágica e dizer: transforma-te praça, em mar El-Dorado; chegar as margens do Ivo e dizer-lhe: muda-te, rio, que das tuas aguas surjam peixes de todas as cores e do fundo pedras preciosas para calçar as ruas da cidade. Tudo isso seria bonito, admirável, se tudo não obedecesse a regra.

Tem seguido os melhoramentos com muita lentidão, dizem-nos uns. Mas é preciso saber-se que não está nas forças da Prefeitura ordenar ao Tempo que corra a seu contento. Todos sabem como é ingrato o nosso tempo... Os carroceiros não trabalham.<sup>290</sup>

Assim, era preciso compreender que uma cidade com tantos *problemas* não seria melhorada em apenas três anos. Existiam as melhores intenções e a boa vontade de remodelar a cidade, implantar rede de esgoto, o calçamento e melhorar o terrível aspecto do Rio Ivo; mas a reforma não dependia exclusivamente do prefeito. Desta forma o projeto de remodelação esbarrava no desinteresse de algumas pessoas, que não estavam dispostas a se sacrificar para que as obras seguissem adiante. Ora, para uma cidade atingir a *civilização* todos deveriam se esforçar, trabalhar e cooperar. O prefeito fazia a sua parte, planejando e estudando as obras, mas os carroceiros se recusavam a trabalhar sob a chuva. Assim, a culpa se transferida da administração para os carroceiros.

Em relação aos seis mil gastos com as reformas, Marcolino destaca que a prefeitura recebera apenas 5.200 contos. Destes, mil foram gastos no mínimo para a compra de máquinas e materiais necessários às reformas. Ora, era de se admirar que com o restante a prefeitura conseguisse fazer tantos melhoramentos. Além do mais, para remodelar completamente o quadro urbano, seriam necessários mais de 50 mil, quantia de que realmente o governo não

<sup>290</sup> SILVA, Marcolino. *O que vae por ahi: termina-se sobre a Prefeitura*. In: Diário da Tarde: 12/10/1915. p. 01.

dispunha. Então restava aos cidadãos se contentarem por poderem contar com um prefeito que sabia tão bem administrar uma reforma em uma cidade de 10 milhões de metros quadrados com uma reduzida verba de 5.200. Dependendo de tão poucos recursos para um extenso quadro urbano, seria lógico supor que nem todos os problemas seriam resolvidos. Então, aqueles que reclamavam das ruas desprovidas de calçamento e das águas fedorentas do Rio Ivo, que continuavam a transbordar com as chuvas, não tinham razão em culpar a administração municipal.

Da mesma forma, os protestos contra o embelezamento da capital também eram vistos como injustos e descabidos:

Os estrangeiros, os forasteiros, é que sabem dar valor aos trabalhos da Comissão de Melhoramentos... Há muita gente que fala também contra o aformoseamento da Praça Ozorio, da Carlos Gomes e da Euphrasio Correia. Esses não tem razão. O que tem a nossa cidade para atrair os forasteiros? O que poderemos mostrar aos nossos visitantes que denote o nosso progresso urbano, sobretudo quando nosso orgulho é espalhado lá fora, de que Curitiba é uma das primeiras cidades do Brasil? Na falta de monumentos, de palácios, de belezas naturais (não se incluam os arredores) nós, felizmente, já podemos apresentar algumas praças que nos honram e dignificam a quem as mandou fazer.<sup>291</sup>

Há aqui uma necessidade em instalar determinados símbolos e ícones da modernidade. Estátuas, palácios, monumentos e jardins eram símbolos relacionados à riqueza e ao modelo de cidade refletida por Paris. Assim, como as exposições internacionais, a monumentalidade de Paris buscava expor ao mundo a riqueza da industrialização e o poder da burguesia. E sem dúvida o desenvolvimento industrial, com alta concentração de capital, permitia o investimento de grandes somas na realização desses eventos e construções.

A construção de espaços para a ostentação da riqueza e do poder também eram objetivos bem definidos pelos *Planos de Remodelação*, na busca de se igualar a este centro. E desde o primeiro momento a prefeitura demonstrou esse interesse. O depoimento de Abreu ao *Diário da Tarde* em 1913 é pontual nesse sentido. A demolição do *velho* mercado e das casas que *ferem a vista do viajante*, a abertura de novas ruas ou seu alargamento, o melhoramento das praças e o Paço Municipal buscam a construção de uma nova imagem para a capital do Paraná.

E as praças eram pontos estratégicos para a construção desta nova imagem, pois elas estavam localizadas em pontos importantes. A Praça Eufrásio Correia estava em frente à estação ferroviária, porta de entrada para a cidade, por onde chegavam imigrantes, viajantes, comerciantes e autoridades nacionais e internacionais. As praças Osório e Carlos Gomes

---

<sup>291</sup> SILVA, *O que vae por ahi...* 12/10/1915. p. 01.



estavam em pleno coração da urbe, próximas à Rua 15 de Novembro, local de lojas chiques, cafês, bancos e cinematógrafos. Era fundamental que esses espaços concentrassem todos os ícones, como fontes, lagos artificiais e até mesmo belos casais de cisnes, justamente para expor um *modelo de cidade* almejado. A idéia era justamente expor uma concepção de espaço *civilizado* adotado. Se as demais ruas estavam sem calçamento ou carecendo de maiores cuidados, as praças amenizavam tais imagens e ao mesmo tempo indicavam que a cidade estava *progredindo*.

Apesar de defender a administração das queixas, a discussão de Marcolino acaba por reforçar um descompasso entre as exigências dos usuários da cidade e a reforma urbana implementada. O projeto de cidade está mais voltado para o embelezamento do que para a implementação de serviços básicos reivindicados, como esgoto, abastecimento de água, limpeza e higiene pública. De fato os usuários queixosos também demonstravam uma preocupação com a imagem de poder que a capital deveria irradiar, através da arquitetura, de belas praças, monumentos e avenidas. Mas, pelo visto, isso a prefeitura não conseguira realizar com relativo sucesso, pois como destacado, apenas *os estrangeiros, os forasteiros, é que sabem dar valor aos trabalhos*.

## Conclusão

Neste trabalho, pretendeu-se não apenas descrever Curitiba a partir das perspectivas dos cidadãos reclamantes, mas especificamente analisar o seu imaginário, seus sonhos e seus desejos de viver em uma cidade como os grandes centros. Portanto, convém destacar o contexto em que foi publicada a coluna *Reclamações do Povo*, justamente em momento em que a capital paranaense passava por intensas transformações.

De um lado, agravavam-se os *problemas* advindos da limitada infra-estrutura da cidade. Em menos de duas décadas a população quase triplicara, saltando de 24.553 habitantes em 1890 para 65.000 em 1912. As atividades comerciais e industriais e o quadro urbano também cresceram, mas os serviços básicos, como abastecimento de água, sistema de esgoto, limpeza, coleta de lixo, transporte e os melhoramentos na estrutura viária, por exemplo, não acompanharam esse desenvolvimento. E as queixas no primeiro capítulo nos forneceram um panorama de contradições.

Paralelamente, Curitiba vivia a febre das reformas urbanas sob a administração de Cândido Ferreira de Abreu (1913-1916). Como se viu, as informações presentes nos planos de intervenção urbanística, designados como *Planos de Remodelação*, e as declarações do próprio prefeito indicam a implementação de inúmeros melhoramentos.

As entrelinhas das queixas publicadas então pelo *Diário da Tarde*, são marcadas nitidamente por valores culturais advindos da modernidade. Deseja-se uma cidade higienizada, com grandes avenidas, com ruas calçadas com paralelepípedo e arborizadas, com praças ajardinadas e embelezadas, com construções *monumentais*, com prédios de fachadas artísticas, com iluminação elétrica, com bondes elétricos, com o forno de incineração, com estabelecimentos comerciais asseados e com espaços para o lazer.

O modelo de cidade burguesa da *belle époque* e expoente do *progresso* exigia a ostentação do poder, da riqueza, da elegância e também a exclusão daqueles que não se enquadravam nesse viver urbano. Portanto, para os cidadãos reclamantes, os esgotos fétidos deveriam ser transformados em aprazíveis jardins com cachoeiras ou tampados e cobertos com cimento e ferro; as prostitutas, aquelas que rejeitam o padrão burguês de mulher delicada e submissa, deveriam ser segregadas em área distante das vistas públicas; a população pobre e os mendigos esfarrapados que catavam verduras podres, restos de comida ou que pediam esmolas deveriam ceder lugar à elegância dos cavalheiros e das senhoras vestidos com a mais fina moda européia; os cortiços, casas de madeira, botequins e pensões baratas, ou mesmo aquele sobrado

mal cuidado, prejudicavam o brilho dos palacetes e de residências com fachadas ao estilo *art nouveau* ou eclético, e portanto deveriam ser igualmente retirados da área central.

Há um desejo, um *fetichê*, um sonho que de certa forma é comum aos usuários da cidade: viver em um centro como Rio de Janeiro, São Paulo, Paris ou mesmo Nova Iorque, e poder desfrutar daqueles melhoramentos como os serviços públicos eficientes, tecnologia, conforto e seu modo de vida. Comparando as exigências expostas nas reclamações com os objetivos presentes nos *Planos de Remodelação*, nota-se uma aproximação no que se refere às expectativas e ao ideal da cidade reivindicada. Pode-se afirmar que *problemas* detectados pela administração Abreu correspondiam, em parte, aos *problemas* enfrentados por muitos usuários da cidade.

O desejo de modernização era compartilhado tanto pelos setores governamentais como por parte da população. Não é por acaso que as falas dos queixosos, às vezes, confundem-se com os discursos da administração Abreu. Contudo, deve-se ressaltar, que há um grande abismo entre a *cidade desejada* e a cidade que emergiu das reformas urbanas.

Ao descrever Curitiba através da coluna *Reclamações do Povo*, deparamos com uma imagem extremamente negativa. Suas ruas são esburacadas, cheias de lama, interditadas pelas águas paradas; o lixo e a sujeira imperam de maneira quase absoluta sobre a via pública, residências, escolas e estabelecimentos comerciais; a insegurança está presente nas denúncias de assaltos, tiroteios, violência policial e dos grupos de *desordeiros* que vagavam pelas ruas, sem falar na precariedade dos serviços, como transporte e saneamento.

Não obstante, deparamo-nos com o discurso das autoridades municipais e estaduais, dos cronistas e historiadores contemporâneos, que oferecem o reverso de tal realidade: uma Curitiba onde as contradições foram extinguidas pelo processo de remodelação urbanística.

Mas qual dessas *imagens* corresponderia à realidade? Estaríamos fadados a escolher um desses quadros? Não se trata simplesmente de uma escolha. É preciso lembrar que as imagens históricas construídas estão carregadas de emoções, valores, visão bastante pessoal e intencional de quem a descreveu. Cabe então ao historiador confrontar essas *verdades*, essas emoções, com aquilo que é o seu próprio *oposto*, para tornar a história *viva*.

No exercício de confrontar os *Melhoramentos da Capital* com as *Reclamações do Povo*, antes, durante e posteriormente à administração Abreu, notamos que questões pertinentes à água, ao esgoto, ao calçamento, à presença de animais, ao serviço de limpeza pública e ao custo de vida continuaram sendo denunciadas. Fica em evidência que as reformas realizadas, ou que estavam ainda em andamento até fins do ano de 1915, não correspondiam às questões

levantadas pelo *povo* através do *Diário da Tarde*. Contraditoriamente, muitos dos cidadãos que sonhavam com a modernidade e com a cidade da *belle époque* se viram excluídos pela modernização, da mesma forma que a população pobre fora rejeitada do centro da cidade.

A reorganização do espaço urbano foi um projeto imposto e construído à margem de grande parte da sociedade curitibana. Não foi por acaso que as obras de Abreu estavam mais centradas em questões pertinentes ao embelezamento de praças e ruas ou na construção de prédios monumentais. Buscava-se a criação de uma vitrine, a construção de uma nova imagem para a capital paranaense, para satisfazer os anseios de uma elite preocupada em se projetar no cenário nacional e internacional como portadora dos valores *civilizados*, em vez da implementação de melhorias que beneficiassem a população como um todo.

**Fontes:**

A Republica: 1913-1915.

ABREU, Candido Ferreira de. *Coritiba no futuro: o Diario da Tarde e o Dr. Candido de Abreu. O programma do novo prefeito*. Diário da Tarde, 23/01/1913.

ACTA da Sessão extraordinaria em 02 de Abril de 1913. Annaes da Camara Municipal de Coritiba. Sessões de 18 de Setembro de 1912 a 28 de Julho de 1913. Coritiba: Typ. d'A Republica, 1913.

ACTA da Sessão ordinaria em 15 de Janeiro de 1915. Annaes da Camara Municipal de Curityba. Sessão de 15 de Outubro de 1914 a 29 de Julho de 1915. Coritiba: Typ d'A Republica, 1915.

Annaes da Camara Municipal de Coritiba. Sessões de 15 de Outubro de 1915 a 29 de Julho de 1916. Coritiba: Typ. d'A Republica, 1913.

AVE-LALLEMANT, Robert. 1858, *Viagem pelo Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural: 1995.

BIGG-WITHER, T. P. *Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná (três anos de vida em suas florestas e campos 1872/1875)*. Curitiba: UFPR, 1974.

CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Codigo de Posturas do Município de Curitiba*. Decretada pela Camara Municipal em Sessão de 22 de Novembro de 1895. Curitiba, 1895.

COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE CORITIBA. Annaes da Camara Municipal de Curityba. Sessões de 15 de Outubro de 1915 a 29 de julho de 1916. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1916.

Diario da Tarde: 1909-1917.

Directoria do Serviço Sanitario do Paraná; Anuario de Estatistica Demographo-Sanitaria do Municipio de Corityba: 1913, 1914, 1915. Coritiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1915.

Directoria do Serviço Sanitario do Paraná; Anuario de Estatistica Demographo-Sanitaria do Municipio de Corityba: anno de 1917. Coritiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1918.

Epaminondas. *Prefeitura na berlinda: foram gastos 6 mil contos e a cidade não fica melhorada*. In: Diário da Tarde: 07/10/1915. p. 01.

HOERNER JUNIOR, Valério. *Curitiba 1900*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1984.

MACEDO, Heitor Borges de. *Rememorando Curitiba no tempo dos bondinhos de burro*. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1983.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Guaíra, s/d.

\_\_\_\_\_. *Curityba de Outr'ora e de Hoje*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curityba, Edição Comemorativa da Independência do Brasil, 1922.

\_\_\_\_\_. *Quantos somos e quem somos*. Curitiba: Empresa Paranaense, 1941.

MENSAGEM apresentada a Camara Municipal de Curitiba pelo Dr. Candido Ferreira de Abreu, Prefeito Municipal, em 15 de julho de 1913. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1913.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pela Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado ao instalar-se a 1ª Sessão da 12ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1913. Curityba: Typ. do Diario Official, 1913.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado ao instalar-se a 1ª Sessão da 12ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1914. Curityba: Typ. do Diario Official, 1914.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pela Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado ao instalar-se a 1ª Sessão da 13ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1916. Curityba: Typ. do Diario Official, 1916.

PLANTA DE CURITIBA de 1914. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1914

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Livro de Atos, 1885-1915*. Acto nº 23.

REGULAMENTO SANITARIO instituído pelo Artigo 7º da Lei no 17 de 20 de Outubro de 1899. Paço da Camara Municipal de Curityba, 2 de Janeiro de 1900.

REIS, Trajano Joaquim dos. *Elementos da hygiene social*. Curitiba: Typ. e Lith. da Companhia Paranaense, 1894.

REIS, Jayme Dormund dos. *Das principaes endemias e epidemias de Curityba*. Rio de Janeiro: Typ. Ribeiro, Macedo & Cia, 1898.

RELATORIO apresentado ao Exmo. Snr. C.<sup>el</sup> Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. José Guilherme de Loyola, Director do Serviço Sanitario do Paraná em 31 de Dezembro de 1909, acompanhado da Estatistica Demographo-Sanitaria da Capital relativamente ao anno de 1909 e do Estado de 1908. Curityba: Typ. Alfredo Hoffmann, 1910.

RELATORIO apresentado ao Exmo. Snr. C.<sup>el</sup> Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. José Guilherme de Loyola, Director do Serviço Sanitario do Paraná em 31 de Dezembro de 1909, acompanhado da Estatistica Demographo-Sanitaria da Capital relativamente ao anno de 1910 e do Estado de 1909. Curityba: Typ. Alfredo Hoffmann, 1911.

RELATORIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Presidente do Estado Dr. Francisco Xavier da Silva, pelo Dezembargador Procurador Geral da Justiça do Estado. Curityba: Typographia Der Beobachter, 1919.

ROCHA POMBO, J. F. *O Paraná no Centenário: 1500 – 1900*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do esporte do Governo do estado do Paraná, 1980.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viajem pela comarca de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SANTOS, Nestor Victor dos. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1996.

SILVA, Marcolino. *O que vae por ahi: termina-se sobre a Prefeitura*. In: Diario da Tarde: 12/10/1915. p. 01.

Tomencisna. *Curytiba progride!* In: A Republica: 23/06/1913. p. 01.

### **Bibliografia:**

ABRÃO, Janete Silveira. *Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre, 1918*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

ALVES, Paulo. *A República e a construção da ordem*. In: Revista História: 100 anos de República. São Paulo: Editora UNESP, 1989.

ARAÚJO, Silvia; CARDOSO, Alcina. *Jornalismo & militância operária*. Curitiba: Editora da UFPR, 1992.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. *O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916)*. Curitiba, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR.

BENJAMIN, Walter. *Paris, capital do século XIX*. In: KOTHE, Flávio. Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1985.

\_\_\_\_\_. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENKENDORF, Carlos Augusto. *Embriaguês, desordem e controle social em Curitiba*. In: Boletim do Departamento de História da UFPR, Série Monografias, nº 1, Imprensa Universitária, 1989.

BERBERI, Elizabete. *Impressões: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

\_\_\_\_\_; SUTIL, Marcelo Saldanha. *Tiradentes: a Praça Verde da Igreja*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 24, n. 120, 1997.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: EDUSP, 2000.

BOSCHILIA, Roseli. *O relógio da Praça Osório: a hora oficial de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba/Casa da Memória, 1993.

\_\_\_\_\_. *A Rua 15 e o comércio no início do século*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, n. 113, 1996.

BRANDÃO, Ângela. *A fábrica de ilusão: o espetáculo nas máquinas num parque de diversão e a modernização de Curitiba (1905-1913)*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba/Fundação Cultural de Curitiba, 1994.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasilense, 1982.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Roco, 1997.

BURKE, Peter. *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro*. In: A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemia na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CIDADES. Déa Ribeiro Fenelon (org.). São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História/Olho d'Água, Novembro/1999.

COHN, Amélia. *A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania*. In: Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) - a grande transação. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

CUNHA FILHO, Valter Fernandes da. *Cidade e sociedade: a gênese do urbanismo moderno em Curitiba (1889 – 1940)*. Dissertação (Mestrado em História), UFPR, 1998.

DAMATTA, Roberto. *Estado e sociedade e a casa e a rua*. In: Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000.



DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIE, Neil; LACASSAGNE, Claude-Laurence. *Luxo, algazarra e mau cheiro*. In: Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

DE BONI, Maria Ignês Mancini. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

DESAN, Suzanne. *Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis*. In: A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DESTEFANI, C. *Hotéis que marcaram o passado de Curitiba*. Gazeta do Povo, Curitiba, 01 fev. 1999. Caderno Turismo, p. 05.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 - 1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GANZ, Ana Maria; GANZ, Ângela Lúcia. *A “Questão do Leite” em Curitiba: o saber preventivo e a resistência cotidiana (1890-1920)*. In: Boletim do Departamento de História da UFPR, Série Monografias, nº 01, Imprensa Universitária, 1989.

GANZ, Ângela Lúcia. *Vozes do diálogo: mães e médicos na Curitiba de 1910 a 1935*. Dissertação (Mestrado em História), UFPR, 1996.

HARDMAN, Francisco Foot. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

\_\_\_\_\_. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HILL, Christopher. *Os Pobres e o Povo na Inglaterra do Século XVII*. In: A Outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HOBSBAWN, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HUNT, Lyan. *História, cultura e texto*. In: A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KARVAT, E. C. *Discursos e práticas de controle: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem (Curitiba: 1890-1933)*. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR.

KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo*. In: *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *A crise do século XX*. São Paulo: Ática, 1991.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *A questão da cidadania na sociedade brasileira*. In: *Revista História: 100 anos de República*. São Paulo: Editora UNESP, 1989.

LE MOS, Carlos A. C. *A república ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

MODERNIDADE E URBANIZAÇÃO NO BRASIL. Organizadoras: Mara Regina do Nascimento, Elizabeth W. R. Torresini. Porto Alegre: ECIPUCRS, 1998.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade; a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O ESPETÁCULO DA RUA. Coordenado por Sandra Jatahy Pesavento. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1996.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso; ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho, 1880-1920*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *O cotidiano da república: elite e povo na virada do século*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. *O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Estante Paranaense, Ano 01 – nº 01. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Do bonde de mula ao ônibus expresso*. Curitiba: Imprensa da Prefeitura Municipal, 1975.

\_\_\_\_\_. *Transporte coletivo*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1987.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Everson Antonio Caleff. *Transporte coletivo em Curitiba: os bondes puxados a mula, 1887-1912*. Curitiba, monografia, Departamento de História da UFPR, 1999.

RECLUS, Élisée; BAEDEKER, Karl. *Estações, fiacres, termas e esgotos*. In: Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

REIS, Elisa. *Cidadania: história, teoria e utopia*. In: Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

REIS, Nestor Goulart. *Algumas experiências urbanísticas do início da República: 1890-1920*. Cadernos de Pesquisa do LAP (Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação), nº 01, agosto/1994, Série História da Urbanização. São Paulo: USP/FAU, 1994.

\_\_\_\_\_. *Habitação Popular no Brasil: 1880-1920*. Cadernos de Pesquisa do LAP (Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação), nº 02, set-out/1994, Série Habitação Popular. São Paulo: USP/FAU, 1994.

\_\_\_\_\_. *As apropriações do solo urbano e política habitacional*. Cadernos de Pesquisa do LAP (Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação), nº 14, julho-agosto/1996, Série Urbanização e Urbanismo. São Paulo: USP/FAU, 1996.

\_\_\_\_\_. *Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945)*. In: Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) - a grande transação. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Luiz Carlos. *Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920)*. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado em História) – USP.

ROLNIK, Raquel. *São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política*. In: As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Antonio César de Almeida. *Ideário do progresso e cidades: uma Curitiba das primeiras décadas do século XX*. In: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, V. XXIV, n. 01, junho 1998. p. 75-94.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural: 1995.

SÊGA, Rafael Augustus. *A capital Belle Époque: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cartões-postais, Álbuns de Família e ícones da intimidade*. In: História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SHWARZMAN, Sheila. *Cidadania: um simulacro das cidades*. In: História e cidadania: XIX Simpósio Nacional de História. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP; ANPUH, 1998.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Mozart Linhares da. *Do império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SUTIL, Marcelo Saldanha. *O espelho e a miragem: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século*. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. *Metamorfose: de criança para menor. Curitiba – início do século XX*. Tese de Doutorado em História, UFPR, 1998.

VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e Moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro - séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2002.

## ANEXO 01

Quadro demonstrativo dos assuntos abordados nas queixas (1909-1916)

	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	TOTAL	%
Ruas, praças e logradouros	13	8	22	17	17	18	12	0	107	19,56%
Limpeza pública	1	4	3	25	19	9	5	1	67	12,25%
Insegurança	1	2	15	9	13	7	6	0	53	9,69%
Esgoto	7	4	7	0	14	11	2	0	45	8,23%
Iluminação elétrica	13	0	2	8	2	15	4	0	44	8,04%
Transportes	0	2	9	4	24	3	0	0	42	7,68%
Presença de animais	1	2	3	6	2	20	5	0	39	7,13%
Água	0	0	5	2	10	3	10	0	30	5,48%
Conduta policial	5	0	3	8	6	3	1	0	26	4,75%
Fiscalização	3	1	3	2	4	2	1	0	16	2,93%
Construções	1	4	2	1	2	1	3	0	14	2,56%
Prostituição	2	0	0	0	2	2	3	0	9	1,65%
Jogatina	0	0	0	0	7	0	1	0	8	1,46%
Estabelecimentos comerciais	0	1	2	2	9	5	2	0	16	2,93%
Outras	2	0	7	5	9	5	3	0	31	5,67%
<b>TOTAIS</b>	<b>49</b>	<b>28</b>	<b>83</b>	<b>89</b>	<b>140</b>	<b>104</b>	<b>58</b>	<b>1</b>	<b>547</b>	<b>100,00%</b>

**FONTE:** Diário da Tarde. *Reclamações do Povo*: 1909-1916.

**ANEXO 02****Relação das avenidas, ruas e praças que tiveram seus nomes alterados:**

Avenida Graciosa: atuais avenidas João Gualberto, Munhoz da Rocha e Erasto Gaertner.

Avenida Ivahi: atual Avenida Getúlio Vargas.

Estrada do Matto Grosso: atual Rua Comendador Araújo.

Travessa Marumby: atual Travessa Tobias de Macedo.

Largo do Rosário: atual Praça Garibaldi.

Largo Teresa Cristina: atual Praça Santos Andrade.

Rua Direita: atual Rua 13 de Maio.

Praça Municipal: atual Praça Generoso Marques.

Praça da República: atual Praça Rui Barbosa.

Praça D. Pedro II: atual Praça Tiradentes.

Rua 1º de Março: atual Rua Monsenhor Celso.

Rua 28 de Setembro: atual Rua Senador Alencar Guimarães.

Rua Alegre: atual Rua Cândido de Leão.

Rua América: atual Rua Trajano Reis.

Rua Aquidabam: atual Rua Emiliano Pernetá.

Rua Assunguy: parte atual Rua Mateus Leme.

Rua Conselheiro Barradas: atual Rua Carlos Cavalcanti.

Rua Conselheiro Carrão: parte atual Rua Mateus Leme.

Rua da Cadeia: rua localizada onde foi construído o Paço Municipal.

Rua da Carioca: atual Rua Riachuelo.

Rua Colombo: atual Rua Des. Clotário Portugal.

Rua da Entrada: atual Rua Ermelino de Leão.

Rua da Imperatriz: atual Rua 15 de Novembro.

Rua da Liberdade: atual Barão do Rio Branco.

Rua do Commercio: atual Rua Marechal Deodoro.

Rua do Fogo: atual Rua São Francisco.

Rua do Nogueira: atual Barão do Serro Azul.

Rua Fechada: atual Rua José Bonifácio.

Rua Garibaldi: atual Rua Presidente Faria.

Rua Itararé: atual Rua Xavier da Silva.

Rua Misericórdia: atual Rua André de Barros.

Rua Ratcliff: atual Rua Desembargador Westphalen.

Travessa da Assembléia: atual Rua Cândido Lopes.

Travessa do Mercado: atual Praça Zacarias.

**FONTE:** PLANTA DE CORITIBA de 1914. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1914.



**ANEXO 03****Relação dos trabalhos realizados pela  
*Comissão de Melhoramentos de Curitiba entre 1913 e 1916*****Avenidas, ruas, travessas e praças calçadas com paralelepípedos novos:**

Avenida Sete de Setembro (entre a Rua Marechal Floriano Peixoto e Alameda Lourenço Pinto, com modificação na linha de bonde);

Alameda Lourenço Pinto (entre a Praça Eufrásio Correia e Rua Pedro Ivo);

Praça Eufrásio Correia (parte da Rua Lourenço Pinto, parte da Rua Barão do Rio Branco e uma das faixas frontais da Estação Estrada de Ferro);

Praça Carlos Gomes (face da Rua Marechal Floriano Peixoto, face da Rua José Loureiro e face da Rua 1º de Março);

Rua Marechal Floriano Peixoto (entre a Praça Carlos Gomes e a Secretaria de Obras Públicas);

Rua João Negrão (entre a Praça Senador Correia e Avenida Sete de Setembro);

Rua João Negrão (entre a Praça Senador Correia e Rua 15 de Novembro);

Praça Senador Correia (face da Rua João Negrão);

Rua Marechal Deodoro (entre as ruas Garibaldi e João Negrão);

Rua 1º de Março (entre a Rua Marechal Deodoro e Praça Carlos Gomes);

Rua José Loureiro (entre a Rua Barão do Rio Branco e Praça Carlos Gomes);

Rua Riachuelo (entre as praças Municipal e Dezenove de Dezembro, com modificação na linha de bondes);

Rua Barão do Rio Branco (entre a Praça Eufrásio Correia e Rua 15 de Novembro, com modificação na linha de bondes);

Rua Pedro Ivo (entre a Rua João Negrão e Praça Carlos Gomes);

Rua Comendador Araújo (entre a Rua Desembargador Mota e Alameda Presidente Taunay, com modificação na linha de bondes a partir da Rua Buenos Aires);

Rua Comendador Araújo (entre Alameda Presidente Taunay e Rua Angelo Sampaio, com modificação e duplicação da linha de bondes);

Largo Dr. Pedrosa;

Praça Dezenove de Dezembro (face da Rua Riachelo);

Praça Municipal (em todas as partes que contornam os *três refugos* e o Paço);

Alameda Dr. Muricy (entre as ruas 15 de Novembro e Alegre, com modificação na linha de bondes);

Alameda Dr. Muricy (entre a Rua Alegre e Largo Dr. Faria);

Rua Conselheiro Barradas (entre as ruas América e Portugal);

Avenida Batel (entre as ruas Angelo Sampaio e Bento Viana, com modificação da linha de bondes), em fase de conclusão.

**Avenidas, ruas, travessas e praças calçadas com paralelepípedos aproveitados:**

Rua Marechal Floriano (desde a Secretária de Obras Públicas até a Avenida Ivahy);

Rua Aquidaban (entre a Praça Zacarias e Rua Desembargador, com modificação na linha de bondes);

Praça Zacarias (lado sul entre a Alameda Dr. Muricy e Rua Ratcliff, com modificação na linha de bondes);

Praça Zacarias (lado norte entre Alameda Dr. Muricy, Rua Ratcliff e Travessa Oliveira Bello);

Praça Zacarias (lado oeste, entre os lados norte e sul);

Praça Osório (no cruzamento com Alameda Dr. Vicente Machado);

Rua 15 de Novembro (entre as ruas Garibaldi e João Negrão);

Traverse Oliveira Bello (entre a Praça Zacarias e Avenida Luiz Xavier);

Rua Voluntários da Pátria (entre a Praça Osório e Rua Aquidaban);

Rua 28 de Setembro (entre a Praça Osório e Rua Aquidaban);

Travessa Jesuíno Marcondes (entre a Praça Osório e Rua Aquidaban);

Rua América (desde a parte com calçamento antigo até a Praça do Cemitério, com modificação na linha de bondes);

Praça do Cemitério (lado leste da face da Rua América, com modificação na linha de bondes).

**Avenidas, ruas, travessas e praças com *macadamização* concluída:**

Avenida da Graciosa (em toda a sua extensão);

Avenida João Gualberto (desde o Rio Belém até o limite do quadro urbano);

Avenida Sete de Setembro (uma das faixas entre as ruas Barão do Rio Branco e Conselheiro Laurindo);

Avenida Assunguy (entre a Rua Assunguy e *braço* do Rio Belém);

Avenida Visconde de Guarapuava (entre as ruas Marechal Floriano e Ratcliff e entre Barão do Rio Branco e João Negrão);

Avenida Sete de Setembro (entre as ruas Marechal Floriano e Ratcliff);

Avenida Silva Jardim (uma das faixas compreendidas entre as ruas Marechal Floriano e Ratcliff);

Avenida Iguaçu (entre as ruas Marechal Floriano e Ratcliff);

Avenida Ivahy (uma das faixas entre as ruas Marechal Floriano e 29 de Agosto);

Alameda Cabral (entre Alameda Dr. Carlos de Carvalho e Rua Saldanha Marinho);

Alameda Dr. Carlos de Carvalho (entre as ruas Voluntários da Pátria e Brigadeiro Franco);

Alameda Dr. Muricy (entre a Praça Zacarias e Rua Visconde de Guarapuava);

Alameda Dr. Vicente Machado (entre a Praça Osório e Rua Desembargador Motta);

Alameda Augusto Stelfeld (entre Alameda Dr. Muricy e Rua Ébano Pereira);

Rua Barão do Serro Azul (entre as ruas Conselheiro Barradas e Ignácio Lustosa);

Rua Brigadeiro Franco (entre as ruas Aquidabam e Dr. Carlos de Carvalho);

Rua Buenos Ayres (entre a Rua Comendador Araújo e Avenida Iguaçu);

Rua Cândido Lopes (em toda a sua extensão);

Rua Conselheiro Barradas (entre Avenida Jayme Reis e Rua Portugal, entre as ruas Riachuelo e Garibaldi);

Rua Conselheiro Carrão (entre as ruas Conselheiro Barradas e Ignácio Lustosa);

Rua Cruz Machado (entre as ruas Dr. Muricy e Voluntários da Pátria);

Rua Ermelino de Leão (entre as ruas Cândido Lopes e Saldanha Marinho);

Rua Desembargador Motta (entre as ruas Dr. Pedrosa e Saldanha Marinho);

Rua Ébano Pereira (entre Avenida Luiz Xavier e Rua Dr. Kellers);

Rua Garibaldi (entre Avenida João Gualberto e o Beco Marumby, exceto uma das faixas entre Avenida João Gualberto e Rua Conselheiro Barradas);

Rua Ignácio Lustosa (entre as avenidas João Gualberto e Assunguy);

Rua da Misericórdia (entre as ruas Ratcliff e Barão do Rio Branco, com modificações nas linhas de bondes);

Rua Paula Gomes (entre a Praça Dezenove de Dezembro e Rua Conselheiro Carrão);

Rua Pedro Ivo (entre as ruas Marechal Floriano e Voluntários da Pátria);

Rua Ratcliff (entre as ruas Aquidabam e Misericórdia);

Rua Saldanha Marinho (entre as ruas Desembargador Mota e Alameda Dr. Muricy);

Rua São Francisco (entre as ruas Riachuelo e Garibaldi);  
 Rua 13 de Maio (entre as ruas Riachuelo e Garibaldi);  
 Rua 28 de Setembro (entre a Rua Aquidaban e Praça da República);  
 Rua Visconde de Nácar (entre as ruas Aquidaban e Saldanha Marinho);  
 Rua Visconde do Rio Branco (entre as ruas Aquidaban e Dr. Carlos de Carvalho);  
 Rua Voluntários da Pátria (entre a Praça Osório e Rua Saldanha Marinho);  
 Rua 15 de Novembro (entre as ruas João Negrão e Conselheiro Laurindo);  
 Rua Coronel Dulcídio (entre as ruas Comendador Araújo e Dr. Pedrosa);  
 Rua Aquidaban (entre as ruas Desembargador Motta e Dr. Pedrosa);  
 Rua Dr. Pedrosa (entre as ruas Desembargador Motta e Buenos Aires);  
 Travessa do Marumby (entre as ruas Riachuelo e Garibaldi);  
 Largo do Passeio (entre o Largo Fontana e Rua Garibaldi);  
 Largo do Fontana (entre a Travessa do Mercado e Rua Ignácio Lustosa);  
 Largo do Mercado do Batel;  
 Largo do Cemitério;  
 Praça Eufrásio Correia (na face do Congresso);  
 Praça 19 de Dezembro (face com a Rua Paula Gomes e Escola Alemã);  
 Praça do Cemitério (desde a sua face frontal até o portão lateral).

Na Rua Garibaldi (entre o Beco Marumby e Rua 15 de Novembro), Rua Dr. Pedrosa (entre as ruas Buenos Aires e Coronel Dulcídio) e Avenida Iguaçu (apenas uma faixa entre as ruas Ratcliff e Alferes Poli), os trabalhos de *macadamização* estavam em fase de conclusão.

**Avenidas, ruas, travessas e praças com trabalhos de *macadanização* iniciados ao final de 1915:**

Alameda Dr. Jayme Reis (entre as ruas Conselheiro Barradas e 13 de Maio);  
 Avenida Iguaçu (uma das faixas entre as ruas Ratcliff e Alferes Poli);  
 Avenida Iguaçu (uma das faixas entre as ruas Alferes Poli e Brigadeiro Franco);  
 Avenida Iguaçu (uma das faixas entre as ruas Marechal Floriano e João Negrão);  
 Avenida Silva Jardim (uma das faixas entre as ruas Marechal Floriano e Ratcliff);  
 Avenida Silva Jardim (uma das faixas entre a Rua Marechal Floriano até o Jardim de Infância);  
 Avenida Sete de Setembro (uma das faixas entre as ruas Conselheiro Laurindo e Mariano Torres);

Rua Visconde do Rio Branco (entre Alameda Dr. Carlos de Carvalho e Rua Saldanha Marinho);

Rua Brigadeiro Franco (entre Alameda Dr. Carlos de Carvalho e Rua Saldanha Marinho, entre as ruas Aquidabam e Dr. Pedrosa);

Rua Lamenha Lins (entre as ruas Dr. Pedrosa e Aquidabam);

Rua da Misericórdia (entre a Rua Ratcliff e Praça da República);

Rua da Misericórdia (entre as ruas Barão do Rio Branco e João Negrão);

Rua Pedro Ivo (entre a Rua Voluntários da Pátria e Praça da República);

Rua Ratcliff (entre a Rua da Misericórdia e Avenida Ivahy);

Rua Barão de Antonina (entre as avenidas Assunguy e Graciosa);

Rua Itararé (entre as avenidas Assunguy e Graciosa);

Rua Garibaldi (uma faixa entre a Rua Conselheiro Barradas e Avenida João Gualberto);

Rua Dr. Kellers (entre Alameda Dr. Muricy e Rua Ébano Pereira);

Rua Conselheiro Barradas (entre as ruas Garibaldi e Conselheiro Laurindo);

Rua 15 de Novembro (entre a Rua Conselheiro Laurindo e Avenida General Carneiro);

Rua Dr. Pedrosa (uma faixa entre as ruas Coronel Dulcídio e Angelo Sampaio, entre as ruas Desembargador Mota e Brigadeiro Franco);

Largo Dr. Faria (face da Rua Garibaldi);

Praça da República (face da Santa Casa de Misericórdia e face da Rua Pedro Ivo).

#### **Avenidas, ruas, travessas e praças recalçadas sem a colocação de lastro:**

Rua 15 de Novembro (entre a Rua Barão do Rio Branco e Avenida Luiz Xavier);

Rua Barão do Rio Branco (entre a Avenida Sete de Setembro e Rua Marechal Deodoro);

Rua 1º de Março (entre a Rua 15 de Novembro e Praça Tiradentes);

Rua Marechal Floriano (entre a Rua Marechal Deodoro e Praça Tiradentes);

Praça Carlos Gomes (face sul da Pedro Ivo);

Rua Saldanha Marinho(entre a Rua do Rosário e Alameda Dr. Muricy).

#### **Avenidas, ruas, travessas e praças recalçadas com a colocação de lastro de saibro:**

Rua Comendador Araújo (entre a Rua Desembargador Mota e Praça Osório);

Avenida Luiz Xavier (apenas metade);

Praça Osório (*dois terços*);

Cruzamento da Rua Ébano Pereira com Avenida Luiz Xavier;

Cruzamento da Rua Oliveira Belo com Avenida Luiz Xavier.

**Avenidas, ruas, travessas e praças recalçadas com a colocação de lastro de macadam:**

Rua Marechal Deodoro (entre a Rua Garibaldi e Praça Zacarias, com modificação na linha de bondes);

Rua 1º de Março (entre as ruas Marechal Deodoro e 15 de Novembro, com modificação na linha de bondes);

Rua Conselheiro Barradas (entre as ruas Riachuelo e Barão do Serro Azul);

Avenida João Gualberto (desde o Rio Belém até o Largo Fontana, *com alargamento da faixa revestida*);

Largo Fontana (face leste, entre a Praça Dezenove de Dezembro e Rua Ignácio Lustosa);

Rua América (entre a Rua Ignácio Lustosa até o ponto do antigo calçamento);

Praça Zacarias (lado leste da face da Rua Dr. Muricy, com modificação na linha de bondes);

Alameda Dr. Muricy (entre a Rua 15 de Novembro e Praça Zacarias, com modificação na linha de bondes);

Largo Dr. Faria (face Dr. Kellers, com alargamento da faixa revestida).

**FONTE:** COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE CORITIBA. Annaes da Camara Municipal de Curityba. Sessões de 15 de Outubro de 1915 a 29 de julho de 1916. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1916.



Localização das queixas  
de acordo com as  
Reclamações do Povo  
(1909-1916)

LEGENDA

- Prostituição
- Esgoto
- Iluminação Elétrica
- Lixo
- Água
- Calçamento

Presença de Animais:

- Cães
- Cabras
- Vacas
- Cavalos
- Porcos
- Galinhas

CONVENÇÕES

- Linhas de Bondes Elétricos
- Estrada de Ferro
- Rios / córregos

